



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LUCIANA PINHO MORALES

**NAS REDES DO “TELEJORNALISMO POLICIAL” CEARENSE: UMA ANÁLISE
ETNOGRÁFICA DO FAZER JORNALÍSTICO**

FORTALEZA

2020

LUCIANA PINHO MORALES

NAS REDES DO “TELEJORNALISMO POLICIAL” CEARENSE: UMA ANÁLISE
ETNOGRÁFICA DO FAZER JORNALÍSTICO

Tese apresentada a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jânia Perla Diógenes de Aquino.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M827r Morales, Luciana Pinho.

Nas redes do "telejornalismo policial" cearense : uma análise etnográfica do fazer jornalístico / Luciana Pinho Morales. – 2020.
263 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Jânia Perla Diógenes de Aquino.

1. Telejornalismo policial. 2. Trajetórias profissionais. 3. Redes. 4. Bastidores. I. Título.

CDD 301

LUCIANA PINHO MORALES

NAS REDES DO “TELEJORNALISMO POLICIAL” CEARENSE: UMA ANÁLISE
ETNOGRÁFICA DO FAZER JORNALÍSTICO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em: 18/06/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Jânia Perla Diógenes de Aquino (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antonio Cristian Saraiva Paiva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Prof^ª. Dra. Sílvia Garcia Nogueira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha família, Thiago, Ircineida
e Eneida (*in memoriam*),
com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi concebida com o apoio e a contribuição de diversas pessoas e instituições. Expresso, aqui, o meu mais sincero agradecimento a todas as pessoas que, de alguma maneira, cooperaram para a elaboração do presente trabalho.

Ao meu companheiro Thiago Barreto, pelo amor, incentivo e apoio nessa e em outras caminhadas.

À minha mãe Ircineida Pinho e à minha avó Eneida (*in memoriam*), pelo carinho, compressão e paciência que sempre me reservaram.

À minha orientadora, Jânia Perla Diógenes de Aquino, pela confiança, atenção e, sobretudo, pelos inúmeros ensinamentos ao longo desta rica convivência intelectual.

Aos meus queridos amigos Elenilda Monteiro, Kátia, Ana Cléia, Tacianne Lima, Rafael Pascoalino, David Figueiredo, Daniel Pascoalino, Thiago Ursulino, Natália Marques, Luísa Scirea, Viviane Martins, Gabriela Brochner, Ana Paula de Campos, Mozart Galindo e Maicon Silva pela amizade e pela crença de que tudo daria certo.

Aos professores e membros da banca examinadora Silvia Nogueira, Jorge Villela, Leonardo Sá, Cristian Paiva, Wendell de Freitas e Ricardo Moura pela disponibilidade, participação e orientação realizada na fase de qualificação deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, pelas oportunidades, experiências e conhecimentos compartilhados nesses quatro anos de Doutorado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da minha bolsa de estudo, que possibilitou a confecção desta tese.

Aos meus interlocutores, cujos nomes não posso revelar, pela disponibilidade e abertura oferecidas nesta pesquisa.

Ao meu auxiliar de pesquisa, cujo nome também não posso revelar, pelo apoio e dedicação nesse e em outros projetos.

Ao meu amigo Marcos Santana, pela gentileza e paciência de revisar meu texto e por suas preciosas considerações sobre o meu trabalho. Serei eternamente grata!

À minha amiga Bárbara Andrade pelo apoio, parceria e trocas mútuas ao longo dessa caminhada.

Ao meu amigo Wendell Barbosa pela parceria e pelos preciosos conselhos que me ofereceu em momentos cruciais desta pesquisa.

Aos meus queridos amigos das turmas de Mestrado em Sociologia, de 2012, e de Doutorado em Sociologia, de 2016, com os quais compartilhei momentos e experiências inesquecíveis.

Aos professores Geovani Jacó de Freitas e Rosemary Almeida, que me acolheram logo no início da graduação no Laboratório de Conflitualidade e Violência (COVIO) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), oferecendo apoio intelectual e incentivo.

Ao meu orientador de estágio doutoral, Eric Macé, bem como à toda a equipe da Universidade de Bordeaux pela afetuosa acolhida e pela oportunidade de conviver em um espaço acadêmico tão dinâmico e inspirador. Ressalto ainda minha gratidão ao apoio dos professores e profissionais Angelina Peralva, Valérie Falck, Ronan Hervouet, que me auxiliaram nos assuntos acadêmicos e burocráticos; e aos colegas e professores Marcos Santana, Ana Lorena Bruel, Juan Garcia, Matthieu Trouvé, Patrick Zimmermann, Carolina Ferreira, Daniel Evangelista e Bruno Le Mière por tornarem toda a experiência muito mais proveitosa.

“Procurei meus sonhos fora de mim e descobri que não é o que o mundo reserva para você, mas o que você traz para ele.” (MONTGOMERY, 2016, p. 116).

RESUMO

O crescente número de episódios de violências nas cidades brasileiras vem ganhando grande destaque nos meios de comunicação de massa, em especial na televisão, abrindo espaço para a criação de uma extensa “programação” nacional dedicada quase exclusivamente à divulgação de notícias relativas às ações e práticas policiais. Fenômeno semelhante pode ser observado no contexto cearense, no qual “programas policiais” veiculados por emissoras de televisão localizadas em Fortaleza disputam diariamente a atenção da audiência, totalizando cerca de treze horas de “telejornalismo policial” na TV aberta somente no Estado do Ceará. Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo compreender a maneira como as práticas e relações interpessoais entre jornalistas e demais atores sociais envolvidos se desenvolvem nos bastidores dessas produções midiáticas, procurando descrever e analisar, a partir de uma análise de inspiração etnográfica, as autopercepções que os “jornalistas policiais” examinados possuem sobre si mesmos, os sentimentos de pertencimento que têm em relação a sua profissão e os quadros que orientam suas lógicas de ações e modos de pensamento acerca dos fenômenos da “violência” e da “criminalidade” e sobre seus autores. A pesquisa empírica foi viabilizada por meio de entrevistas compreensivas e observações de campo realizadas com jornalistas que atuam ou atuavam em “telejornais policiais” locais, ao acompanhar suas rotinas de trabalho, tanto nas “redações” quanto fora delas, buscando conhecer suas trajetórias profissionais e as redes de relações e de reciprocidade das quais participam, no intuito de entender como elas funcionam na prática. A partir dos dados empíricos coletados, percebi a existência de complexas redes de relações que se desenvolvem no universo jornalístico examinado, profundamente baseadas nas constantes trocas mútuas de informações, favores etc. entre “jornalistas policiais”, policiais e outros agentes públicos, anunciantes/patrocinadores de diversos segmentos sociais (empresários, partidos políticos, grupos religiosos etc.) e o “público”. Também identifiquei nos relatos dos jornalistas observados um conjunto de saberes, valores e ideologias que, juntos, caracterizam as formas como os “jornalistas policiais” compõem os quadros que orientam o processo produtivo das “notícias policiais”.

Palavras-chave: Telejornalismo policial. Trajetórias profissionais. Redes. Bastidores.

ABSTRACT

The growing number of episodes of violence in Brazilian cities has been gaining great prominence in the mass media, especially on television, making room for the creation of an extensive national “programming” dedicated almost exclusively to the dissemination of news related to police actions and practices. A similar phenomenon can be observed in the context of Ceará, in which “TV police newscast” broadcasted by television stations located in Fortaleza disputes the audience's daily attention, totaling about thirteen hours of “police news” on broadcast TV only in the State of Ceará. Given this context, this study aims to understand the way in which interpersonal practices and relationships between journalists and other social actors involved develop behind the scenes of these media productions, seeking to describe and analyze, through an ethnographically inspired analysis, the self-perceptions that the examined “police journalists” have about themselves, the feelings of belonging that they have in relation to their profession and the frames that guide their logics of actions and ways of thinking about the “violence” and “criminality” phenomena and about their authors. The empirical research was made possible through comprehensive interviews and field observations carried out with journalists who work or worked on local “TV police newscast”, by monitoring their work routines, both in “newsrooms” and outside, seeking to know their professional trajectories and the netting of relationships and reciprocity in which they participate, in order to understand how they work in practice. From the collected empirical data, I realized the existence of complex relationships net that are developed in the journalistic universe examined, deeply based on the constant mutual exchange of information, favors etc. between “police journalists”, police officers and other public agents, advertisers/sponsors from different social segments (businessmen, political parties, religious groups etc.) and the “public”. I also identified in the reports of the observed journalists a set of knowledge, values and ideologies that, together, characterize the ways in which “police journalists” compose the *frames* that guide the productive process of “TV police newscast”.

Keywords: TV police newscast. Professional trajectories. Net. Backstage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Apresentadores nos estúdios de gravação do programa <i>Barra Pesada</i> .	30
Figura 2 – Logomarca do programa <i>A Hora dos Malas</i>	31
Figura 3 – Apresentadores do <i>Programa Ely Aguiar</i>	32
Figura 4 – Anúncio do programa <i>Cidade 190</i>	33
Figura 5 – Repórter “Águia Dourada”	34
Figura 6 – Apresentadores do programa <i>Cidade Alerta Ceará</i>	36
Figura 7 – Apresentador do programa <i>Rota 22</i>	36
Figura 8 – Apresentadores do programa <i>Comando Realidade</i>	37
Figura 9 – Apresentador do programa <i>Ação na TV Diário</i>	38
Figura 10 – Apresentador do programa <i>Comando 22</i>	39
Figura 11 – Apresentador do <i>Programa Ferreira Aragão</i> na emissora <i>TV União</i>	39
Figura 12 – Equipe do programa <i>Plantão da Cidade</i>	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	“SEGUINDO AS REDES”: OS PERCURSOS E PERCALÇOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	24
2.1	Os “telejornais policiais” cearenses: contextualizando o universo empírico da pesquisa.....	27
2.2	Das negociações e a entrada em campo	42
2.3	Por entre memórias e trajetórias profissionais	48
2.4	Cenas de uma entrevista compreensiva	56
2.5	“Experiências de rua”: acompanhando as rotinas de trabalho dos “repórteres policiais” nas “externas”	63
2.5.1	<i>O carro particular</i>	63
2.5.2	<i>Relações de pesquisa e formas de produção das “matérias”</i>	66
2.5.3	<i>“Aguardando por novas ocorrências”</i>	69
2.5.4	<i>Rupturas na rotina</i>	70
2.5.5	<i>Situações adversas</i>	73
3	“SER JORNALISTA POLICIAL”: EXPERIÊNCIAS E SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAIS	77
3.1	“Uma formação diferenciada”: saberes, princípios e éticas profissionais	91
3.2	As condições de trabalho.....	110
3.2.1	<i>“Trabalhar com o imprevisto”</i>	111
3.2.2	<i>A “falta de tempo”</i>	114
3.2.3	<i>A dimensão mercadológica</i>	116
3.2.4	<i>“Carreira outsider”</i>	120
3.2.5	<i>A questão salarial</i>	125
3.2.6	<i>“O cansaço é emocional, não é físico”</i>	127
4	“SEGUIR CARREIRA NO POLICIAL”: MOTIVAÇÕES, PERTENCIMENTOS E TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS	130
4.1	Narração, “aparência” e mediação: o caso dos apresentadores- animadores	131
4.2	Sobre os “repórteres policiais”: o “vem comigo” e a construção de um “estilo próprio”	146

4.3	O protagonismo invisível dos produtores, editores e diretores	157
5	“NÓS SOMOS CONTADORES DE HISTÓRIAS”: REDES, RELAÇÕES DE PODER E PRODUÇÃO DA VERDADE NO FAZER JORNALÍSTICO POLICIAL CEARENSE	172
5.1	Os “jornalistas policiais” e suas fontes	174
5.1.1	<i>Jornalistas e Policiais: relações de ambiguidade</i>	176
5.1.2	<i>Os “jornalistas policiais” e o “público”</i>	181
5.1.3	<i>“Rádio-escuta” e “redes sociais”: o uso de tecnologias de comunicação na interação com as fontes</i>	184
5.2	Formas de saber, poder e verdade no fazer jornalístico policial cearense	188
5.2.1	<i>O poder dos discursos performáticos dos “jornalistas policiais”</i>	191
5.2.2	<i>“A vida não vale mais nada”: perspectivas, classificações e necropolítica</i>	201
6	“TELEJORNALISMO POLICIAL” E “POLÍTICA”	212
6.1	Relações de interdependência	213
6.2	“Programas policiais”: um fenômeno eleitoral	221
6.2.1	<i>“Fazer comunidade”: a filantropia no “telejornalismo policial”</i>	227
6.3	“Jornalistas policiais” políticos: a trajetória profissional de Dantas....	234
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	241
	REFERÊNCIAS	248
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA EXTENSO COM “JORNALISTAS POLICIAIS”	262
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA REDUZIDO COM “JORNALISTAS POLICIAIS”	263

1 INTRODUÇÃO

Não se sabe ao certo em que momento a editoria policial surgiu na história do Jornalismo ocidental. Alguns autores (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995; ENNE, 2007; entre outros) atribuem sua origem ao advento do “jornalismo sensacionalista” que, segundo o pesquisador Danillo Angrimani Sobrinho (1995), confunde-se com o nascimento da própria imprensa no século XVI, visto que histórias de delitos, acidentes, desastres e escândalos, ou seja, os chamados *fait divers*¹, estiveram presentes desde o seu surgimento.

No Brasil, os chamados “programas policiais”² conquistaram um espaço significativo na “grade de programação”³ televisiva nacional, dedicando-se quase exclusivamente à divulgação de notícias relativas às ações e práticas policiais, conhecidas como “bastidores policiais”. Foi o caso de programas como *Linha Direta* (Rede Globo) e *Aqui Agora*⁴ (Sistema Brasileiro de Televisão/SBT), que ocuparam lugar de destaque na programação televisiva brasileira no início da década de 1990, influenciando diversas emissoras locais a investirem em “noticiários populares” que adotassem o estilo de cobertura jornalística conhecido como “mundo cão”⁵. Assim, com o advento dos “programas policiais” televisivos brasileiros nos anos 1990, grupos profissionais foram formados e vários deles incentivados a “seguir carreira” na área.

¹ Muniz Sodré (2009, p. 250) elucidou que “o *fait-divers* funcionaria [...] como uma espécie de projeção familiar da intimidade – o sórdido ou o monstruoso tanto de uma pessoa quanto de um grupo – no espaço público.”. O termo *fait-divers* é normalmente empregado no vocabulário jornalístico para designar notícias que tratam de escândalos, “crimes”, curiosidades, anomalias etc., reportando-as de modo sensacionalista e espetacular, na intenção de causar impacto no espectador.

² Optei por apresentar os termos “programa policial”, “telejornalismo policial”, “repórter policial” etc. entre aspas duplas por considerá-los categorias nativas que funcionam como mecanismo de pertencimento social para alguns jornalistas que atuam nas editorias policiais e para outros não. A partir dos relatos de interlocutores, pude perceber que muitos deles não se autoidentificavam com essas denominações e preferiam ser representados apenas como “jornalistas”. Esse ponto é importante para as problemáticas desenvolvidas nesta pesquisa e será discutido ao longo da tese.

³ Como estratégia gráfica para uma melhor compreensão textual, apresentarei os títulos das obras de autores do referencial bibliográfico, os termos estrangeiros, os nomes próprios de programas em itálico, no intuito de destacá-las e diferenciá-las das citações bibliográficas curtas, dos trechos curtos das falas dos meus interlocutores e de algumas categorias nativas que constituíram categorias analíticas nesta pesquisa, expostas entre aspas duplas. Quando não possuírem o sentido conferido pelos interlocutores, utilizarei alguns desses termos sem aspas. O termo “grade de programação” disposto no texto, por exemplo, remete a uma expressão da Comunicação Social que funciona como uma lista mensal que contém os dias e horários em que os programas são veiculados por emissoras radiofônicas ou nos canais televisivos, especialmente na TV aberta.

⁴ Um dos pioneiros do “telejornalismo policial” no Brasil, criado em 1991. Para saber mais informações sobre o programa, consultar: BENTES, 1994.

⁵ Expressão utilizada no Brasil desde o final da década de 1960 para designar um gênero televisual baseado na “exploração da ‘miséria’, do ‘analfabetismo’ e do ‘subdesenvolvimento’”, no intuito de “fisar a audiência” (FREIRE FILHO, 2008 *apud* GOMES, 2009, p. 243).

Suas trajetórias profissionais retratam a constituição de um profissionalismo e de um pertencimento profissional específicos dessa ocupação em todo o país, sendo possível identificar certas semelhanças e diferenças com a profissão de jornalista de modo mais abrangente.

Fenômeno semelhante pode ser observado no contexto cearense, que, durante o período em que foi realizada a pesquisa de campo, de novembro de 2016 a novembro de 2018, contava com aproximadamente dez “programas policiais” veiculados por emissoras de televisão locais que disputavam diariamente a atenção da audiência, totalizando cerca de treze horas diárias de transmissão somente na TV aberta do Estado do Ceará. Eram eles: *Barra Pesada* e *A Hora dos Malas* (TV *Jangadeiro*, o último foi cancelado em meados de 2018); *Cidade 190* e *Cidade Alerta Ceará* (TV *Cidade Fortaleza*); *Rota 22*, *Comando 22*, *Comando Realidade* e *Ação na TV Diário* (TV *Diário*, tendo sido os dois últimos descontinuados em 2017); *Programa Ferreira Aragão* (TV *União/TV Band Satélite*); *Plantão da Cidade* (TV *Capital*, que estreou em 2017 e foi cancelado em 2018).

Entre os anos 2012 e 2014, durante o mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), tive a oportunidade de desenvolver, sob a orientação da Profa. Dra. Jânia Perla Diógenes de Aquino, o trabalho de campo para minha dissertação intitulada *Cenários da violência: análise estético-narrativa do telejornal policial Barra Pesada*, cujo objeto de estudo era um “programa policial” televisivo (MORALES, 2014). No decorrer da investigação, procurei compreender a forma como os “assuntos de Polícia” eram abordados por este programa específico, ressaltando os aspectos estéticos e performáticos presentes nas narrativas midiáticas confeccionadas por um grupo de jornalistas que, juntos, compunham a equipe de produção do telejornal na época.

A partir deste trabalho, outras questões surgiram e tornaram-se de suma importância para o contínuo entendimento do fenômeno social estudado, tais como: quem são os “jornalistas policiais”? Como eles se autoidentificam? Como funcionam suas rotinas⁶ de trabalho? De que forma os “jornalistas policiais” tomam conhecimento de determinados “fatos”⁷? Quem são suas fontes? Quais são os critérios utilizados por eles para selecionar o que será ou não noticiado? Qual lugar os “jornalistas policiais” ocupam na sociedade cearense e, mais especificamente, no meio

⁶ Cf. TUCHMAN, 1999a.

⁷ Cf. BERGAMO, 2011.

jornalístico? Essas questões funcionaram como perguntas de partida para o desenvolvimento deste trabalho, no intuito de compreender suas autopercepções e práticas profissionais.

Estando ciente da impossibilidade de separar completamente cada ponto de vista identificado nas redes de relações do universo estudado, optei por analisar nesta tese as visões de mundo de jornalistas que trabalham ou trabalharam na editoria policial das emissoras de televisão na cidade de Fortaleza⁸ sobre si mesmos, sua profissão e carreira, os quais depositaram em mim sua confiança ao contarem suas histórias e compartilharem comigo suas memórias e experiências. Reconheço, pois, as limitações dessa investigação no que se refere à compreensão do que analiticamente denomino de universo do “telejornalismo policial” cearense, já que outros aspectos relevantes, como a recepção desses programas, não foram contemplados neste trabalho. Saliento que esta pesquisa se delimita ao trabalho de campo realizado em um tempo e espaço específicos, logo, os resultados obtidos são fundamentados no conjunto de interações e experiências vivenciadas e compartilhadas com meus interlocutores ao longo desse período, considerando que as percepções e as memórias das trajetórias profissionais nativas acessadas no trabalho de campo constituem os dados empíricos que embasam esta pesquisa.

A problemática desta tese consiste, portanto, em descrever e analisar as autopercepções que os “jornalistas policiais” investigados possuem sobre si mesmos, sobre sua profissão e os quadros⁹ que orientam suas lógicas de ações e modos de pensamento acerca dos fenômenos da “violência urbana” e da “criminalidade” em suas rotinas de trabalho. Paralelamente, procurei compreender as complexas redes de relações sociais que se desenvolvem no universo examinado e que são provenientes das interações entre os profissionais que trabalham ou trabalharam na área e destes com outros segmentos da sociedade, como, por exemplo, o econômico e o político, buscando analisar como essas interações se desenvolvem no seio desta atividade profissional e como esses programas fazem parte do jogo político tanto no âmbito regional quanto nacional, com uma forte imbricação nos interesses econômicos e políticos de grupos detentores de empresas de telecomunicação, de partidos políticos e de grupos religiosos da sociedade. Embora fosse interessante

⁸ Capital do Estado do Ceará, a qual abriga a maioria das sedes dos órgãos de comunicação televisiva em funcionamento na região cearense.

⁹ Cf. GOFFMAN, 2012.

contemplar neste trabalho uma investigação rigorosa dos mandatos e, conseqüentemente, dos “projetos de lei” confeccionados por meus interlocutores que ingressaram, em algum momento de suas carreiras no “telejornalismo policial”, “na Política”, optei por não fazer desta dimensão um objetivo específico nesta pesquisa, devido ao pouco tempo e espaço que eu tinha para realizá-lo de maneira satisfatória.

Observando as rotinas de trabalho de “jornalistas policiais”, percebi que, assim como os demais profissionais de jornalismo, eles estão inseridos em teias de relações entre eles mesmos, as “fontes oficiais e oficiosas”, o “público” e os anunciantes/patrocinadores dos programas. Portanto, parto do pressuposto de que a construção de um profissionalismo e de um pertencimento profissional específicos desses profissionais são ensejadas nas interações face a face ou através de tecnologias de comunicação virtuais (*WhatsApp*¹⁰ e *Facebook*¹¹) que se dão entre os referidos atores sociais nas experiências vivenciadas¹² em seus cotidianos de trabalho.

As negociações que realizei junto aos jornalistas examinados durante a pesquisa empírica não possibilitaram minha participação nos grupos virtuais constituídos por meus interlocutores e suas fontes, conseguindo acessar de modo esporádico alguns conteúdos das mensagens trocadas por eles nos momentos de encontro da pesquisa que ocorreram tanto nas emissoras quanto fora delas, especialmente quando eles faziam questão de me mostrar alguma conversa, imagem ou vídeo enviados por uma fonte sobre um assunto específico.

Minha intenção nesta tese não é, portanto, a de investigar o processo de profissionalização do Jornalismo em geral, nem muito menos realizar uma trajetória das emissoras locais, mas a de procurar compreender e analisar o lugar que os jornalistas examinados ocupam no meio jornalístico em si e na vida social. Ao fazerem parte do processo de profissionalismo do Jornalismo como um todo, alguns jornalistas

¹⁰ Fundado em 2009, o *WhatsApp* é um aplicativo que oferece aos seus usuários uma plataforma na *internet* que possibilita a troca de uma grande variedade de arquivos de texto e de mídias, tais como fotos, vídeos, áudios, documentos, chamadas de voz, compartilhamento de contatos e de localizações entre pessoas localizadas em qualquer lugar do mundo, com a garantia de que as mensagens e ligações realizadas através do aplicativo são criptografadas, isto é, não podem ser acessadas por terceiros. Informações disponíveis em: <https://www.whatsapp.com/about/>. Acesso em: 23 jan. 2019.

¹¹ Rede social virtual lançada em 2004, cuja interface permite que os usuários criem perfis e páginas, disponibilizando espaço para a publicação de textos e mídias (áudios, imagens, vídeos, documentos etc.) que podem ser publicados através do compartilhamento de arquivos em formato digital. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/facebookappBrasil/about/>. Acesso em: 23 jan. 2019.

¹² Cf. TURNER, 2005.

do “telejornalismo policial” cearense criam pertencimentos profissionais específicos, que, por vezes, ressignificam os valores e códigos éticos ensinados nos cursos universitários brasileiros de Jornalismo e Comunicação Social.

Para isso, procurei construir uma análise etnográfica das lógicas de ação dos atores sociais que produzem esses programas, expressas nos depoimentos sobre suas trajetórias profissionais durante o trabalho de campo realizado nesta pesquisa, cujo recorte temporal estabelecido, conforme já havia sido mencionado, é referente ao período de novembro de 2016 a novembro de 2018 na Grande Fortaleza¹³. Nesse sentido, utilizei a entrevista compreensiva¹⁴ (em profundidade e semiestruturada) e a observação de campo como instrumentos metodológicos para a coleta dos dados empíricos e, para analisar o material coletado, tomei como referência a abordagem etnográfica, com o objetivo de extrair dos relatos dos interlocutores as concepções e crenças sobre suas ocupações e pertencimentos profissionais, as percepções a respeito dos fenômenos da “violência urbana” e da “criminalidade”, além de suas opiniões e aspirações sobre a atuação da “Polícia”¹⁵ e das políticas públicas cearenses de segurança e justiça.

Desse modo, foram realizadas observações e entrevistas com cinco apresentadores, seis repórteres, cinco editores, três produtores e um diretor de programa, que trabalham ou trabalhavam nas editorias policiais de emissoras locais e com uma representante do coletivo *Intervozes*¹⁶ no Ceará. Além das entrevistas em profundidade realizadas durante o trabalho de campo empreendido nesta

¹³ A denominação Grande Fortaleza se refere à Região Metropolitana de Fortaleza que, segundo a estimativa populacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em julho de 2016, ocupa o sétimo lugar das regiões metropolitanas mais populosas do Brasil. É constituída pelos dezenove municípios seguintes: Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Paraipaba, Paracuru e Trairi. Informação consultada em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html?=&t=o-que-e>.

¹⁴ Cf. KAUFMANN, 2013.

¹⁵ Ao utilizar a nomenclatura “Polícia” no singular, não intenciono reduzir a heterogeneidade presente nas instituições policiais, cuja multiplicidade de saberes, atitudes e interesses já foi largamente descrita em pesquisas científicas (BRETAS, 1997; SÁ, 2002; ALMEIDA; BRASIL, 2004; BARREIRA, 2004; BRASIL, 2004, FREITAS; MELLO; ALMEIDA, 2009; ARAÚJO, 2013; BARBOSA, 2014; CAVALCANTE, 2016; entre outros), mas porque pretendo apresentar a forma, muitas vezes, homogênea como elas são retratadas por meus interlocutores de pesquisa.

¹⁶ O *Intervozes* – Coletivo Brasil de Comunicação Social se apresenta como “uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil”, sendo composta por ativistas e profissionais provenientes de diversas áreas do conhecimento (Comunicação Social, Direito, Arquitetura, Artes etc.), e promovendo ações coletivas em quinze estados e no Distrito Federal no Brasil. Descrição presente no sítio oficial da organização: <https://intervozes.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 4 dez. 2019.

investigação científica, também estão contidos no *corpus* da pesquisa vídeos referentes aos “programas policiais” cearenses, disponibilizados nos canais oficiais das emissoras no *YouTube*¹⁷.

É possível encontrar uma vasta quantidade de trabalhos acadêmicos de diversas áreas do conhecimento (Ciências Sociais, Comunicação Social, Letras, Psicologia) que tratam a respeito do fenômeno do “telejornalismo policial” em várias regiões brasileiras, tais como pesquisas sobre aspectos da história do gênero jornalístico policial “sensacionalista” (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995; BARBOSA, 2004 etc.), produção e conteúdo das notícias (COSTA, 1999; TEIXEIRA, 2002, 2009; OLIVEIRA, 2007; CAMPELLO, 2008; ROMÃO, 2013; SEQUINEL, 2014 etc.) e estudos de recepção (LOPES, 2008; SOARES, 2008; SILVA, 2012; RIBEIRO, 2016 etc.). Na revisão de literatura desenvolvida durante a pesquisa bibliográfica desta tese, também encontrei uma elevada quantidade de artigos e projetos de pesquisa a respeito do assunto. No entanto, são poucos os estudos que se dedicam à investigação dos profissionais que atuam nessa área jornalística, de suas práticas e/ou das redes interacionais compostas por tais jornalistas, e por eles e suas fontes.

Revisando a literatura sobre o tema, encontrei o artigo publicado pelos pesquisadores Theophilos Rifiotis *et al.* (1997), cuja pesquisa gira em torno especificamente das “identidades e práticas” profissionais de repórteres e editores policiais de jornais impressos no Estado da Paraíba; o livro de Sílvia Ramos e Anabela Paiva (2007) que analisaram o cotidiano de produção de jornais pela perspectiva de “repórteres e editores dos principais veículos do país”, com o objetivo de compreender como tais jornalistas trabalhavam e como a cobertura jornalística acerca da “violência, segurança pública, crime e Polícia” poderia ser aprimorada; e o artigo desenvolvido por Patrícia Lima *et al.* (2017), cuja pesquisa trata sobre a construção das “identidades e imaginários dos jornalistas” que trabalhavam na editoria policial de jornais impressos e televisivos, e assessorias de imprensa em Brasília e em Goiânia. Ressalto ainda o relatório do grupo focal realizado em 28 de agosto de 2010 no Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC) com profissionais do “jornalismo policial” cearense do jornal impresso e da televisão, organizado pelas pesquisadoras Jânia Perla Diógenes de

¹⁷ Fundado em 2005, o *Youtube* é descrito por seus criadores como uma plataforma de compartilhamento e um agregador de conteúdos audiovisuais produzidos por seus próprios usuários, cuja “missão é dar a todos uma voz e revelar o mundo”. Disponível em: <https://youtube.com/about/>. Acesso em: 16 jan. 2019.

Aquino e Letícia de Sousa Araújo, que apresenta uma análise das autoidentificações e dos pontos de vista da referida categoria profissional, suas concepções e valores, e reflexões a respeito da segurança pública e da cidadania. Tais estudos oferecem contribuições relevantes para a investigação dos cotidianos de produção dos “programas policiais”, de seus pertencimentos e trajetórias profissionais, com os quais procurei dialogar ao longo desta tese.

Cabe assinalar de antemão que, ao longo desta tese, mais especificamente em meu referencial teórico, reuni uma composição de autores das mais diversas correntes teóricas, desde interacionistas até pós-estruturalistas, buscando estabelecer uma dinâmica dialógica frutífera com tais pensadores.

Para analisar elementos específicos da profissão de “jornalista policial”, guiei-me, como referencial teórico, pela tradição interacionista da Sociologia das Profissões, sobretudo, de Claude Dubar (1998; 2005), para quem a análise de “trajetórias profissionais” e de “mecanismos de socialização” são pontos centrais no estudo das profissões, priorizando, no que se refere ao aspecto metodológico, a análise de carreiras, trajetórias e percursos da vida profissional dos interlocutores (DUBAR; NICOURD, 2017), tanto no momento da formação quanto na atuação profissional em si.

Para Dubar (1998), o conceito de trajetórias profissionais gira em torno dos processos biográficos individuais, que revelam os diferentes modos usados pelas pessoas para contarem suas próprias trajetórias, por meio da narração de uma “história” que procura (re)constituir subjetivamente a “definição de si”. Ademais, pautei-me na categoria analítica trajetória proposta por Gilberto Velho (2001, p. 20) que enfatiza o papel mediador entre “mundos socioculturais” distintos que é constantemente suscitado por pessoas que vivem “na sociedade moderno-contemporânea”, cujas experiências sociais são muito diversificadas, “na medida em que se deslocam e têm contato com universos sociológicos, estilos de vida e modos de percepção da realidade distintos e mesmo contrastantes”.

Para compreender como a profissão e os “jornalistas policiais” são classificados, tanto pela sociedade quanto no interior do próprio meio jornalístico, e os conflitos e disputas intraprofissionais que orbitam em torno dessas classificações, busquei articular a teoria do desvio proposta por Howard Becker (2008). Ao estudar as diferenciações entre “músicos de jazz” e “músicos comerciais”, Becker (2008) entendeu que tanto um quanto o outro participam ativamente de “panelinhas”,

compondo assim redes de relações sociais que disputam entre si o desenvolvimento de suas próprias carreiras profissionais. Tais conflitos suscitados pelas interações entre “trabalhadores da música” em suas trajetórias socioprofissionais fazem parte do processo de construção de “carreiras desviantes”, formando assim um “grupo de ‘outsiders’ que se considera ‘diferente’, e é assim considerado pelos outros.” (BECKER, 2008, p. 111).

Também procurei dialogar com Eliot Freidson (1996) que propõe uma teoria do profissionalismo com base no “paradigma do poder”, concebendo tal fenômeno como uma estratégia política e não por seu caráter funcional como era comumente analisado pela corrente funcionalista da Sociologia das Profissões. Freidson introduziu, assim, a dimensão das relações de poder, das disputas e diferenças intraprofissionais, ao conferir relevância aos relatos dos próprios trabalhadores, procurando entender as “lutas por reconhecimento” e os “conflitos internos” no processo de construção do “ser profissional”, categorias com as quais dialoguei na análise empírica deste trabalho.

Ainda sobre o fenômeno do profissionalismo, Julia Evetts (2018) também trouxe contribuições significativas para a temática, compreendendo-o como discurso, pressuposto este que me ajudou, por exemplo, a entender melhor como aconteciam as disputas discursivas internas reveladas por meus interlocutores em torno da representação do profissionalismo do “ser jornalista policial” cearense ou, como julgado por alguns jornalistas e especialistas, a falta de tal profissionalismo.

Adotando em seus estudos uma abordagem microssociológica das interações interpessoais cotidianas que aconteciam em determinadas situações da vida social, como, por exemplo, no ambiente de trabalho, Erving Goffman ressaltou a ideia de que os atores sociais disputam pela “definição do real” nas circunstâncias situacionais às quais vivenciam em seu dia a dia. Influenciada pelo pensamento teórico-metodológico de Goffman (2012, p. 45), busquei analisar as rotinas cotidianas de meus interlocutores, suas práticas e os *frames* ou quadros (re)construídos por eles diariamente, para compreender as maneiras como eles organizam as experiências vivenciadas¹⁸ em seus cotidianos de trabalho, tanto nos bastidores da produção dos “programas policiais” quanto na “região de fachada”, e como o “compartilhamento de

¹⁸ Cf. TURNER, 2005.

quadros” acontece através das interações mantidas entre eles, suas fontes e os demais atores sociais envolvidos na produção das “notícias policiais”.

Para pensar a noção de rede, busquei dialogar com a proposição elaborada por Tim Ingold (2012), para quem a categoria rede pode ser compreendida a partir da dimensão do ato de “tecer”, a tessitura de uma malha, por exemplo. Nesse sentido, o autor propôs trabalhar o conceito de malha, com suas linhas e traçados, nos quais os atores sociais transitam e agem ao longo de suas vidas.

Para entender a noção de poder, fundamento-me na teoria formulada por Michel Foucault (2001; 2010) que trata da dimensão relacional do meio social na composição do fenômeno do poder, assegurando que, nas sociedades modernas, a autonomia dos indivíduos é vigiada e controlada por “organizações disciplinadoras” que controlam suas ações. Assim, as relações de poder cotidianas estão inseridas em uma dinâmica, muitas vezes, conflituosa entre grupos que disputam entre si os mecanismos de classificação e normalização de lugares sociais, podendo um mesmo grupo ocupar diferentes posições ao longo do tempo. Logo, procurei fazer um paralelo com a argumentação realizada por Foucault (2001; 2010) de que o poder deve ser encarado como algo que não pode ser possuído, mas que é exercido pelos sujeitos no seio das relações sociais, sendo entendido pelo seu caráter criativo e não como algo necessariamente negativo.

No intuito de compreender melhor as disputas pela “definição do real”, também tomei como referência o conceito de ideologia trabalhado por Antonio Gramsci (1978, p. 16), que o entendia como “uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, nas atividades econômicas e em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva”. Analisando que a construção ideológica presente nas relações interpessoais entre profissionais de Jornalismo, anunciantes/patrocinadores, “fontes policiais” e “público” passa por um processo de legitimação da definição de “realidade hegemônica” que acontece sem garantias, isto é, não há uma reprodução completa do poder exercido pelos atores para definir o real, logo, tal poder é disputado cotidianamente pelos atores sociais envolvidos nas situações cotidianas do ambiente de trabalho investigado, possibilitando, inclusive, táticas (CERTEAU, 1998) contra-hegemônicas praticadas pelos próprios “jornalistas policiais”.

Pautando-me na noção de “paradigma do poder” trabalhada por Eric Macé (2014), inferi que as relações de poder estão no centro das relações sociais estudadas

e que, com base nesse pressuposto, eu deveria observar como os próprios atores sociais desenvolvem táticas, habilidades críticas e justificativas para dar sentido a suas ações enquanto disputam posições nas relações de poder em que estão inseridos. Segundo Luc Boltanski (2009 *apud* MACÉ, 2014), que, apesar de trabalhar na “lógica do paradigma da dominação”, como afirma Macé (2014, p. 6), entende o espaço social como um lugar vivo, que está em constante movimento, no qual os atores sociais elaboram críticas e justificativas em situações mais ou menos incertas. Michel De Certeau (1990 *apud* MACÉ, 2014, p. 6) também constatou que, geralmente, as pessoas sabem que estão “submetidas a determinada dominação”, mas criam conscientemente táticas para conseguir lidar com tais circunstâncias.

Para analisar os conflitos políticos gerados em torno da significação de fenômenos e conceitos como “crime”¹⁹ e “violência”, tomei como referencial teórico categorias elaboradas por Michel Misse (1999) e também por Gabriel Feltran (2014), os quais criaram categorias a partir de suas pesquisas de campo para pensar os sistemas de acusação social, de sujeição criminal e de incriminação aos quais alguns segmentos específicos da nossa sociedade são submetidos, em especial os moradores de “favelas” (VALLADARES, 2000). Nesse sentido, pautei-me no conceito de necropolítica proposto pelo filósofo Achille Mbembe (2016), em sua releitura da teoria da biopolítica de Foucault (2001).

Para fins de exposição, esta tese foi dividida em sete capítulos. Após o primeiro capítulo introdutório, no segundo capítulo, intitulado “Seguindo as redes: os percursos e percalços metodológicos da pesquisa”, procurei apresentar uma contextualização do universo empírico da pesquisa, descrevendo brevemente a dinâmica estrutural dos “telejornais policiais” cearenses e o processo de profissionalismo dessa área com os quais me deparei durante o trabalho de campo desenvolvido no decurso desta investigação. Nele, também abordei os caminhos metodológicos percorridos ao longo da pesquisa, relatando o modo como o trabalho de campo foi realizado, a maneira como conduzi as negociações de pesquisa e como acessei o campo, destacando a centralidade que as memórias e trajetórias profissionais dos meus interlocutores tiveram no desenvolvimento da investigação e procurando construir uma análise etnográfica que pudesse dar conta desse material empírico, além da descrição de casos exemplares nos quais retrato a realização de

¹⁹ Compreendendo o conceito de “crime” como um constructo histórico e social (MISSE, 1999), utilizo-o entre aspas duplas, no intuito de salientar suas significações na linguagem nativa.

uma entrevista compreensiva e observação em um “estúdio de gravação” e a efetuação de observações de campo “nas ruas” de Fortaleza e sua Região Metropolitana.

No terceiro capítulo, denominado “‘Ser jornalista policial’: experiências e socialização profissionais”, analisei os relatos dos meus interlocutores de pesquisa coletados ao longo do trabalho de campo, evidenciando elementos sobre suas autopercepções, memórias e pertencimentos na condição de uma categoria profissional heterogênea que possui formações e condições de trabalho diferenciadas, e sobre os estilos de vida, valores morais e éticos gradualmente assimilados pelos interlocutores no decorrer de suas carreiras em um processo de socialização profissional.

No quarto capítulo, denominado “‘Seguir carreira no policial’: motivações, pertencimentos e trajetórias profissionais”, abordei as formas como os atores sociais examinados, respectivamente, os apresentadores, repórteres, produtores, editores e diretores de “programas policiais” cearenses, articulam na prática os saberes, segundo eles, adquiridos ao longo do exercício da profissão, salientando o modo como as dinâmicas relacionais estabelecidas entre eles e outros atores sociais envolvidos na produção das “notícias policiais”, que juntos compõem as redes de relações intra e interprofissionais, são fundamentais para o processo de socialização e a construção de seu pertencimento profissional, apresentando dados empíricos revelados a partir dos depoimentos dos meus interlocutores que, na condição de entrevistados, fizeram uso dos artifícios da memória para narrar aspectos de suas trajetórias profissionais.

No quinto capítulo, cujo título é “‘Nós somos contadores de histórias’: redes, relações de poder e produção da verdade no fazer jornalístico policial cearense”, debrucei-me sobre as relações de poder presentes no cotidiano das redes do “telejornalismo policial” cearense acessadas durante o trabalho de campo, analisando as principais características das relações entre jornalistas da área policial e suas fontes, em especial, as “fontes policiais”, descrevendo o uso de tecnologias de comunicação observado nessas interações, e buscando compreender como tais interações afetam a produção das “notícias policiais” e como contribuem para a construção do “ser jornalista policial”. Além disso, analisei as formas de saber/poder e de produção da verdade constituídas no fazer jornalístico policial cearense, procurando entender o poder dos discursos performáticos dos “jornalistas policiais” na

construção de quadros referenciais, perspectivas e classificações sobre fenômenos da “violência” e da “criminalidade” e sobre seus autores, e a contribuição dada pela “mídia policial” cearense e, conseqüentemente, pelas “narrativas policiais” confeccionadas por meus interlocutores à disseminação e legitimação de necropolíticas dirigidas, sobretudo, à eliminação de grupos sociais específicos.

No sexto capítulo, intitulado “‘Telejornalismo policial’ e ‘Política’²⁰”, discorri sobre a relação entre mídia e política e suas interdependências no contexto estudado, apresentando e analisando etnograficamente as definições do termo “Política” elaboradas por meus interlocutores de pesquisa ao longo de suas trajetórias profissionais e as mais variadas formas de “fazer política” no contexto do “telejornalismo policial” cearense, desde atuações em que creem realizar “serviços de utilidade pública” e os “trabalhos sociais” junto ao “povo”²¹, àquelas em que acreditam ser “defensores dos interesses do povo” transformando-se em políticos. Ademais, reuni elementos que confirmam minha teoria de que os “programas policiais” funcionam, muitas vezes, como propaganda para diversos “jornalistas policiais” que pretendem “seguir carreira política”, constituindo um fenômeno eleitoral. Por fim, encerrei a tese com um capítulo conclusivo, onde procurei apresentar minhas principais considerações sobre esta investigação e seus resultados.

²⁰ Uso nativo do termo “Política” em referência ao “sistema político formal” ou à noção de Estado moderno como uma entidade homogênea, sendo classificado moralmente com frequência pela maioria dos meus interlocutores como um meio associado com práticas relativas à “corrupção” ou orientadas por “interesses pessoais”, ao diferenciá-las das práticas do Jornalismo, consideradas por eles como atividades mais honrosas.

²¹ Termo utilizado por meus interlocutores para se referir à noção de população no sentido político, isto é, de pessoas que não possuem agenciamento político e que, por isso, “necessitam de ajuda”, aos quais eles acreditam “dar voz” e serem seus “defensores”. Apesar de fazer parte do “público”, esse termo é normalmente acionado quando meus interlocutores se referem a “pessoas carentes” ou negligenciados pelo Estado e que precisam de figuras como os “jornalistas policiais” para atuar como seus “representantes”, que vão “lutar por seus direitos” e viabilizá-los por conta do “poder que a mídia tem”.

2 “SEGUINDO AS REDES”: OS PERCURSOS E PERCALÇOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Meu primeiro contato com o universo do “telejornalismo policial” cearense ocorreu em junho de 2008, durante a graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará (UECE), quando integrei a equipe de pesquisa do projeto intitulado “Genealogia e Dinâmica da Violência Urbana, Policiais Militares Estaduais e Políticas públicas”²², na qual tive a oportunidade de realizar visitas regulares aos arquivos de duas emissoras de televisão cearenses, cujas sedes estão localizadas na cidade de Fortaleza: a TV Jangadeiro e a TV Diário. Naquele período, conheci vários profissionais (repórteres, apresentadores, editores, produtores, diretores e arquivistas) que trabalhavam em diferentes setores e alguns dos departamentos que constituem os bastidores da produção de “telejornais policiais”, tais como a “sala de redação”²³, a “ilha de edição”²⁴, o “estúdio de gravação”²⁵, entre outros.

Nessas ocasiões, pude observar de perto o funcionamento interno da editoria policial nas referidas emissoras e os bastidores daquela cena²⁶ telejornalística, a qual parecia estar constantemente imersa em um clima de agitação, de intensa movimentação. As empresas midiáticas às quais tive acesso apresentavam um ambiente profissional com funções especializadas, dispostas de modo hierárquico²⁷, e com escalas laborais preestabelecidas, podendo os trabalhadores atuarem ao mesmo tempo em diferentes editorias como repórter, apresentador, cinegrafista, editor, chefe de reportagem, editor-chefe, dentre outros cargos

²² Pesquisa promovida pelo Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC) em parceria com o Laboratório de Estudos da Conflitualidade e da Violência (COVIO/UECE), empreendida com o apoio institucional da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Sob a orientação do Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas, estagiei no subprojeto “As violências urbanas e os grupos de vulnerabilidade social”, que tinha como objetivo analisar a influência dos meios de comunicação na construção social do conceito de juventude em Fortaleza e sua Região Metropolitana.

²³ Vocábulo jornalístico frequentemente mencionado apenas pelo termo “redação”, que constitui o ambiente onde os jornalistas exercem suas atividades cotidianas, seja de jornal impresso, revista, rádio ou televisão.

²⁴ Terminologia utilizada no Jornalismo para se referir ao local onde trabalham os editores de vídeo e de áudio, cercado por aparelhos e acessórios que possibilitam a edição dos programas.

²⁵ Expressão proveniente do vocabulário jornalístico, remete ao lugar onde as apresentações dos programas são gravadas, geralmente, “ao vivo”, ou seja, transmitido “em tempo real”, sem a necessidade de gravação, de dentro da sede das emissoras privadas de telecomunicações em Fortaleza.

²⁶ Cf. CRAPANZANO (2005, p. 361).

²⁷ Fenômeno semelhante foi identificado por Robert Darnton (2010, p. 78-79) em sua análise sobre a “estrutura da sala de redação” do jornal *The New York Times*, investigando o que ele denomina de “sistema hierárquico de posições”.

disponíveis. Outra característica que observei nesses encontros foi a grande “rotatividade” de profissionais nos setores do “telejornalismo policial” das emissoras de telecomunicação em Fortaleza. Devido a essa elevada “rotatividade”, a maioria dos meus interlocutores tiveram experiências profissionais anteriores em outras emissoras locais, de modo que era bastante comum eles conhecerem o *modus operandi* (M.O.) de produção de outros programas, inclusive de seus “concorrentes”²⁸.

Essa primeira experiência de campo no universo do “telejornalismo policial” cearense me permitiu desenvolver contatos e vínculos com diversos jornalistas que atuavam em tal gênero jornalístico na época. Tais laços se mostraram bastante frutíferos e oportunos no que diz respeito à viabilidade desta tese, pois possibilitaram a realização de observações de campo e de entrevistas individuais em profundidade com profissionais que trabalham ou trabalharam na área policial na cidade de Fortaleza, permitindo que fosse possível conhecer e acompanhar de perto suas rotinas de trabalho (nas redações e fora delas), suas redes de relações e de reciprocidade, no intuito de compreender como elas funcionam na prática e de realizar o objetivo metodológico de seguir as redes de relações dos jornalistas pesquisados.

Inspirada inicialmente no conceito de rede trabalhado por Bruno Latour (2004, p. 397, grifo do autor) na Teoria Ator-Rede (ANT), em que “metodologicamente, trata-se de seguir as coisas através das redes em que elas se transportam, descrevê-las em seus enredos...”, observei em meu campo de estudo que as redes de interações formadas pelos jornalistas examinados e os demais atores sociais envolvidos na produção dos “programas policiais” televisivos, mais do que conectadas entre si, elas compõem tecidos nos quais tais atores convivem e “conduzem sua percepção e ação no mundo”, sendo melhor descritas pelo antropólogo britânico Tim Ingold (2012) em sua categoria “malha”. Para o autor, trabalhar com o conceito de rede em sua tradução do francês *réseau* “pode se referir tanto a rede (*network*) como a tecer (*netting*) – tecer uma malha, o bordado de uma renda, o plexo do sistema nervoso, ou a teia de uma aranha.” (INGOLD, 2012, p. 40), e é seguindo essa lógica proposta pelo autor que procuro pensar as redes de relações das quais meus interlocutores participavam. Para isso, a pesquisadora Flávia Medeiros (2016, p. 18, grifos da autora) propôs considerar:

²⁸ Terminologia nativa para se referir aos demais programas de outras emissoras que “disputam a audiência” local.

[...] não apenas a *agência* de sujeitos e objetos em uma *rede* de pontos conectados, mas as *linhas* pelas quais se percebe e age. A ação nesta perspectiva se relaciona com as forças conduzidas e, gostaria de incluir, repercutidas, pelas *linhas* na *malha*. Sujeitos e coisas inseridos nesta isto é, existindo como parte constitutiva da *malha*, habitam o mundo. E assim, *percebem* e agem baseados em suas *habilidades* práticas adquiridas e incorporadas progressivamente como respostas a estímulos externos ou a ela estranhos bem como sua própria *percepção do ambiente*.

Como havia mencionado na introdução, realizei no mestrado o trabalho de campo para minha dissertação entre os anos 2012 e 2014 (MORALES, 2014), cujo objeto central era um “programa policial” televisivo cearense: o *Barra Pesada*²⁹. Nesse trabalho, procurei descrever e analisar as formas como as “ocorrências policiais” eram apresentadas por tal noticiário, enfatizando os elementos estéticos e performáticos presentes nas narrativas midiáticas produzidas pelos jornalistas que trabalhavam no programa naquele período.

Partindo do material empírico coletado durante o mestrado e da ideia de estudar os bastidores³⁰ da produção dos programas no Ceará, percebi que estava diante de um mundo pautado por redes de relações baseadas em trocas³¹ recíprocas (informações, favores, experiências etc.) entre os “jornalistas policiais”, os agentes de segurança pública em geral (policiais militares, delegados, peritos criminais etc.), outros segmentos da sociedade (órgãos públicos, empresas privadas, partidos políticos etc.) e o “público”. Destarte, o cotidiano dos meus interlocutores de pesquisa era constantemente atravessado por essas relações de reciprocidade, seja entre os próprios colegas de profissão ou com outros agentes envolvidos nas coberturas jornalísticas. Tais trocas faziam parte de suas rotinas diárias de trabalho. Enfatizei, pois, a dimensão relacional do “ser jornalista policial” e do fazer jornalístico policial nesta pesquisa.

Uma das dificuldades enfrentadas na pesquisa se revelou ainda na fase exploratória, quando percebi que a maioria das interações entre meus interlocutores e suas fontes ocorria através de trocas de mensagens realizadas em grupos de

²⁹ Lançado em 1990, foi o primeiro programa do gênero policial no Ceará, sendo apresentado até o momento de escrita desta tese pelo jornalista Nonato Albuquerque e transmitido pela emissora cearense *TV Jangadeiro*.

³⁰ Cf. GOFFMAN, 2011a.

³¹ Entendo as trocas que ocorrem com os “jornalistas policiais” pesquisados entre si e entre eles e suas fontes no sentido trabalhado por Marcel Mauss (2003), Bronislaw Malinowski (1978) e Pierre Bourdieu (1996; 2011), que enfatizam o caráter relacional concernente à prática da troca de dons, ressaltando as particularidades de suas pesquisas, desenvolvidas em contextos sociais distintos.

discussão no aplicativo *WhatsApp* em seus aparelhos celulares³². Integravam esses grupos diversos atores sociais ligados à segurança pública cearense, tais como, por exemplo, policiais civis, militares e federais, peritos(as) criminais e médicos(as) legistas do Instituto Médico Legal (IML), socorristas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), enfermeiros(as) do hospital Instituto José Frota (IJF) etc., compondo uma extensa rede virtual de relações.

Consciente da impossibilidade de separar completamente cada ponto de vista existente nas redes de relações do universo estudado (fontes, “público”, anunciantes/patrocinadores etc.), optei nesta tese por analisar as concepções e discursos de jornalistas que trabalham ou trabalharam na editoria policial das emissoras de telecomunicação na cidade de Fortaleza, e que depositaram em mim sua confiança ao contar suas histórias e compartilhar comigo suas experiências. Logo, reconheço as limitações dessa investigação no que se refere à compreensão do que analiticamente denomino de universo do “telejornalismo policial” cearense.

Cabe assinalar, entretanto, que, apesar desta pesquisa estar restrita ao processo de trabalho de campo parcial e fragmentado realizado em um tempo e espaço específicos, cujo recorte temporal estabelecido é referente ao período de novembro de 2016 a novembro de 2018 na cidade de Fortaleza e sua Região Metropolitana, os resultados obtidos foram fundamentados no conjunto de interações e experiências vivenciadas e compartilhadas com meus interlocutores de pesquisa ao longo desse período, entendendo, portanto, que as visões de mundo nativas acessadas ao longo do trabalho de campo devem ser consideradas e valorizadas. Nesse sentido, para entender o processo de pertencimento profissional trilhado por meus interlocutores de pesquisa no decorrer de suas carreiras profissionais, adotei a estratégia metodológica de seguir as redes, no sentido das “teias de relações” ou “malhas” dos profissionais do “telejornalismo policial” cearense.

2.1 Os “telejornais policiais” cearenses: contextualizando o universo empírico da pesquisa

Para fins de contextualização do universo empírico desta pesquisa, ressalto que, por fazerem parte do universo da televisão e, portanto, estarem

³² Sobre experiências semelhantes a tal situação de pesquisa, consultar: BIONDI, 2014; PERALVA *et al.*, 2017a, 2017b; CAVALCANTE, 2016.

condicionados à estrutura de “programação televisiva” local, que costuma sofrer alterações com bastante frequência, os “programas policiais” televisivos cearenses possuem um caráter dinâmico e estão em constante transformação³³. Dentro do recorte temporal adotado nesta pesquisa, de novembro de 2016 a novembro de 2018, observei programas estreados, outros passarem por “processos de reformatação” e alguns serem cancelados. No total, foram exibidos cerca de dez “telejornais policiais” no Estado do Ceará ao longo do período de realização da pesquisa de campo, entre eles: *Barra Pesada* e *A Hora dos Malas* (TV Jangadeiro, o último foi cancelado em meados de 2018); *Cidade 190* e *Cidade Alerta Ceará* (TV Cidade Fortaleza); *Rota 22*, *Comando 22*, *Comando Realidade* e *Ação na TV Diário* (TV Diário, tendo sido os dois últimos descontinuados em 2017); *Programa Ferreira Aragão* (TV União/TV Band Satélite); *Plantão da Cidade* (TV Capital, que estreou em 2017 e foi cancelado em 2018).

O mesmo aconteceu com meus interlocutores que, durante o período concernente ao trabalho de campo, continuaram nos mesmos programas, enquanto outros foram desligados das empresas em que trabalhavam e passaram a trabalhar em outras emissoras, ou ainda aqueles que se aposentaram. Essa situação era considerada comum pela categoria estudada, pois, segundo meus interlocutores, “existe uma grande rotatividade na área”, revelando que grande parte dos “jornalistas policiais” cearenses trabalhou em mais de um programa e/ou em mais de uma emissora ao longo de sua trajetória profissional na área policial.

Logo, a constante criação de novos programas e a reciclagem de programas já existentes aparecem aqui como características observadas no campo desta pesquisa, revelando a dinâmica estrutural desse gênero televisual específico e o profissionalismo dessa área no Ceará. No intuito de contextualizar o cenário do universo estudado com o qual me deparei na época, propus-me a apresentar uma breve descrição dos referidos programas televisivos. Contudo, é preciso esclarecer que, ao realizar essa breve explanação, não busquei colocar em primeiro plano as trajetórias das emissoras cearenses, procurando contemplar de modo totalizante e

³³ Percebi o efeito dessa dimensão de modo mais radical com a criação de programas de televisão em canais fechados de TV conhecidos como “realities policiais”, que se dedicam a mostrar cenas da atuação policial nas grandes cidades brasileiras apenas com a participação de apresentadores e cinegrafistas, descartando do formato dos programas a figura de mediação na relação entre o programa e o “público”, desempenhada em outros programas do gênero pela figura do repórter. (REALITIES..., 2016).

linear seus históricos e singularidades, mas contextualizar concisamente algumas das dinâmicas de trabalho aos quais meus interlocutores foram submetidos ao longo de suas trajetórias profissionais no “telejornalismo policial” cearense.

Um dos pioneiros na transmissão do gênero policial e dos “bastidores policiais” na televisão cearense, o *Barra Pesada* foi transmitido pela primeira vez em 17 de julho de 1990 pela *TV Jangadeiro*, sob a apresentação do jornalista Tadeu Nascimento, que se desligou do programa para investir em sua “carreira política”, sendo eleito vereador da cidade de Fortaleza pelo *Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)* e atuando no parlamento municipal entre os anos de 1993 e 1996. Embora tenha sofrido diversos comentários racistas ao longo de sua carreira no “telejornalismo policial”, o ex-apresentador demonstrou ter conquistado “popularidade com o público” ao ultrapassar inúmeras vezes os índices de audiência da *TV Verdes Mares*, emissora “concorrente” responsável pela transmissão da “programação” da *Rede Globo* no Ceará (SIQUEIRA, 2004). Foi eleito vereador, segundo Cláudia Siqueira (2004), por conta do “sucesso de audiência” do programa e da ideologia “a serviço e em defesa dos interesses das comunidades” que o mesmo veiculava diariamente.

É interessante perceber a intenção da emissora *TV Jangadeiro* que, antes mesmo de sua fundação, em meados de 1990, propôs-se a criar uma programação voltada para temas e questões concernentes à “realidade cearense”, com a qual o “público” pudesse se identificar. Prova disto era o *slogan* utilizado pela empresa: “TV Jangadeiro, onde o Ceará se vê.”. Logo no início, o programa *Barra Pesada* transmitia edições inéditas de segunda a sexta a partir de uma hora da tarde, tendo aproximadamente uma hora de duração, e com reprises aos sábados pela manhã. Após seu surgimento, o telejornal influenciou a criação de outros programas que apresentavam um conteúdo semelhante ao seu nas demais emissoras locais.

Até o momento da escrita desta tese, o telejornal era apresentado pelo jornalista Nonato Albuquerque, sendo exibido de segunda a sexta no horário entre 12h10 e 13h35 pela emissora *TV Jangadeiro*, pertencente ao grupo cearense *Sistema Jangadeiro de Comunicação* e afiliada ao *Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)* no Ceará. Por certo, o programa sofreu diversas modificações ao longo de seus quase trinta anos de existência, apresentando uma abordagem jornalística considerada por

vários jornalistas como sendo mais “séria” do que seus “concorrentes”. O *tom*³⁴ discursivo de “seriedade” adotado pelos produtores do programa era divulgado como sendo o seu diferencial, em contraponto a alguns “telejornais policiais” que incorporavam um *tom* mais cômico aos seus discursos e narrativas. Seus apresentadores e os cenários antigo e mais recente do “estúdio de gravação” do programa podem ser visualizados nas imagens dispostas na Figura 1.

Figura 1 – Apresentadores nos estúdios de gravação do programa *Barra Pesada*



Fonte: Sítio oficial da emissora “TV Jangadeiro” (2019).

Na época do recorte temporal desta pesquisa, o programa *A Hora das Malas* era exibido aos sábados às 13h30, sendo apresentado pelo personagem “Cabo Fela” em conjunto com o radialista, jornalista e ex-deputado estadual no Ceará pelo *Partido Social Democrata Cristão (PSDC)*, Ely Aguiar Alves, que, nas eleições de 2018, candidatou-se novamente ao cargo de deputado estadual pelo partido *Democracia Cristã (DC)*, mas não foi reeleito. O programa apresentava um *tom* discursivo “cômico”, contando com o personagem “Cabo Fela”, um fantoche que lembrava os bonecos utilizados por outro programa televisivo humorístico produzido e exibido até o momento da escrita deste trabalho pela emissora cearense *TV Diário*, intitulado *Nas Garras da Patrulha*³⁵. Por conta da candidatura do âncora, o programa

³⁴ Tomei como referência o conceito de “tonalização (tom) do discurso” trabalhado pela pesquisadora Elizabeth Bastos Duarte (2007), que sinalizou para o fato de que, na tentativa de conferir credibilidade às histórias contadas, a televisão utiliza um “tom” específico que funciona como estratégia discursiva para dar sentido a sua narrativa, tornando-a reconhecível, relacionável. Segundo a autora, a decisão de usar um “tom” constitui um processo de fundamental relevância para a produção de qualquer produto televisivo, tornando-se necessário “acertar o tom”, visto que, no caso de um programa não conseguir estabelecer um nível de interação com os telespectadores, ele arrisca perder toda a relação interacional e de entendimento daquilo que está sendo transmitido, ocasionando uma possível “desconexão de sentidos” (*Id.*, 2007, p. 5).

³⁵ Para mais informações, acessar o *site* com a programação da emissora TV Diário, disponível em: <http://tvdiario.verdesmares.com.br/programas/nas-garras-da-patrulha>. Acesso em: 19 nov. 2019.

teve um breve período de existência, sendo cancelado em meados de 2018, aproximadamente um ano após sua estreia na *TV Jangadeiro*, registrada em 3 de junho de 2017, contando com a seguinte logomarca, apresentada na Figura 2:

Figura 2 – Logomarca do programa *A Hora dos Malas*



Fonte: Página oficial do apresentador Ely Aguiar no *Facebook* (2018).

O nome do programa remetia ao “telejornal policial” *Os Malas e a Lei*, veiculado pela emissora *TV Diário* de 2009 a 2016, também apresentado por Ely Aguiar, que ainda atuava como repórter no programa, juntamente com o personagem “Cabo Fela”, interpretado pelo repórter e redator Tadeu Junior Abreu Maranguape, cuja candidatura de vereador de Fortaleza foi deferida como suplente nas eleições de 2016 pelo *PSDC*, mesmo partido ao qual seu parceiro de apresentação Ely Aguiar é filiado. Vale destacar que o referido jornalista utilizou o nome do personagem que interpretava no programa durante sua candidatura política, registrando-se no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) com o nome “Tadeu Junior Cabo Fela”, o que revela a grande visibilidade pública que tais profissionais adquirem ao atuar nesses programas.

Após as eleições de 2018, por volta de março de 2019, foi criado o *Programa Ely Aguiar*, sendo este transmitido pela “TV União”. Durante a escrita desta tese, Ely Aguiar e “Cabo Fela” seguiram apresentando um “telejornal policial” com o mesmo nome na emissora *TV da Gente*, afiliada da “TV Gazeta” de São Paulo,

conforme pode ser visualizado na Figura 3, utilizando a mesma linha editorial que, segundo a produção do programa, “mistura jornalismo e humor”³⁶.

Figura 3 – Apresentadores do *Programa Ely Aguiar*



Fonte: Página oficial do apresentador Ely Aguiar no *Facebook* (2020).

Os programas *Cidade 190* e o *Cidade Alerta Ceará* são noticiários transmitidos pela emissora *TV Cidade Fortaleza*, empresa do *Grupo Cidade de Comunicação*, afiliada à *Rede Record* no Ceará. Tais programas são conhecidos por fazerem uso em seu editorial de elementos do chamado “humor cearense”³⁷.

Apresentado por Edvaldo Costa e Vitor Valim, respectivamente vereador do município de Fortaleza pelo *Partido Republicano Brasileiro (PRB)* e deputado federal do Estado do Ceará pelo *Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)*³⁸, o noticiário *Cidade 190* foi um dos programas influenciados pelo surgimento do telejornal *Barra Pesada*, sendo, desde sua criação até meados do ano de 2020, exibido “ao vivo”. Na época, o horário de exibição do programa era de segunda à sexta de meio dia às 14h35, possuindo uma edição resumida pela manhã

³⁶ Descrição presente na página do programa *Os Malas e a Lei* no site da *TV Diário*, pertencente ao *Sistema Verdes Mares*. Disponível em: <http://tvdiario.verdesmares.com.br/noticias/arquivos/os-malas-e-a-lei-1.976008>. Acesso em: 24 nov. 2019.

³⁷ Segundo a análise elaborada pelo pesquisador Francisco da Silva Neto (2009, p. 35, grifos do autor) sobre a construção social do “ser cearense”, a “crença socialmente difundida segundo a qual, no Ceará, os seus habitantes seriam irreverentes ou gaiatos, por natureza. Desse modo, o escárnio com o outro e até consigo mesmo, o deboche no tratamento com amigos e conhecidos, a troca, o ‘fazer pouco’, uma piada para cada situação fariam parte de um ‘ser cearense’. Em resumo, o ‘humor cearense’ estaria no sangue do ‘povo’, o que seria tratado como uma ‘tradição’. Este seria o ‘Ceará moleque’.”. Identifiquei elementos do chamado “Ceará moleque” nos discursos performativos dos meus interlocutores de pesquisa, tanto na transmissão dos programas quanto em seus bastidores.

³⁸ Durante a convenção nacional do referido partido político em dezembro de 2017, foi aprovada a troca da sigla de PMDB para MDB, conforme é possível visualizar na notícia jornalística disponibilizada em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/19/politica/1513695154_142381.html. Acesso em: 29 dez. 2017.

no horário entre 7h30 e 8h25. A Figura 4 mostra a imagem do anúncio do programa disponibilizado no sítio oficial da *TV Cidade Fortaleza*.

Figura 4 – Anúncio do programa *Cidade 190*



Fonte: Site oficial da emissora *TV Cidade Fortaleza* (2016).

Cabe mencionar que Edvaldo e Vitor se revezam em dias alternados para apresentarem o programa, o que permite que ambos consigam dar conta de suas obrigações legislativas concomitantemente ao trabalho como jornalistas no referido noticiário. Situações semelhantes são consideradas relativamente comuns no “telejornalismo policial”, sendo mencionada com frequência por meus interlocutores e observada durante o trabalho de campo.

Utilizando um *tom* humorístico na cobertura *in loco* dos casos reportados, o repórter que se autodenomina “Águia Dourada” ficou conhecido no “telejornalismo policial” cearense por adotar uma postura cômica em suas performances discursivas dos casos narrados no programa *Cidade 190*, ao utilizar vestimentas e acessórios “irreverentes” para “chamar a atenção do público”, como, por exemplo, o uso de uma longa capa preta que conta com uma estampa personalizada com a denominação “Águia Dourada” em conjunto com a imagem de uma águia (o animal), ambas na cor dourada, além de bonés, perucas, dentre outros adereços que remetem à figura de um policial. Na Figura 5, é possível visualizar alguns dos elementos humorísticos utilizados pelo repórter que estão presentes na vestimenta dele, tal como um boné

com a sigla FBI³⁹, em referência à instituição estadunidense de investigações criminais de âmbito federal. Ademais, destaco a legenda que aparece no canto esquerdo inferior da Figura 5, apresentando informações, tais como o pseudônimo utilizado pelo repórter “Águia Dourada”, além dos nomes do bairro e da cidade onde a reportagem foi realizada.

Figura 5 – Repórter “Águia Dourada”



Fonte: Site oficial da emissora TV Cidade Fortaleza (2017).

O repórter “Águia Dourada” já participou, inclusive, da versão paulistana do “noticiário policial” *Cidade Alerta*, transmitido pela *Record TV* e apresentado na época pelo falecido jornalista Marcelo Rezende, sendo, após seu falecimento em 2017, comandado pelo jornalista Luiz Bacci. Em março de 2020, o referido apresentador foi afastado do programa por ter se envolvido em um episódio relacionado ao chamado “Caso Marcela”, denunciado por várias entidades da sociedade civil, como, por exemplo, o coletivo *Intervozes*, ao Ministério Público Federal (MPF) por violar direitos humanos, ao comunicar “ao vivo” a uma mãe que sua filha havia sido vítima de feminicídio praticado pelo então parceiro⁴⁰. Na ocasião, a mulher desmaiou “no ar”⁴¹, sendo socorrida por membros da produção do telejornal. Tal episódio gerou grande repercussão nacional, trazendo à tona a discussão sobre as constantes violações aos direitos humanos e às normas que regem a radiodifusão brasileiras cometidas por vários “programas policiais” televisivos tanto em nível nacional quanto regional.

³⁹ Refere-se à instituição estadunidense denominada *Federal Bureau of Investigation*, que significa, em tradução livre do inglês, Departamento Federal de Investigação.

⁴⁰ Informações acessadas no sítio do coletivo *Intervozes*, disponível em: <https://intervozes.org.br/intervozes-entra-com-representacao-no-mpf-contra-tv-record/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

⁴¹ De acordo com Juarez Bahia (2015, grifos do autor), tal expressão “equivale a um *programa* ou à *programação* que está sendo transmitida.”.

No contexto cearense, o próprio telejornal *Cidade 190* já recebeu diversas notificações por violações aos direitos humanos e às regras de radiodifusão, e ainda possui investigações em andamento no Ministério Público do Estado do Ceará (MP/CE), bem como acontece com outros “programas policiais” locais. Medidas jurídicas dirigidas contra tais programas televisivos não são um fenômeno recente no Ceará, remontando ao próprio surgimento do gênero jornalístico policial na região (MORALES, 2010). Destaco aqui a Ação Civil Pública movida em 16 de dezembro de 2003 “contra a União Federal, o Estado do Ceará e três concessionárias cearenses de serviços de radiodifusão [...]. Foram elas: a TV Cidade, responsável pelo programa Cidade 190; a TV Diário, pelo Rota 22; e a TV Jangadeiro, pelo Barra Pesada.” (MORALES, 2010, p. 50).

Na época da realização da pesquisa empírica, o programa *Cidade Alerta Ceará*, era exibido de 18h às 19h15 e apresentado pela jornalista Ísis Cidade, sendo posteriormente substituída por Márcio Lopes, que seguiu apresentando o programa até o momento da escrita desta tese, constituindo versão local do já citado programa *Cidade Alerta*, conhecido nacionalmente. O *Cidade Alerta Ceará* foi primeiramente apresentado pelo radialista Roberto César, que faleceu aos 45 anos de idade em junho de 2016. O programa contava com elementos discursivos de humor, encarnados tanto na figura dos apresentadores quanto dos repórteres. O uso de objetos como “chicotes” pela apresentadora na época e de frases como “Mamãe, sapeca o chicote!” constituem bons exemplos desse fenômeno, bem como o apelido “Miseriqueima” adotado por um dos repórteres do programa na época, o jornalista Ramon Gomes, que tomou a referida expressão como sua principal assinatura performática. A Figura 6 apresenta imagens tanto da apresentadora anterior quanto do mais recente apresentador do programa.

Figura 6 – Apresentadores do programa *Cidade Alerta Ceará*



Fonte: Sítio oficial da emissora *TV Cidade Fortaleza* (2016, 2020).

Na *TV Diário*, emissora cearense pertencente ao grupo empresarial *Sistema Verdes Mares*, foram transmitidos ao longo da pesquisa quatro programas televisivos do gênero policial diferentes: *Rota 22*, *Comando Realidade*, *Ação na TV Diário* e *Comando 22*.

Na época, o programa *Rota 22* era apresentado pelo jornalista Marcos Lima e exibido de segunda a sexta de 17h30 às 19h30 e aos sábados de 12h30 às 14:30, sendo reprisado de segunda a sábado de 4h15 às 6h. Em seu surgimento, o programa foi comandado pelo jornalista Tadeu nascimento, ex-apresentador do telejornal “*Barra Pesada*”, conforme já explicitado anteriormente, sendo substituído por Marcos Lima após sua candidatura política. O programa apresentava como diferencial o *tom* de “seriedade” com o qual tratava as notícias.

Figura 7 – Apresentador do programa *Rota 22*



Fonte: Site oficial da emissora *TV Diário* (2016).

Na Figura 7, é possível visualizar a imagem do apresentador Marcos Lima no “estúdio de gravação” da emissora *TV Diário* em meados de 2016.

Já o programa *Comando Realidade* era exibido de segunda a sexta de 12h10 às 14h e apresentado por Marcella de Lima e Edson Silva, ex-deputado federal no Ceará pelo *Partido Socialista Brasileiro (PSB)*, sendo este último desligado da empresa *Sistema Verdes Mares* em dezembro de 2017 e substituído pelo radialista e jornalista Gleudson Rosa. A Figura 8 mostra os dois apresentadores anteriores do programa *Comando Realidade* no “estúdio de gravação” da *TV Diário*.

Figura 8 – Apresentadores do programa *Comando Realidade*



Fonte: Sítio oficial da emissora “TV Diário” (2017).

Gleudson Rosa anteriormente comandava um “programa policial” na mesma emissora chamado *Ação na TV Diário*, que, após sua saída para apresentar o programa *Comando Realidade*, ficou pouco tempo “no ar” em 2017, sendo descontinuado no mesmo ano. O programa era apresentado como sendo “mais próximo da população” por apresentar um *tom* narrativo menos dramático. É possível visualizar o jornalista Gleudson Rosa apresentando o programa *Ação na TV Diário* na Figura 9.

Figura 9 – Apresentador do programa Ação na TV Diário



Fonte: Site oficial da emissora TV Diário (2017).

No início de 2018, o programa *Comando Realidade* também foi encerrado e em seu lugar colocado o telejornal *Comando 22*, “reformatação” de um programa anterior de mesmo nome considerado “um grande sucesso da TV Diário”⁴², ainda sob a apresentação de Gleudson Rosa, que conferia um *tom* “mais descontraído” e “menos dramático” às suas performances discursivas.

Até o momento da escrita deste trabalho, o tempo de “telejornalismo policial” foi reduzido pela empresa, permanecendo em sua “programação” apenas os programas *Rota 22* e o *Comando 22*. A Figura 10 mostra a imagem do jornalista Gleudson Rosa no “estúdio de gravação” do programa *Comando 22*.

⁴² Trecho da descrição do programa disposta no *site* oficial da emissora TV Diário, disponível em: <http://tvdiario.verdesmares.com.br/programas/comando-22>. Acesso em: 24 nov. 2019.

Figura 10 – Apresentador do programa *Comando 22*



Fonte: Sítio oficial da emissora *TV Diário* (2018).

Sob a apresentação de Ferreira Aragão, Ester Aragão e o personagem “Pimentinha” interpretado pelo ator infantil José Neto, o *Programa Ferreira Aragão* estreou em janeiro de 2017 na *TV União*, levando o nome de um de seus apresentadores no título, o qual, enquanto o apresentava, assumiu o terceiro mandato de deputado estadual no Ceará pelo *Partido Democrático Trabalhista (PDT)* no mandato entre 2015 a 2018, como é possível visualizar na Figura 11.

Figura 11 – Apresentador do *Programa Ferreira Aragão* na emissora *TV União*



Fonte: Página oficial do apresentador Ferreira Aragão no *Facebook* (2020).

Após a finalização do referido mandato, Ferreira Aragão necessitou se afastar da *TV União* para ser capaz de concorrer ao cargo de deputado estadual nas eleições de 2018 novamente pelo *PDT*, contudo não foi reeleito. Depois das eleições de 2018, Ferreira Aragão deu continuidade a sua carreira jornalística na televisão cearense ao apresentar de segunda a quinta às 7h15 da manhã o *Programa Ferreira Aragão* na *TV Band* via satélite, juntamente com o personagem “Pimentinha”.

Tais programas apresentavam um *tom* cômico na apresentação e reportagem das notícias, especialmente encarnado no personagem “Pimentinha”. No início de 2020, Ferreira Aragão em conjunto com Ester Aragão e “Pimentinha” passaram a apresentar concomitantemente um programa radiofônico de mesmo nome na emissora de rádio *Expresso FM*.

Criado em 03 de julho de 2017 pela emissora *TV Capital*, o telejornal *Plantão da Cidade* teve vida curta, sendo cancelado em maio de 2018. O programa era exibido de segunda a sexta no horário entre meio dia e 13h da tarde, contando com a reportagem do jornalista Ramon Gomes, conhecido pelo apelido “Misericórdia” em trabalhos realizados na área policial em outra emissora, a *TV Cidade*, e apresentado pelo jornalista Sérgio Sobreira e pelo radialista, bispo da Igreja Universal, cantor e ex-deputado estadual do Ceará, Ronaldo Martins, que, nas eleições de 2014, tornou-se pela primeira vez deputado federal pelo *PRB*, alcançando a reeleição para o mesmo cargo público nas eleições de 2018.

Na época, o então repórter Ramon Gomes se candidatou ao cargo de deputado estadual no Ceará pelo mesmo partido de Ronaldo Martins, o *PRB*, entretanto não conseguiu ser eleito. A Figura 12 apresenta uma imagem da equipe regular do programa *Plantão da Cidade*, constituída pelo apresentador Ronaldo Martins, o repórter Ramon Gomes e o personagem “Bolachinha”, interpretado pelo humorista cearense Paulo Sérgio Miranda de Barros.

Um aspecto relevante desse programa era a utilização de recursos técnicos verbais, visuais e sonoros para conferir um *tom* cômico às narrativas produzidas pelo telejornal, principalmente com a presença do personagem “Bolachinha”. Em novembro de 2018, Ramon Gomes se tornou apresentador de um “programa policial” chamado *Plantão Ceará*, exibido de segunda a sábado de 11h30 às 14h com reprises de 17h30 às 20h na *TV Metrópole*, cuja sede fica localizada em Caucaia, município cearense que integra a Região Metropolitana de Fortaleza. O referido programa também contava com a participação do personagem cômico “Bolachinha”.

Figura 12 – Equipe do programa *Plantão da Cidade*



Fonte: Página oficial do apresentador Ferreira Aragão no Facebook (2020).

Apesar dos “telejornais policiais” em si não constituírem o universo empírico de estudo central desta tese, eles revelam aspectos estruturais das dinâmicas ocupacionais que tecem as vidas e carreiras de jornalistas que atuam nessa área específica, alguns deles meus interlocutores de pesquisa, possibilitando que eu pudesse compreender suas rotinas de trabalho e redes das relações formadas a partir da produção desses programas televisivos. Foi observando a ampla heterogeneidade das produções dos “programas policiais” e seus conflitos internos que atentei para as características do pertencimento profissional e do profissionalismo específicos concernentes a categoria ocupacional estudada, procurando apresentar a grande diversidade de trajetórias profissionais e de motivações para “seguir carreira no policial” observadas no campo de estudo.

Cabe assinalar que, a partir deste momento, todos os nomes próprios citados nesta tese, tanto de jornalistas quanto de programas e emissoras, são fictícios, com exceção daqueles que foram extraídos de conteúdos amplamente difundidos por veículos midiáticos, visando preservar a identidade dos meus interlocutores de pesquisa ao seguir as diretrizes dispostas nos códigos de ética da Sociedade Brasileira de Sociologia⁴³ (SBS) e da Associação Brasileira de Antropologia⁴⁴ (ABA), que preveem às “populações que são objeto de pesquisa” o “direito de preservação

⁴³ A versão completa do código de ética da SBS está disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/images/docs/codigoetica.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁴⁴ Para consultar o conteúdo completo do código de ética da ABA, acessar o seguinte endereço: <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais” e a “garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado”, bem como os “cuidados especiais” que “devem ser tomados na disponibilização dos dados de pesquisas em arquivos públicos, protegendo a identidade daqueles(as) que forneceram as informações que constituíram objeto da investigação”.

2.2 Das negociações e a entrada em campo

Foi nas tentativas de contato e de negociação com os membros dos órgãos de comunicação examinados que fui construindo as estratégias metodológicas desta investigação científica. Desse modo, acredito que seja relevante explicitá-las, refletindo sobre o próprio modo de obtenção dos dados empíricos descritos e analisados nesta tese.

Na fase exploratória da pesquisa, realizei por volta de cinco breves entrevistas e conversas informais com alguns dos meus antigos interlocutores, visando retomar o contato que havia sido estabelecido em meados de 2012, durante o trabalho de campo realizado em meu mestrado. Tais entrevistas exploratórias tanto funcionaram como ferramentas para testar os roteiros de perguntas que seriam utilizados no trabalho de campo propriamente dito quanto para negociar minha entrada e permanência no campo, visto que, através dessas primeiras interações, fui apresentada aos interlocutores-chave desta pesquisa, assim considerados por terem viabilizado meu efetivo acesso ao campo, apoiando minha proposta investigativa nas negociações de pesquisa, e por terem me permitido depreender as formas como os jornalistas examinados se inserem no universo do “telejornalismo policial” cearense e os sentimentos que nutrem no tocante aos seus colegas de profissão e suas fontes, e a suas opiniões sobre os fenômenos do “crime” e da “violência” e aspirações sobre a atuação das instituições policiais e das políticas públicas de segurança cearenses.

Como cada entrevista possui suas particularidades, decidi elaborar, ainda durante a fase exploratória, dois roteiros de entrevista ou “grades de perguntas”, como convencionam Jean-Claude Kaufmann (2013, p. 74), ou ainda “guias de entrevista”⁴⁵,

⁴⁵ De acordo com Beaud e Weber (2014, p. 136), os “guias de entrevista” possuem vantagens e inconvenientes e precisam ser adotados com cautela nas entrevistas aprofundadas para não arriscar perder a atenção dos entrevistados ou “empobrecer” a experiência em si. Os autores sugerem que o

conforme denomina Stéphane Beaud e Florence Weber (2014, p. 135), para facilitar a pesquisa qualitativa, no que se refere à gestão do tempo que eu dispunha para a realização das entrevistas. Pensando na questão do tempo, redigi um roteiro extenso, para quando os interlocutores concedessem mais tempo para a entrevista, e outro reduzido, para quando os entrevistados dispusessem de menos tempo⁴⁶. Assim, eu “mantinha em mente” as duas versões de roteiro, tornando possível optar por aquela que se mostrasse mais adequada em cada situação (KAUFMANN, 2013, p. 74-75). Cabe destacar que tanto o modelo de roteiro de entrevista extenso quanto o reduzido seguem um formato sequencial de perguntas semiestruturadas, ordenadas por temas, como pode ser verificado nos Apêndices A e B.

É preciso ressaltar, no entanto, que, embora os roteiros de perguntas tenham funcionado como instrumentos de pesquisa, procurei estar atenta às questões colocadas pelos próprios entrevistados, que, muitas vezes, renderam diálogos instigantes e a partir das quais novas questões de pesquisa foram formuladas. Busquei adotar, portanto, uma “postura flexível” em relação aos roteiros elaborados por mim, incorporando novas perguntas de maneira improvisada ou mesmo abrindo mão deles quando necessário (KAUFMANN, 2013, p. 78).

Como, por exemplo, quando meu interlocutor Federico⁴⁷, produtor de um “programa policial” local de 58 anos de idade, enfatizou sua necessidade de ensinar seus conhecimentos sobre a área aos novos integrantes da produção do telejornal em que trabalhava, fazendo com que eu elaborasse novas perguntas sobre o assunto conforme ele trazia em seu depoimento outras questões que considera relevantes ao seu ofício. Ainda sobre a construção dos roteiros de entrevista, no que concerne aos “dados de identificação”, procurei colher tais informações de maneira desordenada no decorrer das próprias entrevistas, evitando o uso do “estilo interrogatório” e deixando os pesquisados à vontade para se apresentarem espontaneamente a mim⁴⁸. Acredito

pesquisador “deixe sempre a possibilidade ao entrevistado de ficar à deriva, de fazer digressões ou incursões em outros domínios que aquele que está sendo abordado como principal.” (*loc. cit.*). Segui alguns desses conselhos, procurando não me ater apenas ao meu tema de pesquisa e incentivando, quando considerava enriquecedor, as digressões dos pesquisados, no intuito de valorizar os sentidos atribuídos aos assuntos levantados por eles nas entrevistas.

⁴⁶ Os modelos de roteiro de entrevista mencionados no texto podem ser acessados na íntegra nos Apêndice A e B.

⁴⁷ Conforme havia mencionado anteriormente, utilizei um nome fictício no intuito de resguardar o anonimato do meu interlocutor de pesquisa.

⁴⁸ Cf. BEAUD; WEBER, 2014, p. 148.

que tal atitude contribuiu para a criação de um clima de confiança na relação entre pesquisadora e pesquisados.

Assim, após testar os modelos de roteiros de perguntas durante a fase exploratória da pesquisa, defini dois roteiros, que foram utilizados durante todo o processo investigativo empírico. Vale mencionar que a primeira entrevista efetuada seguindo um destes roteiros de perguntas ocorreu no dia 22 de novembro de 2016⁴⁹, dando o tom da pesquisa empírica deste trabalho.

Posteriormente, em 14 de fevereiro de 2017, depois de realizar algumas entrevistas individuais em profundidade com outros interlocutores indicados tanto pelos meus interlocutores-chave quanto pelos demais entrevistados, Jamile, produtora de um “telejornal policial” local de 50 anos de idade, graduada em Jornalismo por uma faculdade particular cearense e uma das minhas interlocutoras-chave, solicitou-me um ofício da UFC com o pedido de autorização para a minha pesquisa de campo no intuito de negociá-la com sua chefia direta, o diretor de jornalismo da empresa em que trabalhava, isto é, um documento oficial explicitando a motivação de minha presença na emissora para o acompanhamento diário das rotinas de trabalho de Jamile, que seria iniciada em meados de fevereiro de 2017.

No entanto, por volta de um mês depois, a solicitação foi negada pela direção da empresa sem maiores explicações, o que inviabilizou a minha primeira tentativa de acesso em uma emissora de telecomunicação cearense. O mesmo aconteceu com outras instâncias midiáticas com as quais mantive contato e procurei negociar uma relação de pesquisa. Por certo, algumas dessas instituições privadas contatadas foram mais flexíveis do que outras, mas em nenhuma delas obtive total consentimento para permanecer em seu interior durante um longo período de tempo e, assim, poder acompanhar diariamente o trabalho dos profissionais do “telejornalismo policial” cearense, fator esse que eu considerava essencial para entender o funcionamento das empresas onde meus interlocutores trabalhavam na época da pesquisa empírica.

Todavia, como o objetivo central desta tese era o entendimento da dinâmica relacional dos “jornalistas policiais” cearenses, as práticas sociais e as relações pessoais existentes entre eles e os demais atores envolvidos nessas produções midiáticas, continuei em negociação com os interlocutores que acolheram

⁴⁹ Realizo uma breve descrição da experiência de entrevista compreensiva no tópico 2.4 deste capítulo.

minha proposta de diálogo sobre suas profissões e trajetórias profissionais, com o propósito de encontrar alternativas que viabilizassem a realização da pesquisa empírica. Assim, os contornos da pesquisa foram se remodelando gradualmente à medida que eu entrevistava interlocutores e eles indicavam novos contatos, fazendo com que eu percebesse que estava de fato seguindo as redes de relações do “telejornalismo policial” cearense.

Esse movimento investigativo, baseado na técnica *snowball*⁵⁰, também conhecida como “bola de neve”, cujos detalhes explicarei com mais profundidade no tópico seguinte, foi adotado ao longo de toda pesquisa empírica e possibilitou minha efetiva entrada em campo. Compete-me acentuar que, quando marcava as entrevistas individuais com meus interlocutores, solicitava que as mesmas fossem realizadas em seus próprios locais de trabalho, conseguindo assim acompanhar suas rotinas de trabalho nos dias em que os entrevistava e realizar concomitantemente as observações de campo.

Outra negociação que merece ser mencionada foi quando solicitei autorização para o acompanhamento do trabalho dos “repórteres policiais” pesquisados nas chamadas “externas”⁵¹. Em 18 de agosto de 2017, pedi pela primeira vez a permissão dos responsáveis pela direção de jornalismo da emissora *Jasmim*, estância privada de telecomunicação em que trabalhava Bárbara, outra interlocutora-chave da pesquisa, para acompanhá-la e os demais membros da equipe de reportagem durante as “externas” de um dos telejornais transmitidos pela emissora. Na época, Bárbara tinha 40 anos de idade, atuava na área do “telejornalismo policial” na condição de repórter há aproximadamente quinze anos e possuía ensino superior em Jornalismo concedido por uma faculdade particular cearense. Quatro dias depois, no dia 22 de agosto de 2017, meu pedido foi recusado, dessa vez, pelo departamento jurídico da empresa através de um comunicado realizado por e-mail, alegando a seguinte motivação:

Bom dia,
No nosso Manual de Conduta item 35 há a vedação dos funcionários divulgarem informações ou dados internos da empresa e dos colaboradores para terceiros. Por medida de segurança interna e para preservação das informações da empresa, não autorizamos o acompanhamento de terceiros nas externas dos programas.

⁵⁰ Cf. BIERNACKI; WALDORF, 1981.

⁵¹ Termo nativo que se refere às reportagens realizadas pelos repórteres em locais externos às empresas de comunicação nas quais trabalhavam.

Att.,
Gerente jurídico. (SOLICITAÇÃO..., 2017).

Como é possível verificar na mensagem disposta acima, o setor jurídico da emissora *Jasmim* apresentou parte do documento denominado de “Manual de Conduta”, o qual não obtive acesso na íntegra, que visava orientar os funcionários a firmar o compromisso com a preservação de certos “segredos institucionais” ao prevenir que “terceiros” obtivessem informações referentes à empresa, o que, a meu ver, constituiu um contrassenso por se tratar de uma profissão que considera o acesso à informação um dos seus principais fundamentos. Debruçando-se sobre o aspecto da visibilidade/invisibilidade na análise da produção jornalística, os pesquisadores Isabel Travancas, Jean Charron e Béatrice Damian-Gaillard identificaram essa mesma contradição, que, segundo os autores, está presente no universo jornalístico de modo geral, ao lançarem a seguinte argumentação:

O jornalismo, que se baseia em um conjunto de profissões de fé, como uma arte da revelação das coisas dos outros julgadas de interesse público, não faz da transparência um vértice que ele mesmo pratica? [...] Ora, mesmo que o jornalismo reivindique constantemente suas dimensões política e cidadã, ele reluta em expor aos olhos dos outros (o público, seus chefes, as fontes, os colegas) seus procedimentos, suas rotinas, seus protocolos. Ele entrega um produto acabado, depurado e toma cuidado para não mostrar os seus bastidores, salvo nos casos onde o jogo de transparência (ou simulacro) pode contribuir para a sua consagração. (TRAVANCAS *et al.*, 2014, p. 15).

As contradições suscitadas por essa justificativa elucidam certos aspectos que pude observar do funcionamento das instâncias privadas de telecomunicações e da própria formação profissional do jornalista em geral que, acostumados a buscar notícias, de conhecer os “bastidores” de outras instituições, resistem frequentemente ao interesse de outros profissionais em relação a suas rotinas e a seus “segredos”. Treinados para emitir opiniões e avaliar o trabalho de outros atores sociais, os jornalistas, por vezes, reagem negativamente às intenções de submetê-los a um processo avaliativo. Assim, ao solicitar acompanhar o cotidiano de trabalho de Bárbara, eu propus inverter, de certo modo, a dinâmica de relação de poder à qual estão acostumados – a de que os jornalistas é que analisam –, o que pode ter motivado tal reação por parte do setor jurídico da referida emissora.

Após a recusa dessa solicitação de acompanhamento, conversei com Bárbara, que me alertou que o “verdadeiro” impedimento para a realização de tal observação seria a minha presença dentro do veículo de reportagem pertencente à empresa na qual trabalhava, afirmando que “nem mesmo os ‘jornalistas acadêmicos’

que trabalham na emissora conseguem a permissão do setor jurídico” (Trecho retirado do diário de campo anotado em agosto de 2017). Conforme assegura Alice, diretora de jornalismo da emissora em que Bárbara atua como “repórter policial”, “precisamos repassar tudo para o setor jurídico, não posso decidir nada sem consultá-los antes.” (Trecho retirado do diário de campo realizado em agosto de 2017).

Motivada a contornar tal obstáculo, perguntei ao interlocutor-chave Thiago, responsável pela direção de um dos “telejornais policiais” investigados e que tinha certa autonomia dentro da hierarquia interna da emissora, se haveria a possibilidade de eu acompanhar o trabalho dos repórteres do referido noticiário de alguma maneira. Na ocasião, Thiago, profissional com 40 anos de idade e com graduação em Jornalismo realizada em uma faculdade privada cearense, propôs que eu os acompanhasse utilizando um veículo particular, visto que, apenas dessa maneira, ele poderia autorizar minha presença, garantindo, assim, que eu não desrespeitaria as restrições impostas pela instância televisiva e que, com isso, não prejudicaria meus interlocutores, evitando deixá-los em situações conflitantes com as empresas nas quais trabalhavam. Evidentemente, tal proposta foi prontamente acatada por mim e permitiu que eu pudesse acompanhar meus interlocutores durante as “externas”.

Desse modo, meus interlocutores “repórteres policiais” concordaram em me receber durante seus horários de trabalho na semana e, em especial, nos “plantões de domingo”, que, conforme fui informada por eles, são mais “agitados” e, por isso, proporcionam mais “matérias quentes”⁵². Por conta desses fatores, eles enfatizaram que seria “mais vantajoso” para minha pesquisa se eu os acompanhasse durante seus “plantões de domingo”, ao afirmarem que durante a semana era “bem mais tranquilo, na maioria das vezes”. Tais encontros proporcionaram diversas experiências de andanças por bairros da cidade de Fortaleza e de sua Região Metropolitana, especialmente, em “favelas”⁵³.

Por certo, os caminhos metodológicos percorridos durante as observações de campo realizadas no acompanhamento das rotinas de trabalho dos “repórteres policiais” pesquisados foram diferentes das observações desenvolvidas por mim

⁵² Termo nativo que se refere a “reportagens atuais” que ocorrem no “calor do momento”, requerendo realização imediata sem que seja necessário um esquema de produção prévia.

⁵³ A cientista social Licia Valladares (2000) realizou um estudo sobre o “processo de favelização” ocorrido na cidade do Rio de Janeiro e sobre como os diversos segmentos da sociedade carioca percebiam esse fenômeno, analisado a partir de uma perspectiva histórica e sociológica que permite dialogar com o contexto observado nesta pesquisa e elucidar algumas questões sobre o fenômeno.

dentro dos “estúdios de gravação” de emissoras cearenses, o que exigiu a formulação de novas estratégias de negociação, inclusive de ordem prática, tais como, por exemplo, a decisão do modo como o veículo particular em que eu estava iria adentrar e estacionar nas “comunidades”⁵⁴ durante a confecção das reportagens. Procurei ilustrar tais diferenças com a descrição de exemplos concretos nos tópicos 2.4 e 2.5 deste capítulo.

2.3 Por entre memórias e trajetórias profissionais

Conforme havia mencionado na introdução, o objetivo central desta pesquisa é descrever e compreender as concepções dos meus interlocutores acerca de suas profissões e carreiras, suas práticas, rotinas cotidianas de trabalho e pertencimentos profissionais, e como eles se posicionam nas redes de relações de poder em que estão inseridos, inclusive no meio jornalístico. Ao retomar o contato com os interlocutores da minha pesquisa dissertativa, tive a oportunidade de conhecer outros jornalistas com narrativas repletas de memórias e diferentes trajetórias profissionais. Tal relação despertou em mim o interesse de construir uma análise etnográfica, tendo como guia as memórias e as trajetórias profissionais dos “jornalistas policiais” com os quais dialoguei nesta pesquisa, visando compreender suas lógicas de ação e seus quadros de referência (GOFFMAN, 2012).

Sabia que “para captar os conceitos que, para outras pessoas, são de experiência-próxima” de um modo que me permitisse “estabelecer uma conexão esclarecedora com os conceitos de experiência-distante criados por teóricos para captar os elementos mais gerais da vida social”, não seria necessário “colocar-se ‘embaixo da pele’” dos “jornalistas policiais”, mas que precisaria descobrir não somente o que eles fazem, mas o que “eles acham que estão fazendo” (GEERTZ, 2008, p. 88-89).

Desse modo, decidi fazer uso da entrevista compreensiva⁵⁵ em profundidade e semiestruturada ou em conversação informal⁵⁶ e da observação de

⁵⁴ Nomenclatura utilizada pelos “jornalistas policiais” entrevistados em substituição ao termo “favela” para se referir às regiões consideradas periféricas de Fortaleza e de sua Região Metropolitana.

⁵⁵ Cf. KAUFMANN, 2013.

⁵⁶ Referência à dimensão conversacional e à informalidade no trabalho de campo etnográfico, proposta pelo antropólogo Charles L. Briggs (1986, p. 6, tradução nossa) em sua obra *Learning how to ask*, na qual afirma que utiliza “o termo ‘entrevista’ para dar conta de um abrangente conjunto de atividades de pesquisa, desde a mais ‘informal’, entrevistas ‘abertas’, até o uso de instrumentos ‘formais’ em

campo como procedimentos metodológicos para a coleta dos referidos dados empíricos, ocupando, portanto, um lugar central na metodologia desta pesquisa. Para a análise do material empírico, levei em consideração a prática etnográfica com o objetivo de extrair dos relatos dos interlocutores concepções e discursos sobre suas ocupações, pertencimentos e trajetórias profissionais, além de suas percepções a respeito dos fenômenos da “violência” e da “criminalidade”, e de suas opiniões e aspirações sobre a atuação das instituições policiais e das políticas públicas de segurança e justiça no Estado do Ceará.

Partindo do pressuposto de que trabalhos etnográficos “não são resultado simplesmente de ‘métodos etnográficos’”, mas de “formulações *teórico-metodológicas*”, compreendi que “toda etnografia é também teoria” (PEIRANO, 2014, p. 383, grifo da autora), ou, como evidenciou Marcio Goldman (2006, p. 170-171):

Uma teoria etnográfica não se confunde nem com uma teoria nativa (sempre cheia de vida, mas por demais presa às vicissitudes cotidianas, às necessidades de justificar e racionalizar o mundo tal qual ele parece ser, sempre difícil de transplantar para outro contexto), nem com uma teoria científica (cuja imponência e alcance, ao menos na antropologia, só encontram paralelo em seu caráter anêmico e, em geral, pouco informativo). [...] Nossa tarefa talvez seja mais modesta: elaborar teorias etnográficas capazes de devolver o que quer que estudemos à sua quotidianidade, [...]; reinserir o que quer que estudemos na vida e evitar cuidadosamente as sobreinterpretações e literalizações que, em última instância, são as armas dos poderes constituídos; finalmente, ao menos tentar vislumbrar aquilo que, na vida, por vezes de modo silencioso, escapa sempre a essa mesma quotidianidade.

Por meio de entrevistas e observações, das memórias e trajetórias profissionais de meus interlocutores, busquei construir nesta pesquisa uma análise de inspiração etnográfica do fazer jornalístico policial cearense realizada no movimento entre um interlocutor e outro, entre uma emissora e outra, entre uma “ocorrência” e outra.

Para isso, foram realizadas entrevistas compreensivas e conversas informais com cinco apresentadores, seis repórteres, cinco editores, três produtores, um diretor de programa, e com uma representante do coletivo *Intervozes* no Ceará. Dos entrevistados dez são do sexo feminino e onze do sexo masculino, cuja faixa etária varia entre 22 e 70 anos. Em referência ao tempo de experiência profissional

pesquisas por meio de questionário. De acordo com a minha definição, para que seja considerada entrevista, a coleta de dados deve ocorrer em uma situação face a face. A interação também deve ocorrer em um contexto de pesquisa e envolver a formulação de perguntas por parte do pesquisador.”.

no “telejornalismo policial”, os interlocutores examinados possuem entre 2 e 29 anos de tempo de trabalho na área, o que demonstra que alguns deles participaram do surgimento do “telejornalismo policial” televisivo, em 1990, no Ceará. Já em relação ao grau de instrução, apenas quatro dos entrevistados não possuem nível superior completo em Jornalismo, sendo dois deles graduandos na área e outros dois possuem ensino médio completo.

No total, vinte profissionais encarregados pela produção de programas televisivos do gênero policial no Ceará foram entrevistados nesta pesquisa, alguns mais de uma vez. Tais entrevistas tiveram a duração de aproximadamente uma hora e meia. Algumas ultrapassaram três horas, e foram realizadas, na maioria das vezes, no próprio ambiente de trabalho dos entrevistados (“salas de redação”, “estúdios de gravação” e “externas”), bem como em suas residências ou em estabelecimentos comerciais locais. Esse é um fator importante, uma vez que a intenção metodológica desta pesquisa é realizar entrevistas a partir de uma abordagem etnográfica que me permitisse observar os sujeitos investigados interagindo com os demais atores sociais envolvidos na produção dos programas em seus próprios ambientes de trabalho. Além disso, apresentarei ao longo da tese algumas trajetórias profissionais de meus interlocutores como ilustração dos sistemas lógicos e dos esquemas classificatórios que orientam suas lógicas de ação, categorias interpretativas e práticas profissionais.

Com base nas experiências vivenciadas ao longo dos percursos metodológicos trilhados nesta pesquisa, precisei treinar minha sensibilidade em campo, no intuito de captar e compreender certos silêncios que revelaram dificuldades ou entraves nas vidas dos meus interlocutores, que, inclusive, foram muito relevantes para a pesquisa, no sentido de promover a descoberta de novas práticas e categorias operatórias nativas. Momentos de intensa tristeza, como a demissão do emprego, o falecimento de um ente querido etc.; ou de alegria, como uma promoção, a descoberta de uma gravidez etc. ocorreram com alguns dos meus interlocutores durante o andamento da pesquisa de campo, fazendo com que eu precisasse encontrar maneiras sensíveis⁵⁷ de percebê-las e, de alguma forma, compartilhá-las com eles.

⁵⁷ Inspirada na ideia de um olhar investigativo sensível proposta pelo escritor italiano Italo Calvino (2010, p. 15) em seu livro *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*, procurei adotar a “leveza” ao abordar meus interlocutores, oferecendo em nossos encontros uma escuta aberta, sensível e atenta à grande complexidade do universo empírico investigado.

No que se refere à análise das concepções dos interlocutores sobre “ser jornalista policial” e suas práticas, e das lembranças sobre suas formações profissionais, tomei como referência as seguintes categorias trajetória e socialização profissionais propostas por Dubar (1998; 2005) que, profundamente influenciado pelo pensamento de Everett Hughes (1958; 1984), confere importância à investigação da subjetividade do profissional, propondo uma abordagem psicologizante da Sociologia das Profissões.

Vale ressaltar que a linha teórica de Hughes é mais vinculada à tradição interacionista simbólica e marcada por fazer forte crítica à corrente funcionalista dos estudos sociológicos sobre atividades ocupacionais. A tradição funcionalista da Sociologia das Profissões centrava sua visão mais no aspecto da formação profissional em si, conferindo pouca ou, muitas vezes, nenhuma relevância às análises empíricas realizadas com os próprios profissionais. Sobre o referido autor, Dubar (2005, p. 186-187) afirmou que:

Hughes enfatizava o fato essencial de que o “mundo vivido do trabalho” não podia ser reduzido a uma simples transação econômica (a utilização da força de trabalho em troca de um salário): ele mobiliza a personalidade individual e a identidade social do sujeito, cristaliza suas esperanças e sua imagem de si, engaja sua definição e seu reconhecimento sociais.

Já as observações de campo foram conduzidas de modo diferenciado, visto que, nelas, passei a interagir com outros interlocutores que ocupavam cargos distintos dos citados anteriormente, como, por exemplo, porteiros e recepcionistas das sedes das emissoras locais, cinegrafistas e seus apoios técnicos, motoristas das Unidades Móveis de Reportagem, funcionários do setor comercial e de pesquisa de audiência, diretores de jornalismo, entre outros; o que demandou a realização de uma “observação total”, isto é, que eu atentasse para “os três níveis de observáveis: sob o evento, as interações; em pano de fundo, o lugar e os objetos”⁵⁸. Além disso, para estabelecer uma relação de pesquisa com meus interlocutores pautada em confiança, decidi utilizar o diário de campo nos intervalos entre uma reportagem e outra ou após o dia de trabalho e não utilizar o gravador no momento das observações, por motivos que procurei descrever com detalhes no quinto tópico deste capítulo.

Ao apresentar neste trabalho os dados empíricos coletados ao longo das observações e das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, deparei-me

⁵⁸ Cf. BEAUD; WEBER, 2014, p. 113.

com o desafio ético de resguardar o anonimato dos meus interlocutores. Conforme Kaufmann (2013, p. 88), para que a relação de pesquisa entre pesquisador e pesquisados obtenha êxito é necessário que o anonimato seja “absolutamente garantido à pessoa” entrevistada. Logo, como já havia mencionado, uma condição para que a minha investigação fosse realizada foi manter em sigilo os nomes das emissoras de televisão, dos “telejornais policiais” e dos jornalistas que trabalhavam nessas instâncias jornalísticas com os quais desenvolvi um diálogo duradouro no decorrer do trabalho de campo.

Creio que, ao tomar precauções referentes ao direito e preservação da identidade dos entrevistados, tal cautela facilitou maior aproximação com os jornalistas ouvidos, permitindo que eu estabelecesse uma relação de confiança⁵⁹ com eles. Para isso, optei pela estratégia de substituir por versões fictícias e/ou omitir, quando possível, datas, lugares, nomes próprios de jornalistas, demais profissionais envolvidos na produção dos telejornais, programas e emissoras.

Devido ao teor biográfico do material empírico coletado, também me preocupei em misturar certas informações contidas nas entrevistas compreensivas, alterando nomes, locais e situações. Neste texto, portanto, um mesmo nome fictício pode reunir experiências de várias pessoas, bem como nomes fictícios distintos podem se referir às circunstâncias vivenciadas por uma única pessoa. Procurei, pois, construir um amálgama das memórias das trajetórias profissionais apuradas a partir dos depoimentos fornecidos por meus interlocutores no decurso das entrevistas compreensivas que não os prejudicasse, que garantisse a preservação de suas identidades e que funcionasse como o *corpus* desta pesquisa. Portanto, neste empreendimento metodológico, não busquei focar minha análise nas “trajetórias pessoais” dos meus interlocutores, mas nas experiências vivenciadas⁶⁰ por eles que ganharam tal *status* devido à relevância que determinados episódios ou percepções tiveram em suas carreiras profissionais, estimulando mudanças, associações entre o presente, o passado e o futuro etc.

Segundo Roland Barthes (1967, p. 96 *apud* BAUER; GASKELL, 2008, p. 44), o *corpus* é “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar.”. Barthes complementou afirmando que apesar de parecer menos relevante para a pesquisa do

⁵⁹ Cf. BOURDIEU, 1997a.

⁶⁰ Cf. TURNER, 1987; 2005.

que o aspecto analítico em si, o processo de seleção do material a ser investigado também deve ser levado em consideração. Portanto, é necessário acrescentar que, além das observações de campo e das entrevistas compreensivas realizadas durante o trabalho de campo empreendido nesta investigação, também estão contidos no *corpus* da pesquisa vídeos referentes aos “programas policiais” cearenses, divulgados nos canais de suas respectivas emissoras no *YouTube*, e informações diversas contidas nos *sites* oficiais das emissoras na *internet*.

Para analisar as memórias das trajetórias profissionais dos meus interlocutores, procurei apresentá-las ao longo do texto de modo que a heterogeneidade dos meus interlocutores fosse contemplada, tomando como referência a categoria experiência trabalhada por Victor Turner (1987, 2005) que me auxiliou na reflexão acerca das experiências marcantes vivenciadas por meus interlocutores no decorrer de suas trajetórias profissionais. Logo, concebi características como gênero, faixa etária, estado civil, se possuíam filhos ou não, grau de instrução, cargo e tempo de carreira como pertencimentos sociais diversos e múltiplos que se articulam e influenciam a construção de subjetividades e de um pertencimento profissional específico, e, conseqüentemente, dos diferentes quadros de referência⁶¹ criados por meus interlocutores para definir e interpretar o real.

Tenho ciência da parcialidade dos dados etnográficos acessados por mim através das entrevistas compreensivas e das conversas informais que mantive com meus interlocutores no decorrer da pesquisa de campo, visto que, em sua maioria, são constituídos por memórias das suas trajetórias profissionais. Desse modo, compreendo que tais dados refletem as subjetividades dos jornalistas ouvidos, podendo ter efeitos sobre as narrativas que elaboram sobre si mesmos. Sobre este aspecto do “empreendimento biográfico”, Bourdieu (2008, p. 75) alertou:

A narrativa, seja biográfica ou autobiográfica, como a do entrevistado que “se entrega” a um entrevistador, propõe eventos que, apesar de não se desenrolarem todos, sempre, na sua estrita sucessão cronológica (quem quer que tenha recolhido histórias de vida sabe que os entrevistados constantemente perdem o fio da estrita sucessão cronológica), tendem a, ou pretendem, organizar-se em sequências ordenadas e de acordo com relações inteligíveis. [...] Sem dúvida, temos o direito de supor que a narrativa autobiográfica inspira-se sempre, ao menos em parte, na preocupação de atribuir sentido, de encontrar a razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, de estabelecer relações inteligíveis, como a do efeito com a causa eficiente, entre estados sucessivos, constituídos como etapas de um desenvolvimento

⁶¹ Cf. GOOFMAN, 2012.

necessário. (É provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na base do interesse, variável conforme a posição e a trajetória, que os entrevistados atribuem à entrevista biográfica).

Segundo o historiador Jacques Le Goff (1990, p. 366), o conceito de memória pode ser entendido “como propriedade de conservar certas informações”, remetendo “a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Assim, meus interlocutores elegeram lembranças dos seus passados e expressões específicas para “falarem sobre si mesmos” (DUBAR, 1998), à medida que descartaram outras que já não possuíam o mesmo significado para eles no momento das conversas (formais ou informais).

Imprimindo em seus estudos sobre a primeira infância uma dimensão coletiva à noção de memória, o sociólogo Maurice Halbwachs (1990, p. 54, grifo nosso) inaugurou o conceito de “memória coletiva”, elucidando que “ela [a memória individual] não está inteiramente isolada e fechada”, mas é resultado de um processo coletivo relacional sempre situado em um determinado contexto social. “Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente a necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade”, afirmou o autor (HALBWACHS, 1990, p. 54). Logo, as memórias das trajetórias profissionais dos meus interlocutores, às quais tive acesso em nossos encontros, não retratam apenas seus pontos de vista sobre a profissão de “jornalista policial”, mas estão apoiadas nas lembranças comuns acerca do ofício compartilhadas pelo grupo do qual fazem parte:

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ela por suporte de um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Nessa perspectiva, Le Goff (1990, p. 410) acrescentou que “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”, ao passo que mobiliza “a luta pela dominação da recordação e da tradição” de

uma determinada sociedade. No entendimento do historiador, a “memória jornalística” surgiu como “a entrada em cena da opinião pública, nacional e internacional, que constrói também a sua própria memória.” (LE GOFF, 1990, p. 397). Assim, as falas dos jornalistas ouvidos nesta pesquisa constituem uma expressão do processo de construção da “memória jornalística” do gênero televisual policial cearense.

Como destaquei no tópico anterior, as entrevistas também funcionaram como instrumentos metodológicos para a construção do acesso ao campo de pesquisa, contando com o apoio da técnica *snowball*. Segundo Patrick Biernacki e Dan Waldorf (1981, p. 141, tradução nossa), tal “método produz uma amostra de estudo através de referências feitas entre pessoas que compartilham ou conhecem outras que possuem características que são de interesse da pesquisa”⁶². No caso desta pesquisa, o método consistiu em solicitar aos interlocutores após cada entrevista que indicassem outros profissionais da área do “telejornalismo policial” em Fortaleza, tornando possível, assim, seguir as redes de relações representativas do universo empírico deste estudo.

No artigo *Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling*, Biernacki e Waldorf descrevem os procedimentos do método “bola de neve”, debruçando-se sobre os possíveis problemas decorrentes de sua utilização em pesquisas qualitativas e os tipos de soluções encontradas por pesquisadores neste processo. Uma das áreas problemáticas destacadas pelos autores (BIERNACKI; WALDORF, 1981, p. 144) foi a localização de pessoas de interesse dispostas a serem entrevistadas e a iniciação das “cadeias de referência”. Apesar de não ter tido, num primeiro momento, dificuldades em encontrar pessoas que aceitassem participar da pesquisa nas sedes das emissoras de telecomunicações espalhadas pela cidade de Fortaleza, essa técnica foi de grande auxílio no que se refere à obtenção de novos colaboradores de pesquisa, pois foi através de contatos realizados por indicação de outros interlocutores que consegui, para citar um exemplo, autorização para acompanhar a rotina de trabalho de alguns repórteres durante “matérias” realizadas externamente.

Ademais, as entrevistas compreensivas revelaram outras questões relevantes aos sujeitos de pesquisa que não estavam presentes em minhas perguntas de partida e que passaram a fazer parte da problemática desta tese, como as relações

⁶² “The method yields a study sample through referrals made among people who share or know of others who possess characteristics that are of research interest.” (BIERNACKI; WALDORF, 1981, p. 141).

de poder fomentadas por forças econômicas e políticas às quais o “telejornalismo policial” vem sendo submetido desde seu surgimento na região.

Uma vez esclarecidos os caminhos e contornos metodológicos da pesquisa e as negociações e a entrada em campo, acredito ser importante proporcionar mais informações sobre as observações de campo realizadas nos “estúdios de gravação” das emissoras locais, onde meus interlocutores trabalhavam, e nas reportagens realizadas nas ruas de Fortaleza e sua Região Metropolitana. Dessa maneira, descreverei nos próximos tópicos alguns casos exemplares que podem ajudar a compreender as estratégias metodológicas utilizadas por mim no desenvolvimento das observações de campo desta pesquisa.

2.4 Cenas de uma entrevista compreensiva

A entrevista compreensiva é apresentada por Kaufmann (2013, p. 25) como uma ferramenta de pesquisa bastante eficaz na obtenção dos dados empíricos de uma investigação científica, constituindo um saber prático essencial para o pesquisador de campo, juntamente com a técnica da observação. No entanto, em sua análise sobre o método de entrevista etnográfica, Beaud (1996, p. 229) afirmou que tal metodologia vem ocupando um lugar desqualificado na hierarquia dos métodos de investigação social, levando muitos chefes de pesquisa a contratarem outros pesquisadores de campo para a obtenção dos dados empíricos. O autor apontou que uma possível causa para essa depreciação seja a supervalorização do trabalho teórico em contraponto ao trabalho empírico no interior da divisão do trabalho científico, que caracterizou a sociologia francesa após a Segunda Guerra Mundial. Edgar Morin (1966, p. 64, tradução nossa) também identificou esse fenômeno, salientando que “a entrevista é em geral um ganha pão subalterno, um ofício realizado por mulheres pouco cultivadas, uma etapa para futuros pesquisadores”.

Com o objetivo de pensar os aspectos comentados acima e o lugar que a entrevista ocupa em minha pesquisa, busquei produzir neste tópico um exemplo ilustrativo de uma experiência de entrevista compreensiva realizada por mim no decurso do trabalho de campo. Em 22 de novembro de 2016, tive a oportunidade de entrevistar Samir, apresentador de um “programa policial” local de 55 anos de idade, graduado em Jornalismo por uma universidade pública cearense. Através de contato telefônico, expliquei resumidamente ao pesquisado a temática e os objetivos da minha

pesquisa e combinamos de nos encontrar na recepção da emissora onde ele trabalhava.

Procurando realizar um esforço reflexivo sobre nosso primeiro contato, recordo que, desde o primeiro telefonema, Samir demonstrou curiosidade acerca do conteúdo de meu estudo, questionando se meu interesse, na verdade, era em conversar com ele sobre questões relacionadas ao “problema da violência e da criminalidade em Fortaleza”. Compreendi o possível estranhamento e procurei explicitar melhor os objetivos da minha pesquisa, esclarecendo que gostaria de conhecer mais sobre a autopercepção e a rotina de trabalho dos jornalistas que trabalhavam com o gênero policial na televisão cearense. No entanto, o entrevistado insistiu que estava “surpreso” com o teor da entrevista, acentuando que “queria me ajudar”, mas não costumava conceder entrevistas com tal propósito. Provavelmente, supôs que meu verdadeiro interesse, tal como havia ocorrido com os demais pesquisadores que o entrevistaram anteriormente, seria conhecer seu ponto de vista a respeito do tema da “violência” e da “criminalidade” e não sobre suas concepções sobre sua profissão e trajetória profissional.

Acredito que a confusão expressada por meu interlocutor demonstra um elemento de contextualização essencial para a análise da relação de pesquisa e do dado empírico em si, pois revela diferentes ângulos da negociação da entrevista, tais como o modo como a mesma foi requisitada e a forma como o entrevistado aceitou com certa hesitação em me conceder um lugar de observação. Talvez uma razão para tal comportamento fosse o fato de o interlocutor nunca ter tido a oportunidade de dialogar sobre esse aspecto de sua vida e, de alguma maneira, aquela entrevista foi a primeira vez que alguém o levou a refletir sobre seu ofício sob outra perspectiva.

Ao chegar ao local combinado, conversei com a recepcionista do setor de jornalismo que realizou meu cadastro para que eu pudesse entrar na empresa. Era um prédio comercial bastante amplo com um andar térreo, onde ficava a recepção, e um primeiro andar, que poderia ser acessado através de elevador. O estilo da decoração da recepção era moderno, com uma ampla bancada com um dispositivo computadorizado, na qual ficava a recepcionista, e duas catracas giratórias eletrônicas de controle de acesso com leitor de cartão que exigiam a identificação do visitante “por medidas de segurança”. O vai e vem de pessoas era intenso. Trabalhadores e convidados da emissora transitavam ao meu redor e pareciam estranhar minha presença ali. Creio que minha presença gerava curiosidade neles.

Alguns inclusive me ofereceram ajuda, imagino que com o objetivo de elucidar o motivo de eu estar lá. Beaud e Weber (2014, p. 69, grifos nosso) relataram experiências parecidas em sua obra, assegurando que:

[...] *tornar-se pesquisador* é tornar-se um pouco “*esquisito*” aos olhos dos outros na vida social ordinária. Passará a ser alguém que não para de questionar, de ver as coisas ao redor com olhar distanciado e que demonstra, muitas vezes, curiosidade que as regras usuais da boa convivência poderiam qualificar de exageradas. O pesquisador é alguém que olha ou vê coisas que não deveriam ser vistas, que coloca questões por vezes embaraçosas, que pode dar aos outros (os pesquisados) a impressão de “*invadir*”. Por causa disso, certos pesquisados podem, no decorrer do processo, repreendê-lo por estar “*sempre ali*” ou por *provocar conflitos* no interior do meio pesquisado.

Nesse sentido, tais autores me fizeram refletir sobre o meu lugar na experiência de pesquisa aqui descrita, à medida que me identifiquei com a seguinte afirmação: “o pesquisador é, também, aquele que *destoa na paisagem* [...]” (BEAUD; WEBER, p. 85, grifo nosso). Essa condição de “estranho” que o pesquisador social assume no campo também é discutida por Roy Wagner (2010, p. 38) que, ao meditar sobre “a peculiar situação do antropólogo em campo”, elaborou vários questionamentos sobre a “posição particular” ocupada pelos pesquisadores nas pesquisas de campo. Segundo o autor, o pesquisador:

[...] participando simultaneamente de dois universos de significado e ação distintos, exige que ele se relacione com seus objetos de pesquisa como um “forasteiro” – tentando “aprender” e adentrar seu modo de vida – ao mesmo tempo em que se relaciona com sua própria cultura como uma espécie de “nativo” metafórico. Para ambos os grupos ele é um estranho profissional, uma pessoa que se mantém a certa distância de suas vidas a fim de ganhar perspectiva. (WAGNER, 2010, p. 38, grifos nossos).

Kaufmann (2013, p. 87) também enfatizou essa característica do pesquisador social que, para o autor:

[...] parece um estrangeiro, um anônimo, a quem tudo pode ser dito, já que nunca mais o veremos, e alguém que não existe enquanto pessoa que desempenhe um papel em sua rede de relações. Paralelamente, no tempo da entrevista, ele tem que se tornar tão próximo quanto um familiar, alguém que conhecemos ou acreditamos conhecer intimamente, para quem podemos dizer tudo, já que ele se tornou íntimo.

Próximo ao horário combinado para a entrevista, meu interlocutor me telefonou, explicando que havia ocorrido um imprevisto e que, por isso, chegaria atrasado, mas fez questão de me assegurar que ainda teríamos tempo suficiente para conversarmos. Após algum tempo, Samir chegou à emissora, autorizando minha

entrada. Cumprimentamo-nos e tomamos um elevador que nos levou até a sala do “estúdio de gravação” do programa apresentado por ele. Nesse momento, o interlocutor me pediu licença, explicando que precisava se ausentar por alguns instantes, pois precisava realizar sua maquiagem em outra sala com um especialista contratado pela empresa.

De acordo com Beaud e Weber (2014, p. 97), a observação constitui um triplo trabalho de percepção encarnado na combinação das seguintes técnicas: “perceber, memorizar, anotar”. No período em que permaneci sozinha no “estúdio de gravação”, pude me ambientar ao lugar da entrevista e perceber que o cenário era constituído por três câmeras de vídeo⁶³ com *teleprompters*⁶⁴, três telões de LCD (posicionados em áreas diferentes da sala), uma bancada principal e outras mesas de apoio, um estande de publicidade de remédios para a circulação e para o coração e várias cadeiras de escritório espalhadas pela sala. Utilizei esse breve momento para realizar anotações sobre tal cenário em meu diário de campo⁶⁵.

Na sequência, o interlocutor retornou à sala e informou onde eu poderia guardar meus pertences para que pudéssemos conversar com mais tranquilidade. Em seguida, ele se encaminhou para uma bancada e perguntou se eu me incomodava dele verificar algumas questões relacionadas ao programa em seu *notebook* enquanto conversávamos.

Iniciei a entrevista perguntando se meu interlocutor permitia a gravação da nossa conversa em meu celular. Diversos teóricos (BARBOT, 2015; KAUFMANN, 2013; BEAUD; WEBER, 2014, etc.) discorrem acerca da necessidade do pedido de autorização para a gravação da entrevista, o qual constitui uma questão ética da pesquisa e é parte integrante do pacto de entrevista. Destarte, após ser autorizada

⁶³ As câmeras de vídeo utilizadas nos estúdios de gravação de programas televisivos são chamadas de “câmeras de estúdio”, pois, diferente das câmeras comuns, elas são acopladas a suportes com rodas que facilitam seu manuseio, já que têm grandes dimensões e são bastante pesadas. Além de auxiliar no deslocamento das câmeras, tais suportes possuem painel de controle com as principais funções de uma câmera, permitindo que os operadores de câmera possam controlar suas funcionalidades sem precisarem tocá-la. Outro aspecto interessante é o fato de tais câmeras não possuírem a função de gravar. Elas apenas capturam as imagens e enviam o sinal para a sala de controle da produção, o que permite a utilização e/ou combinação de imagens de mais de uma câmera (BAHIA, 2015).

⁶⁴ O *teleprompter*, também conhecido como “teleponto” no Brasil, é um equipamento acoplado às “câmeras de estúdio”, que exhibe o texto a ser lido pelo apresentador do programa televisivo (*Ibid.*).

⁶⁵ “É uma técnica que tem por base o exercício da observação direta dos comportamentos culturais de um grupo social, método que se caracteriza por uma investigação singular que teve Bronislaw Malinowski como pioneiro e que perdura na obra de Marcel Maget, caracterizada pela presença de longa duração de um pesquisador-observador convivendo com a sociedade que ele estuda.” (WEBER, 2009, p. 157-158).

por meu interlocutor, posicionei o celular na bancada onde se encontrava o seu *notebook* e lancei a seguinte pergunta: “Como⁶⁶ é a sua rotina de trabalho? Poderia descrevê-la?”. Apesar de dividir a atenção do entrevistado com o computador, ele demonstrou habilidade em realizar várias atividades simultaneamente, explicando em detalhes sua rotina de trabalho.

Pouco tempo depois, o interlocutor sugeriu que continuássemos nossa conversa sentados nas cadeiras disponíveis no local. Assim, prosseguimos a conversa com mais naturalidade. Recordo de ter me sentido mais segura nessa fase da entrevista, pois parecia que a mesma se dava com mais fluidez. Segundo Janine Barbot (2015, p. 104, grifo do autor), o entrevistador é capaz de sentir as alterações no ritmo da entrevista, sendo apenas através do trabalho de campo que o pesquisador adquire “uma habilidade (*savoir-faire*) toda pessoal”. Em concordância com o pensamento de Barbot, Pierre Bourdieu (1997a, p. 697) argumenta que o entrevistador deve, quando possível, utilizar sinais de *feedback* para demonstrar atenção e incentivo.

A conversa fluía bem, até que fomos interrompidos pelos demais profissionais que trabalhavam no estúdio no momento da gravação. O programa era “ao vivo”⁶⁷, contando com o apresentador Samir, dois *cameramen*⁶⁸ e um “apoio técnico”⁶⁹. Meu interlocutor me pediu licença mais uma vez, convidando-me a permanecer no local durante a filmagem daquela edição do programa, afirmando que poderíamos continuar nossa conversa durante os intervalos. Concordei prontamente com sua proposta e fui apresentada aos demais membros da equipe, que me receberam com simpatia e certa curiosidade. A partir desse momento, o clima no estúdio ficou mais agitado. Todos se encaminharam para seus lugares, posicionando-se e verificando se os aparelhos eletrônicos estavam prontos para a filmagem. A

⁶⁶ Inspirei-me no “truque” sugerido por Becker (2007, p. 85-86), que propõe aos entrevistadores iniciarem suas perguntas com o “como”, pois, na prática, o “como” funciona melhor do que “por quê”. Segundo o autor, sua experiência em pesquisa de campo o ensinou que os interlocutores costumavam conceder respostas mais longas e detalhadas quando ele utilizava o “como?”. Já quando ele usava o “por quê?” no começo de suas indagações, as pessoas normalmente ofereciam respostas mais curtas e objetivas.

⁶⁷ Expressão oriunda da gramática do Jornalismo que indica que um programa ou acontecimento está sendo transmitido no exato momento em que as cenas ocorrem, isto é, sem a necessidade de gravação prévia.

⁶⁸ Profissionais responsáveis pela operação das “câmeras de estúdio”, também conhecidos como cinegrafistas ou operadores de câmera.

⁶⁹ No vocabulário jornalístico, remete ao cargo de auxiliar ou assistente que atua dando suporte ao ofício desempenhado pelo cinegrafista.

correria, a intensa movimentação e a velocidade daquela situação demonstravam que eu estava presenciando uma cena do fazer jornalístico policial televisivo.

A explicação da correria dos profissionais mantinha relação com ideias como ritmo, encadeamento e precisão próprios ao exercício do trabalho. Eles procuravam evitar possíveis erros e realizar o trabalho dentro do tempo estipulado pela empresa para o uso do estúdio e para poder liberar os profissionais para desempenharem outras atividades. A questão do tempo se mostrou central nesta observação e nas demais para compreender a lógica que norteia o trabalho dos meus interlocutores, visto que eles estão sempre preocupados em apresentar as notícias “em primeira mão” e de uma forma cada vez “mais inusitada”, dentre outros elementos que contribuem para a construção de uma relação de proximidade com o “público”, visando garantir sua “confiança”⁷⁰, que colaboram com a constituição de capitais sociais e simbólicos que poderão ou não serem utilizados por eles, posteriormente, em projetos pessoais.

Esse aspecto mantém relação com as disputas travadas no meio jornalístico (“concorrência” etc.) e com a formação de redes que se mostram fundamentais para garantir a celeridade ao trabalho, essenciais para o maior prestígio social dos programas e, conseqüentemente, dos profissionais que neles atuam. Embora seja um caso dramático e pouco comum, a história do apresentador amazonense Wallace Souza⁷¹, acusado de atuar como mandante de assassinatos para realizar, “com exclusividade”, a cobertura destes eventos em seu programa de televisão, constitui um exemplo dos impactos advindos da lógica de trabalho adotada no “telejornalismo policial”.

Voltando a descrever a observação de campo, meu interlocutor realizava os últimos ajustes em sua aparência enquanto mirava seu reflexo transmitido na tela do monitor de TV disposto à sua frente. Subitamente, uma voz ecoou por autofalantes posicionados no canto superior direito da sala. Era o diretor do programa avisando a todos que o telejornal “entraria no ar” em apenas alguns segundos. A agitação que havia impregnado o local no momento anterior deu lugar a uma atmosfera de quietude

⁷⁰ Segundo Anthony Giddens (1991, p. 108, grifo do autor), a modernidade trouxe consigo novas facetas sobre a noção de confiança, afirmando que na atualidade: “a confiança em pessoas não é enfocada por conexões personalizadas no interior da comunidade local e das redes de parentesco. A confiança pessoal torna-se um projeto, a ser ‘trabalhado’ pelas partes envolvidas, e requer a *abertura do indivíduo para o outro*. Onde ela não pode ser controlada por códigos normativos fixos, a confiança tem que ser ganha, e o meio de fazê-lo consiste em abertura e cordialidade demonstráveis.”.

⁷¹ Para mais informações sobre o caso, consultar: ARCOVERDE, 2019.

e silêncio. Todos pareciam bastante concentrados, aguardando o início oficial da transmissão.

Conforme sugere Vincent Crapanzano (2005, p. 361), pude sentir as mudanças nos “humores” e na “atmosfera” do “estúdio de gravação”. Para o autor:

[...] essas mudanças da realidade objetiva da cena para experiências visionárias podem representar um papel importante em nossas vidas criativas ao descortinarem horizontes imaginários – possibilidades que pairam no limite da percepção comum [...]. Porém, devo acrescentar que elas podem também constranger, mesmo que por negação ou por terror, a realidade suprema. Elas podem chamar a atenção para o artifício, a meu ver, dessa realidade e lançar uma sombra sobre o seu caráter já dado, a sua facticidade.” (CRAPANZANO, 2005, p. 361).

O silêncio que pairava na sala foi interrompido pela fala de meu interlocutor, que começou sua participação apresentando resumidamente as principais notícias daquela edição do noticiário. Após o resumo das “matérias”⁷², o apresentador alertou os telespectadores que tais notícias seriam mostradas na íntegra após o intervalo comercial e solicitou que eles aguardassem o retorno do telejornal para que pudessem conferi-las.

Entre um intervalo comercial e outro, uma “matéria” e outra, ou uma publicidade e outra, eu e Samir continuamos nossa conversa de maneira mais informal, espontânea, inclusive com a participação dos demais membros da equipe de produção. As notícias também interferiram de certa forma na conversa, na “atmosfera” e nos “humores” dos participantes daquela cena, sendo recorrente o uso de dispositivos, tais como apostas e suposições sobre as possíveis causas e consequências das histórias relatadas pelos repórteres nas reportagens (quem havia assassinado determinada pessoa e por quais razões, por exemplo). Ao longo de aproximadamente duas horas de duração, pude sentir as mudanças no clima da sala, que variava em um misto de concentração e descontração marcadamente singular.

Acredito que a descrição dessa experiência proporcionou uma oportunidade para refletir sobre a construção metodológica da entrevista compreensiva e também sobre minha postura na condição de pesquisadora, isto é, meditar sobre o “novo papel social a desempenhar” ou o processo que Beaud e Weber (2014) chamam de “tornar-se pesquisador”.

⁷² Também conhecida como reportagem, o termo jornalístico se refere ao “material jornalístico” que é baseado na “avaliação de um fato, na contextualização das informações” e, no caso dos jornais televisivos, na montagem de um vídeo sobre um acontecimento (BAHIA, 2015).

2.5 “Experiências de rua”: acompanhando as rotinas de trabalho dos “repórteres policiais” nas “externas”

As observações de campo realizadas durante o acompanhamento das rotinas de trabalho dos meus interlocutores de pesquisa, em especial dos “repórteres policiais”, nas reportagens filmadas em bairros de Fortaleza e sua Região Metropolitana, comumente caracterizadas pelos “repórteres policiais” observados como “experiências de rua”, constituíram experiências etnográficas distintas daquelas realizadas no interior das emissoras, visto que, durante as chamadas “externas”, estávamos em constante movimento. Nelas, pude interagir com interlocutores que desempenhavam diferentes funções tanto no interior das instâncias privadas de telecomunicações quanto fora delas, como cinegrafistas e seus apoios técnicos, motoristas das Unidades Móveis de Reportagem (carro ou moto), além das “fontes oficiais” (policiais militares e civis, peritos criminais etc.) apresentadas a mim por meus interlocutores.

Nesse sentido, resolvi não fazer uso do gravador durante tais incursões, no intuito de criar um clima de confiança com meus interlocutores, deixando-os à vontade, e também para poder me concentrar nas diversas interações que ocorriam ao meu redor e situar-me em cada localidade diferente. Por vezes, fui apresentada por meus interlocutores aos demais atores sociais envolvidos nas situações “de rua” como estagiária ou estudante, nunca como pesquisadora. Sabia que a minha presença nesses espaços já alterava de alguma maneira as situações observadas. Precisava inclusive ficar me movimentando, definindo onde me posicionar fisicamente nos locais onde as “matérias” estavam sendo gravadas, para que a minha própria posição corporal não prejudicasse, de algum modo, a dinâmica laboral dos meus interlocutores. Aproveitava os momentos dentro do carro particular no deslocamento entre uma “matéria” e outra para fazer anotações pontuais, deixando para realizar uma descrição mais aprofundada no meu diário de campo somente após a finalização de cada dia de trabalho de campo.

2.5.1 O carro particular

Em cada encontro realizado, deslocávamo-nos por várias “comunidades” dispostas em bairros diferentes da cidade, muitas das quais eu desconhecia, mesmo

morando na mesma cidade desde a infância. Quando acompanhei o interlocutor Rafael, “repórter policial” de um noticiário televisivo local de 30 anos de idade, em seu “plantão de domingo”, de 17h às 2h da madrugada, combinamos de nos encontrar às 16h45 na sede do órgão de comunicação em que ele trabalhava. Rafael era graduado em Jornalismo por uma faculdade privada cearense. Como havia mencionado anteriormente, os profissionais encarregados pela direção das emissoras com as quais negociei o acompanhamento das rotinas de trabalho dos meus interlocutores exigiram que eu utilizasse um veículo particular nas referidas incursões de campo.

Cheguei, portanto, em um carro particular na companhia do meu amigo João, que atuou como auxiliar na minha pesquisa de campo, ficando responsável pela condução do veículo enquanto eu acompanhava o dia de trabalho dos meus interlocutores. João trabalhava como motorista particular há cerca de dois anos em Fortaleza e, por isso, conhecia muito bem a cidade, o que fez com que eu solicitasse seu apoio durante a investigação. A negociação se deu do seguinte modo: ele me acompanharia nas incursões de campo em seu carro particular e eu retribuiria a ajuda com o pagamento do combustível e da refeição. Tal decisão de contar com o apoio de outra pessoa para me auxiliar nas incursões de campo às “externas” foi sugestão dos meus próprios interlocutores de pesquisa, com a explicação de que, como “tudo acontece muito rápido nas externas”, não haveria tempo suficiente para que eu me dedicasse às duas atividades ao mesmo tempo, além de funcionar como “estratégia de segurança” ao adentrar nas “comunidades”.

A palavra “segurança” era frequentemente mencionada por meus interlocutores quando eu os acompanhava em suas “experiências de rua”⁷³. Recordo que, quando nos preparávamos pra sair da sede da emissora, Rafael advertiu a mim e a João sobre algumas “medidas de segurança”, visto que, ao longo da noite, adentraríamos “comunidades controladas pelo crime” e que, por conta disso, precisávamos seguir algumas orientações de ordem prática, como, por exemplo, abaixar os vidros das janelas e acender a luz interna do veículo, sempre ficar próximo deles e do veículo de reportagem etc. Rafael também nos alertou que, por conta do modelo e cor do veículo em que estávamos (um sedan branco), poderíamos ser confundidos com um “carro de Polícia”, reforçando ainda mais a necessidade de

⁷³ Conforme ressaltado anteriormente, tal termo nativo era utilizado por meus interlocutores para se referir às experiências profissionais adquiridas em reportagens realizadas fora das sedes das emissoras em que trabalhavam.

adotarmos certas precauções, visando evitar possíveis “situações de perigo”. É interessante que a referida equipe de reportagem, acostumada a incursionar nesses espaços, investiu-se de uma lógica policial ao utilizar “protocolos de segurança” semelhantes àqueles usados pelos policiais, conforme é possível verificar em trabalhos científicos que retratam ações e práticas desempenhadas por esses profissionais em seu cotidiano de trabalho⁷⁴.

Por certo, procuramos seguir as indicações repassadas por Rafael e, assim, iniciamos nossas andanças pelos bairros de Fortaleza e de cidades circunvizinhas, acompanhando a Unidade Móvel de Reportagem da emissora, um veículo estilo picape da cor branca, cuja identificação adesiva apresentava a logomarca da emissora, não especificamente do programa, como verifiquei em outras emissoras. Nele, havia três profissionais: o repórter Rafael, o cinegrafista Mateus, e o motorista/ “apoio técnico” Eduardo.

A dinâmica do acompanhamento ocorria da seguinte forma: eu ficava em contato via *WhatsApp* com os repórteres observados para saber as rotas das reportagens, mantendo-me informada de possíveis mudanças no percurso. Era comum os motoristas se perderem e precisarem parar o veículo para descobrir mais informações sobre o lugar das “matérias”. Situações como essas aconteciam com frequência nos bastidores de produção das “externas”, devido, segundo meus interlocutores, à “dificuldade de acesso às comunidades” e à “precária sinalização” de suas vias públicas.

No caso ilustrativo aqui descrito, seguimos para um bairro localizado na cidade de Fortaleza. Em diálogo com meu auxiliar de pesquisa João, a “comunidade” para onde nos encaminhávamos também era conhecida como “Carandiru”, por conta de sua suposta semelhança com o presídio de mesmo nome, que ficou conhecido por ter sido palco de uma violenta intervenção da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que causou a morte de cento e onze detentos no “Pavilhão 9” (VARELLA, 1999) no evento que foi denominado na época pela imprensa de “Massacre do Carandiru”. Por morar nas redondezas e ter receio de que alguém o identificasse, João estacionou o carro um pouco distante do local onde o “crime” havia ocorrido. Tal atitude foi posteriormente repreendida pelo motorista Eduardo, que, claramente incomodado com tal ação, fez questão de conversar diretamente com meu colega sobre o assunto,

⁷⁴ Cf. ARAÚJO, 2013; BARBOSA, 2014; CAVALCANTE, 2016.

questionando-o e afirmando que isso poderia ter nos colocado em uma “situação de perigo”. Após a explicação de João, Eduardo pareceu ter compreendido sua motivação, mas advertiu que seria necessário, nas próximas vezes, manter o carro particular próximo ao veículo de reportagem da emissora, demanda esta acatada por meu colega, constituindo um dos processos de negociação vivenciados no decurso das observações de campo.

Refletindo sobre a situação, o incomodo de Eduardo parece ter sido motivado tanto pela tensão quanto a possibilidade de um incidente que pudesse nos ferir de alguma maneira e que, por conta das repercussões geradas por uma ocorrência dessa natureza, trouxesse prejuízos ao ofício e à imagem de sua equipe de reportagem, mesmo que não estivéssemos no mesmo veículo.

2.5.2 Relações de pesquisa e formas de produção das “matérias”

Em outra ocasião, combinei com a interlocutora Bárbara de acompanhar seu dia de trabalho no “plantão de domingo”, a qual aceitou me encontrar na portaria da emissora em que trabalhava. Após um curto atraso justificado por ela estar fazendo sua própria maquiagem e penteado, Bárbara me pediu para acompanhá-la até a “sala de redação”, na qual havia poucos funcionários trabalhando no dia. Tratava-se de um salão de grandes proporções com diversos computadores dispostos em ilhas de trabalho, cujo *design* é comumente utilizado em mobiliários corporativos. Após me apresentar ao produtor Sérgio e aos demais profissionais que também estavam de plantão naquele domingo, Bárbara perguntou-lhes se havia “pautas”⁷⁵ programadas para aquele dia. Sérgio relatou que, até aquele momento, havia um “homicídio”⁷⁶ na periferia de Fortaleza e uma “manifestação pública” no bairro Benfica. Cabe destacar que a revelação do nome do referido bairro serviu aqui para o propósito de contextualizar a seguinte situação de pesquisa.

Por entre discussões estratégicas a respeito da elaboração das notícias, Bárbara mencionou que, a seu ver, “o Benfica não é um ambiente muito acolhedor”, porque “as pessoas que frequentam o local têm certa aversão aos profissionais de

⁷⁵ Vocábulo jornalístico usado para se referir ao conjunto de informações fornecidas pela produção dos jornais e/ou telejornais aos repórteres, funcionando como ponto de partida para a realização das reportagens.

⁷⁶ Termo nativo, oriundo do vocabulário policial, utilizado para classificar mortes que foram cometidas intencionalmente por uma pessoa ou por um grupo (MEDEIROS, 2016, p. 16).

jornalismo policial”, em clara referência aos “estudantes do Centro de Humanidades da UFC”, que, segundo ela, poderiam não aceitar a realização de entrevistas e fazer com que “a equipe não se sentisse bem-vinda” no local. Recordo que, por “ser estudante do Centro de Humanidades da UFC”, procurei valer-me da empatia e não emitir expressão negativa ou de discordância sobre o ponto de vista da minha interlocutora nesse momento.

De modo geral, é possível inferir que a relação entre os “estudantes das Ciências Humanas” e os “jornalistas policiais” é marcada por discordâncias e desconfianças mútuas. Antes de decidir pesquisar o universo do “telejornalismo policial” cearense, eu mesma evitava assistir programas desse gênero, devido à maneira, a meu ver, excruciante como as notícias são divulgadas neles, nutrindo uma visão negativa acerca dos produtos fabricados por eles. Por mais que não tivesse uma compreensão muito clara a respeito de tais profissionais, entendo que, ao nutrir tal visão, eu estava, de certa forma, fazendo um julgamento moral sobre eles/julgando-os moralmente. Por vezes, durante a pesquisa empírica, discordei dos pontos de vista, sobretudo políticos, dos meus interlocutores, precisando constantemente construir uma postura empática de pesquisa que me auxiliasse na tarefa de compreender suas ideias, práticas e motivações.

Ao longo da pesquisa de campo, pude constatar que os “jornalistas policiais” também possuem uma visão negativa em relação aos “estudantes de humanidades”, evidenciada, sobretudo, por relatos de situações conflituosas entre os grupos e de desconfiança, tal como no caso de Bárbara descrito anteriormente, e como fica claro na fala da interlocutora Marina, “repórter policial” de 39 anos de idade, com formação superior em Jornalismo concedida por uma faculdade privada cearense:

Eu acredito que você já deve ter escutado muito: “Ah, a mídia fascista!”. Boa parte dos estudantes, principalmente da UFC, não suportam a gente, detonam a gente. Mas, infelizmente, eles não veem o outro lado, que é o lado da ajuda, que é o lado da partilha, que é o lado da conscientização das próprias autoridades em relação às obrigações que eles têm com a população. Por isso que eu digo que o jornalismo policial mudou muito a cara, porque a gente lida muito com a questão e precisa, porque a sociedade necessita disso. Infelizmente, a imprensa faz o papel que o Estado não faz. Exerce um papel que o Estado não executa. (Marina, repórter).

Em sua investigação sobre os policiais militares em Fortaleza, o pesquisador Leonardo Damasceno de Sá (2002, p. 47) relatou uma experiência de

relação de pesquisa semelhante, afirmando que “tomar para estudo grupos sociais dominantes envolve problemas políticos e metodológicos próprios, pois as ciências sociais não refinaram seu instrumental para o estudo de grupos dessa natureza.”. Essa dificuldade se fez presente em alguns momentos nesta pesquisa, entretanto, é necessário assinalar que os “jornalistas policiais” não ocupam uma posição de poder tão bem definida no jogo social, sendo inclusive suas carreiras apontadas como de “segunda categoria” por seus pares.

Outro aspecto importante são os critérios adotados por meus interlocutores para a seleção das “pautas” a serem reportadas e para a definição da ordem de produção daquelas que foram selecionadas. Conforme anotei em meu diário de campo, um desses critérios era a questão da localização das “matérias”. Lembro-me que Bárbara argumentou que seria “mais viável” começar com o “homicídio” ocorrido em um bairro periférico mais próximo da emissora e depois “seguir para o Benfica”, pois, segundo ela, “seria mais caminho”, o que acentua como o caráter prático – tal como a importância da gestão do tempo de deslocamento – orientava, muitas vezes, a produção das reportagens.

Em sequência, Bárbara coletou mais informações sobre a primeira “pauta” com o produtor Sérgio e nós nos dirigimos à “sala da reportagem”, localizada do lado de fora do edifício central da sede da emissora, onde ficavam o material de reportagem e o restante dos membros da “equipe de reportagem” (cinematista e apoio técnico/motorista).

Entrando na sala, um espaço pequeno com câmeras e outros equipamentos de filmagem, Bárbara me apresentou ao cinematista Aílton, que ressaltou seus 24 anos de experiência no cargo, e o “apoio técnico”/motorista, Pedro, que trabalhava há dez anos na empresa e que estava sendo treinado por “cinematistas mais antigos”, como Aílton, para “se tornar cinematista”.

Após a cobertura do “homicídio”, nós nos encaminhamos para a próxima “pauta” no bairro Benfica. Chegando ao local, uma ampla praça localizada no referido bairro, a manifestação parecia ter acabado, visto que já não havia muitas pessoas na praça. Em decorrência disso, Bárbara contatou o produtor Sérgio e relatou que “não havia notícia ali”. Outra vez, notei que fatores de ordem prática, como, no caso, a questão do tempo de “cobrir o homicídio” e a “manifestação” que aconteciam concomitantemente na cidade, podem interferir no modo como os “jornalistas policiais” selecionam quais acontecimentos serão ou não noticiados em um dia de trabalho.

2.5.3 “Aguardando por novas ocorrências⁷⁷”

Por vezes, os bastidores de produção das “externas” eram monótonos, não sendo tão cinematográficos quanto eu imaginava que seriam. Um exemplo desse clima de monotonia aconteceu no “plantão de domingo” da jovem repórter Sofia de 22 anos de idade, que ainda não havia finalizado o curso de Jornalismo em uma faculdade particular cearense. Após a realização de algumas “matérias”, a repórter e sua equipe de reportagem, composta pelo cinegrafista Otávio e o motorista Wando acordaram que se encaminhariam para o hospital IJF, definido por Sofia como o lugar onde normalmente as equipes de reportagem “aguardavam por novas ocorrências”. Permanecemos cerca de meia hora nas proximidades do hospital IJF, esperando por novas “pautas”. Nesse período, Sofia me convidou para aguardar com ela dentro do veículo de reportagem da emissora e ficamos conversando sobre sua rotina de trabalho. Ela me contou sobre como ficava sabendo de “novas ocorrências”, mostrando-me o aparelho de “rádio-escuta” sintonizado na frequência de rádio do SAMU e os grupos do *WhatsApp* dos quais ela participava, enfatizando um em específico, cujo tema da discussão era somente a divulgação de “novas ocorrências”. Segundo ela, tal grupo era composto por “membros selecionados de agentes da segurança pública do Estado” (trecho do diário de campo realizado em fevereiro de 2018), entre eles peritos criminais, enfermeiros do hospital IJF, socorristas do SAMU, policiais militares, policiais civis, policiais federais etc. Sofia complementou dizendo que costumava presenciar discussões entre os próprios policiais militares e civis nesses grupos.

A repórter também se mostrou preocupada com seu futuro profissional, salientando que a produção dos programas precisava de uma “renovação urgente”, isto é, necessitava inovar na forma de contar os casos, visto que, a seu ver, a não adaptação às novas condições de produção desse “tipo de matéria” era o principal motivo da redução dos índices de audiência do programa para o qual trabalhava.

Enquanto conversávamos, um mototaxista se aproximou de nós e pediu informações à Sofia sobre como ele poderia reaver sua casa que havia sido leiloadada pelo governo. Ela explicou que se tratava de uma situação complicada, pois, uma vez leiloadada, provavelmente não seria possível reaver o bem. Transtornado, o homem

⁷⁷ Termo presente no vocabulário policial e incorporado pelos “jornalistas policiais” investigados para se referir aos acontecimentos violentos que poderiam se transformar ou não em notícias.

agradeceu a ela e saiu. Sofia esclareceu que situações como essa são frequentes no dia a dia de trabalho dos “jornalistas policiais”, em especial no caso dos repórteres, devido à constante interação com o “público”. Este é um dado empírico importante, pois reflete a falta de informações e a dificuldade de acesso aos serviços institucionais públicos por parte da população cearense, sobretudo, daqueles pertencentes aos estratos sociais mais pobres.

A discussão sobre os modos de acesso dos moradores de periferias à cidadania e à justiça é contemplada pelo pesquisador Gabriel de Santis Feltran em seu artigo *Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo*. De acordo com o autor, há um vasto e diverso repertório de formas de autoridade às quais os moradores das periferias de São Paulo recorrem quando buscam por justiça, elencando as seguintes instâncias consideradas por seus interlocutores como “capazes de fazer justiça”:

[...] (i) integrantes do “crime” e, sobretudo, do PCC, [...]; (ii) os meios de comunicação de massa, particularmente a televisão (desde os programas populares e policiais até os telejornais, nos quais se pode publicizar os dramas e injustiças vividos e, a partir daí, tentar obter alguma reparação); e, finalmente, pairando sobre todas elas, (iii) a autoridade divina, força suprema que ofertaria a redenção aos injustiçados após a vida, para os católicos, e a prosperidade ainda sobre a terra, para os neopentecostais. (FELTRAN, 2010, p. 59-60).

Apesar de sua pesquisa se concentrar somente sobre os aspectos concernentes à “autoridade do PCC” nas periferias da cidade de São Paulo, Feltran (2010) lançou luz sobre a correlação entre cidadania e pobreza, ao descrever como as camadas mais pobres da população paulistana “resolvem seus problemas”, além de demonstrar como o Estado de direito e a legalidade oficial aparecem, muitas vezes, como instituições distanciadas dos estratos sociais mais pobres.

2.5.4 Rupturas na rotina

Enquanto acompanhava um “plantão de domingo” da repórter Marina, ela convidou a mim e João para jantarmos em um restaurante perto de onde haviam acabado de filmar uma reportagem, descrevendo-o como “muito bom e barato”. Ela também convidou a equipe de reportagem de outra emissora que se encontrava no “local do crime”, mas eles disseram que, por falta de tempo, não poderiam nos

acompanhar. Com isso, todos se despediram e, neste instante, um morador veio ao encontro de Marina e pediu para conversar apenas com ela.

Deixei-os a sós e me aproximei de Fábio e Reginaldo, que atuavam respectivamente como cinegrafista e apoio técnico/motorista da emissora onde trabalhava Marina. O primeiro tinha vídeos com cenas de acontecimentos violentos, nos quais havia trabalhado anteriormente e que guardava em seu celular. Creio que com o objetivo de ver minha reação e, possivelmente, de compreender melhor as minhas intenções de pesquisa, Fábio insistiu em me mostrar tais vídeos, como se quisesse, de alguma forma, testar se eu lidaria bem com tais imagens. Testes como esse aconteceram com certa frequência no campo. Em sequência, Bárbara se despediu do morador e eu e João nos encaminhamos para o referido restaurante, acompanhando a Unidade Móvel de Reportagem da emissora.

O jantar constituiu em um momento de ruptura na dinâmica de trabalho dos meus interlocutores, criando um ambiente de descontração, de trocas de conhecimento e relatos sobre vivências profissionais. Ao chegarmos no estabelecimento, um “restaurante de bairro”⁷⁸, fomos recebidos com entusiasmo pelos funcionários e pelos clientes que estavam no local. Da mesa onde estava, uma mulher gritou: “Nós te amamos, Marina!”. Tal recepção calorosa confirmou que eles eram clientes assíduos do estabelecimento. Em tom jocoso, Fábio comentou: “Se um dia quiserem nos matar, é só procurar a gente aqui no domingo nesse horário.”.

Marina nos contou sobre como conheceu o restaurante e como aquele era o local onde eles sempre comiam nos “plantões de domingo” por ser “bom, bem servido e barato.”. A ruptura da cena jornalística que vivenciávamos até pouco tempo fez com que o foco da observação se voltasse para mim, agora objeto da atenção dos meus interlocutores. Com a mudança no tom da interação, coloquei-me à disposição para responder aos seus questionamentos. Marina aproveitou para indagar sobre minha área de atuação profissional. Contei que, antes do doutorado, trabalhava como professora em uma universidade local e que pretendia seguir tal profissão.

Interessada, ela expressou seu desejo em “seguir carreira” docente, mas que achava que não seria possível, pois não havia finalizado seu curso de especialização. Procurei incentivá-la a retomar os estudos, afirmando que a especialização já seria uma porta de entrada para que ela pudesse atuar na área.

⁷⁸ Ao utilizar essa expressão, acredito que minha interlocutora procurou qualificar o referido estabelecimento comercial como “simples”, “popular”.

Nessa ocasião, recorro que Reginaldo ressaltou a importância de nossos trabalhos para a sociedade, inclusive o meu, como professora.

Outro momento em que vivenciei a ruptura na rotina de trabalho dos meus interlocutores foi na reportagem realizada pelo repórter Samuel, um “repórter policial” de 35 anos de idade, graduado em Jornalismo em uma faculdade particular cearense, enquanto esperávamos pela realização dos “procedimentos padrões” do caso de “homicídio”. Tais procedimentos são constituídos por um conjunto de ações padronizadas desempenhadas por agentes de segurança pública que, geralmente, segue uma sequência predefinida⁷⁹.

Primeiramente, a informação sobre o acontecimento violento chega à Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS), às vezes, por intermédio da população. Em seguida, a CIOPS envia tal informação à Polícia Militar, cujos agentes se deslocam até o lugar repassado para realizar a confirmação da existência da “ocorrência”. Quando chegam ao local e confirmam a existência de alguma vítima (fatal ou não), os policiais militares encarregados do caso isolam o perímetro onde o “crime” ocorreu e acionam o SAMU. Ao chegar no local, os profissionais do SAMU conferem o estado da vítima, atestando se a mesma precisa ou não de atendimento médico. Caso seja confirmado o óbito da vítima pelos agentes do SAMU, os policiais militares responsáveis pela ocorrência informam à “Divisão de Homicídios”, que envia um(a) delegado(a) para iniciar a investigação do possível delito e uma Unidade Móvel da Perícia Forense para o transporte do cadáver ao IML, conhecida pelo termo “Rabecão”.

Ao aguardar a retirada do corpo do falecido pelo “Rabecão”, eu, Samuel e o repórter de uma outra emissora local nos reunimos e conversamos sobre questões diversas, em especial sobre o fenômeno da “violência urbana” em Fortaleza. O clima amistoso atraiu a atenção do policial civil encarregado pelo caso e fonte conhecida de ambos os repórteres, que, após ser apresentado a mim por Samuel, juntou-se a nós e começou a contar um caso que havia presenciado durante seu plantão: um líder de uma “facção” havia sido assassinado, o que, segundo ele, poderia gerar retaliações e “muita morte naquele fim de semana” (Trecho retirado do diário de campo realizado em janeiro de 2018), compartilhando suas vivências e preocupações sobre o assunto.

⁷⁹ Cf. MORALES, 2014.

2.5.5 *Situações adversas*

As circunstâncias das “externas” eram em sua maioria adversas. Para exemplificar, menciono o caso do plantão de Samuel, no qual presenciamos uma “morte por desabamento” e outra conturbada cena de “homicídio”, cujo clima era de tensão. Estava sempre presente o elemento do desconhecido, do inesperado na rotina profissional dos jornalistas com os quais convivi durante a pesquisa de campo, visto que, de fato, não sabíamos o que iria acontecer nas localidades.

Em todas as minhas experiências etnográficas, observei casos em que a população local de modo geral aceitou a presença dos meus interlocutores de pesquisa no local dos acontecimentos, mas tal receptividade nem sempre ocorre, conforme elucidou meu interlocutor Robson, cinegrafista/motorista que integrava a equipe durante o plantão: “Tem que ter cuidado porque muitas vezes não somos bem recebidos pela população. Eu entendo. Afinal, aquelas pessoas estavam vivendo um momento de dor e não as julgo por agir dessa maneira com a gente. Se fosse eu, faria a mesma coisa.” (Trecho retirado do diário de campo realizado em março de 2018).

Samuel recebeu a informação por *Whatsapp* de que havia ocorrido um desabamento em um município localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, e que uma pessoa havia falecido no local. Desse modo, eu e João acompanhamos o veículo de reportagem, uma motocicleta, até o local onde o desabamento havia acontecido. Na ocasião, a equipe formada pelo repórter Samuel e o cinegrafista/motorista Robson demorou para encontrar o local da “ocorrência”, recebendo o auxílio dos moradores do bairro para se localizarem. Ao chegar ao local, uma rua larga não pavimentada, não havia nenhuma viatura policial ou ambulância do SAMU, apenas o carro de reportagem de outra emissora estacionado na esquina onde a casa com a laje desmoronada se localizava. Nesse momento, tive a oportunidade de observar a dinâmica interativa entre “jornalistas policiais” que trabalhavam em emissoras distintas. Nesse caso específico, observei um clima de troca e apoio mútuo, tanto dos cinegrafistas quanto dos repórteres. O repórter da outra emissora, Caio, que havia chegado antes ao local do desabamento, inclusive repassou algumas informações que havia coletado a Samuel.

Embora tivessem chegado primeiro ao local do acidente, Caio concedeu sua vez à outra equipe, que realizou os “takes”⁸⁰ da “matéria”, construindo uma narrativa sobre o caso. Depois, o cinegrafista Robson chamou a nossa atenção para o modo como Caio conduzia a reportagem, levantando a viga que havia quebrado quando o alpendre da casa cedeu, causando o acidente que levou a pessoa à óbito. Sobre a questão, Robson lançou a seguinte comentário: “Cada um tem sua forma de contar as histórias” (Trecho retirado do diário de campo realizado em março de 2018).

Lembro que, na ocasião, os familiares da pessoa falecida estavam no local e Samuel tentou entrevistar seu irmão, mas este se recusou a ser filmado, pedindo que respeitassem sua privacidade. Exercitando sua habilidade de persuasão, o repórter prontamente concordou com o irmão, perguntando se ele poderia contar o que havia ocorrido apenas para ele, sem a presença das câmeras. O “familiar” aceitou a proposta e, sentados na borda da calçada em frente à casa onde o acidente havia acontecido, relatou à Samuel sua versão do ocorrido. Logo depois, pessoas que se identificaram como “amigos da família” se aproximaram de onde o repórter estava conversando com o irmão da pessoa falecida, denunciando que ela “passou várias horas agonizando” e que teria falecido por falta de atendimento médico, visto que, após a saída do corpo de bombeiros, os agentes do SAMU não haviam comparecido ao local. Samuel pediu autorização para realizar uma entrevista com um deles, que concordou prontamente, realizando um “apelo às autoridades” ao solicitar a melhoria do atendimento do SAMU.

Após o encerramento da filmagem, Samuel nos avisou que a “nova ocorrência” era um “homicídio” e que o próximo destino seria em uma “comunidade” afastada localizada no mesmo município da Região Metropolitana de Fortaleza. O deslocamento até o local demorou cerca de meia hora, conforme anotação realizada em meu diário de campo. Quando finalmente chegamos, por volta de meia noite e meia, avistei o corpo do falecido caído na passagem de uma estreita rua não pavimentada e sem iluminação pública, iluminada apenas pelos faróis das viaturas policiais que estavam no local. Seu corpo ainda estava conectado à moto a qual ele dirigia no momento do “homicídio”, coberto por um plástico cinza.

⁸⁰ Terminologia nativa utilizada em inglês na Comunicação para se referir a partes de filmagens que serão posteriormente agrupadas ou cortadas no momento da montagem das reportagens, podendo ser substituída pelo termo nativo “passagem”. Conforme explica Bahia (2015), o termo também pode se referir ao “registro continuado, ininterrupto, de uma cena.”

De um dos lados da rua, havia um extenso matagal, do outro, um muro alto, de aproximadamente dois metros de altura. Ao redor do local onde estava o corpo, um “cordão de isolamento”⁸¹ policial barrava a passagem da população para o outro lado da rua, fazendo com que os moradores locais se aglomerassem em ambos os lados. Havia pessoas por todas as partes, inclusive sentadas em cima do muro.

Dois policiais militares que foram os primeiros agentes públicos a chegar no local, recusaram-se a falar com o repórter, dizendo que não tinham nenhuma informação até o momento. Assim, Samuel nos orientou a permanecer atrás da faixa e aguardar o desenrolar dos “procedimentos padrões” da rotina de trabalho policial em casos de “homicídio” como este.

Lembro de Samuel ter reclamado da falta de educação dos policiais, dizendo que não precisavam ter sido “tão grosseiros”. Conversando com os moradores da localidade, o repórter descobriu que tais profissionais haviam “coletado a carteira da vítima” e que já possuíam seu documento de identificação, o que o deixou ainda mais irritado, afirmando que “eles não deveriam ter mentido”.

Cerca de meia hora depois, policiais civis chegaram ao local e iniciaram os “procedimentos padrões” de investigação policial. Na equipe da “Divisão de Homicídios”, havia quatro policiais. O clima era de tensão e desconfiança. O encarregado da referida equipe aparentava estar bastante receoso com a situação, movimentando-se insistentemente e olhando para todos os lados, aparentemente, a meu ver, para ter uma visão territorial mais ampla. Outro policial civil foi encarregado de coletar todas as informações obtidas com os policiais militares que chegaram primeiro ao local. Quase em sequência, chegaram o “Rabecão” e o veículo da equipe de reportagem da outra emissora, com a qual havíamos interagido mais cedo.

Nesse momento, os repórteres Samuel e Caio ficaram repassando as informações que conseguiram junto aos “populares”⁸², já que os policiais se recusaram a falar com ambas as equipes, e aproveitaram para realizar algumas

⁸¹ Termo da gramática policial incorporado pelos “jornalistas policiais” em suas narrativas sobre acontecimentos violentos. É utilizado para definir a faixa de contenção utilizada pela “Polícia” para restringir o acesso público a uma área específica.

⁸² Na linguagem nativa, utilizada tanto pelos policiais quanto pelos “jornalistas policiais”, o termo se refere a pessoas anônimas que moram nos arredores de onde a “ocorrência” ocorreu e que eventualmente aparecem, de modo intencional ou não, nas “reportagens de rua”. Para os “repórteres policiais”, os “populares” também constituem a “massa da população” que se aglomera ao redor das “cenas de crimes”, sobretudo, jovens que fazem gestos e sinais referentes à torcidas organizadas de futebol ou a gangues e galeras das quais são integrantes, dentre outros atores sociais que aproveitam a oportunidade para “aparecer na televisão”.

“passagens” das “matérias”. Pouco tempo depois, o policial civil responsável pelo caso, que, segundo Samuel, era um antigo “parceiro”, concedeu entrevistas a ambos os repórteres.

Percebi também a troca de sinais entre o cinegrafista Robson e o policial civil encarregado pelo caso. Em seguida, perguntei a Robson o que havia ocorrido. Ele explicou que tal policial apenas participava de “operações especiais” e que trabalhava mais internamente, e, como já o conhecia, ele sabia que, “por motivos de segurança”, o referido profissional não queria ser mostrado nas filmagens. Segundo ele, a comunicação que eu havia notado tinha sido ele garantindo ao policial que não mostraria seu rosto. Observei várias vezes esse tipo de “cuidado” com as “fontes policiais”, que, na visão dos meus interlocutores, constitui um pré-requisito para que possam construir uma relação interprofissional de “confiança” com as referidas fontes e, assim, garantir a confecção das “notícias policiais”.

Em suma, busquei contextualizar neste capítulo o universo empírico da pesquisa, descrevendo resumidamente os “programas policiais” que eram transmitidos por emissoras locais cearenses na época do trabalho de campo. Ademais, procurei descrever os percursos e percalços metodológicos trilhados no desenvolvimento desta tese e apresentar uma breve análise etnográfica do material empírico colhido durante a pesquisa, na qual analiso alguns episódios exemplares, tais como uma entrevista compreensiva e uma observação em um “estúdio de gravação” de uma edição do “telejornal policial” local, e observações de campo realizadas durante o acompanhamento das rotinas de trabalho de “repórteres policiais” em “matérias externas” nas ruas da Grande Fortaleza.

3 “SER JORNALISTA POLICIAL”: EXPERIÊNCIAS E SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAIS

A dimensão relacional das interações inter e intraprofissionais da área do “telejornalismo policial” investigada tem uma importância central na compreensão do processo de construção das autopercepções e dos pertencimentos profissionais dos meus interlocutores, servindo como base para entender como eles constroem e se veem (ou não) como um grupo de profissionais distinto dos demais jornalistas. Sendo assim, não seria possível, a meu ver, compreender tais concepções e pertencimentos, a construção de um profissionalismo próprio ou mesmo os processos de socialização profissional e a heterogeneidade dos “jornalistas policiais” examinados sem ter em mente essa noção de tessitura relacional moldada nas interações face a face ou não⁸³ entre tais jornalistas em si, entre eles e profissionais de outras áreas e entre eles e o “público”. Procurei, pois, desenvolver uma análise etnográfica que privilegiasse os elementos relacionais levantados pelos próprios interlocutores em seus depoimentos como componentes dos pertencimentos e dos processos de socialização como um grupo profissional homogêneo.

Concebendo a socialização como um dos processos que possibilita tal pertencimento profissional dos jornalistas investigados, busquei empregar, conforme sugere Dubar (2005, p. 129, grifo do autor), uma “abordagem ‘compreensiva’ da socialização”. A meu ver, é possível compreender os aspectos relacionais das redes de relações que se movimentam nas regiões de fachada e de bastidor⁸⁴ do “telejornalismo policial” cearense analisando os “‘mundos’ construídos mentalmente pelos indivíduos a partir de sua experiência social”, das diferenças e particularidades presentes no cotidiano de trabalho desse grupo que, na verdade, é tão heterogêneo e complexo (DUBAR, 2005, p. 129, grifos do autor).

Nelson Traquina (2005, p. 26) ponderou que o processo de profissionalização no jornalismo revelou a criação de uma socialização altamente

⁸³ A interação entre “jornalistas policiais” e o “público” (consumidor e/ou fonte) proporcionada por meios de comunicação, em especial, a *internet* e os telefones móveis, e pelo advento de “redes sociais”, como o *WhatsApp*, por exemplo, é entendida pelo pesquisador Richard Jenkins (2010) como relações relativamente semelhantes ao modelo interacional “face a face” investigado por Goffman (2011b), visto que procedimentos como o “trabalho de apresentação do eu”, a “preservação de fachada”, a “manipulação da impressão que desejam projetar de si” etc. são praticados nestes dispositivos quase cotidianamente.

⁸⁴ Cf. GOFFMAN, 2011a.

sofisticada de profissionais que compartilham “um pensamento” e, até mesmo, “um sentimento de grupo”. Em seu texto *Toward an anthropology of self and feeling*⁸⁵, a antropóloga Michelle Rosaldo (1984, p. 138) nos convidou a pensar o conceito “pensamentos incorporados”⁸⁶, baseando-se na teoria bourdieusiana⁸⁷:

Emoções são pensamentos de alguma forma “sentidos” em rubores, pulsos, “movimentos” de nossos fígados, mentes, corações, estômagos, pele. Eles são pensamentos incorporados, pensamentos infiltrados com a percepção de que “Eu estou envolvido”. [...] Sentimentos não são substâncias a serem descobertas no nosso sangue, mas práticas sociais organizadas por histórias que nós performamos e contamos. Eles são estruturados por nossas formas de compreensão. [...] Alguém me deprime. Eu respondo com tensão, raiva, ira. Mas o que eu sinto depende de como eu entendo o que aconteceu e analiso minhas opções em resposta. (ROSALDO, 1984, p. 143, grifos da autora, tradução nossa).

A categoria sugerida por Rosaldo (1984, p. 143) me levou a considerar emoções e sentimentos como partes estruturantes do *habitus*⁸⁸ de um grupo, o qual vai traçando os pontos fundamentais de sua socialização profissional à medida que vivencia seu ofício na prática. Por exemplo, Schlesinger (1977, p. 348 *apud* TRAQUINA, 2005, p. 28, grifo nosso) aponta que “os jornalistas através de todas as fronteiras nacionais” possuem uma “relação fetichista com o tempo”, assegurando que “ser profissional [...] não é simplesmente uma questão de competência. É também uma questão de *sentir certas coisas*, de ‘ter aquela velha dose de *adrenalina*’”. De acordo com o autor, “essa relação não só determina quem é competente, mas revela também uma *obsessão com minutos e segundos* que poucos fora da comunidade conseguem entender como racional.” (SCHLESINGER, 1977, p. 348 *apud* TRAQUINA, 2005, p. 28, grifo nosso).

Em meu trabalho de campo pude perceber várias características comportamentais e emocionais dos jornalistas examinados, inclusive o sentimento de adrenalina descrito por Schlesinger (1977, p. 348 *apud* TRAQUINA, 2005), que, a meu ver, ensejam a análise de um processo de profissionalismo específico. Essa

⁸⁵ “Em direção a uma antropologia do eu e do sentimento”, em tradução livre do inglês.

⁸⁶ Traduzido livremente do inglês: “*embodied thoughts*”.

⁸⁷ Em sua teoria da prática, Pierre Bourdieu (2011) ressalta que, para entender o funcionamento de uma determinada prática social, é preciso compreender o contexto em que essa prática acontece. Segundo Bourdieu (*Ibid.*), a prática ocorre na relação entre o campo e o habitus, sendo o conceito de *habitus* associado à ideia de interiorização pré-reflexiva de saberes, valores, concepções etc., isto é, de um sistema de “estruturas”.

⁸⁸ O *habitus* funciona como um conjunto de leis sociais incorporadas, um esquema de condutas comportamentais que dão sentido às práticas individuais e coletivas. É importante perceber que o habitus enquanto lógica do senso prático orienta e possibilita ações, pensamentos, percepções e sentimentos de “agentes especializados” que constituem um grupo ou uma classe específica (*Ibid.*).

configuração do surgimento de um grupo profissional específico “que reivindica um monopólio de saber” (TRAQUINA, 2005, p. 34), isto é, os conhecimentos sobre o que são “notícias” e como produzi-las, é extremamente pertinente à problemática desta pesquisa e útil para entender melhor quem são meus interlocutores de pesquisa e como funcionam suas rotinas de trabalho.

Compete-me destacar, entretanto, a existência no caso dos meus interlocutores de uma dinâmica de disputas e conflitos intraprofissionais pela definição do que é “ser jornalista policial” e, conseqüentemente, pela legitimação da atividade profissional estudada. No entanto, percebi em suas trajetórias profissionais e na observação de seus cotidianos de trabalho que meus interlocutores percorrem diferentes caminhos na busca para alcançar tais objetivos, sobre os quais pretendo me debruçar neste e no quarto capítulos. Além disso, tais caminhos acabam levando-os a construírem autopercepções diferenciadas, pautadas na heterogeneidade que marca o meio jornalístico, inclusive “o policial”. É interessante perceber que, quando perguntei como se autoidentificavam, alguns entrevistados afirmaram que não se consideram diferentes dos demais jornalistas e que não gostavam de ser identificados por outrem como “jornalistas policiais”, como é o caso do interlocutor Rafael, que atuava como “repórter policial” em Fortaleza:

Assim, até o termo, eu não concordo muito. Com o jornalismo policial. Porque eu me formei como comunicador social e como jornalista e eu tenho que estar apto a tudo, né? Tanto é que eu sou, atualmente, no mercado, um dos poucos colegas jornalistas que trabalham na área policial que conseguem fechar VT pro jornal, pra outros produtos, né? Porque o mercado pequeno aqui está cada vez mais reduzido, infelizmente. Então, as emissoras querem profissionais, e aí eu senti isso ao longo dos anos, que consigam fazer um pouco de tudo, que consigam mudar o seu estilo em determinada situação. [...] Ao longo dos anos, colegas realmente destacaram que são jornalistas policiais, porque realmente eles não conseguem fechar um texto com *off*, com passagem formal. Não conseguem. Mas eu defendo isso, que nós somos formados em Jornalismo. Em determinado momento, se a empresa precisar te tirar daquele programa e te levar pra outro jornal, você tem que ir. Eu defendo muito isso. (Rafael, repórter).

Outro interlocutor, o apresentador de um “programa policial” local Samir, também revelou não apreciar ser chamado de “jornalista policial”, elaborando uma nova *concepção de si* denominada “jornalista social”, que, a seu ver, opera de modo mais adequado a definição de sua atividade profissional:

[...] eu não gosto nem dessa palavra. Eu gosto mais de falar de jornalismo social, porque essa questão de Polícia é uma questão muito mais ampla de segurança pública, não é só uma questão de policial. O que eu procuro fazer

não é um jornalismo policial, mas um jornalismo social. Eu procuro fazer as pessoas verem e as autoridades também que o que acontece na segurança pública são conflitos sociais que não foram resolvidos e que não estão sendo resolvidos. (Samir, apresentador).

Ao utilizar a palavra “social” em substituição ao termo “policial”, Samir parecia querer afastar a visão negativa da imagem da profissão, marcadamente presente no imaginário coletivo, especialmente pelo qualitativo “policial”. Já Jamile, produtora de “telejornais policiais” cearenses há oito anos, afirmou que, embora sofresse discriminação, não se incomodava em ser identificada pelo termo “jornalista policial”, dizendo: “Eu não me incomodo muito não, apesar dos preconceitos.” (Jamile, produtora).

Identifiquei que essas disputas também eram travadas entre os jornalistas que trabalhavam na área policial e profissionais de jornalismo que atuavam em outras editorias, ao classificarem o ramo policial utilizando outra nomenclatura: “programas policiaiscos”. Essa percepção foi evidenciada no trecho retirado da entrevista realizada com a jornalista Carol de 32 anos de idade, pós-graduada em Jornalismo por uma universidade pública cearense e membro do coletivo *Intervozes*:

Esses programas de fato ganharam a cena pública no Brasil nos últimos 20 anos. Assim, sempre houve um jornalismo policial. A gente faz inclusive essa distinção entre jornalismo policial e policiaiscos, né? Porque têm categorias, formas, inclusive, certas regras no campo do Jornalismo que não são seguidas por esses programas de forma alguma. Então, a gente faz essa distinção. E ali, desde os anos 1980, quando você tem uma lógica de diferenciação de público, de audiência, você passa a ter algumas emissoras que vão apostar um pouco nesse formato policiaiscos, nesse formato que usa muito dessa estética do grotesco, como chama o Muniz Sodré. (Carol, jornalista membro do coletivo *Intervozes*).

Indignado com tal classificação, Thiago criticou o uso do termo “policialesco” utilizado por alguns colegas de profissão para definir seu ofício e, conseqüentemente, para defini-lo, afirmando que os “jornalistas policiais” apenas noticiam a “realidade dos fatos”⁸⁹ e que não entendia o motivo dessa diferenciação. Em suas palavras:

⁸⁹ Sobre a rotina “tradicional” de produção jornalística no Brasil, Alexandre Bergamo (2011, p. 238) elucidou que “considerar determinado evento um fato ou não é algo que depende muito menos das ocorrências do dia que do contexto de trabalho desses profissionais, isto é, ainda que o termo ‘fato’ possa ser aplicado a qualquer ocorrência, no contexto de trabalho desses profissionais ele tem uma significação bastante específica, ligada, em primeiro lugar, à sua própria rotina de trabalho. Embora o jornalista seja aquele responsável por certa ligação com os eventos do mundo, já que cabe a ele transmiti-los, seu contato com esse mesmo mundo é bastante restrito. O dia a dia de trabalho consiste, basicamente, em chegar à redação, pegar a pauta, sair, realizar a matéria, voltar, passar o material ao editor e, algumas vezes, sair para realizar outra matéria.”

Eu fico chateado, porque as pessoas usam o termo policialesco e tal, aquela coisa. Não, a gente tá passando a matéria! É aquilo ali, gente! Se a gente tá no local, duas pessoas foram mortas, uma criança foi baleada (coitada) e a mãe tá desesperada, a gente tem que mostrar o que tá acontecendo. Ela tá gritando, chorando. “Não, desliga todas as câmeras.”. Não tem isso! É o fato! É a realidade! A realidade é aquela! Então, como é que nós vamos fazer? É diferente de eu chegar lá, tacar o microfone na boca da mulher, entendeu? E fazer que grite mais, que chore mais. É diferente! (Thiago, diretor).

Tomando como base analítica as teorias trabalhadas por Dubar (1998) em seu estudo sobre as profissões, optei por fazer uso da categoria analítica trajetória profissional e por não utilizar a categoria “identidade profissional” adotadas pelo autor para retratar o sentimento de pertencer ao grupo profissional do “jornalismo policial” expressado por meus interlocutores em seus depoimentos acessados por mim durante a pesquisa de campo. Tomei essa decisão por conceber a fractalidade da noção de pessoa, a qual nunca é, segundo Roy Wagner (2011, p. 4) “uma unidade em relação a um agregado, ou um agregado em relação a uma unidade, mas sempre uma entidade cujas relações estão integralmente implicadas.”.

De acordo com Aquino (2010, p. 94), a “imagem do fractal” contempla a pluralidade de redes de relações nas quais cada pessoa se insere ao longo da vida, afastando-se da noção de indivíduo, que, segundo a autora, acaba reduzindo as pessoas a apenas um de seus variados pertencimentos sociais. Com base nos achados etnográficos suscitados por sua pesquisa sobre “assaltos contra instituições financeiras”, Aquino (2010, p. 94, grifos da autora) discorreu sobre a noção de pessoa fractal:

Tomemos como exemplo as variadas inserções e papéis que exerce Fernando, um de meus interlocutores praticantes de assalto. Entre 2005 e 2009, o período em que mantive contato com ele, Fernando era empresário, proprietário de pousadas, patrão de algumas dezenas de funcionários, namorado de Mara, ex-marido de Fabíola, pai de dois meninos e de uma menina, estudante de administração de empresas e participante eventual de assaltos. Em seu cotidiano, esses diferentes pertencimentos convergiam e se alternavam. Diferentemente da ideia de indivíduo que reduziria Fernando a um de seus pertencimentos, fixando-o em uma identidade reducionista, a imagem do fractal contempla sua inserção em diferentes redes de relações – em que se “conecta parcialmente” a outras “pessoas fractais” – sem ser limitado por “totalidades” ou “entidades” como sociedade ou *grupo social*.

Desse modo, passei a compreender através da categoria analítica pertencimento profissional⁹⁰ os modos como meus interlocutores se sentem ao

⁹⁰ Tal categoria já foi utilizada por outros pesquisadores, tais como Fernanda Rios Petrarca (2007), conferindo-a outros significados.

ingressar na profissão e se tornarem “jornalistas policiais”, entendendo-a como um dos diversos pertencimentos sociais aos quais se identificam no decorrer de suas vidas, não como componente de uma identidade social única e definitiva.

Na lógica nativa dos “jornalistas policiais” ouvidos, as “notícias policiais” possuem um campo moral complexo⁹¹ e uma estética⁹² própria, sendo sua matéria-prima o “registro sensacionalista de cenas de violência, da morte, do sofrimento e do chamado *fait divers*”⁹³. Conforme Jacques Rancière (2009, p. 16-17, grifo nosso):

A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter esta ou aquela “ocupação” define competências ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum etc. Existe, portanto, na base da política, uma “estética” que não tem nada a ver com a “estetização da política” própria à “era das massas”, de que se fala Benjamin. [...] A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer [...].

Segundo Becker (2009, p. 26), “um relato sobre a sociedade, portanto, é um dispositivo que consiste em declarações de fato, baseadas em evidências aceitáveis para algum público, e interpretações desses fatos, igualmente aceitáveis para algum público.”. Assim, creio que os conteúdos e estratégias discursivos dos “programas policiais” também envolvem um “mecanismo de legitimação mútua de visões de mundo” entre os produtores das “notícias policiais”, que, de certo modo, recebem a aprovação do “público” para continuar produzindo tais conteúdos, ao se depararem com os recordes de audiência de seus programas; e os consumidores desses produtos midiáticos, que assistem com regularidade tais programas, conferindo-os elevados índices de audiência (RIBEIRO, 2016, p. 196-197).

Vale destacar que a categoria nativa “público” mobilizada por meus interlocutores em seus depoimentos apresenta uma ideia de “plateia” (GOFFMAN, 2011a), isto é, aqueles para os quais os “jornalistas policiais” ouvidos se dirigem ao narrar um “fato”, imaginam-se “contando histórias” e para quem criam “estilos próprios” de apresentação ou de reportagem, no intuito de conquistar “credibilidade”.

Embora não constitua o objetivo central desta investigação, tal dimensão da recepção foi discutida por Susan Sontag (2003) em sua obra *Diante da dor dos outros*, segundo a qual, no final do século XIX, já se discutia os efeitos do “incessante

⁹¹ Cf. BECKER, 2009.

⁹² Cf. RANCIÈRE, 2009.

⁹³ Cf. ENNE, 2007.

crescimento do fluxo de informações sobre as agonias da guerra”, em que imagens da guerra e da dor alheia ganharam destaque no fotojornalismo, que “conquistou o reconhecimento que lhe era devido no início da década de 1940 – tempo de guerra”, tornando-se um “negócio” bastante lucrativo para as empresas comunicacionais. Preocupada com os impactos da utilização comercial de imagens de “dor e sofrimento dos outros”, Sontag (2003, p. 23-24) afirmou que “as imagens chocantes” são:

Recrutadas como parte do jornalismo, contava-se com as imagens para atrair a atenção, o espanto, a surpresa. [...] A caçada de imagens mais dramáticas (como, muitas vezes, são definidas) orienta o trabalho fotográfico e constitui uma parte da normalidade de uma cultura em que o choque se tornou um estímulo primordial de consumo e uma forma de valor. [...] numa cultura radicalmente renovada pela ascendência de valores mercantis, pedir que as imagens abalem, clamem, despertem parece antes um realismo elementar, além de bom senso para negócios. [...] A imagem ultrafamiliar, ultracelebrada – de agonia, de ruína – constitui um elemento inevitável do nosso conhecimento da guerra mediado pela câmera.

Assim, ao serem registradas imgeticamente, a “forma notícia” transforma determinados acontecimentos em um “atestado do real”, sendo entendida como reflexo da “objetividade”, quando, na verdade, revela pontos de vista específicos dos profissionais de jornalismo e das empresas nas quais eles atuam. Tais imagens eram, portanto, concebidas como o “registro do real”, “uma vez que a máquina fazia o registro. E as fotos davam o testemunho do real – uma vez que alguém havia estado lá para tirá-las.” (SONTAG, 2003, p. 26).

Questionando “por que um acidente gera um tráfego mais lento numa estrada”, a autora ainda criticou o “prazer mórbido” de “ver a dor dos outros” tão presente nas sociedades contemporâneas, alimentado, sobretudo, pelos efeitos do “fascínio” despertado pela fotografia no espectador. Nesse sentido, Sontag (2003, p. 80) elucidou que “tais imagens que exibem a violação de um corpo atraente são, em certa medida, pornográficas. Mas imagens do repugnante também podem seduzir”. Na perspectiva da autora, exibir tais imagens em jornais constituía uma prática cruel, bem como a prática de olhar a dor alheia, que era encarada como uma “co-participação passiva desta crueldade”.

Ideias semelhantes apareceram diversas vezes em minha pesquisa empírica, sendo continuamente reforçadas pelos meus interlocutores em seus depoimentos, que advogavam o “princípio da objetividade” do Jornalismo e de seu “compromisso com a verdade”. Em seu livro, Sontag descreveu os jornais populares da seguinte maneira:

As informações sobre o que se passa longe de casa, chamadas de “notícias”, sublinham conflito e violência – “Se tem sangue, vira manchete”, reza o antigo lema dos jornais populares e dos plantões jornalísticos de chamadas rápidas na tevê – aos quais se reage com compaixão, ou indignação, ou excitação, ou aprovação, à medida que cada desgraça se apresenta. (SONTAG, 2003, p. 20).

Enquanto “telejornais tradicionais”⁹⁴ adotam uma linguagem formal no diálogo com o “público”, apresentam “matérias” curtas e objetivas e não utilizam recursos técnicos como música e sonoplastia para compor suas “matérias jornalísticas”; é recorrente na produção de reportagens sobre “casos de Polícia” dos “programas policiais” televisivos produzidos em Fortaleza a ênfase em temáticas sobre “crimes” e situações extraordinárias da vida cotidiana, em que há quase sempre “um cadáver que é preciso ‘explicar’”⁹⁵, a partir de montagens de atos de fala, músicas, sonoplastia e teledramaturgia para incorporar emoções e sentimentos às narrativas e repetições de cenas das reportagens para reforçar aspectos emocionais; da recorrência de uma estrutura narrativa maniqueísta através da utilização de estratégias editoriais inspiradas na teledramaturgia para conferir um apelo emocional às histórias; do uso de uma linguagem coloquial, e, muitas vezes, chocante, no intuito de atrair a atenção da audiência; da longa duração das “matérias”; da repetição de cenas; dentre outras características (MORALES, 2014, p. 47).

Eugenio Bucci (1993, p. 104) acrescentou que é comum no modo de produção dos “telejornais policiais” a ausência de recursos técnicos e estéticos no tratamento das imagens das narrativas audiovisuais, ressaltando que “as reportagens se fazem sem muitos cuidados. A luz estoura, o foco se perde, o zoom parece bêbado, o objeto foge do enquadramento”, com o objetivo de conferir mais autenticidade e naturalidade às *cenas*.

Ao analisar representações da e sobre a “violência”, a “periferia” e a “pobreza” nas produções cinematográficas e televisivas brasileiras mais recentes, Esther Hamburger (2007, p. 120, grifos da autora) verificou outra característica importante presente nos “programas policiais” televisivos: a visibilidade que conferem à periferia urbana e aos seus moradores; contribuindo, segundo ela, para a

⁹⁴ Fazendo referência a telejornais como o *Jornal Nacional*, transmitido pela emissora *Rede Globo*, utilizei a denominação “tradicional” para estabelecer uma relação de distinção com o modelo de “jornalismo popular” empreendido no Brasil desde o final da década de 1960 (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 104).

⁹⁵ Cf. AUCLAIR, 1970 *apud* SODRÉ, 2009.

legitimação de “paisagens urbanas populares como cenário de reportagens gravadas *in loco*, por repórteres e cinegrafistas em movimento.”. Conforme a autora:

Imagens trêmulas e a respiração ofegante dos profissionais que sobem o morro em busca de notícia contribuíram para reforçar a sensação de matérias “quentes”, transmitidas no calor da hora. Em contraste com o oficialismo da cobertura convencional, o *Aqui, Agora* enfatiza assuntos ligados a pequenos conflitos e crimes localizados. A mudança é estética e de assunto. (HAMBURGER, 2007, p. 120, grifo da autora).

Situações como essas podem ser visualizadas nos “programas policiais” cearenses analisados, nos quais é possível se deparar com cenas praticamente impensáveis em outros gêneros jornalísticos, como, por exemplo, uma reportagem na qual o “repórter policial” Rafael, o cinegrafista Mateus e o apoio técnico Eduardo, meus interlocutores de pesquisa, seguem à pé um grupo de policiais em perseguição em um bairro periférico de Fortaleza, no intuito de alcançá-los e finalmente registrar, “em primeira mão”, a apreensão dos suspeitos. Reportagens como essa são, muitas vezes, filmadas à noite, em locais completamente escuros (o que resulta em imagens tremidas e desfocadas), fazendo com que os telespectadores apenas escutem a voz ofegante do repórter que, sem conseguir pronunciar muito bem as palavras por conta do cansaço, continua narrando os acontecimentos com detalhes.

Nesse sentido, compreendi que, apesar dos “jornalistas policiais” compartilharem quadros de referência comuns (GOFFMAN, 2012, p. 46) diariamente em seu trabalho, eles não formam um grupo profissional puramente homogêneo. A partir dos conceitos trabalhados por Goffman (2012, p. 34), esses quadros de referências ou esquemas fundamentais de compreensão podem ser entendidos como “princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles”, sendo responsáveis pela noção de realidade construída historicamente pelo grupo pesquisado, sendo continuamente incorporados pelos novos membros da referida categoria profissional a partir do momento em que ingressam na profissão e, nela, são socializados. Logo, as estruturas sociais não determinam as experiências dos atores, mas estão ligadas através de um processo de socialização dessas experiências. Essa socialização da experiência envolve a constituição cognitiva de sentidos que são produzidos na dinâmica das diversas situações às quais os atores sociais são submetidos ao longo de suas vidas.

O conceito de quadro utilizado por Goffman introduz, portanto, a ideia de que existem elementos básicos que orientam os atores no processo de organização

e identificação das situações sociais nas quais se encontram e na maneira como devem se comportar em relação a esses acontecimentos. O autor definiu como “esquemas primários” os quadros interpretativos ou referenciais mais básicos, classificando-os em dois tipos: os naturais e os sociais. Os esquemas naturais revelam uma dimensão física, psicológica, muitas vezes, inconsciente da construção desses referenciais cognitivos, que são construídos sem a interferência de “nenhuma influência voluntária”, enquanto:

Os esquemas sociais, por outro lado, fornecem uma compreensão de fundo para os acontecimentos que incorporam a vontade, o objetivo e o esforço de controle de uma inteligência, de um agente vivo, sendo o principal deles o ser humano. [...] Aquilo que ele faz pode ser descrito como “ações guiadas”. Estas ações submetem o agente a “padrões”, à avaliação social de sua ação com base em sua honestidade, eficiência, economia, segurança, elegância, tato, bom gosto e assim por diante. (GOFFMAN, 2012, p. 46).

Entendendo o conceito goffmaniano de enquadramento como os referenciais socialmente construídos, mas que também encontram elementos nas subjetividades individuais para funcionar como um mecanismo de projeção desses referenciais na vida cotidiana, as representações sociais funcionam como a base compreensiva de qualquer atividade interacional em nossa sociedade. Logo, percebi que os quadros interpretativos da realidade empregados pelos jornalistas examinados em seu cotidiano de trabalho e na fabricação de suas narrativas noticiosas os orientam na análise das perspectivas situacionais vivenciadas por eles, além de suscitar mobilizações e reivindicações coletivas frente aos conceitos e fenômenos da “violência”, do “crime” e de seus autores, devido à posição singular que tais profissionais ocupam em nossa sociedade. Assim, é preciso levar em consideração que, para construírem seu profissionalismo, seus pertencimentos profissionais e suas imagens sociais, os atores sociais examinados elaboram estratégias próprias. E, para construírem tais estratégias, utilizam-se do mecanismo da encenação no intuito de produzirem a “melhor impressão” para se mostrarem e se valorizarem perante as suas interações sociais cotidianas. Procurei aprofundar mais a análise dos quadros (re)produzidos por meus interlocutores em suas experiências profissionais compartilhadas nos capítulos quatro e cinco desta tese.

Em pesquisas que se debruçam sobre a temática do “jornalismo policial” em outros meios de comunicação e contextos sócio-geográfico-culturais, é possível identificar fatores classificatórios de distinção semelhantes aos apontados por meus

interlocutores, como nos casos examinados por Rifiotis *et al.* (1997) e por Lima *et al.* (2017), em que o “jornalismo policial” também é considerado uma área “muito discriminada” no meio jornalístico e que, por isso, seus integrantes elaboram atributos e justificativas para legitimar sua atividade profissional.

Segundo Rifiotis *et al.* (1997), a atuação dos “repórteres policiais” funcionava nos casos examinados como uma espécie de “desafio” ou de “ritual de iniciação” para o ingresso do profissional de jornalismo. Desse modo, a permanência na área, isto é, a construção de carreiras profissionais, surgia como “opção” para aqueles jornalistas que se identificavam com determinadas características definidoras do “ser jornalista policial”, tais como: “a ‘coragem’ para estar no lugar dos fatos, para denunciar os atos arbitrários da polícia e da justiça, conviver com a polícia, ter uma rede própria de informações” e “a ‘missão’ de informar”. Já Lima *et al.* (2017, p. 8) observaram que, nos casos dos “jornalistas policiais” pesquisados, tais profissionais procuravam negociar a definição de suas profissões e práticas, apresentando-se, muitas vezes, como “bons profissionais, competentes e éticos”.

Percebi, portanto, que estava diante de um universo empírico de estudo marcado por disputas e conflitos internos, no qual as justificativas apresentadas tanto pelos “jornalistas policiais” quanto por outros jornalistas aparecem como expressão da complexidade de outro aspecto relevante desse gênero televisivo: as relações de poder existentes no processo de profissionalismo do Jornalismo na sociedade brasileira e das disputas em torno da própria construção do Jornalismo como profissão no país⁹⁶, sobre os quais por não discorrei com mais profundidade nesta tese.

Desde o seu surgimento, as lutas por reconhecimento e pela regulação da prática jornalística foram pautadas por intensos debates e disputas internas na construção de normas de conduta a serem adotadas pelos profissionais de Jornalismo no mercado de trabalho e pela definição das diretrizes e princípios que passaram a orientar a formação profissional dos cursos de Jornalismo no país, o que revela a heterogeneidade presente nesta categoria profissional e os seus profundos conflitos internos. Encontrei essa heterogeneidade, complexidade das relações e

⁹⁶ A exigência de diploma de curso superior específico para o exercício da profissão de jornalista, por exemplo, ainda é objeto de debate no processo regulatório da profissão no Brasil, encontrando-se em tramitação no Congresso Nacional Brasileiro o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 206/12 que visa alterar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de acabar com tal exigência para a prática do jornalismo no Brasil. Mais informações disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=553109>. Acesso em: 18 abr. 2019.

conflitualidade das disputas de poder no interior das redes de relações intraprofissionais do “telejornalismo policial” cearense, recorte empírico desta pesquisa, com as quais interagi durante o trabalho de campo, revelando assim um aspecto da dimensão relacional da construção do próprio gênero televisual no Ceará.

Desentendimentos como o demonstrado acima pareceram frequentes no Jornalismo, sobretudo, na área do “jornalismo policial”, sendo perceptível o sentimento de descontentamento do grupo examinado que, muitas vezes, é considerado por seus pares como “desviante”. Becker (2008, p. 22) propõe uma teoria interacionista do *desvio*, pautando-se na ideia de “desvio como ação coletiva” e na categoria *rotulagem* (*labelling*) para entender como alguém é considerado um desviante pelo restante do grupo do qual participa. No entendimento de autor:

[...] grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. (BECKER, 2008, p. 22).

Ao procurar entender as carreiras em um “grupo ocupacional desviante”, Becker (2008, p. 111) questionou “quais são as consequências, para a carreira profissional de uma pessoa, produzidas pelo fato de o grupo ocupacional em que ela faz essa carreira ser um grupo desviante”. O autor esclareceu ainda que:

A relação antagônica entre músicos e outsiders molda a cultura do músico e produz também as principais contingências e os pontos de crise em sua carreira. Estudos de ocupações mais convencionais como a medicina mostraram que o sucesso ocupacional (tal como definido por membros da ocupação) depende de se encontrar uma posição para si naquele grupo ou naqueles grupos que controlam as recompensas dentro da ocupação, e que as ações e os gestos de colegas desempenham um grande papel na decisão do resultado da carreira de qualquer indivíduo. (BECKER, 2008, p. 112).

Analisando, pois, a posição ocupada pelos jornalistas entrevistados, constatei que tais profissionais são de certo modo “marginalizados” no meio jornalístico, sendo suas carreiras vistas como de “segunda categoria” por seus pares, que, de acordo com meus interlocutores, argumentam que o trabalho deles seria “apenas entretenimento e/ou propaganda e não Jornalismo”. O descontentamento dos jornalistas examinados por conta da classificação negativa atribuída a eles por alguns profissionais do meio jornalístico é exemplificado na fala da “repórter policial” Marina, e interfere significativamente no modo como retratam suas trajetórias profissionais:

Existe uma marginalização muito grande. Eles não acham que o policial é um Jornalismo. Gente, vocês acham que é o que? Entretenimento? Porque a gente não passa quatro anos em uma faculdade para vir para a área policial e não fazer Jornalismo. Nós fazemos Jornalismo! Nós contamos histórias! Nós denunciemos fatos! Isso é Jornalismo! Então assim, infelizmente, ainda existe essa cultura negativa muito grande dentro da própria redação.

No entanto, seguindo a advertência de Becker de que “os estudiosos do desvio não podem supor que estão lidando com uma categoria homogênea quando estudam pessoas rotuladas de desviantes”, procurei adotar uma análise que privilegiasse o caráter heterogêneo dos pertencimentos e trajetórias profissionais dos “jornalistas policiais” examinados, além dos diversos ângulos da posição ocupada por eles a serem considerados nas relações de poder⁹⁷ em que estão inseridos, visto que percebi ao longo do trabalho de campo que o fato desses profissionais aparecerem diariamente na televisão e manterem estreita relação com o “público” faz com que eles adquiram outras classificações profissionais, sendo “reconhecidos” e quase sempre considerados “celebridades”⁹⁸ locais por uma parcela significativa da população cearense, principalmente pelos segmentos menos abastados.

Outro ângulo da posição social ocupada pelos jornalistas da área policial que merece ser destacado é que, por conta da grande “popularidade” alcançada por tais profissionais junto a seu “público” e, por consequência, das campanhas publicitárias que atraem, eles são bastante apreciados pelos “donos”⁹⁹ das empresas de telecomunicações em que trabalham, que concedem os “horários nobres”¹⁰⁰ da “grade de programação” diária das emissoras para a transmissão de “telejornais policiais”, tratando-os como o carro-chefe das empresas. Tal processo classificatório

⁹⁷ Cf. FOUCAULT, 2001.

⁹⁸ Analisando a cultura de massa do século XX, Morin descreveu o surgimento de novos atores sociais que ocupavam uma posição central na mídia: os “olimpianos modernos”. Conhecidos como as grandes “vedetes da grande imprensa”, os novos “olimpianos não são apenas os astros do cinema, mas também os campeões, príncipes, reis, playboys, exploradores, artistas célebres”, todos transformados em “espetáculos da atualidade” (*Id.*, 1997, p. 105).

⁹⁹ Termo nativo utilizado pelos jornalistas investigados em referência aos proprietários das emissoras locais. Em sua análise sobre as emissoras de rádio de Ilhéus na Bahia e os radialistas que lá trabalhavam, a antropóloga Silvia Nogueira (2005, p. 41) também verificou a utilização dessa terminologia na cosmologia nativa estudada, chamando a atenção para o seguinte cenário: “Como o serviço de radiodifusão depende de uma concessão do Ministério das Comunicações, o empresário pode ser dono efetivamente dos equipamentos e da propriedade em que se encontra a emissora. A empresa é prestadora dos serviços de radiodifusão, com concessão, autorização ou permissão governamental.”.

¹⁰⁰ Termo proveniente da gramática comunicacional que se refere à faixa de horário de uma emissora televisiva ou de rádio considerada mais importante, na qual são exibidos os principais programas de cada emissora, visto que constitui um espaço comercial de custo publicitário mais elevado do que os demais.

ênfatiza o aspecto positivo dos profissionais que atuam nesse gênero televisual, o que, de acordo com meus interlocutores, funciona como um “incentivo”, contribuindo para a construção de uma imagem de si mais confiante e de um reconhecimento profissional mais afirmativo dos jornalistas investigados.

Em referência tanto ao meio jornalístico quanto ao “público” e ao “mercado”, tais dimensões da dinâmica de posições ocupadas pelos “jornalistas policiais” no contexto cearense revelam vários elementos fundamentais para a compreensão das diferentes classificações e da socialização experimentadas por meus interlocutores ao longo de suas carreiras profissionais.

A partir das observações de campo e das entrevistas compreensivas realizadas, percebi que tal dinâmica é marcada por uma intensa movimentação de posicionamentos sociais no contexto estudado, uma vez que, em determinados momentos, os jornalistas ouvidos assumem uma disposição marginal e, em outros, uma disposição central no jogo de interações sociais que constituem a base de sustentação de um pertencimento profissional específico largamente incorporado por meus interlocutores em diferentes momentos de suas trajetórias profissionais.

Assim, parti de uma análise compreensiva de trajetórias subjetivas que, ao invés de priorizar “as categorias ‘oficiais’ e ‘instruídas’ sobre as categorias ‘linguísticas’ e ‘instituidoras’”, confere preferência ao estudo de “formas de discursos biográficos” que podem ser entendidas como “expressões pessoais de ‘mundos vividos’, ‘espaços de referência’ e ‘temporalidades subjetivas’” dos grupos que disputam entre si os mecanismos classificatórios e a normalização de posições sociais (DUBAR, 1998).

Essas características foram se tornando cada vez mais evidentes para mim à medida que fui tomando conhecimento das táticas utilizadas por meus interlocutores para “seguir carreira” na área do “telejornalismo policial”. Em seus depoimentos, é notório as diferentes experiências que passaram a orientar as práticas desempenhadas por tais profissionais tanto em relação a suas carreiras quanto a outras esferas de suas vidas.

Por certo, precisei entender as experiências forjadas na profissão de “jornalista policial” a partir de seus processos biográficos, cujo caráter subjetivo e heterogêneo guia a vivência de cada ator social, e de seus processos relacionais, pautados na relação desenvolvida entre jornalistas e atores sociais, com os quais interagem em sua rotina laboral (DUBAR, 2005, p. 136). Assim, cada trajetória profissional investigada carrega consigo novos componentes que auxiliam a

compreender melhor essa profissão. Por conta disso, as trajetórias profissionais dos jornalistas ouvidos e observados ganharam lugar de destaque nesta tese, orientando as principais diretrizes desenvolvidas na análise etnográfica desta pesquisa.

No tópico seguinte, refletirei sobre o aspecto formativo dos “jornalistas policiais” cearenses, demonstrando com mais detalhes elementos que caracterizam a socialização que aqui apresento como uma “formação profissional diferenciada”, a qual os interlocutores afirmam terem sido submetidos logo no início de suas trajetórias profissionais na área policial das instâncias televisivas cearenses.

3.1 “Uma formação diferenciada”: saberes, princípios e éticas profissionais

No decorrer desta pesquisa, certos saberes, princípios e códigos éticos foram elencados por meus interlocutores como essenciais para que um profissional de jornalismo pudesse atuar como “jornalista policial” no Ceará. Ao analisar essas características específicas, percebi que elas se comportavam de maneira complementar e não poderiam ser entendidas separadamente, sendo assim mais apropriado apresentá-las neste tópico de modo relacional.

Algumas habilidades e competências específicas foram apontadas pelos jornalistas ouvidos, em especial aqueles que atuam nos cargos de direção e produção de “programas policiais” cearenses, como fatores que norteavam a busca de potenciais candidatos a vagas nesse setor, sendo algumas delas específicas para o cargo de “repórter policial”. As mais gerais eram: possuir diploma ou estar cursando faculdade de Jornalismo; “saber trabalhar no improviso”, com o “inusitado”, com o “factual”; etc. E as mais específicas para o cargo de repórter eram: “saber contar uma história no ‘vem comigo’”; criar um “estilo próprio de narração”; “ter estômago” para lidar com cenas fortes e situações adversas; gostar de “trabalhar sob o efeito da adrenalina” em situações consideradas “perigosas”, entre outras. Outra questão que vale mencionar é que tais atributos se assemelham bastante àqueles geralmente exigidos dos policiais¹⁰¹, o que me levou a inferir a existência de um tipo de ética profissional que valoriza o “faro”, o “feeling”, gestado no contato entre gerações profissionais mais antigas e do chamado “saber das ruas”.

¹⁰¹ Cf. ARAÚJO, 2013; BARBOSA, 2014; CAVALCANTE, 2016.

No entanto, a seleção de “novos talentos” no “telejornalismo policial” nem sempre funcionou dessa maneira, conforme evidenciado por uma de minhas interlocutoras, Bárbara, que afirmou ter sido procurada pela produção do “programa policial” no qual trabalhava com a proposta de ser “treinada” para desempenhar a função de “repórter policial”, visto que, de acordo com seus recrutadores, “não era fácil” encontrar pessoas detentoras dos saberes considerados por eles necessários para o exercício da profissão e, por isso, estavam dispostos a “dedicar um tempo” para treiná-la. Em seu relato, Bárbara adicionou ainda a informação de que não possuía experiência prévia em tal editoria jornalística e que foi basicamente “moldada para trabalhar na área policial”.

Segundo Bárbara, apesar de cursar faculdade de Jornalismo¹⁰² na época em que foi contratada, seu “verdadeiro treinamento” como “repórter policial” aconteceu em um processo paulatino de aprendizagem no próprio ambiente de trabalho, à medida que suas práticas e discursos performáticos eram revisados e eventualmente corrigidos por seus colegas de profissão, em especial, os produtores do programa, possibilitando, segundo ela, a incorporação de saberes entendidos como necessários para trabalhar na “mídia policial”. Para a interlocutora, tal “comprometimento das empresas com a formação de novos profissionais na área não é mais possível nos dias de hoje”, devido à extrema dinamicidade em que a atividade jornalística está configurada na atualidade, reforçando ainda que “é bastante comum, atualmente, os recrutadores exigirem alguma experiência na área” ou que, pelo menos, os candidatos estejam “cursando faculdade de Jornalismo” (Bárbara, repórter).

Quando questionada acerca de como havia sido essa “formação diferenciada”, Bárbara declarou que, no início, enfrentou dificuldades para exercer o cargo, esforçando-se para aprender as novas habilidades e, hoje, sente-se envergonhada dos erros que cometia no passado. Durante o treinamento, vários aspectos de sua atuação como repórter foram apontados como “insatisfatórios” e reformulados por seus colegas de equipe, que repassaram os “conhecimentos necessários” para seu “bom desempenho”:

¹⁰² Esse dado reforça a ideia bastante difundida nas redes de relações profissionais acessadas durante o trabalho de campo de que a formação acadêmica de jornalismo não é suficiente para a construção de uma carreira profissional “bem-sucedida” e “consolidada” no “telejornalismo policial”, já que a formação formal não oferece aos profissionais de jornalismo “os saberes necessários” para desempenhar tal atividade jornalística.

Eu trabalhava à tarde. Aí as minhas matérias eram editadas. Quando eu chegava no dia seguinte, o produtor Kléber tava com uma lista de observações. E eram muitas, lógico! Primeiro, eu não era acostumada a fazer a narração corrida. O movimento da câmera, ele me assustava. Pra mim, isso era novo. Então, pra mim, isso foi muito difícil. As pessoas que saíram comigo na externa são dois, um cinegrafista e um auxiliar, que estão até hoje e são muito experientes. Eles foram muito pacientes. “Olha Bárbara, eu vou sair de você. Vou para ali e depois vou para ali”, porque toda vida que ele dava um passo, eu parava, sabe? Então assim, eu tive toda uma estrutura voltada para mim. A verdade é essa. E foi assim que as coisas aconteceram. De lá pra cá, veio uma evolução, muito trabalho, enfim, a voz melhorou consideravelmente, que dá vergonha ouvir a voz no começo. (Bárbara, repórter).

A meu ver, a dimensão corporal mencionada por Bárbara está relacionada ao processo de socialização relativo à “formação ocupacional diferenciada” do fazer jornalístico policial pelo qual os jornalistas neófitos se deparam ao ingressar na área. Assim, ao serem treinados para exercer as funções de repórter e apresentador de “programas policiais”, tais profissionais aprendem a se portar de formas específicas na frente das câmeras, contando com o suporte de outros atores envolvidos em sua produção, entre eles produtores, editores e diretores.

Em minhas observações de campo pude presenciar as indicações gestuais que meus interlocutores realizavam para se comunicarem com os produtores e diretores no momento das gravações e nas palavras e expressões nativas utilizadas por eles para interagirem nos bastidores dos “telejornais policiais” fosse nos intervalos entre um anúncio publicitário e outro nos “estúdios de gravação” ou entre um *take* e outro nas ruas da Grande Fortaleza. Embora muitas vezes não tenha compreendido o teor das mensagens trocadas entre meus interlocutores, notei que se tratava de uma “comunicação secreta” estabelecida por meio de mímicas, que somente poderia ser decodificada por “pessoas admitidas a participar” desta conjuntura interativa, denominada por Goffman (2011a, p. 164) como “conivência da equipe” ou como uma “solidariedade dos bastidores”.

Nesse sentido, não poderia deixar de citar a noção de técnicas do corpo trabalhada por Mauss (2003, p. 401), o qual partiu da dinâmica da educação para compreender como o ser humano assimila determinadas técnicas corporais. Segundo o pesquisador Miguel Vale de Almeida (2004), a categoria *habitus* proposta por Mauss (2003, p. 404) e redefinida por Bourdieu (2005), pode ser entendida da seguinte maneira:

Se bem que este [o termo *habitus*] tenha sido introduzido por Mauss para se referir à totalidade dos usos culturalmente padronizados do corpo numa sociedade, Mauss antecipou que o corpo era simultaneamente objecto de

técnica e meio técnico, bem como identificou a natureza subjectiva da técnica. Bourdieu vai mais longe do que a ideia do habitus como colecção de práticas, definindo-o como um sistema de disposições duradouras, princípio inconsciente e colectivamente inculcado para a geração e estruturação de práticas e representações. Este princípio não é mais do que o corpo socialmente informado. (ALMEIDA, 2004, p. 59, grifo nosso).

Por acreditar que as técnicas do corpo utilizadas por meus interlocutores na realização de seus discursos performáticos na televisão constituem mais do que a incorporação de determinados hábitos transmitidos ao longo das gerações de “jornalistas policiais” formados até o momento, tomei como referência a perspectiva apontada por Almeida (2004, p. 54) de que há “a necessidade de a antropologia do corpo incluir uma teoria da emoção”, evidenciada pela antropóloga médica canadense Margaret Lock (1993) em seu artigo *Cultivating the Body: Anthropology and Epistemologies of Bodily Practice and Knowledge*, ao citar a “ideia de M. Rosaldo (1984) das emoções como pensamentos incorporados e marcados pela consciência do envolvimento do sujeito em certas situações de interacção.”.

Almeida (2004, p. 65) acrescentou que a ideia de experiência vivida articulada por Victor Turner (1987) que, inspirado na categoria de Wilhelm Dilthey, sistematizou-a em uma “Antropologia da Experiência”. Assim, quando analisei o processo de socialização retratado por meus interlocutores em seus depoimentos, percebi que esse processo sofre diversas alterações também ocasionadas pelas experiências vividas por cada profissional em seus cotidianos de trabalho, concedendo espaço para a criação de novos formatos de apresentação e reportagem, o que explica, pelos menos em parte, a dinamicidade e diversidade que observei nos atos performáticos dos meus interlocutores.

Para Dilthey, a experiência tem carácter primordial, pelo que a realidade só existe em factos da consciência dados pela experiência interna. A experiência, assim, não é só cognição, mas também sentimentos e expectativas, e não “chega” só verbalmente, mas também através de imagens. A experiência reporta-se sempre a um *self* activo, em situações de intersubjetividade. A noção de experiência é complementada pela de “expressões” (representações, performances, objectificações, textos), fechando-se o círculo hermenêutico no facto de a experiência estruturar as expressões e estas aquela. (ALMEIDA, 2004, p. 65).

Logo, as experiências estão diretamente relacionadas às dinâmicas relacionais, à intersubjetividade estabelecidas entre os atores sociais envolvidos nas produções dos “telejornais policiais”. Em sua tese de doutorado, “Príncipes e Castelos de Areia: performance e liminaridade no universo dos grandes roubos”, Aquino (2009)

realizou um estudo sobre os assaltos contra instituições financeiras e seus autores, apresentando uma análise etnográfica da performance desses atores sociais. De acordo com a autora, Turner (2005) articulou a noção de experiência de um modo mais amplo, ao conferir atenção para as subjetividades dos atores sociais e os sentidos que eles conferem às suas vivências. Para isso, o autor:

[...] procura compreender e colocar em relevo momentos e situações das sociedades contemporâneas, em que as pessoas conseguem construir significados, classificando tais instantes como *experiências*. O autor ressalta que as origens etimológicas da palavra *experiência* são as mesmas da palavra *perigo*, as duas derivam da base indo-européia *per*, que se refere a *tentar*, *aventurar-se*, *arriscar*. Para Turner, o perigo está etimologicamente implicado na *experiência*, atrelando-a a riscos e rupturas, ele recupera a distinção entre “*uma experiência*” e “*meras experiências*”, formulada Wilhelm Dilthey. A *mera experiência* seria “simplesmente, a passiva resignação e aceitação dos eventos”. *Uma experiência*, por sua vez, viria se “destacar da uniformidade da passagem das horas” realizando-se como vivências singulares e adquirindo uma significação distinta no cotidiano de homens e mulheres (Turner, 2005). Sem ter “um início ou fim arbitrários, recortados do fluxo da temporalidade cronológica”, vivências que adquirem estatuto de *experiência* teriam “uma iniciação e uma consumação”, seriam “formativas e transformativas” e possibilitariam a associação entre passado e presente, resultando em produção de significado. As *experiências*, segundo Turner (2005), não são corriqueiras e interrompem o comportamento rotinizado e repetitivo, do qual emergem. Estas se estruturam como seqüências distinguíveis de um processo cognitivo interno e eventos externos. Algumas destas *experiências formativas* e *transformativas* seriam altamente pessoais e outras seriam compartilhadas com grupos, dos quais pertencemos por nascimento e escolha. (AQUINO, 2009, p. 152-153, grifos da autora).

Assim, para analisar as experiências vividas por meus interlocutores ao longo de suas trajetórias profissionais, optei por fazer uso da categoria analítica experiência formulada por Turner (2005), buscando levar em consideração as motivações e os sentimentos que orientaram o processo de significação de suas memórias, pertencimentos e percepções de si mesmos e do mundo.

A trajetória profissional da interlocutora Lisbela, apresentadora de “programas policiais” com 40 anos de idade, formada em Jornalismo por uma faculdade particular no Ceará, por exemplo, é atravessada por experiências em outras editorias e, inclusive, em outro meio de comunicação, quando teve a oportunidade¹⁰³ de estagiar em um jornal impresso na “editoria de variedades” em uma Organização Não-Governamental (ONG) cearense e, logo em seguida, atuar como repórter em um programa televisivo social organizado pela TV Universitária da faculdade em que estudava. Em nossa conversa, Lisbela fez questão de apontar as diferenças entre tal

¹⁰³ Cf. EVETTS, 2018.

programa e o telejornal em que estava trabalhando na época, ressaltando que o programa transmitido pela TV Universitária tinha um “caráter social”, “que mostrava iniciativas próprias de comunidades, totalmente diferente do que a gente faz”, isto é, do ramo policial que ela passou a integrar quando ainda cursava Jornalismo na faculdade.

Com o surgimento de uma vaga para trabalhar como repórter em um dos “programas policiais” cearenses, a apresentadora Lisbela afirmou ter realizado seu “verdadeiro sonho”¹⁰⁴: trabalhar na área do “telejornalismo policial”. Nesse sentido, ela foi submetida a um “teste de seleção” para concorrer à vaga. A interlocutora ressaltou as dificuldades enfrentadas em sua trajetória profissional até o momento e que o aprimoramento de suas habilidades na profissão “só veio com a prática”:

Eu fui chamada numa sexta-feira para na segunda já começar. Caí de paraquedas, porque eu não tinha experiência. Eu tinha a noção pelos programas que eu assistia, mas a experiência de rua não, porque o que eu fazia na TV Universitária era totalmente diferente. E aí pesou dez quilos, minha filha, o microfone, porque eu saí com a externa. Eu não tive a sorte que hoje as pessoas têm de chegar, acompanhar a gente por uma semana, gravar piloto. Eu não tive essa oportunidade e, talvez, tenha sido até melhor, porque a dor foi de uma vez, entendeu? O desespero foi de uma vez. Então eu saí com o Ernesto. O Ernesto, na época, era só repórter. E aí ele me apresentou pra um delegado. Foi a primeira ocorrência que nós fomos, no segundo distrito, com o delegado Vicente. Era um estelionatário que havia sido pegue. Aí o Ernesto disse: “Delegado essa daqui é a Lisbela. Tá começando agora.” Pronto. Te vira! E aí foi. No primeiro dia, eu já fiz quatro matérias. Ficaram razoáveis. E, no decorrer dos dias, as coisas foram fluindo. (Lisbela, apresentadora).

Agora trabalhando na condição de apresentadora, Lisbela salientou alguns pontos que diferenciam sua atuação como repórter e como apresentadora, inclusive no que se refere à questão da ética profissional, já que, na visão dela, como repórter, ela precisava seguir o “princípio da imparcialidade” do Jornalismo, como apresentadora não. Ao contrário, é esperado que os(as) apresentadores(as) dos “programas policiais” expressem seus pensamentos e emoções, emitindo sua opinião com “maior liberdade”:

O pessoal fala: “No programa, tu é uma onça! Deus me livre!”. Eu não sou nada daquilo. A gente tá ali não é representando. Toda a emoção que a gente passa no programa, eu posso falar por mim, é extremamente sincera, porque não tem como não se envolver. Na faculdade, o que a gente mais estuda na cadeira de ética é a imparcialidade. Eu sei que a gente tem que ser imparcial, mas, independente de nós estarmos ali contando história, nós somos seres humanos, que um dia podemos estar na situação daquela pessoa. Entendeu? Não dá, não dá. É errado? É errado! Tem hora que eu fico danada da vida.

¹⁰⁴ Explanarei melhor as diferentes motivações dos atores sociais examinados no quarto capítulo.

Dá vontade de esfoliar a criatura e chamo de vagabundo. Eu posso fazer isso? Eu não posso, porque eu não posso me envolver, mas, na posição de apresentadora que eu estou, é impossível não representar o meu sentimento daquela forma. É diferente na matéria. Na matéria sim eu tenho obrigação de ser imparcial! Eu digo que essa bolsa é preta, porque ela foi criada assim. Ela é de couro e ela vai ser vendida da forma que ela é. Ponto. Agora, se eu estiver no programa, como é que pode o dono da loja vender essa bolsa como se ela fosse lilás? Ela não é lilás! Ela é preta! Isso é uma mentira! E aí entra a opinião da gente. [...] Na apresentação, eu posso. Na reportagem, jamais. Jamais! (Lisbela, apresentadora).

É interessante perceber na fala da interlocutora a distinção de papéis entre apresentadores e “repórteres policiais”, que, embora os últimos mantenham contato direto com os “fatos”, são os apresentadores que possuem a autorização de compartilhar seus sentimentos (indignação, dor, revolta, raiva etc.) com o “público”. O modo de conexão entre tais atores acaba sendo diferente, fazendo com que diversos fatores profissionais, tais como a ausência ou não de autonomia, tornem-se decisivos para autorizar os apresentadores a expressarem suas emoções, enquanto os profissionais que atuam como repórteres nem sempre podem.

As questões clássicas dos princípios profissionais de “neutralidade”, de “imparcialidade” e a noção do “jornalismo como espelho da realidade”, largamente discutidas por teóricos da profissão jornalística, tais como Gaye Tuchman (1999b), foram mencionadas com frequência por meus interlocutores como experiências profissionais de “falta de liberdade”, especialmente por aqueles que ocupavam o cargo de “repórter policial”, conforme evidenciado na fala de Lisbela.

De modo geral, os “jornalistas policiais” ouvidos relacionaram a noção de “liberdade” com a possibilidade de expor suas opiniões nos telejornais sob aval das empresas midiáticas nas quais atuavam e, assim, atender o “compromisso com a verdade” com o qual acreditavam ter se comprometido ao assumir a profissão de jornalista: “Eu sempre gosto de falar no programa que não adianta você representar uma emissora e você não ter a liberdade para mostrar a verdade.” (Lisbela, apresentadora). Tal interlocutora mencionou ainda que, para ela, os profissionais de jornalismo que “têm o rabo preso”, especialmente com a “Política”, acabam limitando seu espaço de atuação profissional, inviabilizando assim o pleno exercício da profissão de jornalista, visto que, para ela, “Jornalismo é verdade”:

A partir do momento que você vai e a emissora não lhe dá a liberdade de mostrar, não faz sentido você estar nessa função. E, graças a deus, eu posso falar pela emissora Lavanda, eu sempre falo que a gente não tem rabo preso com ninguém. Se tiver que mostrar, a gente mostra. Agora, claro, sempre respeitando os limites, respeitando as pessoas que contribuem com o

trabalho, como são os entrevistados ou pessoas que fazem a denúncia. E mostrando sempre a verdade, porque Jornalismo é isso, Jornalismo é verdade. Não adianta você querer inventar uma notícia que vai ser descoberto. Até porque, toda e qualquer denúncia que a gente faz, a gente tem que buscar o outro lado, que é uma obrigação do Jornalismo. Então, eu acho que o papel do jornalista é exatamente esse, desde que a emissora dê liberdade para que as denúncias possam ser veiculadas. E aí a história do rabo preso, que, graças a deus, a gente não tem. O que tiver que mostrar, a gente vai mostrar. (Lisbela, apresentadora).

Lisbela acrescentou que, no começo de sua carreira como repórter na área policial, recebeu inúmeras advertências do diretor do programa na época por se “deixar levar pela emoção” e por assumir um posicionamento parcial na condução das reportagens, o que, para ele, traduzia-se em um “comportamento profissional antiético”. Lisbela se demonstrou muito agradecida pelos “carões” e “toques” que ela recebeu desse diretor especificamente, que, segundo ela, foram ensinamentos que tiveram grande impacto em sua formação profissional, servindo como orientação para a construção da jornalista que ela se tornou:

A gente, na hora de levar a notícia, a gente tem que levar a notícia nua e crua, porque nós temos obrigação de sermos imparciais na notícia. Eu já levei muito carão no começo. A gente vai aprendendo. Porque, na verdade, a gente vai aprendendo todo dia. A gente não sabe de nada. Todo dia para mim é um aprendizado. E aí teve uma vez que eu peguei uma ocorrência no 5º Distrito no Vila União. Era o delegado Nilton na época e foi um esturador. E aí mulher, o meu um metro e meio sumiu, eu fiquei com dois metros. Eu botei para lascar em cima do cara. Botei para lascar! Eu tava ali indignada. Eu tava começando. Tava com um ano de profissão no policial. Então, eu tava com os nervos muito aflorados. Eu não tava madura o suficiente para lidar. Aí eu cheguei aqui na TV, a matéria estava ótima, mas eu levei um cagaço¹⁰⁵ do meu diretor, que, na época, era o Tomás. (Lisbela, apresentadora).

Outro interlocutor, Phelipe, radialista e apresentador de “programas policiais” de 68 anos de idade, com ensino superior em Jornalismo em uma universidade pública cearense, afirmou mostrar no programa em que trabalhava como apresentador “a vida exatamente como ela é e como não deve ser”, manifestando sua concepção acerca da situação da “realidade social cearense”, que, para ele, traduz-se em um “mundo social caótico”, em estado de profunda “barbárie”, *anomia social*¹⁰⁶ (Phelipe, apresentador). No entanto, ao mencionar “como [a vida] não deve ser”, Phelipe se colocou uma tarefa adicional: a de propor possíveis soluções para conter

¹⁰⁵ Expressão que exprime a gravidade da advertência por “má conduta profissional” que ela recebeu do superior imediato dela na época.

¹⁰⁶ Cf. DURKHEIM, 2004.

o avanço da “violência” e da “insegurança pública” no Estado do Ceará; entendendo essa atividade extra como sua “missão profissional”.

A tônica das propostas apresentadas por Phelipe geralmente estava relacionada ao resgate de valores morais, muitas vezes, religiosos, que colocaria, por exemplo, a noção de família como base, bem como na defesa de que o aumento do policiamento poderia trazer maior sensação de segurança aos cidadãos. Ao fazer essas propostas, o interlocutor desconsiderava que a própria maneira como os “jornalistas policiais” “falam da sociedade” também serve como recurso para estruturá-la, o que demonstra certo simplismo em seu raciocínio, funcionando como escudo contra as críticas recebidas por determinados “especialistas da segurança pública” em torno da negação dos direitos humanos à um grupo social específico comumente promovida por esse gênero jornalístico e do apelo que eles fazem à espetacularização dos casos de “violência urbana”.

No caso dos apresentadores de “programas policiais”, pude notar, ao observar suas performances nos “estúdios de gravação”, que certas habilidades e competências os auxiliavam no exercício da profissão, como, por exemplo, o raciocínio rápido que precisavam ter para serem capazes de improvisar ao emitirem seus “comentários” sobre os casos noticiados quase ao mesmo tempo em que realizavam algum *merchandising*¹⁰⁷ de um determinado produto nos programas.

Em relação à questão das habilidades e competências que se esperam dos “repórteres policiais”, Bárbara assegurou que o ofício desempenhado por tais profissionais é “diferenciado” daquele oferecido pelos repórteres das demais editorias jornalísticas, já que eles “fazem o que os outros (repórteres) fazem e mais”, porque, para trabalhar no “telejornalismo policial”, é preciso ter “coragem”, “sangue frio” e não se incomodar em “ver gente morta”; tudo isso constitui um diferencial da área.

No policial, é diferenciado. Não tem como. Ele é diferenciado. Vamos botar assim. A minha diferença pra uma repórter no jornal, qual é? É porque, de repente, ela não vai ter a mesma coragem de fazer o que eu faço, mas eu faço o que ela faz. Coragem, porque realmente tem colegas que dizem: “Eu não faço. Eu não vou.”. Porque não é todo mundo que gosta de ver gente morta. Não é todo mundo que consegue ver cenas de gente partida no chão. Não é todo mundo que tem o sangue frio para saber pensar no meio de um tiroteio. (Bárbara, repórter).

¹⁰⁷ O termo *merchandising* é adotado por profissionais da Comunicação Social de maneira muito abrangente, especialmente para denominar tipos de publicidade que não contemplam o “modelo tradicional” de comercial veiculado durante os intervalos dos programas.

Para meus interlocutores, o fato deles atuarem em áreas degradadas, mostrando o que socialmente é encarado como “lixo”, “escória”, faz com que eles sejam, muitas vezes, confundidos como uma extensão do pretendem “combater”. Com o objetivo, a meu ver, de minimizar os efeitos que essa classificação social discriminatória negativa mobilizada sobretudo pelas camadas sociais mais privilegiadas da nossa sociedade, Bárbara procurou em sua fala legitimar seu ofício, classificando os “jornalistas policiais” com adjetivos de caráter positivo como “corajosos” no que tange a decisão profissional de manter uma relação de proximidade, muitas vezes, “perigosa”, com pessoas responsáveis por “poluir o mundo”.

Em concordância com o depoimento de Bárbara, a repórter Sofia expôs as dificuldades e adversidades relacionadas a suas experiências como “repórter policial” ao compartilhar comigo detalhes sobre sua trajetória profissional, que teve início como estagiária de um dos “telejornais policiais” locais até se tornar “repórter policial” do referido programa televisivo. Sofia declarou que, no começo de sua carreira, vivenciou uma “experiência muito desesperadora” quando foi convidada pelo diretor geral de jornalismo da empresa de telecomunicação na qual trabalhava para “fazer um teste” e “ver a possibilidade” de ela “trabalhar na reportagem”:

Na época, o diretor geral, que é o Pablo, pediu para eu acompanhar o Gustavo [repórter] numa externa e eu fui e acompanhei. Eu lembro como se fosse hoje. A gente colocou o colete. Eu desci com o Gustavo. Ele pediu pra eu ficar atrás dele. O policial dizia assim, na época, o major e os outros policiais: “Fiquem atrás da gente!”. O cinegrafista ia pra um lado, o motorista deixou o carro bem longe. Foi a minha primeira experiência. Era pra desistir mesmo. Nessa loucura, foi descoberto que ele [*pessoa que estava sendo perseguida*] estava em uma das casas. A Polícia correu e pulou os telhados lá e teve disparos, realmente. Foram efetuados deles e da Polícia. Então os policiais pediram pra gente se retirar. Só que nessa história, o meu desespero foi tão grande que eu me joguei no chão, mas foi por medo, porque o Gustavo disse que não precisava disso. Eu me joguei no chão e, quando eu caí, que eu percebi, era um monte de merda com esgoto, com tudo. Foi a pior coisa da minha vida! Eu nunca passei tanta vergonha na minha vida! Foi a pior situação! Então eu fiquei toda suja, desesperada, meu deus! (Sofia, repórter).

Após refletir sobre o que havia acontecido, Sofia relatou que ficou muito “atraída pela adrenalina” que sentiu durante o “teste” e que, hoje, ri do ocorrido. Cabe salientar que “testes” como este são comumente utilizados como método de seleção pelos recrutadores das emissoras de televisão cearenses na escolha de novos funcionários para atuar na área do “telejornalismo policial” como repórteres. Para Sofia, tal experiência serviu como confirmação de que trabalhar na área policial era o

que ela realmente aspirava em sua carreira profissional, assegurando que não se sentiu mal por ter sido testada daquela maneira pela emissora e que, se alguma coisa tivesse acontecido com ela durante o tiroteio, ela não teria se arrependido, pelo contrário, teria ficado contente em saber que “morreu fazendo o que amava”:

Aí resumindo, teve a matéria do Gustavo e eu voltei para a TV toda suja, toda suja. Foi horrível mesmo! Então assim, comecei a rir depois que passou o nervosismo e eu fui chamada pelo diretor Pablo e ele disse assim: “E aí? É isso que você quer?”. Eu não sei se ele fez isso talvez pra me testar, pra eu dizer que não. Eu disse: “É isso que eu quero.”. E se eu morresse ali, eu morreria feliz. Só morreria triste, por causa da minha filha, que eu ia deixar. Mas eu morreria feliz, porque eu sabia que eu estava vivendo uma experiência, vendo uma realidade que eu gosto. E ele me perguntou: “Você não queria ser policial, não?”. Eu disse: “Não, eu não queria ser da Polícia. Ser policial é outra coisa. Eu quero realmente fazer parte do jornalismo dessa área. É isso que eu quero. Eu nunca tive tanta certeza do que eu quero como agora.”. Na época, foram as minhas palavras pra ele. Então, o que foi que aconteceu? Coincidentemente ou não, como eu já era radialista e tudo, eu acabei sendo contratada um mês depois e fiquei. (Sofia, repórter).

Além disso, Sofia argumentou que era preciso “ter estômago” para lidar com as “cenas fortes” que presenciava diariamente na condição de repórter de um “telejornal policial”, explicando que o contato com essas circunstâncias afetava a pessoa de diversas maneiras. No caso dela, uma das cenas que presenciou inclusive alterou seus hábitos alimentares, visto que, a partir daquele dia, ela deixou de consumir frango cozido, devido a uma reportagem ocorrida há cinco anos em que assistiu a retirada dos corpos de dois homens vítimas de homicídio, cujos ferimentos foram provocados por tiros de arma de fogo na região da cabeça, levando-a a associar as partes das vísceras das vítimas com o aspecto de um frango cozido. Segundo a repórter, ela passou a reviver tal situação toda vez que se depara com tal alimento:

Já tá com cinco anos que eu não como frango cozido. Aconteceu no Bom Jardim. Eu lembro de tudo! Era eu, o cinegrafista Heitor e o motorista Cristóvão. O cordão de isolamento tava aqui. Era um terreno grande e lá atrás a casa. E, quando eu cheguei nessa casa, foi uma verdadeira cena macabra. Eles estavam distribuindo droga e tinham matado duas pessoas lá, um duplo homicídio. Tava a droga aqui, como se ele estivesse numa casa, aí chegaram atirando, né? Um deles tava até com olho aberto. Então, eu vi aquilo e o pior que parecia frango mesmo. A pele. Aquela pele. Aquele frango que você bota colorau. E eu escutei um dos policiais dizendo assim: “Olha, parece um frango, né?”. Pronto! Um frango cozido. Aí eu liguei. Eu não como, porque eu tentei comer, aí eu fiquei com aquela gastura lembrando. Aí eu abusei. Eu como até um frango assado, mas tem que ter um aspecto bem torrado ainda. Eu não gosto. É tanto que tudo meu eu torro muito, sabe? (Sofia, repórter).

De acordo com Sofia, algumas “fontes policiais” e outros colegas de profissão comentaram com ela que também se sentem afetados após vivenciar esse

tipo de experiência, no que se refere particularmente à incorporação de novos hábitos alimentares. No entanto, ela afirmou que a maioria dos seus contatos que trabalham na área não expressaram mudanças nesse sentido:

Alguns policiais não comem. Eu conheço um muito próximo. Ele não come frango. Eu conheço uma menina que trabalhou na produção que ela não come carne nenhuma. Ela já saiu uma vez e ela deixou de comer. A produtora Débora, ela não come nada, mas ela disse que é porque teve uma ligação e ficou meio que com abuso, sabe? Então assim, juntou o útil ao agradável. Assim, os outros comem, né? Até onde eu sei. (Sofia, repórter).

Sobre o aprendizado de habilidades e competências para atuar no ramo policial, o produtor Federico destacou que, para se tornar um “repórter policial”, é preciso ter algumas habilidades que não são aprendidas na faculdade de Jornalismo. Segundo ele, em primeiro lugar, o profissional que tiver a intenção de ingressar na área policial necessita possuir alguma identificação com a temática e gostar da atividade em si. Ademais, para o interlocutor, a pessoa precisava “saber trabalhar com o vem comigo”:

É assim, primeiro você tem que gostar. E o que eu vejo hoje, apesar de nunca ter frequentado uma faculdade, mas ninguém vem como esse aprendizado de lá. É diferente. Tu vem sabendo gravar um *off*¹⁰⁸, tu vem sabendo fazer uma passagem, mas ninguém ensina o famoso vem comigo da área policial. Hoje em dia, se você pegar qualquer um desses jornalistas aí e, tu botar no programa Hortência, poucos sairiam do canto. Poucos fariam direto. Todos eles vão fazer com *off* aquele evento. (Federico, produtor).

Considerada pela maioria dos meus interlocutores de pesquisa como um dos principais requisitos para “ser repórter policial”, a técnica conhecida como “vem comigo” surgiu como um diferencial no jornalismo investigativo e foi, aos poucos, sendo incorporada pelo “telejornalismo policial”, demandando certa desenvoltura dos profissionais que atuavam no ramo. Portanto, além das noções que precisam ter da técnica chamada “*lead*”¹⁰⁹, comumente lecionada nos cursos acadêmicos de Jornalismo e muito utilizada por jornalistas das mais diversas editorias, os “repórteres policiais” necessitavam possuir, segundo os jornalistas examinados, alguma experiência com o “vem comigo”, que consiste em um estilo narrativo “em plano-

¹⁰⁸ Expressão proveniente do vocabulário jornalístico. Refere-se ao termo *off-tube*, que significa “narração feita a partir do estúdio” (BAHIA, 2015).

¹⁰⁹ No vocabulário jornalístico, essa terminologia é utilizada para se referir ao formato de “abertura de matéria” tradicionalmente adotado por jornalistas das mais diversas editorias em suas experiências profissionais. Nesse formato, a produção das notícias é realizada a partir de um conjunto de perguntas (o que?, quem?, como?, quando?, onde?, porquê?), cujas respostas são consideradas básicas para o entendimento do leitor ou telespectador sobre o assunto noticiado.

sequência”¹¹⁰, apoiado na habilidade que o repórter tem de estimular continuamente o “público”, enquanto caminha até o local do acontecimento que será noticiado.

Outro elemento diferenciador da função é que os “repórteres policiais” precisam ter a habilidade de “contar histórias” semelhantes de uma “maneira diferente”. Para isso, inspiram-se em diversos estilos de narrativa, inclusive os do entretenimento, para compor o seu “estilo próprio”, conforme assegurou o interlocutor Rafael, que atuava como “repórter policial” em Fortaleza:

Eu gosto do [Celso] Portioli. Eu acho que é um profissional bem natural, bem espontâneo. Acho que eu destacaria ele. Assim, eu olho tudo, porque eu acho que tudo acaba acrescentando, sabe? Até porque a gente faz um estilo ao vivo, então isso é bom. Você tem que aprender essas coisas. Em determinados locais que você já teve contando naquela noite a mesma história, praticamente a mesma história, três vezes, você tem que buscar nessas três vezes, trazer uma coisa diferente, porque se não as pessoas vão mudar de canal. Então, você tem que contar de uma maneira diferente, né? (Rafael, repórter).

O “estilo próprio” parece funcionar como uma via de identificação junto ao “público” e também como um tipo de crítica ao “academicismo” representado por certos jornalistas e que faria da instituição universitária um lugar que não ensina o que “se deve saber”. O depoimento da repórter Marina corrobora com a ideia levantada por Rafael, destacando a relevância dos discursos performáticos para a construção das “notícias policiais”: “A gente aprende no jornalismo que nós não podemos ter o mesmo comportamento em todas as matérias. É a questão de passar a emoção para o telespectador.” (Marina, repórter).

Segundo os relatos de alguns entrevistados, os cursos de Jornalismo normalmente focam somente no ensino de “um único formato jornalístico”, que compreende a “narração em *off*”, isto é, a locução de um texto elaborado previamente pelo próprio jornalista acompanhada por imagens. A ênfase do ensino em apenas uma forma de fazer jornalístico foi muito criticada por meus interlocutores que acreditavam que tal atitude acabava sendo muito prejudicial à formação e, conseqüentemente, à carreira profissional dos jornalistas que enveredavam na área policial. Demonstrando otimismo em relação a essa questão, Sofia declarou ter percebido que, aos poucos, as faculdades de Jornalismo cearenses estão mudando, relatando que alguns

¹¹⁰ Categoria nativa que designa a gravação ininterrupta de uma sequência de imagens, sem que haja produção prévia e com nenhum ou poucos cortes de edição, conferindo, segundo os meus interlocutores, mais dinamismo e agilidade às reportagens.

professores passaram a contemplar em suas disciplinas temáticas relevantes aos profissionais que pretendem construir carreiras “no policial”:

Nas disciplinas, hoje em dia, nas faculdades, os professores têm falado muito da questão da violência. Tá entrando bem mais na formação. Eu acredito muito nisso. Em disciplinas que a gente só via isso em sociologia ou em rádio. No jornalismo, é raro a gente ver sobre isso, porque tem uma disciplina jornalismo esportivo, mas, pelo menos até onde eu sei, não tem policial. Só que hoje já têm professores que trabalham com isso. Não que tenha a disciplina específica, mas que dentro da disciplina eles contemplam. Então, eu acho que isso já começa a despertar um pouco de interesse. Só que eu não acho também que tenha tanto crescimento [no número de jornalistas que buscam atuar na área policial], porque existe muito medo de se expor, entendeu? É uma área muito complicada. (Sofia, repórter, grifo nosso).

O depoimento de Sofia revela também que, mesmo os profissionais de jornalismo que buscam a formação universitária com o objetivo de aprimorar o seu desempenho profissional na editoria policial, geralmente encontram dificuldade de aproveitar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso superior e aplicá-los em suas rotinas profissionais, indicando, inclusive, a ausência de disciplinas específicas sobre as atividades desenvolvidas por tais jornalistas nas grades curriculares das faculdades de Jornalismo no Ceará.

Glória, uma das “repórteres policiais” entrevistadas “mais antigas” na área, com 60 anos de idade e pós-graduada em Jornalismo por uma faculdade privada cearense, apontou que a formação acadêmica constituiu um fator imprescindível para o aperfeiçoamento de sua postura profissional na área policial, sobretudo, do ponto de vista ético:

Noção de ética, [eu] tinha. De procurar cuidar de algumas questões. Sempre essa noção, eu tinha. Agora, a noção realmente do procedimento jornalístico, eu vim ter com a formação superior, quando eu tive a formação superior. Antes disso, a pessoa não tem essa noção. A gente segue muito a orientação dada pela emissora. A coisa muito instintiva, né? Que a pessoa vai ou que tem a obrigação de mostrar o que dá, entendeu? Eu acho que a verdadeira noção vem com a formação superior, que não é, ninguém queira dizer que é, a mesma coisa. Alguém que não tem formação superior em jornalismo pra ter a noção de como fazer jornalismo. Não é a mesma coisa. (Glória, repórter, grifo nosso).

Glória ressaltou que, no começo de sua carreira, participava de um “quadro”¹¹¹ que fazia muito sucesso no “programa policial” em que trabalhava, embora seu conteúdo fosse considerado inadequado por alguns colegas de profissão. Hoje,

¹¹¹ No vocabulário televisivo, o termo nativo “quadro” possui vários significados. Neste caso, “quadro” se refere às subdivisões presentes nos programas televisivos que apresentam temáticas específicas.

refletindo sobre a questão, ela relatou que sua decisão de participar do “quadro” estava relacionada ao fato de não possuir formação em Jornalismo na época e, por isso, “acabar cedendo” aos constrangimentos organizacionais¹¹² da empresa em que atuava:

Do ponto de vista do que deve ser feito no Jornalismo, ele [o “quadro”] era inteiramente inadequado, mas era um sucesso absurdo. Naquele tempo, eu também não era jornalista. Eu não tinha formação superior. E o quadro surgiu porque as delegacias naquele tempo, a pessoa acabava sendo presa por embriaguez, desordem, e ia para as delegacias. (Glória, repórter, grifo nosso).

A polêmica do referido “quadro” girava em torno da exposição jocosa de pessoas qualificadas como “bandidos”. Ela complementou dizendo que, apesar de compreender que o “quadro” feria alguns dos “principais princípios éticos do Jornalismo”, sua equipe de reportagem nunca havia pressionado nenhum entrevistado a aparecer nas gravações. Segundo ela, muitas vezes, eram os delegados que “agiam de maneira antiética”, forçando as pessoas que estavam sob custódia do Estado a serem mostradas na televisão.

Agora tinha uma questão também, se a gente chegasse na delegacia, aí o delegado: “Ó, tá aí, todo mundo que foi preso hoje, quem é que vai falar?”. Então, quem queria falar, ficava. Se alguém dissesse: “Olha, eu não quero falar.”. Então não falava. Não aparecia. Mas aí, esse quadro, na verdade, eles iam para ali, porque muitos queriam cantar, muitos queriam mandar recado pra namorada, pra mãe. Essas coisas assim. Acontecia. Era uma coisa meio cômica. Era uma coisa engraçada assim. Agora não tinha essa história de pegar ninguém pra obrigar a aparecer. Se a pessoa dissesse: “Não, eu não quero aparecer.”. Então, não aparecia. Mas tinha casos em que delegados queriam que a pessoa aparecesse, fosse obrigado a aparecer. Aí eu digo: “Olha, pra televisão, você não é obrigado.”. “Ah, mas tem que aparecer!”. Eu dizia: “Olha, não é obrigado!”. Aí então eu tive muitos atritos com delegados que queriam. Teve um que um dia teve uma certa discussão comigo: “Mas, na delegacia, mando eu!”. Eu disse: “Mas, na minha reportagem, mando eu!”. Porque, uma coisa é o trabalho jornalístico, outra coisa é o trabalho da Polícia. Então, não faz sentido. Se a Polícia não tem a capacidade de ir lá, de descobrir o crime, problema dela. Agora a gente ser utilizado, ferindo um dispositivo constitucional é que não tem a ver. (Glória, repórter).

Conforme é possível visualizar em seu depoimento, Glória assegurou que se posicionava contra tais atitudes adotadas por certos policiais civis, entrando, muitas vezes, em conflito com eles, até mesmo durante a gravação das reportagens, o que, de acordo com ela, eventualmente acarretou complicações em sua carreira profissional “no policial”. É interessante perceber, entretanto, como ela mesma

¹¹² Cf. TRAQUINA, 2005.

concebia as mensagens para os parentes, as cantorias etc. que aparecem no “quadro” como algo cômico, não se questionando sobre a razão das falas dessas pessoas serem exibidas desse modo. Na perspectiva de Glória, um dos pilares que sustentam a ética no “jornalismo policial” é “saber diferenciar o trabalho do jornalista e o da Polícia”, mas ela afirmou ter consciência de que essa proposição não é seguida pela maioria de seus pares. Penso que é possível que a indignação demonstrada por Glória estivesse mais associada ao fato de o delegado querer intervir em seu campo de trabalho do que a ela ser pessoalmente contrária às práticas de abuso realizadas pelo mesmo.

Observando o comportamento de “repórteres policiais” quando os acompanhei nas “matérias externas” pelas ruas da Grande Fortaleza, pude perceber que eles acionavam certas habilidades e competências em campo que não foram mencionadas de maneira clara nas entrevistas, tais como o “poder de persuasão”, capacidade esta que se mostrou relevante para eles no momento de convencer testemunhas ou familiares das vítimas que estavam presentes nas localidades a aceitarem fornecer-lhes informações ou participar das gravações. Nessas incursões, pude perceber com mais detalhes o modo como eles operavam tais técnicas adquiridas ao longo de suas carreiras no “telejornalismo policial” a seu favor, incorporando não apenas certas atitudes práticas, mas também sentimentos, como “coragem”, “empatia”, “solidariedade”, “indignação”, entre outros.

Diferentemente dos demais colegas de profissão que estão acostumados ao “modo de fazer jornalismo aprendido na faculdade”, os profissionais examinados afirmaram trabalhar com a dimensão “factual” das “ocorrências de crimes” e demais conflitos sociais. Segundo Federico, a dimensão “factual” consiste em “pautas quentes”, ou seja, que abordam “aquilo que está acontecendo no dia a dia e que eles são obrigados a cobrir” no momento em que ocorrem. Muitas dessas “pautas” não são escritas e não podem ser premeditadas, como, por exemplo, um acidente automobilístico ou um “homicídio”, que se tornam “pauta” no instante do acontecimento, tal como explicou a interlocutora Júlia, jornalista formada em uma faculdade privada no Ceará de 52 anos de idade, que trabalhava como editora de “programas policiais” na cidade de Fortaleza:

O factual aconteceu agora, certo? Tá acontecendo, porque você vê que, quando ele [o “repórter policial”] faz o vem comigo que a gente chama, é a narração do vem comigo. A história ainda está acontecendo, entendeu? A

peessoa foi baleada e aí vai chegar um familiar, vai chegar a Polícia. Você tá contando a história que ainda tá acontecendo, entendeu? Então o fato tá se formando. É diferente de você ir contar uma história que já aconteceu, né? Apesar de que a gente faz esse tipo aí, que é uma suíte, tem esse momento de buscar. Então, é o desenrolar, né? E quando a gente perde isso aí também é muito complicado. (Júlia, editora, grifo nosso).

O termo “suíte” mencionado por Júlia é outra categoria bastante utilizada pelos jornalistas examinados que, de acordo com o “repórter policial” Samuel, significa “dar continuidade ao caso”. Mas, segundo Marina, repórter de um “telejornal policial” local, os episódios violentos que ocorriam na Grande Fortaleza ainda eram o principal conteúdo desses programas, isto é, seu conteúdo era constituído por “pautas factuais”, que não passam por um tratamento jornalístico mais rigoroso, nem mesmo eram anteriormente planejadas, “faltando tempo” para a checagem adequada dos materiais fornecidos pelas fontes:

É um desafio. Quando a gente chega, geralmente, nós não chegamos com uma pauta marcada, a não ser que seja um fato social, como, por exemplo, um apelo para que a pessoa que esteja precisando de comida ou de uma cirurgia de urgência. Nós trabalhamos com o factual. E o que é o factual? São as ocorrências de rua, porque o carro-chefe dos programas policiais ainda é a questão da violência, infelizmente, que é algo que a gente não pode maquiagem, que a gente não pode esconder. No entanto, os programas policiais eles mudaram, eles estão com uma roupagem diferente, tão com um lado mais social, porque o tempo foi passando e existe essa necessidade. (Marina, repórter).

Vale mencionar que o “lado mais social” ao qual Marina se refere está relacionado a ações desempenhadas pela produção dos programas para garantir ajuda a pessoas que necessitam de cirurgias urgentes ou para a resolução de problemas de ordem prática, tais como a regularização da coleta de lixo, do asfaltamento de ruas, do saneamento básico, do direito do consumidor etc. Ao exibir esses “trabalhos sociais” ou “serviços de utilidade pública”, como os jornalistas envolvidos nessas produções midiáticas chamam, tais programas funcionam como a “voz do povo” junto a órgãos públicos e privados, sinalizando que eles atuam como “defensores dos interesses do povo”, sendo, às vezes, os únicos que estão realmente “a serviço dos cidadãos”, frente ao “total abandono social” promovido por tais instituições. É, portanto, diante do vazio de políticas públicas que esses telejornais se projetam e se fortalecem na nossa sociedade, ganhando um tipo de notoriedade que vai ser essencial para que repórteres, apresentadores e emissoras constituam um capital financeiro e político fundamental, inclusive, para o investimento em

candidaturas políticas desses mesmos atores. Abordarei essa questão com mais profundidade no sexto capítulo desta tese.

Dessa maneira, no chamado “telejornalismo tradicional”, as “pautas” são definidas internamente nas “redações” dos telejornais por profissionais que trabalham na produção, cujo trabalho é apurar o material das possíveis notícias que serão ou não posteriormente selecionadas. Uma das principais funções dos produtores, que antigamente era executada por profissionais conhecidos como “pauteiros”¹¹³, é a de selecionar e planejar as coberturas jornalísticas, atribuindo-as aos repórteres responsáveis. Embora tenha encontrado algumas semelhanças, percebi que o papel dos produtores no “telejornalismo policial” cearense funciona de modo um pouco diferente. No “telejornalismo policial”, não há um momento na produção dos “programas policiais” destinado à seleção prévia dos “fatos noticiosos”, tal como ocorre normalmente em outras editorias do setor de jornalismo das empresas de comunicação (esporte, cultura etc.), o que exige certa habilidade dos jornalistas encarregados pela produção das reportagens, pois, muitas vezes, eles dependem do apoio de certas fontes e do “*feeling*”¹¹⁴ que possuem para realizá-las em tempo hábil.

Outra característica mencionada como importante por alguns dos meus interlocutores para atuar profissionalmente como “jornalista policial”, tanto para o repórter quanto para o produtor, é “ter faro” jornalístico. Para o apresentador Dantas de 70 anos de idade, dos quais possui 21 anos de experiência profissional somente no “jornalismo policial”, esse também era um saber adquirido somente através da prática profissional e do processo de socialização proporcionado pela mesma, sensibilidade esta que, com o tempo, incorporou, tornando-se, segundo ele, cada vez mais assertiva:

Você, com o tempo de dedicação profissional, você vai vendo muita coisa. Muitas coisas, eu acertei. Eu dizia assim: “Isso aqui não tá certo!”. Eu tenho muito cuidado. Eu tinha muito cuidado e terei com o cidadão a questão de alguns crimes que eu não sei como a lei se manifestou de uma maneira muito impensada, né? (Dantas, apresentador).

¹¹³ Segundo Bahia (2015), “a partir da meia noite, o pauteiro lia os matutinos e, depois, os matutinos” para registrar, normalmente a mão, “nomes e endereços, perguntas e recomendações” para auxiliar os repórteres na confecção das reportagens. Cabe salientar que, atualmente, esse cargo não é mais tão usual nas “redações” dos jornais impressos, muito menos nas dos telejornais, inclusive no caso dos “programas policiais” cearenses, sendo normalmente desempenhado pelos produtores dos programas.

¹¹⁴ Essa expressão foi frequentemente usada por meus interlocutores de pesquisa para qualificar os “jornalistas policiais” que, de acordo com eles, possuem uma atitude “perceptiva”, “aguçada”, “criativa” e até mesmo “intuitiva” ao se depararem com determinadas circunstâncias no tratamento com as fontes no cotidiano de trabalho.

Habilidades e competências profissionais como, por exemplo, o “faro jornalístico”, também estão intimamente relacionadas aos códigos éticos dos “jornalistas policiais” (re)construídos diariamente nos bastidores dos programas. De acordo com o relato de todos os profissionais entrevistados que atuavam na função de produtor, diretor e editor nos “telejornais policiais” cearenses, tais saberes orientavam a prática, a moral e os códigos éticos profissionais do grupo. Para eles, era necessário “ter cuidado” ao divulgar notícias que poderiam “prejudicar a vida de alguém”. Nesse sentido, eles asseguravam que tal premissa guiava toda a atividade jornalística desempenhada por eles, que assumiam mais essa “grande responsabilidade”, conforme sugeriu Lisbela em seu depoimento, ao relatar seu pensamento acerca da importância dos “jornalistas policiais” para a “segurança pública” e a “cidadania”:

Mostrar a realidade. Eu acho que a gente, quando assume a missão de reportar, de mostrar a verdade, a gente tem que dar a cara à prova, a cara à tapa. Toda denúncia que chega é importante. Principalmente, a realidade. A realidade de uma ambulância que tá sucateada, como nós mostramos ontem. A importância de mostrar que, de fato, a gente não tá inventando notícia. A gente tá mostrando a realidade. A imprensa, ela não trabalha com notícias inverídicas, entendeu? Então, eu acho que o papel do jornalista é passar a credibilidade, mostrar a verdade e apurar o máximo que puder. Claro, nunca comprometendo ninguém. Porque, principalmente, quando a gente parte para a denúncia seja contra a Polícia, seja contra o Estado, você tem que mostrar a verdade. Você tem que privar a fonte que tá ali, que, às vezes, tem uma pessoa que tem coragem, embora a gente preserve a imagem. Que é importante, porque não é a Lisbela que tá falando. A Lisbela tá noticiando e tem a pessoa, que é a que mais sofre, que é, no caso, uma socorrista, ou é um policial, ou é um popular, que tá mostrando que tá errado. Então, eu acho que o papel da gente é exatamente esse. (Lisbela, apresentadora).

No entanto, nem sempre esse referencial ético se apresenta de maneira tão clara na fala dos meus interlocutores, suscitando, muitas vezes, diversos dilemas e dúvidas, no que se refere à interpretação deles a respeito de determinados episódios que acontecem em suas rotinas profissionais.

Acerca dos dilemas éticos vivenciados por meus interlocutores, compete-me destacar o caso exemplar da repórter Marina, que revelou a maneira como refletia sobre sua postura profissional em situações que envolviam, por exemplo, conflito com a população dos bairros visitados durante as gravações das “matérias”:

Eu já fui empurrada, mas de apanhar pelo cabelo, não. Graças a deus, não. Geralmente, sobra mais para o cinegrafista, porque parece que eles esquecem a gente e vão direto para o cinegrafista. “Desliga essa câmera” e vai e bate. A primeira figura que eles têm na mente é por estar filmando e têm pessoas que não querem. A gente tem no código de ética a questão da

liberdade de imprensa, mas também tem a história da imagem. Só que existe um fator que é a nosso favor, que é a questão da via pública. Enquanto eu estiver no meio da rua, ninguém pode impedir o meu trabalho. Se você não quer aparecer, você afasta. Mas, estando em via pública, nenhum profissional, nem Polícia, nem presidente, nem papa, pode impedir o trabalho da imprensa. Nós estamos ali para noticiar, quem não quiser aparecer, se esconda. Aí existe a questão da resistência de nós sermos empurrados, xingados. (Marina, repórter).

Para Marina, a relação com os “populares” deveria ser a mais amistosa possível, entretanto, ela advogou que, como parte integrante da imprensa cearense, ela se sente no direito de acionar a “liberdade de imprensa” por conta de os “crimes” normalmente acontecerem em via pública, mesmo que isso recaia no desacato ao “direito de imagem” das pessoas envolvidas. Essa visão é amplamente compartilhada pelos profissionais entrevistados que defendem que, quando a notícia é de “interesse público”, a imprensa tem a “obrigação de mostrar”, como explicitou a produtora Jamile:

Tem coisas que são do interesse da população, da sociedade. Se você comete um assassinato no meio da rua ou até dentro de uma instituição, mas a gente tem obrigação de noticiar, porque faz parte da criminalidade de um Estado. Por exemplo, o Ceará. Foram mais de cinco mil mortos durante o ano. Se a gente não tivesse noticiado a maioria deles, como é que a população ia saber o nível de perigo daquela cidade onde ela mora? É uma informação de interesse público. Aí a pessoa: “Ah, vocês querem mostrar a pessoa. Deixar a situação difícil.”. Quem cometeu o crime não fomos nós. Ele matou uma pessoa. Ele não pode matar uma pessoa. É crime! Ele vai responder por isso? Sim, ele vai responder por isso. Ele é obrigado a aparecer? Não. Mas, se o crime aconteceu no meio da rua e a gente presenciou e tudo, ele vai aparecer. (Jamile, produtora).

Em seu depoimento, a entrevistada enfatizou, de um lado, o direito de imprensa e a relevância da informação, desconsiderando, por outro, a maneira como a informação é apresentada. É interessante perceber como, muitas vezes, a forma não está no horizonte de análise ou como acaba por ser desprezada por meus interlocutores de pesquisa.

No próximo tópico, procurarei apresentar algumas das condições de trabalho mencionadas pelos jornalistas entrevistados, no intuito de entender outras dimensões das experiências e socializações profissionais vivenciadas por meus interlocutores de pesquisa em suas rotinas de trabalho.

3.2 As condições de trabalho

Conforme mencionei no tópico anterior, a dimensão “factual” das “ocorrências de crimes” e demais conflitos sociais constitui a base da percepção nativa

dos jornalistas investigados sobre seu trabalho, visto que acreditam ter se especializado na cobertura midiática dos “bastidores” desses acontecimentos. Nesse sentido, trabalhar com as “pautas factuais” dos casos a serem noticiados pressupõe realizar uma atividade jornalística que implica estar, como profissional, em constante “alerta”, transformando o “improvisado” em seu principal instrumento de trabalho. O aspecto “factual” no “telejornalismo policial” também envolve outros fatores de trabalho específicos como, por exemplo, a “falta de tempo” para a checagem adequada das informações recebidas, a falta de fontes diversificadas, a quase ausência de “pautas frias”¹¹⁵, o que leva os “jornalistas policiais” a precisarem lidar constantemente com “situações de imprevisto”.

3.2.1 “Trabalhar com o imprevisto”

Acerca do movimento que acontece nas “redações” tanto do “telejornalismo tradicional” quanto do “telejornalismo policial”, no que diz respeito ao processo de seleção das notícias, o apresentador Samir discorreu sobre o que considera como um dos “diferenciais” da editoria policial:

A redação de uma televisão, por exemplo, ela tem dois tipos de pautas: a pauta que ela produz, desde o início, ela pautando o assunto, e a pauta em que não depende dela, que se chama factual, aquilo que está acontecendo no dia a dia e que ela é obrigada a cobrir, né? No jornalismo tradicional, as pautas são produzidas de dentro pra fora, ou seja, há um pauteiro na redação. Essa pessoa geralmente recebe *releases*, coisas assim de assessorias e tal, fica antenada no que está acontecendo e produz os assuntos a serem abordados pelos diversos programas. Mas, no jornalismo policial, a maioria das pautas acontece diferente. Ela é produzida de fora para dentro. (Samir, apresentador).

Nesse contexto, Marina explicou como funciona sua rotina de trabalho, salientando que a condição do “imprevisto”, a seu ver, funciona como um fator estimulante para o profissional de jornalismo, visto que o desafia constantemente a criar novas formas de “contar histórias” que são, muitas vezes, semelhantes. Tal característica foi definida pela interlocutora como a “magia do jornalismo policial”:

A gente geralmente não sai com pauta marcada. Por que eu digo que é desafiador? Porque, por exemplo, eu vou assumir meu plantão agora às 11h

¹¹⁵ Na linguagem nativa também é usada por meus interlocutores com outras denominações, tais como “pauta marcada” e “pauta fixa”. No “telejornalismo policial”, refere-se a reportagens que são preparadas com antecedência pela produção dos programas, que, normalmente, estão relacionadas a casos de “apelo social” que também são reportados por tais noticiários televisivos.

da manhã. Eu já posso pegar uma ocorrência de tiroteio ou posso ir para um acidente de trânsito ou posso não ir para nada. Então assim, a gente nunca sabe o que é que vai acontecer e eu acho que a magia do jornalismo policial é exatamente isso, porque a gente conta histórias que, para o público podem parecer iguais, mas, pra gente, sempre é uma oportunidade de conhecer algo novo. Por quê? Porque, às vezes, são vítimas com o mesmo histórico: um acidente de moto que caiu e perdeu uma perna, ou se machucou gravemente, ou morreu. Mas aquela vítima tem a sua história, tem a sua vida. Então, esse é o desafio. Esse é o desafio: de nós irmos para o que a gente não sabe o que é que vai acontecer, que pode ser desde uma delegacia a uma ocorrência mais grave, como troca de tiros, que é raro a gente pegar, mas quando a gente pega, seja o que deus quiser. É assim, é um desafio mesmo. Chegou, você não sabe o que é que vai acontecer, o que está por vir para você naquele dia de trabalho. (Marina, repórter).

Em concordância com a proposição de Marina, o interlocutor Samir salientou como é a rotina de trabalhar continuamente com o elemento do “imprevisto”:

O repórter policial quando sai, por exemplo, da emissora para o seu expediente de trabalho, na sua rotina de trabalho. Ele sai da emissora e, às vezes, ele não tem ideia do que ele vai fazer, entendeu? Aí acontece um homicídio. Ele toma conhecimento e aí vai cobrir o homicídio, jornalisticamente, cobrir quando eu falo é jornalisticamente. Acontece um acidente de trânsito, aí ele vai cobrir o acidente de trânsito. Acontece uma prisão, ele vai cobrir a prisão. (Samir, apresentador).

Sobre sua rotina de trabalho, a repórter Bárbara acentuou que o “imprevisto” constitui o “diferencial” dos “programas policiais”, no entanto, os bastidores da produção midiática das “notícias policiais” também apresentam, muitas vezes, um clima monótono e não tão cinematográfico quanto se estima de ordinário:

A gente chega aqui, às vezes, já tem o que fazer, outras, não. Até porque a gente não trabalha com pauta marcada, a gente trabalha com o imprevisto. Sempre o imprevisto. Sim, esse é o diferencial. Mas não tem uma coisa que todo dia eu faço isso. Não, porque tem dia que tem já o que fazer e tem dia que não tem. E aí a gente fica esperando ou então a produção marca pauta fria que não é o normal para um começo de plantão, mas pode acontecer. (Bárbara, repórter).

Durante os acompanhamentos que realizei com alguns “repórteres policiais” na realização de reportagens “externas”, senti um pouco essa sensação de monotonia, especialmente, quando ficávamos na Unidade Móvel de Reportagem estacionados nas proximidades do IJF esperando por novas “pautas”, que, às vezes, demoravam muito para acontecer. Trabalhar diretamente com “acontecimentos que acabaram de acontecer” também gera outras situações de trabalho: trabalhar com circunstâncias de conflito, “de crise”, nas quais as pessoas envolvidas estão em uma “situação de vulnerabilidade”, como sugeriu a produtora Jamile:

A rua, principalmente no factual, é bem mais complicado. Por quê? Porque são situações de crise, certo? A pessoa, vítima, agressor, estão em situação de vulnerabilidade, né? Você não quer ser filmada. Você não quer passar por constrangimento num momento como esse. Quem é que quer? (Jamile, produtora).

Na mesma perspectiva, a repórter Glória advertiu que, ao optarem por “seguir carreira no policial”, os “repórteres policiais” acabam se submetendo a vários “riscos”:

Eu trabalhava, um trabalho muito corrido, e aquela realidade ali que todo mundo sabe como é, mas, quando eu saía da rua, que eu chegava em casa, o tempo que eu tinha era de eu cuidar das minhas filhas pequeninhas e tudo. E, então, eu nem sequer via televisão, sabe? Eu acho que eu me desligava mais por isso. Mas era uma área de muito risco, sabe? Infelizmente, era assim. Eu nunca enfrentei qualquer tipo de problema de ser desrespeitada ou ofendida em delegacias por preso. Nunca! Nunca aconteceu. (Glória, repórter).

Em conformidade com a perspectiva de Glória, Dantas relembrou com certa nostalgia dos tempos do início de sua carreira, elucidando que, antigamente, ele e os demais colegas de profissão de outras editorias se reuniam com frequência em bares e clubes de Fortaleza e compartilhavam suas experiências em “rodas de conversa”. “Antigamente, nós tínhamos bar de imprensa. Nós tínhamos mesas de imprensa. Nós tínhamos clubes de imprensa. Hoje não existe mais, não é?”, disse ele. De acordo com o interlocutor, que possui cerca de cinquenta anos de experiência somente no “jornalismo policial”, tanto no rádio quanto na televisão, na época em que começou a trabalhar na área, seus pares o “desestimularam a seguir tal carreira”, destacando os “riscos” que ele poderia correr ao atuar no ramo: “Alguns chegaram a dizer que eu ia ser morto. ‘Você vai ser morto!’. Graças a deus nunca sofri um atentado, nem uma ameaça.” (Dantas, apresentador). Todavia, na concepção de Dantas, a reação negativa dos colegas estaria mais relacionada à questão da competição do que à preocupação com o seu bem-estar, destacando que, a seu ver, a competição está presente em todas as ocupações profissionais.

Alguns entrevistados divergem da visão de Dantas acerca da questão da competição no “telejornalismo policial” cearense, conforme é possível verificar no depoimento da “repórter policial” Marina:

A gente tem profissionais aqui que, quando a gente chega na rua, porque a gente tem a felicidade, às vezes, de encontrar. Por exemplo, nas coletivas, a gente sempre encontra as emissoras concorrentes que é um termo que a gente usa, mas que não existe, concorrente. Eu acho que não existe concorrência, existe parceria, porque um acaba ajudando o outro, numa

dúvida, numa informação. Não existe. Matéria exclusiva hoje se torna uma raridade, porque com a história dos grupos, não existe mais matéria exclusiva, entendeu? A exclusividade hoje vem na matéria trabalhada, num furo que você dá de uma matéria importante, de uma matéria produzida. (Marina, repórter).

Em seu relato, a interlocutora salientou que se sente à vontade para trocar informações e interagir amigavelmente com profissionais que trabalham em outras emissoras, sendo a “busca por exclusividade” quase impraticável desde o advento dos grupos de conversa nas redes sociais.

3.2.2 A “falta de tempo”

Conforme Traquina (2005, p. 37), “o fator tempo define o jornalismo” e “condiciona todo o processo de produção das notícias, porque o jornalismo é marcado por horas de fechamento.”. De maneira mais intensa do que como acontece nos jornais impressos, a noção de “imediatismo” circula nas “salas de redação” televisivas e orienta a prática dos “jornalistas policiais” examinados que passaram a valorizar a velocidade nos atos performáticos que realizam nos programas, já que as notícias são concebidas por eles como um “bem altamente perecível”, ou seja, um acontecimento ocorrido no dia anterior já perdeu seu “valor de informação”, ficando “velho”, “frio” (TRAQUINA, 2005, p. 37). Assim, esse ato de valorizar a velocidade reforça a “importância da capacidade performativa dos jornalistas de uma empresa na montagem da cobertura.” (TRAQUINA, 2005, p. 37-38). Sobre as questões da “falta de tempo” e da diferenciação entre jornalismo televisivo e impresso, Jamile, interlocutora que trabalhava como produtora em uma emissora cearense, assegurou:

Quando acontece um crime ali, você pode, a partir daquele crime, mostrar outras questões. A diferença social, a desigualdade. Aí você mapeia os bairros e vê onde é que se mata mais, onde o governo não chega. Aquelas pessoas não têm as mesmas oportunidades de outras pessoas pela questão social. A questão social permeia quase todos os homicídios, salvo passionalidade que é uma situação muito pontual. Você pode puxar cinco, seis vertentes do mesmo caso. Pena que no jornalismo da televisão, a gente não tem tempo para isso. Isso já é uma função do jornal impresso. A televisão, ela é rápida, ela dá um primeiro momento. Existem as suítes que a gente ainda faz, mas o aprofundamento é dado pelo jornal impresso, por um livro, por uma tese, entendeu? A nossa função não é essa. Essa análise não é papel da gente não. Eu adoraria fazer uma matéria investigativa mais aprofundada nesse sentido. Pena que a estrutura que a gente tem não dá para isso, porque você teria que entrar na comunidade. É muito complexo. Precisa de aprofundamento? Precisa de um jornalismo investigativo aprofundado que a maioria dos veículos não dá a estrutura. A estrutura para essa demanda não existe em quase todos os veículos. Para uma matéria

como essa, você precisa de equipes, de um tempo que a gente não tem para produzir uma matéria dessa. Precisa de um tempo considerável. Nós precisamos de equipamentos, câmera escondida. Talvez precisasse até alugar um imóvel na comunidade para acompanhar isso. Existe um risco muito grande que a maioria das empresas não vai bancar. Nesse momento, a gente não tem essa estrutura. (Jamile, produtora).

No caso do campo investigado, pautado, sobretudo, pela “lógica de concorrência” entre as emissoras locais, percebi que a máxima apontada por Traquina (2005, p. 37-38) de que “quem ganha é quem primeiro dá a notícia” foi incorporada de modo diferente por meus interlocutores, sendo marcada por concepções sobre a “maneira como se deve ser (jornalista)/estar (no jornalismo).”.

Observei nos “bastidores da cobertura policial” telejornalística cearense que a “lógica da concorrência” e do “imediatismo” mencionados por Traquina (2005) influenciam o processo produtivo das narrativas confeccionadas por alguns de meus interlocutores, que ainda vibram quando conseguem chegar ao local do acontecimento antes das outras emissoras ou mesmo antes dos agentes de segurança pública. Nesse contexto, as redes de relações das quais meus interlocutores fazem parte assumem um papel decisivo para esse tipo de “sucesso”, visto que é através dessas tessituras relacionais estabelecidas pessoal ou virtualmente com suas fontes que meus interlocutores tomam conhecimento de certos “fatos”¹¹⁶, por vezes, antes dos próprios agentes públicos. Tal preocupação é evidenciada, sobretudo, na utilização de recursos imagéticos, como logomarcas, por exemplo, geralmente inseridas na edição final das reportagens com o objetivo de garantir aos telespectadores que o referido programa foi o primeiro a divulgar uma determinada notícia. Já outros interlocutores encaram tais práticas como uma “atitude incorreta e arriscada”.

Em seu relato, a interlocutora Jamile revelou que a lógica imediatista do “telejornalismo policial” já provocou diversos constrangimentos institucionais nas “redações” onde trabalhou, expressando o seu receio pessoal de um dia, eventualmente, cometer um erro, devido à condição de “falta de tempo” à qual é submetida cotidianamente:

É um jogo. No policial, é um jogo muito mais perigoso. Você tá mexendo com vida e morte, né? Em todas as editorias, você mexe com a vida das pessoas. Você pode destruir uma pessoa, salvar uma pessoa. Você pode destruir e depois desfazer o que foi feito. Você entendeu? Mas é complicado demais.

¹¹⁶ Cf. BERGAMO, 2011.

Todo dia você mata o tigre. Até o dia que o tigre vai matar você, entendeu?
Um dia vai acontecer. (Jamile, produtora).

É preciso enfatizar que, no caso do “telejornalismo policial” cearense, todos os jornalistas ouvidos expressaram que dispunham de pouco tempo para realizar adequadamente suas funções, como, por exemplo, a situação dos produtores e “repórteres policiais” que sequer tinham tempo para checarem apropriadamente as informações obtidas através de fontes, para contrastar os discursos fornecidos por diferentes fontes ou ainda para reunir o material necessário para preparar suas “matérias”, que são confeccionadas em intervalos de tempo muito curtos.

Essa “condição de trabalho” submete tal categoria profissional a uma relação com o tempo diferente da dos demais jornalistas, fazendo com que os representantes de instituições estatais, em especial, as Polícias Militar, Civil e Federal se tornem suas principais e, frequentemente, únicas fontes para a obtenção de informações sobre os “fatos” que desejam noticiar, ocasionando uma ausência de fontes diversificadas e, conseqüentemente, uma relação de interdependência entre tais jornalistas e suas fontes, o que compromete de modo significativo o “princípio ético” de “compromisso com a verdade” defendido por meus interlocutores.

3.2.3 A dimensão mercadológica

Em conversa com o editor de texto Daniel de 38 anos de idade, graduado em Jornalismo por uma faculdade particular no Ceará, ele argumentou que as críticas lançadas ao “telejornalismo policial” por “estudiosos” e “militantes de direitos humanos” seriam “muito limitantes”, visto que, na sua perspectiva, as pessoas não eram obrigadas a assistir os programas. “Assiste quem quer”, afirmou ele, reprimendo a motivação dos referidos atores sociais que, em 2003, solicitaram judicialmente a eliminação dos “telejornais policiais” da “grade de programação” da televisão cearense (MORALES, 2010). O interlocutor também destacou outra dimensão importante do universo empírico examinado que é a questão mercadológica, sendo definida por ele como uma “condição inerente” à profissão jornalística como um todo e, conseqüentemente, estendia-se ao “telejornalismo policial”:

Mas aí fica algumas pessoas, com todo respeito, estudiosos, que ficam questionando a mesma coisa. Existe uma luta na justiça federal para acabar

com os programas policiais locais. De mudar o horário. Tá no horário do almoço. Assiste quem quer. Você não é obrigado a assistir. Tem o controle remoto, você muda. Eu sou meio radical nisso. Mas é! Você assiste se você quer, entendeu? E ninguém vai ser hipócrita. “Ah, porque é que é esse horário?”. Porque a gente dá audiência. Eu vou dizer: “Não, é porque o estudo de mercado...”. Não! É porque dá audiência. Se dá audiência, dá o que pra TV? Anúncio. Dá dinheiro. Então pronto, cara! Entendeu? E assiste quem quer. Quem não quer, muda. (Daniel, editor).

As empresas de telecomunicação e, conseqüentemente, os “telejornais policiais” cearenses estão profundamente imbricados na lógica de mercado, visto que, ao compor parte significativa da “grade de programação” televisiva atual, tais programas são submetidos ao cumprimento de metas e exigências econômicas dessas empresas. Ressalto ainda o fato de tais programas alcançarem frequentemente elevados índices de audiência, ganhando, por conseqüência, cada vez mais o interesse de anunciantes e/ou patrocinadores, outros atores que participam ativamente das redes de relações que constituem o universo do “telejornalismo policial” cearense.

Segundo as principais teorias orientadas pela corrente marxista da Sociologia das Profissões, os chamados *mass media*¹¹⁷ são explicados a partir da lógica capitalista, baseando-se em um modelo de negócio empresarial e possuindo uma clientela bastante diversificada e extensa, como, por exemplo: leitores, ouvintes, telespectadores e anunciantes publicitários. Estudiosos que seguem essa linha teórica normalmente enfocam no fator econômico dos meios de comunicação de massa para debater a noção de “neutralidade profissional” acionada por jornalistas como “missão profissional” de ser um “transmissor imparcial das questões públicas” e nos convidam a refletir sobre esse aspecto das condições de trabalho, às quais profissionais de jornalismo são submetidos cotidianamente. Todavia, é preciso salientar que me baseio neste trabalho nas autopercepções, quadros de referência e pertencimentos dos meus interlocutores de pesquisa sobre o universo em que elas foram construídas, buscando compreendê-las. Portanto, tais associações foram discutidas à medida que surgiram nos relatos dos meus interlocutores, demonstrando serem questões relevantes para eles.

Nesse sentido, percebi que, na maioria dos casos examinados, a dimensão mercadológica constitui uma temática importante para meus interlocutores de

¹¹⁷ Nogueira (2005) questiona o uso do termo “massa”, por acreditar que seus interlocutores de pesquisa se reportam em seus programas a pessoas específicas, não apenas a uma “massa” de destinatários anônimos e desconhecidos.

pesquisa e que está diretamente imbricada às suas atividades profissionais rotineiras, em especial nas rotinas dos diretores dos programas, que estabelecem contato direto com o “setor comercial” e o “setor de pesquisa” das empresas de telecomunicações em que trabalham. Tais setores são constituídos por profissionais especializados que fornecem informações atualizadas sobre os índices de audiência dos programas televisivos e análises de mercado sobre os dados quantitativos coletados, oferecendo uma avaliação detalhada de como e quando anúncios publicitários devem ser exibidos nos “programas policiais”. Assim, consultar tais profissionais diariamente se tornou uma tarefa comum para os diretores dos programas.

De acordo com o diretor Thiago, em um dia comum de trabalho, ele se encontrava com membros do “setor de pesquisa” da emissora, que lhe repassavam a análise referente à edição transmitida no dia anterior de dois ou mais institutos de pesquisa de audiência, tais como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). Segundo o interlocutor, é a partir dessa “consultoria de mercado” que o programa ia sendo montado, pois, segundo ele, os “dados de audiência” revelavam “onde fomos bem, onde fomos péssimos, onde fomos terríveis, onde a gente podia melhorar, o que houve de erro”, selecionando, dessa maneira, “com que matéria vamos abrir” o programa, “qual é o caso mais forte” etc. Ademais, ele acrescentou:

A gente tem alguns dados em que a gente também observa o que a concorrência tá dando. Além disso, o que ela deu e a gente não deu. O que é que a gente pode dar melhor. E, a gente estuda toda a grade de programação da concorrência. A gente estuda tudo. Não é só o que a gente vai colocar, a gente estuda horário de intervalo, a gente estuda toda a estrutura do programa, porque é em um detalhezinho desse que, se a audiência estiver ruim, a gente pode tentar virar o jogo. Então, dá pra gente testar nisso aqui. Vamos passar uma semana testando como é que vai ser o comportamento do telespectador, porque ele zapeia muito. (Thiago, diretor).

Preocupações como as descritas anteriormente por Thiago apareceram de outras formas nas falas dos demais entrevistados que atuavam em outros cargos do ramo policial, como, por exemplo, a repórter Marina, que, quando questionada sobre o diferencial da profissão de “jornalista policial”, expressou sua visão a respeito da dimensão mercadológica por um ângulo diferente:

Às vezes, as pessoas conhecem a gente da televisão e é um amor, que parece que já te conhecem. Esse é o lado bom do Jornalismo. Eu não acredito em IBOPE. Eu acredito na população que é o maior termômetro que a gente tem em relação à audiência. Porque o público, ou ele gosta ou ele não gosta. (Marina, repórter).

Enquanto Thiago se baseava em “análises de pesquisas de audiência” pautadas em dados estatísticos para planejar a produção do “programa policial” no qual atuava na condição de diretor, Marina apoiava sua percepção sobre a audiência e seus efeitos em elementos que podem ser considerados irracionais, como o “amor do público”, por exemplo, depreendidos a partir do contato direto, face a face, que estabelecia com o “público” nas bairros da cidade de Fortaleza e sua Região Metropolitana, que, segundo ela, constitui “o maior termômetro” que os profissionais de jornalismo possuem “em relação à audiência.”.

As diferentes leituras dos jornalistas ouvidos sobre a questão da audiência anteriormente descritas retratam o processo produtivo de racionalização pelo qual o Jornalismo vem sendo submetido desde seu surgimento (WEBER, 2002). Proponho pensá-lo a partir das proposições realizadas pelo sociólogo alemão Max Weber sobre a imprensa e a figura do profissional de jornalismo que, de acordo com ele, são produtos do processo de racionalização e do desenvolvimento capitalista no mundo ocidental. Nas palavras do autor:

Se considerarmos a imprensa em termos sociológicos, o fundamental para toda a discussão é o fato de que, hoje em dia, a imprensa é necessariamente uma empresa capitalista e privada que, ao mesmo tempo, ocupa uma posição totalmente peculiar, posto que, ao contrário de qualquer outra empresa, tem dois tipos completamente distintos de “clientes”: os primeiros são os compradores do jornal [...]; os segundos são os anunciantes, e entre esse leque de clientes produzem-se as inter-relações mais curiosas. (WEBER, 2002, p. 16).

Assim, entendendo o Jornalismo como uma “empresa capitalista”, que tem interesses comerciais e visa o lucro ao conquistar cada vez mais “clientes”, sejam eles anunciantes ou consumidores, Weber se interessou pelo modo como os jornalistas se situavam no tocante às condições objetivas de existência dos jornais e pelas formas como os tais profissionais percebiam e liam o mundo social sob tais circunstâncias.

Outro aspecto importante sobre o aspecto mercadológico da imprensa foi evidenciado por Jamile, produtora de um programa local, que revelou não sentir total autonomia para realizar sua função, visto que, segundo ela, a empresa em que trabalhava dependia de recursos financeiros oriundos de publicidade dos governos municipal e estadual, fazendo com que seu chefe a orientasse, muitas vezes, a não abordar determinadas temáticas que pudessem “prejudicar a imagem” desses órgãos governamentais.

Por ocuparem posição subordinada na hierarquia interna dos veículos de comunicação, os repórteres, apresentadores, editores e produtores ouvidos nesta pesquisa elucidaram que, muitas vezes, não possuem autonomia para confeccionar suas “matérias”, precisando submetê-las ao crivo dos diretores dos programas ou mesmo dos diretores de jornalismo das emissoras, que, dentre outras atribuições, são responsáveis por avaliar se as notícias estão de acordo ou não com os interesses (econômicos, políticos etc.) das instâncias para as quais trabalham.

De modo geral, meus interlocutores sabem que são subordinados a empresas privadas produtoras de notícias e que precisam dar conta dos interesses desses veículos e das pressões impostas dentro das “redações” e fora delas para assegurar seus empregos, como é possível perceber na fala de Rafael, que trabalhava como repórter no período da noite em uma emissora local:

Então, até às 22h noite, das 6 horas, eu fico com um produtor. Quando eu chego já tenho um destino. Se não é um factual, já é uma matéria produzida, já foi pensado algo naquele momento em que estiver tranquilo, porque, afinal de contas, o programa tem que ir ao ar de qualquer maneira no dia seguinte. (Rafael, repórter).

O próprio produto do trabalho desses jornalistas revela os diversos constrangimentos organizacionais aos quais tais trabalhadores são submetidos, no que se refere ao desafio de terem que produzir diariamente notícias em um curto período de tempo, tornando-se impensável a possibilidade de um dia simplesmente não haver notícias suficientes para preencher o horário do telejornal. Abordarei mais sobre os desdobramentos dessa questão no sexto capítulo desta tese, no qual analisarei etnograficamente os modos como meus interlocutores fazem uso do termo “Política”.

3.2.4 “Carreira outsider”

No que diz respeito à questão da carreira jornalística dos “jornalistas policiais”, procurei analisar as experiências de Bárbara, cuja trajetória profissional foi permeada por momentos no exercício da profissão em que se sentiu “menosprezada” ou mesmo “hostilizada”, tanto por parte da população quanto por seus pares:

Teve uma situação na época da história do Cocó, na construção dos viadutos. Foi uma época muito difícil. E no dia realmente que iam desbloquear, tirar o pessoal de dentro e tal. Eu entrei no meu horário normal e disseram: “Bárbara

vai descer pra lá, porque pode ser que tenha desocupação hoje. Qualquer coisa tu entra ao vivo.”. E eu: “Tá certo!”. Nada fora do normal. Eu já tinha feito algumas coisas lá. Muito difícil trabalhar lá. Eu recebi ameaça pelas redes sociais. Eu recebi muitas, não foram poucas. Fui hostilizada por eles. Não só eu, como muitos colegas. (Bárbara, repórter).

Segundo Bárbara, desde o início de sua carreira como “repórter policial”, ela foi alvo de críticas e discriminações, principalmente no meio jornalístico, por jornalistas de outras editorias. Apesar desse tratamento inicial, Bárbara acreditava que, ao “fazer bem” seu trabalho, conseguiu “provar aos colegas” que a discriminavam que “faz o que eles fazem e consegue fazer melhor”, e, assim, afirmou ter conquistado o “respeito” e o “reconhecimento” de todos na empresa:

Assim, alguns se sentem meio superiores. Diminuem o trabalho da gente. Até mesmo alguns colegas se acham superiores, mas, a partir do momento que você mostra que além do que você faz, você faz o que ele faz e consegue fazer melhor. Isso tudo cai por terra. E foi assim que eu consegui o respeito de todos os meus colegas de trabalho. Aqui dentro da empresa, sabe? E, hoje, graças a deus, o meu trabalho é reconhecido exatamente por isso. (Bárbara, repórter).

O tratamento dirigido à Bárbara na “redação” da emissora onde trabalha não é diferente da forma como outros “jornalistas policiais” ouvidos, que ocupam diversos cargos no ramo, são tratados por seus pares. Registrei vários casos de insultos e constrangimentos sofridos por esses profissionais nos depoimentos sobre suas trajetórias profissionais em emissoras de telecomunicações cearenses, representando, de acordo com eles, episódios recorrentes em seus cotidianos de trabalho. Samir, apresentador de um “telejornal policial” local, ressaltou a existência de um preconceito em relação ao “jornalismo policial” de modo geral, argumentando que tais programas poderiam dar uma maior contribuição se conseguissem dialogar mais com outras esferas da sociedade, como a esfera acadêmica, por exemplo:

Há um preconceito muito grande, viu, quanto ao jornalismo policial. Nós somos vistos como pessoas que não conseguiram uma coisa melhor e foram para o jornalismo policial, tá entendendo? Assim, de conhecimento menor, de qualidade duvidosa. Um trabalho de qualidade duvidosa, entendeu? Isso é muito questionado. Existe um preconceito muito grande. E se a gente conseguisse trazer uma discussão mais acadêmica para dentro desses programas, sem afastar a audiência, vai ser um feito muito grande. (Samir, apresentador).

Todavia, Samir revelou outra faceta do preconceito dirigido aos “jornalistas policiais”, que, segundo ele, é reproduzido inclusive por alguns membros do meio acadêmico. Destarte, o apresentador criticou o posicionamento desses profissionais

e reivindicou maior abertura e diálogo entre a academia e os “programas policiais”, acreditando que, desse modo, ambos poderiam contribuir mais com a sociedade:

Muitos cientistas, eles têm, às vezes, uns preconceitos. Achem que a ciência não deve ser popularizada, porque acham que ela deve ter a própria linguagem e tal, mas o desafio do jornalista científico é exatamente trazer essa questão da ciência numa forma que as pessoas possam entender. Eu acho isso muito bacana. Tem que haver essa aproximação. Os estudos que são feitos nas academias não podem ficar só nos muros universitários, nas muralhas universitárias. Tem que vir pra cá, poxa! Aqui está o sentido da realização desses estudos. É na sociedade. (Samir, apresentador).

Outro elemento interessante presente na fala de Samir é sua compreensão de que segmentos sociais “populares” são incapazes de compreender temas fora de determinados esquemas; tal visão é utilizada por jornalistas em geral como estratégia para atrair um maior número de espectadores, sobretudo, os mais pobres. Entendendo-os como atores sociais “carentes” e “vulneráveis” que “precisam de ajuda”, meus interlocutores representam em suas narrativas noticiosas “os pobres” e seus espaços de convivência, em especial as “favelas” onde residem, como pessoas e espaços associados quase exclusivamente a conceitos e fenômenos como o “crime” e a “violência urbana”, demonstrando uma visão discriminatória e estigmatizante em relação a essas pessoas e lugares. Este elemento¹¹⁸ também é essencial para compreender a maneira como meus interlocutores estruturam suas “pautas” e o *tom* (dramático ou cômico) que conferem aos seus discursos midiáticos.

Em conformidade com os depoimentos anteriormente descritos, o repórter Rafael, considerado pelos demais entrevistados como pertencente à “nova geração” do grupo profissional investigado, assegurou-me que esse preconceito ainda existia e que recebeu tratamento diferenciado nas “redações” em que já trabalhou. De acordo com ele, a “responsabilidade” desse tratamento negativo seria da própria categoria profissional que “insistia” em acionar a terminologia “jornalista policial” para se autoidentificar, quando, na sua concepção, a maioria dos jornalistas que trabalhavam na área policial também atuavam em outras editorias, às vezes, concomitantemente. Em seu depoimento, o repórter Rafael insinuou que tal termo estaria ligado à questão geracional do processo de profissionalização do “jornalismo policial” no Ceará, sendo mais comumente incorporada por “jornalistas mais antigos”:

¹¹⁸ Para mais informações sobre essa dimensão, recomendo a leitura da investigação realizada pela pesquisadora Francislanda Rodrigues da Penha (2012).

A gente sofre muito preconceito dentro da própria categoria. Então, dentro da sua redação, as pessoas ainda te olham de maneira diferente. Na redação! E isso acontece em geral. Na sua redação, você é visto, muitas vezes, de maneira diferente. Embora você, muitas vezes, traga todo o material que vai pautar o jornal do dia seguinte, entendeu? Culpa disso? Nós! Culpa nossa, porque, ao longo do tempo, os colegas se intitularam só policiais e só faziam aquilo e não queriam fazer um texto. Então, isso reflete na categoria. Isso que eu te falei dos colegas se intitularem policiais e não irem fazer uma matéria pro jornalismo convencional. E aí os colegas da mesma categoria foram notando isso e acho que, aos poucos, criou-se esse preconceito de que todo jornalista policial é só aquilo e não é jornalista, né? Eu discordo. Já ouvi colegas da própria redação que não te consideram um profissional de jornalismo, porque você faz policial. Um jornalista policial. É uma coisa diferente, distinta, entende? Repito, culpa dos colegas que, ao longo do tempo, não quiseram exercer a sua profissão como deve ser. Amplamente. (Rafael, repórter).

No entanto, no curso das investigações empíricas realizadas durante o trabalho de campo desenvolvido nesta pesquisa, observei que o fator geracional não constituía um padrão definidor de construção do pertencimento profissional dos meus interlocutores de pesquisa, já que alguns dos jornalistas entrevistados mais idosos adotavam a mesma visão de Rafael, enquanto outros mais jovens reforçavam que a autopercepção da profissão condiz com a imagem de “jornalista policial”.

Por certo, a posição marginalizada ocupada pelos “jornalistas policiais”, no que diz respeito ao meio jornalístico, configura, a meu ver, um fator preponderante para o entendimento da profissão desses atores, que passam por vários meandros até se transformarem em “jornalistas policiais”. Assumir essa posição é considerada por uns como uma atitude “incorreta” e, por outros, como uma opção “aceitável”. Em suma, o que percebi é que a operacionalização desse profissionalismo específico constitui um assunto de intenso conflito interno, dividindo opiniões entre os jornalistas que compõem o grupo profissional estudado e diversas entidades da sociedade civil, não sendo diretamente motivada por fatores geracionais ou de gênero.

Eu vou falar da minha visão aqui local, diante do que a gente tem, infelizmente, de algumas pessoas que estão no jornalismo policial, que não são formadas, que continuam tendo liberdade pra trabalhar de uma forma que deixa uma família numa situação ridícula, constrangedora, que não apura, que não procura saber das coisas direitinho, que faz um trabalho jornalístico totalmente diferente. Isso termina prejudicando a imagem do jornalista que tenta fazer ou que faz o jornalismo de forma profissional. O jornalista que cobre a área policial. O jornalismo policial, até um certo tempo, ele era mais respeitado pela sociedade. Ele era respeitado pela Polícia. Ele era respeitado até pelos vagabundos, né? Por quem pratica um ato. Foram essas pessoas que ridicularizam uma determinada situação, que humilham uma pessoa, sabe? Que faz pra ter audiência. Que pega um chicote e sai chicoteando tudo, quebra o estúdio, senta no chão. Então assim, mancha, mancha totalmente a imagem de quem realmente faz o trabalho bonitinho, o verdadeiro jornalista, porque, às vezes, as pessoas não sabem diferenciar. A

sociedade, às vezes, não diferencia. “Programa policial? Não, programa policial é uma coisa só.”. (Thiago, diretor).

No intuito de justificar o desprestígio vivenciado por ele e seus colegas de profissão, Thiago sugeriu em seu depoimento que a “imagem dos jornalistas policiais” era muito prejudicada por determinados profissionais que atuavam na área e não desempenhavam seu trabalho de modo adequado e, por consequência, acabavam “manchando a imagem” da categoria como um todo. É interessante notar como Thiago não se coloca como responsável pela *rotulagem desviante* que acomete os “jornalistas policiais” no meio jornalístico em geral, classificando apenas uma parcela desse grupo como “o outro” que transgrede as regras criadas e impostas pela categoria jornalística mais abrangente, tornando-a “o mais outsider entre os outsiders” (BECKER, 2008). Outro dado etnográfico relevante é que nenhum dos meus interlocutores se autoidentificou como esse “outro” que “prejudica a imagem dos jornalistas policiais”, remetendo à análise realizada por Becker (2008, p. 15) em sua obra *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*, de que uma pessoa rotulada como *outsider* pode não concordar com “seus juízes” acerca das situações entendidas como infrações às regras.

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider. Mas a pessoa assim rotulada pode ter uma opinião diferente sobre a questão. Pode não aceitar a regra pela qual está sendo julgada e pode não encarar aqueles que a julgam competentes ou legitimamente autorizados a fazê-lo. (BECKER, 2008, p. 15).

No caso do interlocutor Thiago, o sentimento de “descontentamento” e de “indignação” por ser frequentemente discriminado nas redações por transgressões que ele considerava não cometer, fez com que ele criasse distinções internas no “telejornalismo policial” cearense, ao classificar certos “jornalistas policiais” como aqueles que desobedecem aos códigos éticos e morais da profissão e que, com isso, “mancham a imagem” de todo o grupo. O interlocutor também apontou que, antigamente, os “jornalistas policiais” eram tratados “com mais respeito” pela sociedade, pela “Polícia” e até mesmo pelos “vagabundos”.

Eu já vi família indignada, porque o repórter da outra emissora chegou e quis forçar a barra e não respeitou. Como já teve local de crime que eu cheguei

que tava a família lá, que o repórter da outra emissora forçou e a família botou pra fora e chegou e soube conversar comigo. “Olha, tudo bem? Eu sei do seu trabalho e tudo, mas o repórter tal da emissora tal veio aqui. A gente não gostou. Só queria que você respeitasse e tudo. Eu tô falando assim porque eu sei que você é do programa Orquídea, então a gente respeita vocês e tal.”. Aí eu disse: “Não, tranquilo. Eu vou fazer a minha matéria afastado ali com a Polícia. Não vou mostrar nada aqui. Até porque o Orquídea não mostra corpo. A gente distorce a imagem.”. E assim foi feito no dia. Então assim, antigamente, a sociedade tinha um respeito maior pelo jornalismo policial. (Thiago, diretor).

Atualmente, a relação entre os profissionais do “telejornalismo policial” cearense, as “fontes policiais” e o “público” tem se complexificado cada vez mais, trazendo consigo mudanças consideradas, muitas vezes, negativas pela maioria dos meus interlocutores que atuam nesse segmento jornalístico. Em seus depoimentos, identifiquei vários casos em que eles alegaram ter sido agredidos verbalmente por “populares” e, às vezes, por agentes da própria “Polícia”¹¹⁹, além de outras situações em que alguns dos jornalistas examinados expressaram ter sido elogiados pelo “público” pelo modo como conduziam suas “matérias”, isto é, por seu discurso performático, recebendo inclusive reconhecimento diferenciado devido aos programas dos quais participam. Tratarei sobre essa dimensão nos capítulos quatro e cinco desta tese.

3.2.5 A questão salarial

Outra característica do trabalho no “telejornalismo policial” é a questão salarial que varia significativamente de um cargo para o outro, de uma emissora para outra e de um funcionário para o outro. Muitos dos interlocutores se queixaram dos baixos salários que recebiam e da desvalorização econômica nas empresas telecomunicacionais em que atuavam profissionalmente. A produtora de “telejornais policiais” cearenses Jamile descreveu as razões que a fizeram se demitir de uma emissora local, mesmo sem ter outra proposta de emprego em vista, retratando os diversos constrangimentos que sofreu ao longo de tal experiência profissional:

Pedi pra sair. Essa questão de estrutura que eu lhe falei, ela pesou muito, porque eu tinha que dar conta de várias funções, de vários quadros do programa e não tinha condições psicológicas, nem físicas pra isso, entendeu? Foi juntando, uma demanda muito grande. Aí você começa a pensar: “Vale a pena eu ficar passando por isso?”. Até que ponto o salário

¹¹⁹ Destaque para a experiência vivenciada pelo interlocutor Samuel, a qual procurei descrever com mais detalhes no tópico sobre a relação entre jornalistas e policiais no quinto capítulo deste trabalho.

compensa? Aí achei melhor sair, mesmo não tendo outra proposta. (Jamile, produtora).

Ainda a respeito da questão salarial, a repórter Marina pontuou que, nas palestras que realizava em faculdades cearenses, sempre alertava os estudantes de jornalismo que aqueles que desejavam “seguir carreira jornalística”, sobretudo, na área policial, deveriam estar cientes da grande precarização salarial enfrentada pela categoria na região:

Quando a gente vai para as palestras, eu digo: “Quem é que tá aqui fazendo Jornalismo achando que vai ficar rico e famoso?”. Quem levantar o dedo, eu digo: “Desiste, porque não é assim.”. Primeiro que jornalista não é artista. Nós somos formadores de opinião. Nós somos contadores de histórias. E, se você não amar, você não aguenta. Principalmente, na área policial. (Marina, repórter).

Em sua fala também fica evidente a tentativa de Marina em desconstruir um pouco a ideia de que a “fama” é uma consequência lógica do exercício da atividade telejornalística. “Aparecer na TV” apareceu na fala da maioria dos entrevistados como uma das principais motivações dos profissionais de jornalismo para “seguir carreira” na área policial, afirmando que tal motivação não seria suficiente para que uma pessoa se mantivesse na profissão por muito tempo, construindo uma “carreira de sucesso”, já que é uma atividade que requer outras competências e habilidades, tais como “coragem”, “jogo de cintura”, além de envolver vários “riscos” e “perigos”, que, geralmente, desestimulam profissionais que desejam “seguir carreira no policial”.

Acerca da procura por esse campo de atuação profissional, a jovem produtora Clarice de 25 anos de idade pontuou que, em sua opinião, apesar de ter ocorrido certo aumento, muitos jovens jornalistas acabavam sendo atraídos a trabalhar na área apenas pelo sonho de um dia “aparecer na TV”. Na época, Clarice estava se formando em Jornalismo por uma faculdade privada no Ceará. Tomando como base suas experiências profissionais como produtora de “telejornais policiais” no Ceará, Clarice concluiu que isso acontecia, muitas vezes, devido à certa “imaturidade profissional” ou ao imaginário construído socialmente sobre a profissão de que reportar ou apresentar programas desse gênero tornaria os “jornalistas policiais” automaticamente “famosos” e “ricos”, quando, na verdade, eram poucos os que usufruíam da visibilidade midiática possibilitada por esses programas para benefício pessoal, alcançando assim melhores salários. Pelo contrário, segundo

Clarice, a maioria dos “jornalistas policiais” sofrem com a precarização do trabalho, que se reflete nos baixos salários e na desvalorização da categoria profissional:

As pessoas estão se encantando mais. Algumas pessoas, infelizmente, que saem da faculdade quentinho, novos. Meninos novos, meninas novas, que buscam isso. É no encantamento, deslumbrando a TV, por aparecer. Existe muito isso. De aparecer na TV. Eu não vou dizer que é 100%, mas digamos que 15% seja isso. Tô dando um exemplo. Tô me baseando numa porcentagem que nem pode existir. Uma coisa minha. (Clarice, produtora).

Na visão da interlocutora Clarice, a motivação dos “jornalistas policiais” não deveria ser a “fama”, mas “o compromisso” que eles têm “com o povo”, declarando que a profissão requer “muita maturidade” do profissional que precisa “saber lidar com situações sociais complexas” e com “momentos de crise”.

3.2.6 “O cansaço é emocional, não é físico”

A dimensão psicológica e emocional referente à profissão de “jornalista policial” foi frequentemente mencionada por meus interlocutores de pesquisa, como a editora Raquel de 38 anos de idade, formada em Jornalismo por uma faculdade particular cearense, que ressaltou esse aspecto do ofício da seguinte maneira:

Olha, o cansaço é emocional, não é físico, porque o físico, a gente chega em casa, toma um banho, a gente vê o filho, você ganha alma nova e você vai fazer as coisas de casa que, pra mim, também é uma terapia e passa. Mas o psicológico é o que mais maltrata, porque você se sente impotente. (Raquel, editora).

O “repórter policial” Rafael corroborou com o pensamento da interlocutora Raquel, salientando que executar tal atividade cotidianamente o deixava “bastante carregado” no início da carreira, mas que, com o tempo, ele passou a “fazer uma filtragem” das possíveis adversidades experienciadas durante o exercício da profissão para que elas não o afetassem tanto:

No começo, você chega bem carregado. No início, você fica bem impactado, porque não era acostumado, mas, ao longo do tempo, você se adapta. Não ficando frio, isso não, porque, se você ficar frio, você não vai fazer um bom trabalho, na minha opinião. Mas você começa a filtrar, fazer uma filtragem daquilo que pode ou não mexer com você. Acho que realmente é o tempo que vai te calejando, mas comigo não me deixou frio e é um grande medo que eu tenho, porque, se eu fico frio, eu vou perder a sensibilidade e isso vai atrapalhar no meu texto, vai atrapalhando o meu reportar aquela realidade. Eu tenho muito medo disso. Já tá mais tranquilo. Assim, eu já consigo filtrar mais, mas tem coisas que realmente mexem muito. E aí, quando você entra numa área dessa, tua família também entra, porque eles se preocupam com

a realidade da cidade, com você. É uma temática que tá no dia a dia do diálogo ali da casa, da vizinhança. Quando eu entrei, assim, a comunidade que eu moro também começou a atentar pro tema, porque me observava. Então, eles me recebem com orgulho, porque é uma pessoa que também tá ali trazendo uma realidade da cidade. Tem medo. Repercute na parte do medo também, por conta da temática. E aí me perguntam muito como é que eu lido com essa questão das cenas fortes, dos temas fortes, dos personagens fortes, mas é isso. É, ao longo do tempo, você vai filtrando e vai. (Rafael, repórter).

Quando questionado se a emissora em que trabalhava fornecia acompanhamento psicológico aos profissionais da área, Rafael elucidou: “Não temos. Eu acho que seria extremamente interessante pra área.”. Ao mesmo tempo, Rafael assegurou que a postura de “filtragem” adotada por ele não o “deixou frio”, fato considerado por ele, como o “grande risco” da profissão, no sentido de que, para ele, todo jornalista necessita “ter sensibilidade” para conseguir “reportar uma realidade”. Ele também expressou se sentir “feliz” e “orgulhoso” de poder atuar profissionalmente como “repórter policial” em um programa local:

Então, eu acho que essa maneira da gente reportar, no plano-sequência, naquele improvisado. Eu acho que permite a gente trazer à sociedade uma visão de cidade que, muitas vezes, o poder público não quer mostrar, né? Então é muito importante. Eu me sinto muito feliz em participar disso nesse ponto também, sabe? Você trazer uma mudança na realidade das pessoas através de uma denúncia que você faz, né? Que ninguém talvez quisesse olhar para aquilo ali, mas o fato de você fazer e ouvir as pessoas e mostrar aqueles depoimentos na TV e, horas depois, aquele problema estar solucionado ou, pelo menos, sanar um pouco daquele sofrimento, é muito gratificante. É gratificante como pessoa, como profissional, sabe? Quando você consegue ajudar a mudar positivamente a vida das pessoas, isso te faz ter orgulho da profissão mesmo. Isso ocorre, graças a Deus, ocorre muito. Sempre, sempre! A gente conseguir dar um retorno positivo na vida das pessoas é muito bacana. (Rafael, repórter).

Em resumo, procurei analisar neste capítulo os componentes relativos aos pertencimentos, memórias e autopercepções profissionais presentes nos depoimentos dos meus interlocutores de pesquisa coletados nas entrevistas compreensivas e nas observações de campo, ressaltando a heterogeneidade de suas formações e condições de trabalho, bem como de seus estilos de vida, valores morais e éticos construídos por eles no decorrer de suas carreiras.

No próximo capítulo, analisarei os cargos, as motivações e os pertencimentos revelados por meus interlocutores em nossas conversas, apresentando com mais detalhes os processos biográfico e relacional¹²⁰ da

¹²⁰ Cf. DUBAR, 2005, p. 133.

construção dos pertencimentos profissionais que conferem às suas carreiras no “telejornalismo policial”, expressos nas memórias que possuem sobre suas trajetórias profissionais e nos distintos modos de envolvimento que estabelecem com as redes de relações inter e intraprofissionais no sentido de tecidos, malhas¹²¹ do universo jornalístico estudado, compostos por pessoas oriundas dos mais diversos segmentos sociais, tais como policiais, empresários, partidos políticos, grupos religiosos.

¹²¹ Cf. INGOLD, 2012.

4 “SEGUIR CARREIRA NO POLICIAL”: MOTIVAÇÕES, PERTENCIMENTOS E TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS

Neste capítulo, abordei os diversos pertencimentos sociais que atravessam meus interlocutores de pesquisa e as dinâmicas relacionais presentes no fazer jornalístico policial cearense através das memórias sobre suas trajetórias profissionais, evidenciando elementos sobre a autopercepção deles na condição de uma categoria profissional “diferenciada”, considerada por alguns como uma “carreira desviante”, e sobre as relações que eles estabelecem entre si, com outros profissionais e com os demais atores envolvidos na produção do “telejornalismo policial” na cidade de Fortaleza e em sua Região Metropolitana, procurando especificar as práticas e os papéis que são atribuídos aos diferentes cargos existentes na referida área.

Sobre a noção de trajetórias profissionais, Dubar (1998) esclareceu que tal categoria se pauta nos processos biográficos individuais, que dizem respeito às diferentes formas utilizadas pelos atores sociais para contar suas próprias trajetórias (inclusive a profissional) através de uma “história” que (re)constrói subjetivamente a “definição de si”. Diferentemente da abordagem adotada pelos pesquisadores Rifiotis *et al.* (1997) e Lima *et al.* (2017), que delimitaram suas pesquisas à análise da figura do “repórter policial” e de suas práticas profissionais, procurei descrever e compreender neste capítulo como as trajetórias e práticas profissionais de outros jornalistas envolvidos na produção dos “programas policiais”, tais como apresentadores(as), produtores(as), editores(as) e diretores(as), contribuem para o fazer jornalístico policial na televisão cearense.

Para o pesquisador Leonardo Damasceno de Sá (2002, p. 13), a noção de carreira profissional possui vários sentidos, ao destacar dois deles: um popular, que se apresenta como “sinônimo de ocupação ou profissão”; e outro de ordem técnica, que “pode designar ‘a série de ajustamentos por que passa o indivíduo para adaptar-se às instituições, às organizações formais e às relações sociais informais em que sua ocupação o envolve’...”; ao atestar que, em ambos os sentidos, “seguir uma carreira profissional pode ser uma maneira importante de prover significado a vida em nossa sociedade.”. Pesquisando aspectos da formação dos oficiais da Polícia Militar no Ceará, o autor afirmou que “ser parte do universo social de uma corporação profissional acaba por oferecer uma fonte mais ou menos duradoura de valor e *status*

social, satisfazendo assim o desejo socialmente agenciado, do indivíduo e seus pares, de perseguir uma vida significativa.”.

John B. Thompson (1998, p. 21) assegurou que “a vida social é feita por indivíduos que perseguem fins e objetivos os mais variados. Assim fazendo, eles sempre agem dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas que proporcionam a diferentes indivíduos diferentes inclinações e oportunidades.”. Tal dimensão também é discutida por Evetts (2018, p. 53), para quem os desafios de um profissionalismo específico podem criar oportunidades diferenciadas para os membros de um determinado grupo ocupacional.

Tomando os pensamentos de Sá, Thompson e Evetts como base, percebi que o universo dos “jornalistas policiais” cearense é constituído por diversos atores que possuem variados objetivos, motivações, oportunidades e expectativas profissionais. Alguns se identificaram com a referida profissão porque gostavam da temática, outros porque sonhavam em um dia “aparecer na TV”, outros porque tinham como principal propósito uma “missão espiritual” ou “compromisso pessoal” para “contribuir com o combate à criminalidade e à violência”, outros porque almejavam “estabilidade profissional”, outros porque desejavam “seguir carreira política”, dentre outras motivações pessoais.

4.1 Narração, “aparência” e mediação: o caso dos apresentadores-animadores¹²²

A multiplicidade de motivações pessoais e de aspirações profissionais permeia todas as memórias das trajetórias acessadas nesta pesquisa e, no caso dos apresentadores entrevistados, a situação não é diferente. A trajetória profissional da apresentadora Lisbela no “telejornalismo policial” cearense foi marcada pelo forte interesse da profissional em trabalhar no ramo. Segundo ela, o fascínio que nutria, desde a infância, pelos “assuntos de Polícia” e por “ver corpos abertos” sempre esteve presente em sua vida, sendo este marcado por seus diferentes pertencimentos (neta e prima de policiais, filha de um admirador de “programas policiais”), ao constituir “herança familiar” transmitida através das gerações, em primeiro lugar, por seu avô, que havia atuado como delegado de polícia na capital cearense, em seguida, por seu

¹²² Cf. MARTÍN-BARBERO, 1997.

pai, que, de acordo com ela, adorava programas desse gênero, e, por último, por seu primo, que trabalha atualmente como policial civil em Fortaleza:

Sempre gostei da área policial, porque lá em casa eu cresci assistindo programas policiais. Meu pai, professor de história, advogado da vara de família, mas nasceu e se criou assistindo programas policiais. Então, eu cresci nessa cultura. Ao meio dia, lá em casa, nós só tínhamos um aparelho de TV e ninguém mexesse na televisão. Quem mexesse apanhava. Eu tive um avô, pai do meu pai, foi delegado, foi superintendente da Polícia Civil. Eu tenho um primo que é policial civil. Então, eu acho que tá na família, tá no sangue também. Eu não caí de paraquedas. Eu acredito muito nessa história da árvore genealógica. Eu acho que você nasce predisposto a alguma coisa, em alguma profissão e eu sempre gostei dessa área policial. Quando eu estudava, tinha um trabalho que era pra fazer e eu ia para o IML, porque eu queria ver corpos abertos. Eu sempre fui meio doida assim. Eu gostava dessas coisas. Dez anos, onze anos, eu sempre gostei, porque eu cresci assistindo os programas policiais e eu acho que já tava na minha predisposição em seguir talvez por esse lado. (Lisbela, apresentadora).

É interessante perceber como o desejo, em certo sentido, mórbido de “querer ver corpos abertos” mencionado por Lisbela foi construído a partir de suas interações familiares, tais como o hábito de assistir “telejornais policiais” com o pai, que culminou na construção de uma relação afetiva com a área, servindo para definir sua escolha profissional ao ganhar significado pessoal para a interlocutora, enlaçando-se a suas memórias familiares e afetivas. Assim, o fato de “estar no sangue” fez com que Lisbela não pensasse duas vezes antes de aceitar a oportunidade de atuar como apresentadora de um “programa policial” local, enfrentando diversas “provações” para conseguir “dar conta” do cargo. A dinâmica de trabalho da interlocutora consistia em uma jornada de oito horas, na qual apresentava “ao vivo” o programa que tinha duração de uma hora e meia geralmente no período da noite. Nas demais horas, Lisbela desempenhava outras funções na empresa, tais como de editoria e de reportagem.

Além de Lisbela, as demais “jornalistas policiais” entrevistadas destacaram que enfrentaram muitas dificuldades em suas experiências profissionais no ramo, devido ao “mundo do jornalismo policial ser muito masculinizado” (Lisbela, apresentadora). Segundo elas, a dificuldade estava presente na própria relação com o “público”, visto que o “povo” cearense em geral está “muito acostumado a assistir programas policiais”, cujos apresentadores são homens.

Sobre a questão de gênero no “telejornalismo policial”, Lisbela acrescentou que “existe um machismo muito grande de achar que o homem é que tem postura, que o homem é que passa credibilidade”, revelando que, por diversas vezes, na

condição de mulher, ela teve que adotar comportamentos “culturalmente considerados como masculinos” para “garantir a mesma audiência ou mesmo superar” os índices de audiência alcançados por seus colegas de profissão que desempenhavam o mesmo cargo (Lisbela, apresentadora).

Essa dimensão foi inclusive reforçada por outros jornalistas que trabalham em outros cargos, como produtores, diretores dos programas e diretores de jornalismo das empresas de telecomunicações investigadas, cuja principal preocupação era com a “postura profissional” das apresentadoras de “telejornais policiais”. Algumas das jornalistas entrevistadas afirmaram que se sentiram pressionadas por suas chefias a assumir uma “postura mais grosseira”, de “gritar e se colocar mais” para “sustentar a audiência” e, quando não alcançaram os índices de audiência esperados, foram substituídas por jornalistas homens ou seus programas foram cancelados, tais como apontou a apresentadora Lisbela nesta passagem:

Teve um período que eu me ausentei do programa Dália por decisões da direção. E eu digo: “Ai meu deus, como é que vai ser agora?”. Mas eu tive um retorno além do que eu esperava. Eu disse: “Meu deus, pronto! Meu *Instagram* vai morrer!”. Eu ganhei mais seguidores do que quando eu estava apresentando. Voltei, graças a deus! (Lisbela, apresentadora).

A relação de assimetria entre gêneros evidenciada pela interlocutora Lisbela no contexto da profissão de “jornalista policial” no Ceará retrata dimensões que podem ajudar a compreender a inserção dessas jornalistas em uma carreira com menor participação feminina em cargos de maior destaque e as consequências que ascensões e conquistas profissionais alcançadas ou não por mulheres nesta área jornalística podem ter sobre os contextos profissional e doméstico dessas mulheres. Segundo as pesquisadoras Sarah Patricia Omena e Ana Elizabeth Alves (2018, p. 21770):

Os estereótipos de gênero projetam tipos ideais do ser homem e ser mulher, designando e limitando espaços de atuação social para ambos. Historicamente às mulheres coube o espaço privado, as atividades domésticas e de cuidado, em oposição aos homens que ocuparam os espaços públicos, exercendo atividades de liderança e controle. Logo, a desigualdade de gênero diz respeito à desigualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades, ensejando uma violência permeada por práticas morais e sexuais.

Em seu artigo sobre as intersecções entre a carreira profissional e a esfera familiar presentes na vida de operadoras e operadores do Direito que atuavam tanto no setor privado quanto no público no Estado de São Paulo, a pesquisadora Maria

Gloria Bonelli (2016, p. 252) apresentou da seguinte forma os objetivos de sua pesquisa:

Scott (1990) tratou o gênero como categoria analítica e desconstruiu a concepção biologizada, abordando como a diferença sexual é socialmente construída. A segregação no mercado de trabalho é, para a autora, parte do processo de construção binária do gênero e das relações de poder que engendram. Sendo assim, gênero não é característica essencial, fixa e imutável do ser, mas diferenças anatômicas que foram essencializadas em contextos históricos e culturais específicos. Partindo dessa concepção de gênero que não se prende à reificação das diferenças, este artigo analisa as lutas simbólicas que deslocam fronteiras e interseccionam profissão e família, distinguindo-se das vertentes que focaram o trabalho especializado como esfera à parte em consonância com os valores do profissionalismo.

Para pensar a situação apresentada por Lisbela, recorri ainda às categorias goffmanianas de “região de fachada” e “região de bastidor”, por acreditar que seja possível inferir que, no universo empírico estudado, as jornalistas mulheres ocupavam menos cargos de fachada (apresentadoras e repórteres) do que os jornalistas homens, o que se torna evidente, inclusive, na própria amostragem que apresentei nesta investigação, a qual demonstra que a maioria das entrevistadas desempenhava funções relativas aos bastidores dos programas, isto é, atuavam mais em cargos de produtoras ou editoras do que de apresentadoras, repórteres e/ou diretoras.

Sobre o papel das apresentadoras de “programas policiais” no Ceará, por exemplo, Lisbela apontou a “sensibilidade” como a principal contribuição que as mulheres conferem ao “telejornalismo policial”¹²³, acionando-a ao comentar “temáticas difíceis”, que, segundo ela, exigem um “tratamento especial” da parte de todos os apresentadores, inclusive dos homens:

Até por eu ser mulher, eu acho que a mulher ela tem uma função muito importante no programa policial, no tocante a mudar essa roupagem pesada, essa coisa grosseira, sabe? Dura. Acho que a mulher tem esse papel também de trazer a sensibilidade. Até nos próprios comentários, entendeu? Eu já tive uma época que eu fui muito gasguita, que eu gritava demais. E, assim, graças a deus, eu falo, mas eu acho a minha voz insuportável. No vídeo, eu não gosto de me ouvir. Eu não gosto de me ouvir. É um fato. Ai mulher, é horrível. Aquela voz fininha que parece que vai furar o seu tímpano. Mas, a sensibilidade, eu acho que a gente não pode perder. O homem também, mas eu acho que, a mulher, ela tem essa responsabilidade maior de trazer a sensibilidade. (Lisbela, apresentadora).

É interessante observar como ao mesmo tempo em que a interlocutora reforçou o peso das construções de gênero e suas assimetrias no campo profissional

¹²³ Sobre uma análise mais aprofundada sobre essa questão, consultar o trabalho desenvolvido pela pesquisadora Marina Aparecida Sequinel (2014).

estudado, que é responsável pela subalternização das profissionais mulheres, às quais não ocupam comumente cargos de maior poder na hierarquia interna dos programas, ela também advogou o sentido da diferença ao fazer referência a constructos socialmente relacionados ao feminino, tais como o atributo da “sensibilidade”.

Já para o apresentador Phelipe, que trabalhava em um regime de trabalho mais flexível de aproximadamente quatro horas por dia, de oito da manhã às duas da tarde, na emissora televisiva onde atuava, a motivação para atuar no “telejornalismo policial” partiu de uma experiência pessoal religiosa, baseada numa “profecia” feita por uma “amiga espírita” que dizia que ele seria convidado a trabalhar como apresentador em um “programa policial” e que ele era o escolhido para uma “missão”:

Uma pessoa me disse que eu ia fazer televisão. Eu já tinha trabalhado na televisão, não como apresentador, mas eu disse: “Não, não me interessa trabalhar como apresentador não.”. E ela disse: “Você vai! Vai fazer!”. Ela não era daqui. Ela telefonou e disse: “Prepare-se que você vai fazer. Você vai receber convite.”. A pessoa que me disse: “Olha, vai acontecer. O mundo vai passar por uma grande crise de insegurança. A violência vai aumentar.”. Isso há 19, 20 anos atrás. “E vai precisar de alguém que, ao invés de dizer: ‘Ah, deve pegar, escorraça, mata, prende e tal’. Vai precisar de alguém que seja comedido no seu linguajar jornalístico.”. Eu disse: “E eu sei disso?”. E ela: “Você tem o perfil!”. (Phelipe, apresentador).

Tal episódio ficou marcado na memória de Phelipe, provocando grande alvoroço em sua vida, já que nunca havia cogitado trabalhar na área. Segundo ele, a decisão de trabalhar em um telejornal do gênero policial “foi algo pessoal, não foi algo monetário”, afirmando que não gostava de tal editoria e que, particularmente, “tinha restrições ao trabalho do jornalismo policial”. Após receber o convite de uma emissora local e rejeitá-lo por volta de cinco meses, Phelipe ponderou bastante sobre a oferta e resolveu “dar uma chance” ao “telejornalismo policial”, e, para sua surpresa, sua opinião sobre o referido gênero jornalístico acabou mudando radicalmente: “Aí eu resisti, resisti. Não queria fazer. Aí vim. ‘Não, eu só não quero fazer o programa Acácia.’”, eu disse. Aí ele disse: ‘Por que?’. Eu respondi: ‘Porque eu não gosto de policial.’. Mas aí as coisas mudaram. Eu vou escrever um livro contando esse capítulo.” (Phelipe, apresentador).

Phelipe salientou que sofreu bastante nos primeiros meses de sua carreira profissional no ramo policial, por se tratar, segundo ele, de “uma outra linha jornalística”, totalmente diferente da qual ele estava acostumado a trabalhar. Com o

passar do tempo, ele afirmou que conseguiu ressignificar “toda a experiência” e hoje o considera como seu “compromisso pessoal”:

Muito duro. Mas, aos poucos, eu fui vivenciando que é um compromisso agora meu de através de, nas entrelinhas das matérias, nas entrematérias, eu poder tirar um pouco do conhecimento que eu aprendi em termos de conhecimento humanístico, que eu procuro aprender, para expressar isso. (Phelipe, apresentador).

A conexão com moralidades religiosas na nossa sociedade revela a importância social e política conferida à religião, em especial às religiões de base cristã, ocupando um lugar de destaque na construção do real, o que acaba incidindo de modo contumaz sobre as práticas e os discursos desenvolvidos nos mais diversos segmentos da sociedade (econômico, midiático, político¹²⁴ etc.). Fenômeno semelhante ocorre no fazer jornalístico policial da televisão cearense. Observei que tal conexão com valores religiosos, especialmente por parte dos apresentadores, aparecia comumente nos depoimentos dos “jornalistas policiais” examinados, sendo evidenciada por eles em seus discursos tanto nas entrevistas compreensivas e nas observações de campo quanto em suas “narrativas policiais” transmitidas diariamente nos programas. Quando questionado se a abordagem desse “conhecimento humanístico” seria de orientação religiosa, Phelipe respondeu:

Não é propriamente da doutrina, mas o conhecimento que a gente tem da vida. De que não é uma religião que salva, é uma orientação a partir do encaminhamento. Evangélico, católico, eu absorvo todos. Não faço nem questão de revelar que sou da doutrina tal, porque não considero que nenhuma religião salva. O papel importante de consciência cidadã e ética de alguém é poder transformar a própria sociedade. Se você transforma uma sociedade, é possível que você se transforme. Eu tenho a impressão de que eu consegui, e eu já vi exemplos, tocar a alma de alguém que está equivocada, tomando atitudes equivocadas no meio social. Pra mim, a grandeza do Jornalismo já serviu. Nós damos palestras em colégio e o que eu mais vejo são comentários em alusão ao tom policialesco do gênero: “Esse cabra ruim deve morrer, esse elemento.”. Essas coisas... São atitudes equivocadas que eu evito. Muitas vezes, companheiros que fazem esse tipo de programa introjetam a linguagem policial e esquecem a linguagem jornalística e até mesmo o respeito humano. (Phelipe, apresentador).

A crítica de Phelipe à postura adotada por alguns colegas de profissão que, de acordo com ele, acabam assimilando a “linguagem policial”, isto é, os quadros de referência¹²⁵ constituídos por policiais, evocando-a nos comentários sobre os casos

¹²⁴ O artigo do pesquisador Fabrício Roberto Costa Oliveira (2011) constitui um exemplo dessa dimensão na esfera política.

¹²⁵ Cf. GOFFMAN, 2012.

noticiados. Compete-me destacar que tais comentários são considerados tanto por Phelipe quanto pelos demais apresentadores ouvidos como condição para que um profissional que deseja “seguir carreira no policial” possa alcançar “sucesso profissional” na área. Para isso, segundo eles, é preciso “possuir uma voz” e “um estilo” (dramático, cômico ou um misto de ambos) que chamem a atenção do “público”, conquistando sua “confiança” (GIDDENS, 1991). Aqui a construção de “confiança” na relação o “público” passa, sobretudo, por uma série de atributos técnicos biológicos, tais como “ter uma boa voz”, “uma boa aparência” etc.

Desse modo, os apresentadores utilizavam vários recursos discursivos combinados (verbal, visual, sonoro etc.) no intuito de exporem suas opiniões sobre os mais diversos assuntos abordados nas reportagens. Assim, além de recorrerem ao discurso verbal através de uma linguagem coloquial, mais acessível à ampla audiência, os apresentadores precisavam ser capazes de submeter os telespectadores ao apelo visual e sonoro das imagens mostradas nas reportagens, dos anúncios publicitários e de sua própria pessoa.

É comum, ao final de cada reportagem e no encerramento dos programas, apresentadoras e apresentadores tecerem comentários acerca dos casos noticiados durante as edições dos telejornais e, no final de cada edição, opinar sobre algum aspecto da conjuntura social atual. Esse aspecto mais opinativo que informativo da atuação desses profissionais evoca a função de mediação que eles assumem na relação com os telespectadores. A categoria de trajetória proposta por Gilberto Velho (2001, p. 20) dá ênfase à função de mediação entre “mundos socioculturais” distintos, sendo constantemente suscitada por indivíduos que vivem “na sociedade moderno-contemporânea”, cujas experiências sociais são muito diversificadas, “na medida em que se deslocam e têm contato com universos sociológicos, estilos de vida e modos de percepção da realidade distintos e mesmo contrastantes”.

A função de mediador também configura um elemento característico do formato estético-narrativo dos “noticiários policiais”: a tentativa de estabelecer uma relação de proximidade com o “público”, ao traduzir as experiências sociais de diversos atores envolvidos nas “matérias jornalísticas” para uma audiência mais abrangente. De acordo com Jesús Martín-Barbero (1997, p. 294), na tentativa de atrair a audiência dos setores populares da sociedade brasileira, a televisão necessitava de intermediários que facilitassem “o trânsito entre a realidade” do cotidiano e da rotina, e “o mundo da ficção e do espetáculo”. Para isso, “a televisão recorre a dois

intermediários fundamentais: um personagem retirado do espetáculo popular, o animador ou apresentador, e um certo tom que fornece o clima exigido, coloquial.” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 294, grifo do autor).

Assim, o *apresentador-animador* aparece na televisão, nos jornais e em programas de entretenimento, como “um interlocutor”, que “mais do que um transmissor de informações”, é “aquele que interpela a família convertendo-a em seu interlocutor.” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 294, grifo do autor). No caso da categoria profissional investigada, temos a presença de *apresentadores-animadores*, cujos diálogo direto e informal com o “público”; emissão de opiniões sobre as notícias; discursos e gestos corporais com uma entonação dramática e/ou cômica; enquadramento da imagem; formato sensacionalista; busca pelo espetacular; dentre outras características constituem a arquitetura primária dos “telejornais policiais” cearenses observados. Conforme explicitou o interlocutor David, jornalista de 36 anos de idade, com experiência profissional em “programas policiais” cearenses na condição de apresentador, formado em Jornalismo em uma faculdade privada cearense:

Porque você tá no estúdio e, assim, a impressão que eu tenho é... Impressão não, que é isso. É como você tá na casa do telespectador, no trabalho dele, mas, por você estar num ambiente fechado e as pessoas terem a ideia que você é o âncora e você tem mais liberdade de opinar, porque o repórter não tem que dar opinião. O âncora, ele pode opinar sobre o assunto, então isso te aproxima mais, entendeu? (David, apresentador).

Sobre sua motivação para atuar no “telejornalismo policial”, o interlocutor Samir relatou que, ao cobrir as folgas e férias de um outro apresentador, teve a oportunidade de investir em sua carreira na área, afirmando que:

A minha apresentação começou a chamar a atenção, para minha surpresa, porque o programa se tornava muito *light* comigo, porque eu não tinha aquele sensacionalismo de repórter ou apresentador policial. Outra coisa que não sabia também fazer eram comentários. Eu não sabia fazer comentários, falar de improviso na televisão. Eu não sabia. E começou a agradar pessoas. O meu trabalho foi crescendo, minha experiência foi aumentando. Para minha surpresa e da própria televisão, a audiência do programa não somente se manteve, mas teve leves picos de aumento. Foi uma surpresa para mim, porque eu nunca trabalhei nessa área nem nunca me identifiquei com o jornalismo policial. (Samir, apresentador).

Seu depoimento evidencia a recente tendência que alguns “telejornais policiais” vem seguindo nas últimas décadas, ao buscarem usar nas “notícias policiais” discursos performáticos menos “policialescos” e “sensacionalistas”, características

historicamente associadas a esse gênero televisual. Tal tendência foi evidenciada pelas pesquisas desenvolvidas por Ramos e Paiva (2007, p. 15-17), que analisaram variados aspectos do fazer jornalístico de uma grande quantidade de jornais impressos e de telejornais brasileiros:

[...] apesar dos problemas, a imprensa tem modificado, para melhor, o tratamento que dá aos temas associados à violência, à criminalidade e à segurança pública. [...] A primeira mudança que chama a atenção dos que analisam a cobertura da violência e criminalidade é a diminuição do uso, pela maioria dos jornais e mesmo das emissoras de TV, de recursos sensacionalistas e noções apelativas. Os principais jornais deixaram de usar fotos explícitas, e mesmo os mais populares evitam recomendar que a polícia elimine criminosos ou desrespeite diretos para combater o crime.

No entanto, embora buscasse oferecer uma abordagem “mais *light*”¹²⁶ ao programa no qual trabalhava, isto é, não assumisse uma “postura sensacionalista” na apresentação, Samir relatou que tinha dificuldade para implementar as mudanças que gostaria de realizar no programa, buscando orientação com uma professora acadêmica, especialista na temática, que se dispôs a dialogar com ele:

Eu tento amenizar, eu tento não fazer sensacionalismo, eu tento dar uma orientação e tudo mais, mas não deixa de ser muito pesado. As informações em si já trazem uma carga de sentimento negativo muito grande, uma emoção negativa muito grande. Eu tento, inclusive estou em contato com uma professora, que ela é pesquisadora nessa questão. Ela escreveu um livro sobre o assunto. E eu pretendo trabalhar mais essa questão do jornalismo policial de uma maneira mais... Trazendo muito a questão acadêmica para dentro do programa. Quem sabe até me tornar um pesquisador da área ou um especialista nessa área, entendeu? Assim, poxa, doze anos já e eu não sai esse programa. Acho que tem alguma coisa diferente que eu posso fazer nisso aí. E eu disse pra ela: “Professora, eu tenho que sair dessa mesmice, somente da crítica, da crítica, da crítica, mas apontar também mecanismos que possam unir toda essa produção acadêmica que existe aí.”. Você sabe que a questão de segurança pública ou da falta dela, da criminalidade, são temas muito estudados na academia, na universidade, seja na graduação, na pós-graduação, tem muita gente estudando isso e a gente não tem contato com nada disso. A questão da segurança é muito espetacularizada e muito só para a pessoa ganhar audiência em cima disso, né? E eu cansei dessa mesmice, entendeu? Eu tento fazer desse limão, uma limonada. Eu tento, através do programa dar uma orientação, através do programa dar uma mensagem de paz, falar muito em paz para as pessoas. Não falar dessa questão da violência, falar em questão de paz. Que depende também dessas pessoas construírem a paz onde elas moram, onde elas trabalham, onde elas estudam, no ambiente familiar, no ambiente da sua comunidade. Então são

¹²⁶ Categoria nativa que se refere à performance “mais sóbria” e “contida”, estrategicamente adotada por determinados jornalistas na apresentação de programas televisivos do gênero policial, colocada em oposição a uma postura performática “mais agressiva”, “exagerada”, cujas características são geralmente associadas ao estereótipo socialmente construído sobre os “jornalistas policiais”, que podem ser entendidos como atores que usam elementos da teledramaturgia e do entretenimento para encarnar o papel de “apresentadores-animadores”.

discursos meus também nessa questão. Não falo só da violência em si. (Samir, apresentador).

Acredito que a discrepância entre a descrição de suas atividades em campo (e o que é mostrado na tela) e a reflexão apresentada por Samir foi explicada por ele mesmo no seguinte trecho: “É difícil por conta que as abordagens das matérias não dependem só de mim, entendeu?” (Samir, apresentador). Nesta frase, o interlocutor procurou justificar sua falta de autonomia ao ressaltar outro aspecto da dimensão relacional do “telejornalismo policial”, as relações de poder que permeiam e configuram as atividades jornalísticas desenvolvidas por “jornalistas policiais” e que muitas vezes os submetem a certas exigências e restrições impostas pelas empresas onde trabalham, que possuem condições particulares de funcionamento. O interlocutor também mencionou algumas *táticas* que utilizava no programa com o propósito de “sair da mesmice”. Abordarei com mais detalhes esse assunto no quinto capítulo.

Além disso, o depoimento de Samir, que possuía uma jornada laboral de cerca de quatro horas diárias no período da tarde, salientou que os “jornalistas policiais” necessitavam de certas competências e habilidades, que foram adquiridas por ele através de um processo gradual de socialização profissional, conforme descrito no capítulo anterior. No caso dos apresentadores ouvidos, destaco ainda a habilidade que eles tinham de simular uma espécie de diálogo, que se assemelhava a uma conversa informal entre amigos e/ou vizinhos, ao se reportarem diretamente aos telespectadores, interpelando-os a refletirem sobre os variados “problemas sociais” que acometiam o “povo” cearense, tais como os fenômenos da “violência urbana”, da “insegurança pública”, do descaso das instituições governamentais com os mais necessitados, além de oferecerem possíveis soluções para sanar tais conflitos, ao mesmo tempo em que realizavam *merchandising* de produtos dentro dos “estúdios de gravação” dos telejornais.

Sobre as dificuldades enfrentadas no exercício da profissão, David, interlocutor que já trabalhou como apresentador fixo de um “programa policial” local, mas que assumia mais de um cargo (produtor e editor) na empresa em que trabalhava, substituindo esporadicamente as férias e folgas de apresentadores fixos, afirmou que seu amadurecimento profissional como apresentador veio com a prática e que, na época em que a entrevista foi realizada, sentia-se “mais solto” e amadurecido:

É, mas apresentar é muito bom. Essa experiência que eu tô tendo de um mês de apresentar o programa Cravo no lugar de Henrique [apresentador] tá sendo ótimo, como profissional, principalmente, entendeu? Muito bacana! É, porque você fica mais solto, você vai amadurecendo mais. Até a forma de pegar nos produtos na hora do *merchan* e tudo, você vai aprendendo. E, assim, é a correria, porque tem que produzir, tem que editar, tem que apresentar. (David, apresentador, grifo nosso).

Por se tratar de programas de televisão, outro elemento de suma importância é a questão da “aparência de si mesmo”, que constitui um dos aspectos performáticos do cargo de apresentador e de “repórter policial”, visto que tais profissionais se preocupam com o modo como suas imagens estão sendo retratadas na tela. Roupas formais e maquiagens bem elaboradas conferem “maior credibilidade e convicção” aos seus comentários na visão dos meus interlocutores de pesquisas, que passaram a incorporar a figura de “agentes especializados” sobre os assuntos abordados nos programas. No caso dos apresentadores observados, as emissoras ofereciam como benefício adicional ao cargo de apresentador os serviços de profissionais especialistas em maquiagem e em vestuário, que ficam à disposição dos apresentadores, seja em salões de beleza credenciados na cidade de Fortaleza ou nas próprias sedes das emissoras onde trabalhavam.

Em sua obra *A representação do eu na vida cotidiana*, Goffman (2011a, p. 229, grifos do autor) sugeriu que o indivíduo possui dois papéis essenciais:

[...] foi considerado como *ator*, um atormentado fabricante de impressões envolvido na tarefa demasiado humana de encenar uma representação; e foi considerado como *personagem*, como figura, como figura, tipicamente uma figura admirável, cujo espírito, força e outras excelentes qualidades a representação tinha por finalidade evocar.

Levando em consideração o papel do indivíduo como ator, ele está constantemente construindo “representações de si próprio” para os outros. É nessa dinâmica que as interconexões acontecem no meio social, fazendo com que os comportamentos expressivos dos atores sociais se tornem o universo empírico da teoria goffmaniana sobre a produção do “eu”. Nesse sentido, realidade e “aparência” estão relacionadas à “manipulação de impressões” promovida por cada ator em suas interações cotidianas, ao transmitirem e receberem concomitantemente “impressões” de uns em relação aos outros (GOFFMAN, 2011a, p. 191). Nas palavras de Goffman (2011a, p. 228):

Em sua qualidade de atores, os indivíduos se interessarão em manter a impressão de que vivem à altura dos múltiplos padrões pelos quais eles e

seus produtos são julgados. E porque esses padrões são muito numerosos e muito difundidos, os indivíduos que são atores vivem, mais do que poderíamos pensar, num mundo moral. Mas, enquanto atores, os indivíduos interessam-se não pela questão moral de realizar esses padrões, mas pela questão amorosa de maquinar uma impressão convincente de que estes padrões estão sendo realizados.

Nessa perspectiva, a questão da “aparência de si mesmo” surgiu nos estudos de Goffman (2011a, p. 202) como um atributo indispensável para que um ator pudesse “manter seu personagem” ao realizar uma “encenação muito cuidadosa”, com o objetivo de “proteger seu espetáculo”. Ao definir a categoria “fachada pessoal” em dois estímulos diferentes – “aparência” e “maneira” –, cuja principal função é transmitir determinadas informações à plateia; o autor nos concedeu mais detalhes sobre a dimensão da “aparência”:

Pode-se chamar de “aparência” aqueles estímulos que funcionam no momento para nos revelar o *status* social do ator. Tais estímulos nos informam também sobre o estado ritual temporário do indivíduo, isto é, se ele está empenhado numa atividade social formal, trabalho ou recreação informal, se ele está realizando, ou não, uma nova fase no ciclo das estações ou no seu ciclo de vida. (GOFFMAN, 2011a, p. 31).

No caso dos apresentadores e “repórteres policiais” observados, é notório o amplo investimento dirigido a eles pelas emissoras nos bastidores dos programas, para que tais atores sociais fossem capazes de ganhar a “confiança” do “público” ou “plateia”, na teoria goffmaniana, e, assim, alcançarem a notoriedade almejada na área.

Em seu estudo sobre a construção identitária profissional de jornalista, Travancas (2011) apontou outro aspecto relativo à questão da “aparência”, ao afirmar que a exigência de “boa aparência” também funcionava como fator distintivo entre os profissionais de jornalismo observados por ela no campo para identificar aqueles que trabalhavam na televisão. Em seu trabalho de campo, a antropóloga observou que era comum “os repórteres que não são de televisão *brincarem* com o *terno* do jornalista ou o *penteado* da colega.” (TRAVANCAS, 2011, p. 65, grifos nosso).

Destaco ainda que a categoria “boa aparência” também pode estar relacionada a julgamentos morais na sociedade contemporânea, visto que estabelece uma relação causal com um conjunto de vantagens, tais como a conquista da “credibilidade” e do “reconhecimento”, revelando um possível viés racial e classista no padrão de vestimenta, de maquiagem e penteado considerados por alguns dos meus interlocutores como “mais apropriados para aparecer na TV”. Por razão de tempo e espaço, não consegui aprofundar a discussão sobre o assunto com meus

interlocutores e, desse modo, conhecer melhor quais os critérios utilizados por eles para a avaliação de uma “boa aparência” na área policial, mas não podia deixar de pontuar a importância dessa questão para o campo profissional estudado¹²⁷.

Isso também se refletia na preocupação dos produtores dos “noticiários policiais” com a “aparência” dos apresentadores. Federico, produtor de um “noticiário policial” cearense, revelou que, na produção, eles planejavam os mínimos detalhes, desde a vestimenta e a maquiagem dos apresentadores, com o objetivo de “passar uma imagem de seriedade ou de humor”, até o modo como eles gesticulavam, apontavam para a câmera, emitiam um olhar direcionado aos telespectadores, faziam expressões faciais para exprimirem suas opiniões com mais emoção sobre determinado assunto, ou mesmo com o uso de objetos inusitados (chicotes, cassetetes etc.) para “entreter a audiência” (Federico, produtor).

Outra dimensão *performática* da prática profissional dos apresentadores examinados é a construção de um “estilo próprio”. Observando os “programas policiais” cearenses, notei a variedade de “estilos de apresentação” desse gênero televisual, em que alguns adotavam um *tom* mais dramático, outros um mais cômico e alguns apostavam na mistura de ambos. Conversando com os interlocutores, pude perceber que tal questão era uma de suas principais preocupações e desafios profissionais, visto que, quando questionados sobre quem os inspiravam a construir seus “estilos próprios”, muitos garantiram que, embora apreciassem a forma como alguns colegas conduziam a apresentação, a construção de seus estilos constituía um “processo pessoal” que estava em constante transformação:

Eu quis fazer o meu estilo. Eu nunca quis: “Ah, eu quero ser fulano.”. “Ah, eu admiro cicrano.”. Na época que eu comecei, eu gostava muito da Marilena Lima e do Charles Vieira. A forma como eles conduziam. É, mas eu não queria fazer a forma como eles faziam e tal. Eu não queria. Tem muito estudante de Jornalismo e o próprio jornalista que, às vezes, quer ter como espelho, copiar. Não! Mas era mais a forma como eles construíam. E eu quis fazer o meu estilo próprio. Então eu quis fazer uma coisa mais dinâmica e tal. (David, apresentador).

Assim como o interlocutor David, que desempenhava variadas funções na empresa onde trabalhava em uma jornada de trabalho de seis horas por dia, outros apresentadores declararam que foram profundamente inspirados por profissionais “mais antigos”, considerados por eles como “os mais experientes na área”, tais como

¹²⁷ Sobre o uso da expressão “boa aparência” em processos seletivos profissionais, consultar a pesquisa elaborada pelo pesquisador Altair dos Santos Paim (2016).

Nonato Albuquerque, apresentador do programa *Barra Pesada*, conforme argumentou a interlocutora Lisbela:

Nonato Albuquerque. Eu lembro que ele foi dar uma palestra lá na faculdade. Eu disse assim: “Eu ainda vou ser sua funcionária.”. Porque, na minha cabeça, eu achava que ele era que era o cabeça de tudo, mas ele era o âncora de um programa, entendeu? O Nonato pra mim é referência e é uma pessoa muito respeitada, uma pessoa muito culta, uma pessoa religiosamente preparada. Ele é espírita, então ele tem uma visão totalmente diferente das coisas. Eu sou católica, graças a deus, católica praticante, mas sou apaixonada pela doutrina espírita, então eu acho que é uma coisa também que chama muito a minha atenção e a forma como as coisas acontecem também. A forma como ele conta a notícia. De uma forma serena, uma forma tranquila, que eu não sei como é que ele consegue, porque eu não consigo aquela proeza, sabe? Assim, eu sou fã. Essa é a palavra. É uma pessoa que me inspirou muito até por eu ter crescido com ele dentro da minha casa todos os dias. Nonato Albuquerque, que é exatamente o programa que eu assistia. Querendo ou não, eu tinha que assistir, porque tava lá ligado. Era a única TV que tinha e não tinha opção, mas ele, com certeza. (Lisbela, apresentadora).

Cabe destacar que o jornalista Nonato Albuquerque não é apenas visto como uma referência por meus interlocutores, mas também é considerado uma “celebridade local” por outras esferas sociais, tal como é possível perceber no grande volume de reportagens e programas televisivos da TV Aberta cearense que se dedicaram a divulgar aspectos biográficos¹²⁸ de sua vida privada.

Conforme mencionado anteriormente, o “estilo” também constitui uma grande preocupação da direção e da produção dos programas, que procuram orientar os profissionais na construção desse “estilo performático”, dando-lhes dicas e conselhos. A performance ocupa, assim, um lugar central na atuação profissional dos apresentadores ouvidos, e, uma vez construído o “estilo próprio”, este os acompanha durante praticamente toda as suas trajetórias profissionais, sofrendo algumas alterações no decurso de suas carreiras.

É o caso de Dantas, cuja trajetória profissional na televisão é fruto de suas experiências como radialista e político. Nas entrevistas realizadas com o apresentador, ele esclareceu que a elevada “popularidade” que obteve durante sua “carreira política” foi atingida graças ao “sucesso de audiência” de seus programas de

¹²⁸ Dentre os diversos programas de televisão e reportagens após a realização de buscas na internet sobre o referido jornalista, destaco o programa televisivo *Viver Mais com Ian Gomes*, transmitido pela emissora nacional *TV Ceará (TVC)*, sediada na cidade de Fortaleza, o qual dedicou uma edição completa para tratar sobre a vida e trabalho do jornalista Nonato Albuquerque. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HOWfQosZDz0>. Acesso em: 16 jan. 2020.

“jornalismo policial” em rádios cearenses, levando-o a considerar “seguir carreira no telejornalismo policial”:

Continuo no rádio, fazendo o mesmo tipo de jornalismo. Aí vou pra emissora Bromélia fazer rádio também. Como eu faço rádio e consegui transferir a audiência pra Bromélia, ele [proprietário da emissora radiofônica em que Dantas trabalhava] disse: “Não, você vai fazer televisão.”. Eu: “Mas eu nunca fiz televisão.”. E ele: “Não, mas vai. Vai fazer televisão do jeito que tu faz aí no rádio.”. Isso o dono da televisão, Lorenzo. O dono! Ele disse: “Você vai fazer televisão. Não tem como. Tem que fazer!”. Nunca fiz. (Dantas, apresentador, grifo nosso).

Em seu relato sobre sua trajetória profissional, Dantas que se dividia entre a rádio e a televisão da mesma empresa em que trabalhava numa jornada laboral de aproximadamente seis horas diárias no período entre nove horas da manhã e três da tarde, reforçou a ideia de que sua carreira foi alavancada ao entrar na televisão, indicando o grande capital político (BOURDIEU, 1997b) que alcançou, em virtude do “poder” desse veículo de comunicação, “poder” este que teria possibilitado suas reeleições: “A televisão é uma coisa que... Ela é muito mais poderosa, né? A imagem! A imagem! Depois disso, eu me elegi.” (Dantas, apresentador). Vale salientar que as trajetórias profissional e política trilhadas por Dantas não constituem um caso isolado no Brasil, sendo precedida e, de certo modo, influenciada por profissionais de outras regiões do país, como, por exemplo, os casos dos radialistas/políticos Afanásio Jazadji, Wagner Montes dos Santos¹²⁹ e Luiz Carlos Alborghetti¹³⁰, respectivamente das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Londrina, que contribuíram para o processo de construção desse profissionalismo e pertencimento profissional, bem como do “estilo” de abordagem discursivo performático adotado.

As pressões psicológicas do ofício e das temáticas abordadas também apareceram nos depoimentos dos interlocutores sobre suas vivências na área policial, conforme expressado pelo apresentador Samir:

No início, eu tive que me trabalhar psicologicamente. Nem a emissora sabe disso, mas, logo quando eu assumi o programa, eu tive que passar por um tratamento psicológico. Eu tive um treino psicológico. Saber como trabalhar aquilo psicologicamente para não adoecer. É como se você fosse uma médica que lidasse com o nascimento da vida, neonatal, com a questão de trazer as pessoas ao mundo, e, de repente, você fosse para a medicina legal.

¹²⁹ Em seu artigo *O crime pelo rádio*, o jornalista José Wilson (1984) traçou resumidamente alguns aspectos das trajetórias profissionais e dos conteúdos dos programas radiofônicos dos seguintes radialistas/políticos Afanásio Jazadji e Wagner Montes dos Santos.

¹³⁰ O pesquisador Milton Spada (1988) apresentou em seu trabalho de conclusão de curso uma análise crítica acerca do conteúdo do “programa policial” televisivo paranaense denominado *Cadeia*, que era apresentado pelo jornalista Luiz Carlos Alborghetti.

Um você está ajudando pessoas a nascer, o outro você descobre porque as pessoas morreram. Você dá atestado de óbito e diz a causa da morte das pessoas. Quer dizer, são coisas totalmente diferentes. Muito importantes, tanto uma quanto a outra. Mas, se você não tiver nenhum trabalho psicológico com isso, você acaba adoecendo. (Samir, apresentador).

Tal questão apareceu com frequência nos relatos dos apresentadores ouvidos, apresentando-se como um ponto essencial da construção de seus pertencimentos e trajetórias profissionais. A ausência de acompanhamento psicológico para os “jornalistas policiais” nas empresas de telecomunicações cearenses foi bastante comentada por meus interlocutores, especialmente pelos apresentadores, fazendo com que alguns deles recorressem a outros recursos, como o conhecimento religioso, como maneira de superarem as adversidades com as quais se deparavam na referida atividade profissional:

Então tem infelizmente esse lado negativo da profissão que é a questão do psicológico. A gente não é preparado psicologicamente. A gente não tem um acompanhamento psicológico, acompanhamento psiquiátrico. Não tem. Não tem. O meu tratamento é deus. Deus e nossa senhora. Eu peço que eles me preparem, que eles blindem a minha vida, a vida da minha família, porque a gente fica muito exposto a qualquer tipo de situação que venha a acontecer. (Lisbela, apresentadora).

A fala da apresentadora Lisbela ressaltou a estreita associação entre mídia e religião anteriormente citada, demonstrando que o contato diário com os temas abordados afeta, às vezes, de modo negativo os profissionais examinados que atuavam diretamente na apresentação dos “programas policiais” da televisão cearense.

4.2 Sobre os “repórteres policiais”: o “vem comigo” e a construção de um “estilo próprio”

Os jornalistas analisados por Rifiotis *et al.* (1997) revelaram que a atuação dos “repórteres policiais” funcionava como uma espécie de “desafio” ou de “ritual de iniciação” para o ingresso do profissional de jornalismo; cuja permanência na área, isto é, a construção de carreiras profissionais, era identificada como “opcional” para aqueles que se identificavam com as seguintes características: “a ‘coragem’ para estar no lugar dos fatos, para denunciar os atos arbitrários da Polícia e da Justiça, conviver com a Polícia, ter uma rede própria de informações” e “a ‘missão’ de informar”. No caso dos repórteres com os quais dialoguei, eles demonstraram que outras

motivações os levaram a “seguir carreira” no “telejornalismo policial” cearense, as quais procurei descrever neste tópico.

Conforme mencionado no capítulo anterior, meus interlocutores apontaram alguns fatores que eles consideram importantes para que um “repórter policial” pudesse obter êxito nesse ramo profissional. São eles: capacidade de improvisação; acesso a “fontes privilegiadas” que estão inseridas nos mais diversos setores da sociedade cearense; “saber contar histórias” no “vem comigo”; ter identificação com a temática; “ter estômago” para lidar com “cenas fortes”; possuir um “estilo próprio”, uma “presença” e uma “voz marcante” etc. Alguns desses pontos constituem, segundo meus interlocutores de pesquisa, os principais diferenciais da profissão de “repórter policial” e suas principais dificuldades para “seguir carreira” na área.

Quando perguntei à interlocutora Bárbara, que trabalhava no turno da tarde em um regime de seis horas diárias, sobre o que era necessário para se tornar uma repórter no “telejornalismo policial” cearense, ela me explicou que, após ter recebido um “treinamento diferenciado” para exercer a profissão, também foi preciso “criar uma identidade” profissional própria para que ela pudesse se destacar na área, além disso, ela precisou “se assistir” muito e “saber contar histórias” de novas maneiras. Para isso, a repórter Bárbara afirmou que precisou se “manter aberta” às críticas e aos conselhos fornecidos pelos profissionais “mais experientes” no ramo, no intuito de “aprimorar” cada vez mais “a qualidade” de seu trabalho:

Gostar. Primeiro é gostar. Eu sou uma exceção. Tem que ler muito para saber falar e saber escrever. Isso é fato! Para não passar vergonha. No mais, se assistir. Saber com pessoas mais experientes onde tá bom, onde está ruim, onde pode melhorar. E saber contar histórias. Você tem que criar uma identidade. Então assim, não custa nada você chegar para uma pessoa mais experiente e pedir: “Me assiste?”. E você aceitar a crítica, ter humildade. A verdade é essa. Você tem que ter humildade para você estar sempre aprendendo. E isso vale para tudo. (Bárbara, repórter).

Formada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo em uma faculdade particular cearense, Bárbara foi convidada a fazer parte do grupo de funcionários da empresa em que trabalhava quando ainda cursava faculdade, como havia comentado no capítulo anterior, totalizando cerca de quinze anos de carreira somente na área policial. Segundo ela, sua adesão à referida editoria aconteceu “por acaso”, “não foi uma escolha”, simplesmente “a oportunidade surgiu” e ela acabou

aceitando o convite. Vale mencionar que a categoria “acaso”¹³¹ apareceu em praticamente todos os relatos dos meus interlocutores sobre suas trajetórias no “jornalismo policial”.

De acordo com o filósofo Paul Ricoeur (1991, p. 175), as pessoas fazem uso de artifícios ficcionais para contarem suas histórias pessoais, definindo significados que os ajudam a sustentar suas narrativas. Assim, segundo o autor, a ficção toma um lugar de grande importância nas narrativas pessoais, visto que auxilia a construir uma visão totalizante da vida. Ao selecionar episódios e emoções, as pessoas usam modelos narrativos provenientes da ficção para tornar suas narrativas mais compreensíveis e para poder manejá-las com mais facilidade no momento da “narração de si mesmo”. Nesse sentido, Ricoeur (1991, p. 175, grifo nosso) advogou:

A dialética consiste em que, segundo a linha de concordância, o personagem tira sua singularidade da unidade de sua vida tida como a própria totalidade temporal singular que o distingue de qualquer outro. Conforme a linha de discordância, essa totalidade temporal é ameaçada por efeito de rupturas de acontecimentos imprevisíveis que a pontuam (encontros, acidentes etc.); a síntese concordante-discordante faz com que a contingência do acontecimento contribua para a necessidade de algum modo retroativa de uma vida, ao que se iguala a identidade do personagem. Assim o acaso é *transmutado em destino*. E a identidade do personagem que, podemos dizer, intriga, só se permite compreender sob o signo dessa dialética.

Em experiências profissionais anteriores, Bárbara transitou de estagiária em uma ONG à membro de uma assessoria de imprensa de um órgão público estadual, o que fez com que ela se considerasse, num primeiro momento, inapta a desempenhar o cargo de “repórter policial”. No entanto, a proposta do diretor de um “telejornal policial” chamou sua atenção e ela decidiu “dar uma chance”:

Falei: “Eu não gosto do programa Bambu, porque, primeiro, eu sou muito medrosa. Eu tenho medo de alma.”. Ele riu. Eu disse: “Olha, eu tenho medo de alma.”. Aí ele disse: “Vamos fazer o seguinte: se você assumir um compromisso comigo, durante três meses, eu coloco toda a equipe do Bambu para lhe ensinar a fazer programa policial.”. (Bárbara, repórter).

A respeito da “imagem dos jornalistas policiais” para a sociedade, Bárbara acreditava que a situação desse grupo profissional melhorou nos últimos anos, argumentando que a busca por uma formação mais formal em faculdades de

¹³¹ Segundo o antropólogo Clifford Geertz (2001, p. 149), o papel do “acaso” em narrativas pessoais possui um efeito subjetivo, trabalhado pelo autor na categoria “beliscão do destino”. Tal categoria carrega consigo a concepção de que é na solidão do “beliscão particular” que as pessoas conferem “sentido” as suas crenças, visões de mundo e a elas próprias.

Jornalismo, promoveu intensas mudanças na própria profissão, ao explicar que ela já não via sentido em diferenciar os “jornalistas policiais” dos demais, embora respeitasse os colegas de profissão que ainda defendiam tal distinção:

Hoje eu acredito que a situação, a imagem dos jornalistas policiais, ela tá melhor. Exatamente porque houve essa mudança da faculdade, as pessoas procuraram melhorar. Ainda existem profissionais realmente que não tem, não passaram pela academia e você nota isso abertamente. Você vê a pessoa falar, mas a maioria das pessoas se formam. Enfim, já foi pior, mas assim eu, hoje, sou jornalista. Eu não me diferencio como jornalista policial. Eu sou jornalista. Respeito quem faz essa diferença. (Bárbara, repórter).

Com 40 anos de idade, Bárbara, além de “ser repórter policial”, possui outros pertencimentos. É casada e mãe de um filho pequeno. Em nossa conversa, ela relatou que, após ter se tornado mãe, passou a se comportar de modo diferente de como costumava agir profissionalmente. Ela procurava “ter mais cuidado” e evitava se colocar em “situações de grande risco”. Acerca da sensação de adrenalina suscitada pelo ofício que desempenhava, Bárbara assumiu que, apesar de se sentir extremamente motivada pela adrenalina, seu comportamento de alguma maneira foi alterado: “Sem dúvida nenhuma. Depois que eu tive filho, eu vou lhe falar que eu me preservo mais, mas têm situações que você tá dentro e você tem que fazer.”.

Tal reflexão salienta que os jornalistas examinados são constituídos por diversos pertencimentos sociais tecidos não somente na prática profissional, mas profundamente interligados à subjetividade da trajetória pessoal de cada profissional, variando inclusive de acordo com o gênero, a geração, além de outros fatores. Conforme esclareceu o cientista social português José Machado Pais (2016) em sua pesquisa sobre as trajetórias de jovens que residiam na cidade de Lisboa e que, segundo o autor, inseriam-se “em verdadeiras redes de hipertextualidade” ou de “fractalidade”, os “percursos profissionais” possuem várias implicações diretas e indiretas nas mais diversas dinâmicas interpessoais, sejam elas institucionais ou não, como, por exemplo, “a família, a escola, os estudos, os amigos” etc.

A noção de maternidade reflete a marca da fractalidade¹³² de uma pessoa, constituindo para a apresentadora Lisbela, por exemplo, um fator subjetivo de mudança que, ao falar da sua concepção sobre o papel do “jornalista policial” para a sociedade, afirmou ter controlado mais seus comentários no telejornal em que trabalhava para não comprometer a si ou sua família, visto que, segundo ela, uma das

¹³² Cf. WAGNER, 2011.

condições do seu ofício é ter que “lidar diariamente com autoridades e bandidos” e tal fato demandava uma “maior responsabilidade” de sua parte:

O meu papel enquanto apresentadora na minha profissão é muito importante pelo fato de eu poder falar. Eu tenho total liberdade. É claro que eu tenho bom senso de saber até onde eu posso ir, porque eu também não posso comprometer a mim e a emissora. Eu tô lidando com autoridades e com bandidos, e eu tenho que também limitar as minhas palavras. É apavorante! Porque, às vezes, eu faço e fico: “Ai meu deus! Será que eu falei demais? Será que eu vou sofrer alguma coisa?” Eu penso na minha família. Graças à deus, nunca existiu ninguém que tenha sofrido atentado, jornalista, salve o Tim¹³³, né? Que acabou sendo morto, mas ali foi uma situação ímpar. Ele estava dentro de uma comunidade, no meio dos bandidos, e, infelizmente, ele acabou sendo vítima da própria profissão. Tiveram outros casos que não foram ligados à criminalidade. Tem a questão dos radialistas que são mortos no interior do Estado, mas porque ali é questão política. Aí já é outra coisa, entendeu? Mas, nós, graças à deus, ainda temos o privilégio de não sofrer. É claro que tem as pessoas que não gostam da gente, como já lhe falei, mas assim de sofrer ameaça de morte, nada disso. Mas eu tenho que limitar a minha língua também. Eu não posso ser irresponsável. Eu também não posso dizer tudo que eu quero. Eu não tô na minha casa. Eu tô numa emissora, representando uma emissora e representando o povo. Eu queria poder dizer o que eu penso? Sim, claro! Mas eu não posso me tornar refém da minha ideia. A minha mãe é que fica: “Tu tens filho, pelo amor de deus! Tu tem cuidado!”. A minha mãe fica apavorada. (Lisbela, apresentadora).

Creio que o constante contato com a morte e experiências em torno do cotidiano profissional, como a do jornalista Tim Lopes citada por Lisbela, influencia, de algum modo, a forma como os “jornalistas policiais” examinados criavam as “pautas” das “matérias policiais” e elaboravam suas performances e abordagens, fazendo do “medo” e do “risco” dimensões muito presentes em suas narrativas. Ademais, a “repórter policial” Bárbara elucidou que as questões da “aparência de si mesmo”, da “voz marcante” e do “estilo próprio” funcionavam de um modo diferente para os “repórteres policiais” do que para os apresentadores, conforme apresentado no tópico anterior, apesar de ambos trabalharem na televisão e tais questões serem “exigências básicas” da área televisiva em geral:

Não, você tem que ser agradável com a pessoa que está te assistindo, porque a informação é formada por um conjunto de coisas, então, ninguém vai gostar de ver uma repórter com a voz chata. Aí a pessoa aparece na televisão com uma figura desleixada. Tá entendendo? Você tem que ter um cuidado com o cabelo. Você não precisa ser a mais bela, mas cuide da sua aparência, sabe? Você tem meios. Aqui, a gente fez cursos de maquiagem. Eu não tenho de chegar me sentar ali pra Marta me maquiar. Eu não tenho tempo pra isso e nem ela tem tempo. A prioridade é de quem apresenta programa. Se a Bárbara quiser se maquiar, a Bárbara tem que chegar muito cedo. Eu não tenho tempo pra isso, sabe? Então a gente tem curso de maquiagem. O

¹³³ Em referência ao repórter investigativo Tim Lopes assassinado enquanto trabalhava na investigação de uma reportagem.

último inclusive foi ela mesma que deu para maquiagem para TV HD, sabe? (Bárbara, repórter).

Em concordância com a perspectiva de Bárbara sobre o assunto, a interlocutora Marina, que também trabalhava em uma jornada laboral de seis horas corridas no período da tarde, salientou que é preciso aprender a “se montar”. “Já tô há quase quinze anos nessa área, então é a gente mesmo que aprende a se montar, como eu gosto de dizer. Eu mesma me monto.”, afirmou ela (Marina, repórter).

Outro exemplo é o caso de Rafael, cuja trajetória profissional é marcada pelo “sonho de trabalhar na TV”. Destarte, o Jornalismo surgiu em sua vida como uma opção viável para a realização da aspiração profissional que nutria desde a infância: “Desde criança, o meu sonho era ir pra TV. Não tinha ideia de Jornalismo, mas era trabalhar com TV. Muito fã do entretenimento, do Sílvio Santos. Eu era aquela criança que repetia as coisas da TV em casa, principalmente, o Sílvio Santos.” (Rafael, repórter).

Na primeira oportunidade que teve de trabalhar como repórter em um “telejornal policial”, o interlocutor Rafael relatou ter informado ao responsável pelo setor de Recursos Humanos (RH) da empresa:

Vou agarrar essa oportunidade, mas não tenho experiência, não sei o linguajar. O primeiro medo foi o vocabulário. O que facilitou aceitar o desafio foram minhas experiências anteriores com programas ao vivo. Isso me deu experiência com improviso e, no policial aqui do Ceará, tem que ser no “vem comigo”, tem que ser na sequência direta. Isso te facilita. Agarrei e gostei, me identifiquei pelo improviso, pelos temas variados, pela oportunidade de você também variar bastante no contato com as pessoas. (Rafael, repórter).

Além dos atributos já citados, os repórteres ouvidos assinalaram que os eles precisavam ter uma “voz marcante” e um “estilo próprio” para alcançarem mais visibilidade e, conseqüentemente, “mais sucesso” em suas carreiras profissionais. Tais atributos formavam parte estruturante das técnicas corporais performáticas do referido cargo. Nesse sentido, assim como os apresentadores de programas desse gênero televisual, os repórteres faziam uso de diversos artifícios técnicos de linguagem (verbais, visuais, sonoros etc.) para “contar histórias” de maneiras cada vez mais inovadoras e inusitadas.

A pesquisadora Nicole Guedes (2007, p. 81) analisou o ponto de vista de repórteres, denominados por ela como “narradores jornalísticos”:

[...] o efeito de real é a principal estratégia textual usada pelo narrador jornalístico, com o objetivo de instaurar os fatos narrados como verdades,

como se eles próprios falassem objetivamente sobre si. Nesse sentido, o efeito de real no jornalismo seria obtido principalmente através dos recursos de linguagem, que possibilitam a construção central do relato no momento presente [...].

Conforme explicitou o interlocutor Rafael, que atuava como repórter no período entre oito horas da noite e duas da madrugada, o fato de o “telejornalismo policial” cearense contar com menos recursos financeiros para a produção das reportagens do que os seus correspondentes da região sul e sudeste do país, fazia com que a técnica do “vem comigo” fosse encarada como peça fundamental desse gênero televisual. Para se ter uma ideia do nível de importância dessa técnica, alguns repórteres ouvidos afirmaram que a habilidade do repórter de “saber contar a história” no “vem comigo” era o que definia se uma “matéria” tinha realmente “boa” ou não. Outro ponto interessante a ser considerado é que tal habilidade aparentava estar relacionada a características da trajetória pessoal e profissional de cada repórter, como, por exemplo, a pessoa ter experiência anterior com programas radiofônicos no formato “ao vivo”, o que, segundo eles, facilitava o aprendizado da técnica “vem comigo” e do “improviso”; bem como a fala direcionada para a câmera funcionar como outro fator facilitador para o trabalho em “telejornais policiais”, ou ainda o fator geracional relativo ao maior tempo de experiência na área. Complementando o pensamento expressado por Rafael, o “repórter policial” Samuel, cuja trajetória profissional era marcada por “experiências de rádio”, elucidou que:

No policial, a gente faz o vem comigo. No jornalismo tradicional, é o *off*, então você tem que escrever. No policial, você não faz um vem comigo? O chamado vem comigo, porque você vai narrando o que você tá vendo. É como se fosse um ao vivo. Só que tu lembra a história do rádio? A melhor coisa que tem pra pessoa que vai fazer o estilo vem comigo é quando ela já tem experiência de rádio, porque, no rádio, você narra no momento. Às vezes, você pode até escrever, mas o rádio tem muito a questão do improviso. E, como você tem que ter improviso pra fazer o vem comigo, então eu não tive problema. (Samuel, repórter).

De acordo com Samuel, sua motivação para ingressar no gênero policial foi pautada na “admiração” que nutria pelos meios de comunicação de massa, tanto pelo rádio quanto pela televisão. Samuel exercia diversas funções na empresa onde trabalhava no regime de “horário comercial”. Em suas palavras:

Ainda criança, eu sempre gostei muito de rádio e TV. E aí quando eu cheguei mais ou menos aos meus 10 anos. Eu lembro que a mãe comprou um rádio. Era rádio com gravador. Aí eu pegava e gravava. Pegava uma fita, gravava o telejornal. Só o áudio. Depois eu transcrevia, passava tudo pro papel. Ficava na frente de um espelho e ficava falando. (Samuel, repórter).

Motivado por tal experiência lúdica na infância, Samuel decidiu que cursaria a faculdade de Jornalismo e passou a participar ativamente do movimento de Rádios Comunitárias na cidade de Fortaleza. Quando a Rádio Comunitária em que trabalhava foi fechada pela ausência de concessão do Estado, ele conseguiu, por indicação de uma professora da faculdade, um estágio em um “programa policial” de uma emissora cearense e, desde então, passou a trabalhar exclusivamente no ramo.

Assim como Samuel, outros repórteres também tiveram suas carreiras iniciadas em rádios cearenses, tais como Glória e Clarice, cujas trajetórias profissionais foram atravessadas por experiências como radialistas. No caso de Glória, sua carreira foi marcada pelo fato de ter sido uma das primeiras mulheres a trabalhar na editoria esportiva de uma Rádio cearense. Segundo ela, tal visibilidade proporcionou a oportunidade de trabalhar na televisão, inclusive em “programas policiais”, tornando-a uma das jornalistas pioneiras da área no Estado do Ceará.

Suas experiências profissionais anteriores como “cronista esportiva” em Rádios cearenses também possibilitou a interlocutora Clarice a chance de trabalhar efetivamente na área do gênero televisivo policial, mesmo sem ter finalizado a faculdade de Jornalismo. Em seu depoimento, Clarice, que trabalhava como produtora em uma jornada de trabalho de seis horas corridas no período da manhã, declarou que, no início, teve dificuldade para conseguir emprego na referida editoria, demonstrando que a experiência como radialista proporcionou a realização de seu “sonho profissional”:

Tem também a história que, na época, durante a minha faculdade, eu fui para a área de rádio. Então, eu sou radialista. Eu tenho a carteirinha de radialista. Eu sou cronista esportiva. E fiquei nesse tempo cursando a minha faculdade. Nesse meio período, eu consegui indo atrás, porque eu tinha muito sonho, inclusive a minha monografia que eu tô ajeitando é sobre programas policiais, mas eu coloco basicamente voltado a favor, né? Eu comecei a arriscar. Aquela história de ir atrás e tentar, sem conhecer ninguém nem nada, estágios, na época. Então, eu fui atrás de estágios. Consegui após uma grande seleção na emissora Cereja. (Clarice, produtora).

Já para a “repórter policial” Marina, uma das principais motivações que a fez “seguir carreira” no “telejornalismo policial” foi a “estabilidade profissional” proporcionada por esta área de atuação que, segundo ela, constitui algo raro no meio jornalístico cearense, visto que:

O mercado aqui é muito pequeno. Muito pequeno. Por exemplo, eu e a Tereza [repórter colega de Marina], a gente tá desde o início. Porque, assim, é uma profissão que, nas emissoras em si, você só sai com duas opções: se

you encontrar uma coisa melhor ou se você der um vacilo muito grande a ponto da TV Ihe desligar da empresa. (Marina, repórter, grifo nosso).

Vários entrevistados salientaram que o “telejornalismo policial” era uma das áreas “mais estáveis” das editorias jornalísticas das emissoras em que trabalhavam, no que diz respeito à “garantia de emprego”. Conforme também afirmou Rafael: “Ninguém é demitido por falta de verba ou por cancelamento de programa. Só sai quando recebe uma proposta melhor de emprego.” (Rafael, repórter).

Somado a isso, cabe salientar que os “repórteres policiais” examinados estavam subordinados aos constrangimentos organizacionais das emissoras nas quais trabalhavam, que os obrigavam a obter, sob qualquer circunstância, uma determinada quantidade de “matérias” por dia, conforme explicitou Marina: “Nós temos aqui a obrigação de chegar com pelo menos três matérias. Então, eu tenho que correr atrás mesmo. A gente tem que correr mesmo contra o tempo, para poder dar tempo fazer tudo.”. Além disso, eram submetidos a regimes de tempo muito curtos para a checagem das informações fornecidas por suas fontes que eram transformadas posteriormente em “informações noticiosas” e transmitidas pelos programas televisivos. Tais implicações possuem um teor grave, pois torna-se efetivamente normalizado a inexistência de um trabalho jornalístico investigativo, pautado apenas na reprodução dos discursos provenientes dos profissionais e órgãos de segurança.

Em seu livro *O mundo dos jornalistas*, Travancas (2011) realizou entrevistas com jornalistas e acompanhamentos sistemáticos aos bastidores das rotinas de trabalho de profissionais provenientes do rádio, televisão e jornal impresso, demonstrando que, ao entrar em contato cotidianamente com “indivíduos de outros mundos”, seus informantes acabavam vivenciando “um conjunto de experiências distintas”, que influenciava, de alguma maneira, suas “visões de mundo”, seus estilos de vida, suas trajetórias e a própria construção de seus pertencimentos (TRAVANCAS, 2011, p. 148, grifos da autora).

O mesmo aconteceu em minha pesquisa, visto que, desde o princípio, ficou notório nos depoimentos dos meus interlocutores que o processo de construção do “ser jornalista policial” e de suas carreiras se edificavam no trabalho de mediação constante entre eles e suas fontes (policiais militares, delegados, peritos criminais, socorristas etc.) e com o “público”. Logo, o profissionalismo e os pertencimentos profissionais específicos dos “repórteres policiais” possuem íntima ligação com função de mediadores que assumem nas relações com suas fontes e o “público”. Uma

complementa a outra. Isso fica claro na fala do repórter Samuel sobre como trabalhar no “jornalismo policial” mudou sua forma de pensar, de agir e o seu estilo de vida:

Eu vi muita desgraça, muita gente morrer. Eu já vi muita gente ser resgatada no meio das ferragens com vida e morrer dentro da ambulância, no hospital, ou pessoas que perderam as pernas e tudo por imprudência. Então, eu aprendi. Eu amadureci. Eu passei a dar valor a minha vida. O jornalista que trabalha no jornalismo policial, ele só não amadurece espiritualmente, ele só não amadurece profissionalmente, se ele não quiser, se ele não parar pra refletir. Eu digo, todos nós temos que parar pra refletir sobre o que a gente faz, o que nós falamos, o que nós fizemos e vamos fazer com a gente e com o próximo. Tem gente que não para pra pensar não. Eu amadureci muito. Jornalismo é uma escola. E o jornalismo policial é mais do que uma escola. O jornalismo policial, ele, além de ser uma grande escola da vida, ele te dá muitos caminhos pra você saber até que ponto você pode ir em determinadas situações da sua vida, como pessoa. E você tá com o ser humano. Toda hora é uma pessoa ali. O ser humano policial, família, preso, delegado, perícia; todos são humanos. Todos! Aí você fala com o trocador, o cobrador, o motorista do ônibus que foi assaltado. Você vai falar com a costureira. Você vai falar com a doméstica. Você vai falar com a dona de casa. Você aprende muito. São muitas histórias, cara, que tu conta. É fantástico isso, mas tem gente que não para pra ver. (Samuel, repórter).

A reflexão suscitada por Samuel durante a nossa conversa revelou que o processo de construção dos pertencimentos profissionais e do profissionalismo do “ser jornalista policial” possui dimensões mais amplas do que as noções que envolvem a prática jornalística em si, a medida que ele passou a incorporar em sua vida pessoal e seus demais pertencimentos sociais conhecimentos adquiridos na sua atuação no decorrer de sua carreira na área policial, fazendo com que tal pertencimento ultrapassasse a dimensão profissional para além do seu cotidiano de trabalho e vice-versa, transformando assim suas visões de mundo e seu estilo de vida. Como marcas desse pertencimento profissional, os “jornalistas policiais” se veem mergulhados numa ética comum aos policiais, forjada pelo suposto contato constante com a morte e o sofrimento, construindo uma “definição de si próprios” a partir dos “sacrifícios”, da exposição ao “risco”, das “incertezas” e da “falta de reconhecimento” social no interior do próprio grupo. A ideia de que “venceram o batismo de fogo” é bastante mencionada por meus interlocutores, razão pela qual pareciam se sentir como profissionais obstinados, orientados por uma “ética missionária” e não raramente “guerreira”, muito semelhante com os sentimentos experimentados por alguns policiais¹³⁴.

¹³⁴ Cf. BARBOSA, 2014; CAVALCANTE, 2016.

Samuel acrescentou que todas as trágicas histórias de acidentes que presenciou ao longo de sua carreira na condição de “repórter policial” na Grande Fortaleza fizeram com que ele adotasse, por exemplo, outra postura no trânsito:

Serviui, porque eu vi tanta desgraça, eu vi tanta morte, eu vi tanto acidente de trânsito, que eu disse assim: “Foi imprudência do cara. Tava comprovado.”. Eu disse: “Oh, tá vendo? É, acaba nisso!”. Aí eu, hoje, eu tô com o carro, vou pegar a estrada, eu vou manter. Eu mantenho o meu limite, sabe? Porque eu vi muita desgraça. (Samuel, repórter).

Assim como acontecia com os apresentadores de “programas policiais” cearenses, a dimensão psicológica também estava presente no cotidiano de trabalho e, por consequência, nas trajetórias profissionais relatadas pelos “repórteres policiais” ouvidos, sendo repetidamente abordada por eles como um “desafio pessoal”.

Assim, eu sou muito profissional. Eu sempre fui. No começo, eu passei mal, sentindo o cheiro de sangue, sabe? No começo, num plantão muito movimentado, eu chegava em casa arrasada com o sofrimento das pessoas, né? Então, assim, são coisas que, com o tempo, você vai se acostumando. Você vai aprendendo a lidar. Jamais se acostumando, porque ninguém se acostuma com o que é ruim. (Bárbara, repórter).

O quadro psicológico retratado pela repórter Bárbara no trecho acima assume uma dimensão corporal quando ela afirmou ter a sensação de que, muitas vezes, durante sua rotina de trabalho, seus sentimentos e emoções tomavam o controle de seu corpo e que, com o tempo, ela conseguiu se acostumar a tais sensações, que passaram a “fazer parte” de seu pertencimento profissional. Destarte, de acordo com Bárbara, para se tornar um “repórter policial” na televisão cearense, era preciso “ter estômago” para lidar com situações adversas e com cenas fortes.

Na obra *Toward an anthropology of self and feeling* essa argumentação se tornou clara quando Rosaldo (1984) afirmou que emoções e sentimentos constituem “pensamentos incorporados”, sentidos nos corpos das pessoas, fazendo com que elas se sintam envolvidas nas práticas sociais que exercem. Segundo a autora, tais práticas são estruturadas a partir de “estórias” que os agentes performatizam e relatam em suas interações sociais e que são formuladas a partir de quadros de referência¹³⁵ que servem para compreender a realidade a seu redor. É interessante perceber nas falas de alguns dos meus interlocutores o receio que eles têm de “perder a sensibilidade”, de se “tornarem frios”, características estas comumente atribuídas a

¹³⁵ Cf. GOFFMAN, 2012.

eles por seus pares e pelos demais segmentos da sociedade, que podem ser entendidas analiticamente como parte dos processos de rotulagem pelos quais tais profissionais são submetidos, conforme argumentação proposta por Becker (2008) em suas pesquisas sobre “carreiras desviantes”.

Essa dimensão corporal também está presente no fato de que os “repórteres policiais” necessitavam ter ou adquirir “experiência de rua”, isto é, experiência de realização de reportagens em locais externos aos “estúdios de gravação”. As chamadas “externas” configuravam outro grande “desafio profissional”, conforme mencionado pelos repórteres examinados, visto que, a maioria deles relatou não possuir “experiência de rua” no começo da carreira na área e que isso dificultou o exercício da profissão. Nas palavras de Marina: “Caí de paraquedas, porque eu não tinha experiência [profissional]. Eu tinha a noção pelos programas que eu assistia, mas a experiência de rua não, porque o que eu fazia na emissora Rosa era totalmente diferente.” (Marina, repórter, grifo nosso).

4.3 O protagonismo invisível dos produtores, editores e diretores

Nos bastidores do “telejornalismo policial” na Grande Fortaleza, tive a oportunidade de conhecer diversos profissionais que atuavam em diferentes cargos nas regiões de fundo¹³⁶ dos programas, cujos nomes aparecem apenas em legendas ou nos créditos finais dos referidos noticiários. São eles: diretores, produtores, editores (imagem, texto, áudio), cinegrafistas, apoio técnico dos cinegrafistas, motoristas das Unidades Móveis de Reportagem, arquivistas, funcionários dos setores jurídico, comercial e de pesquisa de audiência, dentre outros cargos. Evidentemente, essa condição de invisibilidade na qual esses profissionais operam revela uma série de elementos essenciais para a análise da dimensão relacional da construção do profissionalismo e dos pertencimentos profissionais específicos dos “jornalistas policiais” que participaram como interlocutores desta pesquisa.

Travancas *et al.* (2014, p. 14) abordaram essa questão, argumentando que a invisibilidade dentro do Jornalismo pode ser “fruto de ideologias profissionais cuja função é agenciar as zonas de sombra e de luz.”. Dessa maneira, os trabalhadores que se encontram nas “zonas de sombra” não adquirem visibilidade pública, “apesar

¹³⁶ Cf. GOFFMAN, 2011a.

do seu envolvimento na ação, reconhecimento de seus conhecimentos e *know how* em termos da competência, de *status*, de remuneração ou promoção, seja pelo empregador, pelos colegas ou pelos especialistas.” (TRAVANCAS *et al.*, 2014, p. 15). Segundo os autores, a “estrutura do sistema de reconhecimento” da produção jornalística é pautada, sobretudo, pelas “lógicas de segmentação explícitas e implícitas”, que “instauram uma ordem social hierarquizada entre as posições ocupadas pelos produtores, sejam internos (jornalistas permanentes, analistas, técnicos) ou exteriores à empresa jornalística (jornalistas *free lancers*, colaboradores ocasionais, fontes de informação).” (TRAVANCAS *et al.*, 2014, p. 15).

Debrucei-me neste tópico na análise das trajetórias profissionais de membros desses grupos, em especial da produção, edição e direção dos programas, os quais ocupavam simultaneamente uma posição de protagonismo e de invisibilidade no profissionalismo investigado. Essa dupla condição os colocava em uma situação profissional na qual o reconhecimento de seus trabalhos era, muitas vezes, confirmado apenas por um pequeno grupo de profissionais do gênero televisual policial onde desempenham seus ofícios. Jamile, interlocutora que atuava como produtora, cuja principal motivação para continuar atuando na área era a sensação de “estabilidade profissional” proporcionada pela mesma, apontou: “Na nossa área, todos conhecem o trabalho uns dos outros, sabem reconhecer suas competências e deficiências e essas informações são frequentemente utilizadas para a contratação ou não de novos funcionários.” (Jamile, produtora).

Ao encarar a prática jornalística como um processo de socialização e procurar entender como um conjunto de pertencimentos sociais, dos quais os jornalistas ouvidos fazem parte, a influencia, notei que, para produzir notícias, tanto apresentadores quanto repórteres necessitavam da “cooperação” de vários outros atores sociais, que estavam, de certa maneira, implicados na montagem dos programas. Sobre este ponto, Travancas *et al.* (2014, 15, grifo nosso) advertiram que “a organização empírica do trabalho jornalístico inclui parte de bricolagem e de artesanato”, ao reforçar como geralmente os jornalistas tomavam uma postura fechada quando se transformam em objeto de investigação.

Essa “cooperação” certamente constitui uma área de interesse de pesquisadores que, como eu, “desejam compreender as convenções, os conflitos, a convivência que estrutura as relações e as interações entre os jornalistas, suas fontes e a equipe das mídias” (TRAVANCAS *et al.*, 2014, p. 16), sendo evidenciada pelas

interações inter e intraprofissionais que auxiliavam outros profissionais da área (apresentadores e “repórteres policiais”) na fabricação de narrativas noticiosas. Os autores elucidaram ainda que existe vasta produção científica na Sociologia do Jornalismo que se interessa pela dimensão relacional das atividades jornalísticas de modo geral, revelando que “tais estudos [...] mostram a ‘cozinha’ da produção jornalística como as micro decisões, as operações sucessivas que imbricadas umas às outras definem e constroem o produto editorial” final do Jornalismo (TRAVANCAS *et al.*, 2014, p. 16).

Na época do trabalho de campo, a “cozinha” da produção era pautada, sobretudo, pela confecção de uma agenda física de fontes; pela manutenção dos grupos de “fontes oficiais e oficiosas” nas “redes sociais” (*WhatsApp* e *Facebook*); pela filtragem das informações recebidas, especialmente através das “redes sociais”, possibilitando os “furos de reportagem”; pela checagem desses dados fornecidos pelas fontes, até mesmo as oficiais; pelo zelo da segurança dos “repórteres policiais” que realizam as “externas”; dentre outras atribuições mais específicas.

Em seus relatos, meus interlocutores produtores chamaram a minha atenção para seu protagonismo na composição de uma “memória jornalística” do gênero televisual policial cearense, visto que suas trajetórias profissionais se confundiam com a história do referido gênero na região. O protagonismo desses atores apareceu, sobretudo, no ato da fabricação das notícias, com o “poder de decisão” na seleção de histórias que “valem a pena” ou não serem divulgadas; no processo de “reformulação” dos programas, com a criação de novos projetos e “quadros fixos” inéditos para os noticiários em que trabalhavam; na formação de uma ampla rede de relações com “fontes oficiais e oficiosas” que os permitia produzir possíveis “furos de reportagem”; além de outras características comumente associadas a esses profissionais, os quais nem sempre recebiam o reconhecimento do meio profissional em que estavam inseridos, nem, muito menos, do “público”.

Primeiramente, a questão da “memória jornalística” apareceu com frequência nos relatos dos entrevistados, não apenas daqueles que atuavam no setor de produção dos programas, que, ao serem solicitados a indicarem novos interlocutores para participar da pesquisa, frequentemente indicavam produtores, especialmente os “mais antigos” no “telejornalismo policial” cearense, tais como o produtor Federico, largamente mencionado por seus colegas de profissão como “a memória viva dos programas policiais” no Ceará. Tal classificação ficou ainda mais

evidente quando conversei com ele e descobri que tal interlocutor trabalhava na área policial há mais de 27 anos, isto é, desde o surgimento do referido gênero televisual na região:

Eu trabalho na área da produção do programa Hortência. Estou aqui na emissora Violeta há 27 anos, desde que o programa foi criado. O Hortência, ele foi criado e foi um dos pioneiros na área policial. Ele tinha o propósito de chegar mais perto da população, mostrando lógico a área policial. A gente veio trabalhar no programa. Foi criada uma equipe, né? E a gente não esperava que fosse, como se diz na linguagem televisiva, estourar nos primeiros meses. Mas, quando você mexe com a área policial, com a desgraça, que infelizmente é o que vende, né? Se você, como eu costumo dizer, se você põe uma manchete de uma tragédia é recorde de vendas de televisão, de jornal. (Federico, produtor).

A entrada de Federico na área do “telejornalismo policial” cearense ocorreu “por acaso” após receber a proposta de emprego de um antigo diretor da emissora que buscava “formar uma equipe” de “mídia policial”. Nas palavras de Federico, sua resposta ao convite recebido foi a seguinte: “Cara, eu só conheço o aparelho de televisão”, enfatizando sua falta de experiência na área. Em seu depoimento, Federico, cuja jornada laboral correspondia ao período estipulado como “horário comercial”, esclareceu que sua única formação profissional foi o treinamento que recebeu no interior da própria empresa de telecomunicação e as experiências que adquiriu na prática ao longo de sua carreira profissional na mesma emissora.

Dentre as várias funções citadas pelos produtores entrevistados, a habilidade de decodificar informações trocadas através das rádios dos órgãos de segurança pública era primordial, demonstrando que, para “construir notícias”, foi necessário adquirir novas habilidades ao longo de suas carreiras, como afirmou a produtora Jamile:

Eu fiquei produzindo e fazendo rádio-escuta. Era muito complicado, porque você tinha que decifrar a escuta. Eles trabalham com códigos e, às vezes, não dão a informação. Aí, com a experiência, você vai aprendendo os códigos da Polícia e do SAMU. E, às vezes, as informações eram cortadas, aí você ligava para alguém e jogava um verde¹³⁷ para colher a informação. A gente tem que usar de alguns artifícios para poder conseguir a informação por causa desses mesmos interesses. Então a gente tem que ser mais esperto, tem que sempre estar um passo à frente. E também usar a artimanha de jogar o jogo que é preciso ser jogado e, com o tempo, você conhece o jogo. (Jamile, produtora).

¹³⁷ Expressão oriunda do ditado “jogar um verde para colher maduro”, utilizada por minha interlocutora como estratégia para fazer com que sua fonte revelasse informações sobre um determinado assunto sem que percebesse as reais intenções da requerente.

A trajetória profissional de Jamile era pautada por experiências vivenciadas em outras editorias jornalísticas, tais como “turismo”, “cultura” e “variedades”. Logo, quando foi contratada para trabalhar em um programa local do gênero policial, precisou aprender novas habilidades e “construir novas fontes”. Assim, para exercer cargos de produção em “programas policiais”, Jamile salientou que foi preciso assumir o “papel de investigadora” que, fazendo uso do “*feeling*”¹³⁸, desvelava o “nível de credibilidade” das fontes, identificava um possível “furo jornalístico”, revelava as histórias que existem por trás de um “crime”; tudo isso em um curto espaço de tempo. Esse “tino investigativo” foi considerado por Jamile como uma característica extremamente importante para o ofício que desempenhava, já que o “telejornalismo policial” captava notícias que ainda estavam “em construção”.

Jamile, que atuava em um regime de trabalho de oito horas diárias, lançou uma reflexão crítica sobre sua atividade profissional, ao argumentar que no “factual policial” não é possível sustentar o princípio cunhado por vários jornalistas como “compromisso com a verdade”, já que não há tempo hábil para realizar uma investigação mais apurada sobre os acontecimentos noticiados, pondo em questão a noção de “verdade” incorporada pelos profissionais de jornalismo quando eles passam a tratar o relato dos informantes como sendo “a verdade absoluta”.

No capítulo anterior, procurei descrever que a “falta de tempo” constituía uma “condição de trabalho” que permeava toda a área de atuação profissional do “telejornalismo policial” cearense, abrangendo todos os cargos da referida profissão. Questionando a concepção convencional do Jornalismo sobre “a verdade dos fatos”, Jamile sustentou que, nos casos que produz, há muitas histórias por trás de um determinado “crime” e que tomar como verdadeira apenas a “versão” fornecida por uma fonte não é suficiente para alcançar “a verdade” dos casos averiguados:

Você precisa ter o tino investigativo mesmo, entendeu? Buscar na palavra, no tom que a pessoa fala, sabe? Onde fica o furo? Onde é que tá faltando? Ou onde é que tá sobrando? Pra você entender realmente o que é a notícia, porque a notícia, a pessoa faz um relato. Nem sempre o relato que ela faz é verdadeiro ou 100% verdadeiro. Então, onde é que a gente fica buscando isso, né? Entender essa notícia? Saber o que é a verdade? O que é a verdade, né? A verdade na visão daquela pessoa? Na versão daquela pessoa? É muito complicado. O fato é que tem um corpo no chão. Alguém morreu e isso é fato. A verdade tá ali. Como chegou até aquela morte? O que

¹³⁸ Conforme explicação anterior, esta terminologia nativa é utilizada pelos interlocutores, em especial os produtores observados, para qualificar os “jornalistas policiais” que, ao se depararem com determinadas situações em suas rotinas de trabalho, agem de modo “perceptivo” e “intuitivo” no tratamento com as “fontes oficiais ou oficiosas”.

é que levou a pessoa a ser assassinada ali? Tem tantas histórias atrás desse crime. Aí, às vezes, existe uma narrativa policial, porque o factual, naquele momento, a gente não tem as respostas. A notícia ali ainda tá sendo construída. Ali é o final da história, entendeu? Pra você chegar no começo da história, é praticamente impossível no factual policial. Não dá, porque não tem como. Aquele momento ali é o final da história e o começo de outra. (Jamile, produtora).

De acordo com a interlocutora, seu “tino jornalístico” foi sendo paulatinamente adquirido na prática e, com o tempo de experiência profissional, ela foi tendo menos dificuldade para discernir o que e quem era confiável ou não. Jamile asseverou ainda que, na sua visão, o “jornalismo policial” não se propunha a aprofundar a cobertura jornalística dos acontecimentos, pelo contrário, seu objetivo era o de fornecer o “lead” da notícia, isto é, informações básicas sobre os casos noticiados e, muitas vezes, não conseguia oferecer nem mesmo tais dados, devido a inúmeros fatores, destacando, sobretudo, a resistência das pessoas envolvidas em conceder mais esclarecimentos à imprensa.

Você vai dar o básico, o *lead* daquilo ali, né? Olhe, quando você consegue fazer o *lead*, que até o *lead* é difícil no policial, porque as pessoas não passam as informações. As informações são truncadas, trocadas, erradas, né? Aí é bem complicado. Já é quase um milagre a gente conseguir subtrair daquela cena, daquela situação de conflito, a resposta que a gente quer. Aí eu acho que a gente precisa ter esse tino jornalístico. Precisa ter! Que é uma coisa que é construída. Você pode até ter algumas noções e tudo, mas é uma construção do dia a dia. É na prática. Nessa questão que eu tô te dizendo, ouvir o que as pessoas estão dizendo, prestar atenção no tom, no que foi dito de menos ou de mais, onde é que se encaixa as coisas do que tá sendo dito e pra cena que você tá vendo, entendeu? Tentar encaixar aquilo ali. (Jamile, produtora).

Nos depoimentos dos produtores examinados, ficou evidente a importância da relação entre eles e as fontes para a construção de sua trajetória e de seus pertencimentos profissionais nesta área de atuação jornalística. Segundo tais interlocutores, parte significativa de seu cotidiano de trabalho era “fazer contato” e “manter o vínculo” com os principais representantes de diversos segmentos sociais, já que, de acordo com a interlocutora Jamile, “não dá pra fugir do vínculo”. Para isso, alguns desses produtores ressaltaram a importância de, além da manutenção dos grupos de conversa criados em redes de relações virtuais, “construir uma agenda física”, considerada por Jamile como uma das principais ferramentas na busca de “fontes importantes” em “momentos de necessidade”:

Pronto, aí você vai ter que começar a construir uma nova agenda. Eu acho importante, porque sempre aqui quando chega uma estagiária, eu digo: “Uma

agenda!”. Porque a produtora precisa de uma agenda física. Não só uma agenda de celular. Aqui nesse ramo não dá pra ser tão tecnológico. Só tecnológico, não! A gente precisa de uma agenda mesmo, porque tem um momento que, roubam o celular ou você precisa do número de alguém, porque você precisa do vínculo. Apesar de você precisar ter cuidado com esse vínculo, esse vínculo é essencial. Não dá pra fugir do vínculo, né? Você precisa ter suas fontes. No policial, é imprescindível. Assim, mais do que em outras editorias. A editoria de Polícia precisa ter um vínculo mais estreito com as fontes, porque, se não, você não consegue nada. (Jamile, produtora).

Em complemento a opinião exposta por Jamile, a produtora Clarice, cuja jornada laboral contemplava o “horário comercial”, comentou sobre algumas das estratégias utilizadas por ela para “construir fonte” e “manter vínculos”, ações estas que, às vezes, geravam situações adversas:

Eu fui orientada por algumas pessoas que fizesse cartões. Então, eu fui numa gráfica, coloquei um cartãozinho. Até hoje eu tenho um ali até guardado. Ai eu coloquei Clarice e o número. Até hoje eu tenho o mesmo número. Eu pedia para os repórteres distribuírem o meu telefone a quem quer que fosse e eu comecei a perceber que as minhas fontes inclusive não eram só policiais, não eram só as pessoas do SAMU, não eram só os peritos, nem os motoristas do Rabecão, nem o pessoal da Divisão de Homicídios, Polícia Civil e Militar. Não era! E nem agente penitenciário. Eu percebi que as minhas fontes, não é que eu tinha ligação com bandido. Não! Mas, assim, eu percebi também que as minhas fontes eram também a população. Se era bandido ou se não era bandido. Se era parente de bandido. Todo mundo. Tudo bem! Porque eu acho, pelo que eu trabalhei, eu percebia que, pra eles, era vantagem divulgar o crime X. Vamos supor: Fulano matou fulano, então vale a pena aparecer na TV pra mostrar que quem manda é ele. (Clarice, produtora).

Em sua trajetória profissional, Clarice acumulou várias experiências em programas em rádios cearenses, especialmente na editoria esportiva. Devido ao grande interesse em atuar no gênero televisual policial, Clarice, que ainda cursava Jornalismo em uma faculdade particular em Fortaleza na época da pesquisa empírica, conseguiu um estágio como produtora de “programas policiais” em uma emissora local e, após um ano, recebeu a proposta de um contrato fixo da tal empresa, a qual aceitou com grande entusiasmo.

Para o produtor Federico, alguns dos requisitos básicos para atuar como produtor no “telejornalismo policial” eram ter “agilidade”, ter “atenção no máximo”, ter “paciência” e “saber filtrar” as informações recebidas pelas fontes:

O que a gente pede mais que as pessoas tenham aqui. Tem que ter agilidade, porque você tem que ter atenção ao máximo no que tá passando. Não desgrudar um minuto das notícias. A gente tem uma ferramenta no *WhatsApp* do programa Hortência que ela passa cerca de 500, 1000, 1500 mensagens por dia. Tu tem que saber filtrar, uma ligação que tu recebe do que é e o que não é importante. (Federico, produtor).

Quando questionado sobre o significado do “que é e o que não é importante”, Federico explicou que a habilidade de “saber filtrar as coisas” pode ser considerada o elemento definidor para que o produtor conseguisse “uma grande matéria”, que, segundo ele, era o “grande objetivo de todos os jornalistas”, exemplificando do seguinte modo:

Pois é, é isso que é a questão. Tu recebe aqui: “Ah, minha filha desapareceu!” E diz: “Ah foi? A senhora registrou queixa na Polícia.”. Ela responde: “Ainda não.”. E você diz: “Pois registre e depois ligue pra mim.”. O outro jeito é: “Ah, minha filha desapareceu!”. E diz: “Desapareceu? Como foi senhora? Ah, ela tava recebendo mensagens por *WhatsApp* de uma pessoa e fugiu?”. O furo da história já tá aí. Se tu só atende o telefone e ver que ela desapareceu e tu não vai se aprofundar na história, tu perde uma grande matéria. Um dos pontos importantes da profissão é saber filtrar as coisas. Tu atende uma pessoa ali fora. Tu acha aquela pessoa suja e tudo mais, aí diz: “Olha, vai embora.”. Tu não quer nem saber da história às vezes. Mas tu não sabe que aquela senhora teve um filho sequestrado, levado para a Espanha etc., tá entendendo? Tu tem que ter o máximo de atenção nisso aí. Uma simples ligação que tu recebe que pode criar uma boa matéria. Tem que ter o máximo de paciência, que, às vezes, as pessoas falam: “O Federico é muito grosso!” Mas, assim, elas não veem o tanto de paciência que a gente tem com aquelas pessoas, porque elas ligam atrás de uma solução, então tu não pode dar um não para elas. Porque tu pode atender o telefone e dizer assim: “Daqui a pouco eu ligo para senhora.”. Ali tu já está dando uma atenção. Ou pode dizer: “Não, aqui ninguém faz isso não.”. É diferente. Tu tem que preservar o teu público. (Federico, produtor).

A produtora Jamile também atestou ter sentido a necessidade de “ter mais cuidado” ao trabalhar na área policial do que precisou quando atuava como produtora em outras editorias jornalísticas, revelando o intrincado jogo de interesses existente no seio do “telejornalismo policial” na relação com as fontes:

É uma área que a gente precisa ter mais cuidado. Filtrar mais. É diferente de uma editoria de turismo que a gente sabe que a agência de turismo tem um interesse de vender, né? Mas é bem claro. Qual é a agência de turismo que vai dar uma entrevista se não for com o interesse de divulgar a sua agência, mesmo que seja nas entrelinhas. Já no policial, não é tão claro. Aí é que você precisa ter mais cuidado. Você precisa ter a experiência de entender o que é que aquela pessoa quer. Às vezes, só um telefonema a gente já dá pra entender. Você faz as perguntas certas e entende o que a pessoa quer. No começo, você caía na esparrela. Um exemplo, eu daria assim: um pedinte. A pessoa chega: “Oh, eu tô passando fome.”. Pede ali um real pra comprar merenda. Aí vira as costas e vai comprar uma droga ou não precisa do dinheiro. E você, na maior boa vontade, entrega o dinheiro. Aqui, isso não é totalmente isso, mas eu tô te dando um exemplo de como você pode ser ludibriada. A pessoa quer fazer uma denúncia, tendo um interesse próprio. Às vezes, é um interesse proativo, mas, às vezes, é um interesse de prejudicar alguém. Tendo esse interesse de prejudicar alguém, você pode virar a pauta. Busca a informação dela, mas redireciona a sua pauta. Isso você precisa entender com o tempo pra saber diferenciar. (Jamile, produtora).

Jamile ressaltou ainda que precisava “ter cuidado” inclusive com as “fontes oficiais”, isto é, os policiais militares, civis e federais com quem interagia diariamente na condição de produtora de um “programa policial” cearense. Em nossa conversa, ela me contou um episódio em que foi suspensa pela direção do telejornal em que trabalhava por ter “cometido o erro” de não realizar apropriadamente a checagem da informação fornecida pelo “Coronel Supervisor da Capital” na época:

Olha, até da fonte oficial, você precisa ter cuidado. Por exemplo, eu fui suspensa dois dias lá na emissora Íris, sabe por quê? Houve um crime lá no Crato de uma professora, sendo que o ex-marido ou era namorado, não lembro, esperou ela na porta e ela foi baleada ou foi esfaqueada. Eu não lembro. Aí eu liguei pro Supervisor da Capital, que é um major. Todo dia é um major Supervisor da Capital. Todos os crimes de maior gravidade. As pessoas precisam passar pra ele os crimes de maior gravidade. Ele precisa ficar sabendo. Os subalternos dele falam: “Ó, aconteceu um homicídio em tal canto.”. Aí pronto, liga pro Supervisor da Capital, ele fica sabendo e acompanha. Quando eu liguei pro Supervisor da Capital, ele disse que a moça tinha sido socorrida e levada pro IJF e tinha morrido. Eu confiei na informação dele, só que ela só morreu no outro dia. Eu matei ela antes! Olha, pra você ver, né? Eu confiei na informação dele, mas eu estava errada. Eu deveria ter ligado pro IJF e confirmado a morte dela. Ela foi pro IJF. Dois dias de suspensão, mas ele [o diretor do programa] tava certo. Eu confiei na fonte, né? Uma fonte oficial, mas eu deveria ter ligado de novo pro hospital pra confirmar. Olha, pra você ver como é complicado, né? Nem sempre a informação oficial, não é que ela não seja fidedigna, não é, mas ela também tem um interesse. Proteger o governo? Proteger a Secretaria que ela trabalha? Proteger o emprego? Entendeu? Aí é bem complicado. São vários detalhes que você precisa prestar atenção. Por isso que acontecem os erros, porque lidar com esses interesses, às vezes, te coloca numa sinuca de bico¹³⁹ ou então te faz errar. A pessoa te induz ao erro. (Jamile, produtora, grifo nosso).

O repórter Rafael corroborou com o pensamento de Jamile acerca do trabalho da produção dos “telejornais policiais”, ao acrescentar que, para quem trabalhava no turno da noite na condição de repórter tal como ele, muitas vezes, precisava “se produzir” e, para isso, utilizar os grupos do aplicativo *WhatsApp* e as páginas do *Facebook* para “encontrar matérias”. Segundo ele, embora as “redes sociais” funcionassem como ferramentas de trabalho, era necessário “ter muito cuidado” com essa nova forma de compartilhamento de informações e sempre “tomar a precaução de verificar a veracidade” das mesmas:

Tem que tá ligado direto. As redes sociais ajudaram muito a gente nesse sentido. *WhatsApp*, esses grupos, algumas páginas do *facebook*. Só que de um certo tempo pra cá, você vai percebendo que é preciso ter muito cuidado, porque as pessoas apenas repetem, copiam e colam em dezenas de grupos

¹³⁹ Expressão coloquial geralmente utilizada para definir uma situação complexa, problemática, em que a pessoa se encontra em um impasse, com dificuldade para encontrar uma solução.

a mesma coisa. Nem sempre aquilo é verdade. Nem sempre aquilo está acontecendo naquela hora. (Rafael, repórter).

Segundo a produtora Clarice, sua função também se baseava em orientar e zelar pela segurança dos profissionais que se encontravam nas “externas”:

Na produção, você vai tentando colher informações para repassar para o repórter. Não poderia passar uma pauta furada, não por ser uma pauta furada, não é por gastar gasolina, mas para não expor a vida dos três profissionais que estavam lá. Saber se tem Polícia no local antes de mandar uma equipe. A gente tem que saber, tem que ter a certeza. Quando não tem, dizer: “Vai para uma avenida mais próxima. Vai contando a história. Quando ver a viatura da Polícia, acompanha a viatura da Polícia, vai narrando enquanto acompanha.”. (Clarice, produtora).

A entrevistada demonstrou em seu registro oral outro aspecto relevante à análise do profissionalismo e dos pertencimentos profissionais acionados pelos produtores examinados, que é a dimensão pedagógica. Orgulhoso, Federico relatou que, no decorrer de sua trajetória profissional, foi capaz de “ajudar”¹⁴⁰ vários profissionais em início de carreira, ensinando-os as “manhas do ofício”, visto que, muitas vezes, eles não sabiam “nem mesmo se comportar em frente à câmera” (Federico, produtor).

Nesse sentido, com base nos depoimentos de Federico e de outros interlocutores, percebi que o papel dos produtores, editores e diretores ia muito além da produção e montagem das notícias, apresentando uma importância pedagógica essencial para a formação dos “jornalistas policiais” de modo geral. Foi interessante notar como essa qualidade provocava variados sentimentos nesses profissionais, tais como “orgulho”, “contentamento” e “gratificação”. Federico complementou com a afirmação de que, ao longo dos seus quase trinta anos de carreira, foi responsável pelo treinamento de vários profissionais que passaram pela empresa em que trabalhava, ressaltando o quanto era gratificante para ele ser capaz de desempenhar esse papel:

O Ítalo, ele faz rádio também pela manhã na Rádio Margarida. Ele é locutor. E, à tarde, ele trabalha com a gente na produção. Foi um que veio do zero. Só fazia esporte. E a gente teve que ajudar. Assim, com todas as experiências dele no rádio, assim, hoje, ele sabe mais. É até gratificante pra mim, ele chegar e dizer que aprendeu muito comigo. Como eu te falei, eu não gosto muito dessa palavra de dizer que eu tô formando, mas assim, eu ajudo

¹⁴⁰ Por se encontrarem nos bastidores dos programas televisivos, em um local adjacente ao que é mostrado no vídeo, os produtores podiam dar apoio aos “apresentadores e repórteres policiais”, enquanto eles realizavam sua participação na produção da informação jornalística (GOFFMAN, 2011a).

muito, tá entendendo? Apesar de nunca ter passado por uma faculdade. (Federico, produtor).

O interlocutor Miguel, produtor de 65 anos de idade, que trabalhava em um regime laboral de aproximadamente oito horas diárias, confirmou o sentimento de gratificação expressado por Federico, acrescentando que sempre procurava “dar dicas”, “criar expressões”, “assinaturas de notícia, de voz” para os “repórteres policiais”, dos quais considerava ter contribuído para seus processos de formação profissional:

Há algumas restrições à imprensa. Até porque dentro dessa área policial, algumas pessoas não estão habilitadas a um microfone ou a uma página de jornal ou a uma câmera de televisão. Não estão habilitadas, mas exercem. E aí você não pode ser contra as pessoas que têm dificuldade de expressão, de leitura, de gramática. Você não pode condenar, mas não pode entregar o microfone. Tem que preparar a pessoa. Pelo menos, no mínimo, prepare a pessoa. Eu sempre conversei com meus repórteres. Sempre! Eu: “Ah, vai por aqui. Isso e isso.”. Dicas e expressões. Criava expressões. Eu dizia pra criar uma expressão pra ti, sabe? Uma assinatura de notícia, de voz. (Miguel, produtor).

Tal dimensão se encontrava presente na atividade laboral dos meus interlocutores de pesquisa, em especial daqueles que atuavam como produtores, demonstrando diferentes formas de luta por reconhecimento¹⁴¹ acionadas por essa categoria profissional no interior dos espaços jornalísticos pesquisados.

No capítulo anterior, procurei descrever algumas das condições de trabalho da profissão de “jornalista policial” mais citadas por meus interlocutores, tais como a “falta de tempo” para a montagem das notícias, cujos resultados, de acordo com meus próprios interlocutores, podem desencadear efeitos prejudiciais a pessoas e/ou grupos sociais diversos. De modo geral, os jornalistas ouvidos, que ocupavam diferentes cargos no “telejornalismo policial” cearense, entendiam os impactos que informações duvidosas e/ou politicamente enviesadas podiam gerar na vida das pessoas envolvidas nos casos noticiados. Nesse sentido, Thiago, diretor de um “telejornal policial” local, que trabalhava em uma jornada de aproximadamente oito horas diárias, cumprindo com frequência horas extras na emissora onde atuava, e cuja trajetória profissional era marcada por experiências anteriores em programas “ao vivo” em rádios de Fortaleza, também acentuava a noção de “responsabilidade” que os “jornalistas policiais” deviam ter em relação às informações transmitidas nas

¹⁴¹ Cf. DUBAR, 2005; TRAVANCAS *et al.*, 2014.

reportagens, enfatizando a fundamental necessidade de “checar os fatos”. Sobre o cuidado na montagem do programa no qual trabalhava, Thiago enfatizou:

Tem que ter cuidado. Uma vírgula faz a diferença. Pode prejudicar a vida de uma pessoa, como a gente já viu vários casos por aí que a imprensa erra. Hoje aconteceu isso. Nós fomos checar e tudo. E, realmente confirmava. A assessora: “É isso aí mesmo. É esse o cara da foto.”. E nós colocamos. Quer dizer, o programa já estava praticamente fechado, mas teve essa informação e a gente teve que correr contra o tempo. Então é correria demais. Às vezes, o programa tá no ar, eu tenho ainda 20 minutos em aberto. E ainda tem matérias que ainda estão sendo editadas. É um desfoque que tem que dar na imagem, enfim... (Thiago, diretor).

Além das “responsabilidades” listadas acima, Thiago acrescentou que, como diretor de um “telejornal policial”, precisava estar em constante contato com os funcionários do setor comercial e do Núcleo de Inteligência da empresa em que trabalhava, com o objetivo de utilizar tais dados coletados para “garantir a audiência” dos programas. Em seu relato, o interlocutor ainda sugeriu que estabelecia interação direta com os anunciantes do telejornal, cabendo a ele a tarefa de explicar-lhes detalhadamente o funcionamento do “negócio”:

É, eu sempre digo que aqui a gente trabalha em equipe. Nesse período, eu tive a visita de um grupo de um dos anunciantes. Eles vieram pra cá pra conversar, pra conhecer e tal. Beleza! E eu disse pra eles que aqui no programa Orquídea a gente trabalha em equipe, mas não é apenas, por exemplo, o repórter, o produtor, o editor, o diretor do programa e os coordenadores. Não! A gente trabalha aqui em equipe mesmo! Então vai desde a produção, a edição, a reportagem ao comercial, ao Núcleo de Pesquisa de Inteligência da empresa que me passa a audiência. Então é uma coisa muito ampla. (Thiago, diretor).

A contextualização que Thiago fez acerca do processo de construção dos programas chama a atenção pelo clima de “correria” do ambiente de trabalho dos referidos trabalhadores, sugerindo que, no momento da exibição, os noticiários ainda estão em construção nos bastidores das “redações”, isto é, as reportagens ainda estão sendo confeccionadas. Tal situação contribui para o aumento dos indicadores de estresse e adrenalina, que fazem parte do ambiente de trabalho desses profissionais. Com o objetivo de atenuar um pouco tal clima e aprimorar o desempenho laboral do grupo, Thiago afirmou que utilizava o momento das “reuniões de pauta” da equipe como tática pedagógica, ao promover o diálogo e as trocas de experiências intraprofissionais entre repórteres, apresentadores, editores e produtores, enfatizando que, no começo, a ideia não foi tão bem recebida, mas que,

com o tempo, toda a equipe passou a aproveitar o espaço para seu “aperfeiçoamento profissional”:

Aqui acontece o seguinte: uma coisa que a gente não tinha antigamente, mas, quando eu assumi, “eu vou fazer”, porque era uma coisa que eu sentia falta. Nas reuniões, a gente não sabia como é que tava a audiência do programa. A gente não sabia a audiência que foi a matéria da Priscila, a matéria do Joaquim etc. A gente não sabia. Aí hoje, eu trago: “Oh gente, parabéns, a matéria destaque da semana. Priscila, foi show! Foi tanto de audiência. Pessoal, a nossa audiência tá assim. Nós vamos fechar o mês em primeiro. Tá perto. Tá terminando, vamos lá, não sei o que.”. É, incentivar, incentivar. Por exemplo: “Joaquim, você tá com um vício de linguagem incrível, você tá dizendo: ‘É uma situação muito delicada.’”. Eu falo na frente de todos, pro outro ver e não cometer o mesmo erro. Aí eu digo: “Olha gente, não fiquem constrangidos não. E, quando eu tô falando aqui de um erro de um companheiro, vai servir pra vocês também. Então, vocês têm que absorver isso.”. Aí eu falo: “Oh, prestem atenção no que vocês tão vendo aqui.”. Aí eles ficam ouvindo. Agora, quando é uma coisa mais séria, que é mais delicada, aí eu chamo pro cantinho. É mais pra um ver o erro do outro. (Thiago, diretor).

Alguns dos produtores, editores e diretores entrevistados pareciam acumular muitas “responsabilidades” e atribuições, assumindo mais de uma função simultaneamente, o que acabava interferindo no desempenho profissional e na condição psicológica pessoal dos próprios trabalhadores, como é o caso da editora Júlia, cujo regime laboral correspondia ao período definido como “horário comercial”:

Chego cedo, apesar do meu horário ser de 8h. Era de 8h30, agora como o programa tá mais cedo, às 12h10. Era às 12h40, aí eu tô entrando de 8h. Mas eu sempre chego mais cedo. Por costume. Eu quero adiantar as coisas. É porque eu acho que não dá tempo. É muita coisa, sabe? É muita coisa pra pensar. É pegar foto, pegar vídeo. São detalhes, detalhes. E detalhes que a gente precisa prestar a atenção pra não acontecer erros. Aí eu costumo chegar cedo pra visualizar o que é que vai ser aquele dia, né? A gente começar a dar o formato do programa. (Júlia, editora).

É possível perceber no relato de Júlia que a “atenção aos pequenos detalhes” possui uma grande importância, sendo entendida como uma das principais competências para “ser uma editora de telejornais policiais”. Para o jovem editor-chefe André de 25 anos, formado em Jornalismo por uma faculdade particular cearense, que trabalhava em uma jornada de oito horas diariamente, e que também atuava esporadicamente na condição de “repórter policial”, a experiência profissional que adquiriu como editor-chefe de um “telejornal policial” local contribuiu positivamente para seu desempenho como repórter:

Eu acho que essa experiência de bastidor também me dava muita ajuda na rua, porque eu já pensava na matéria para a edição. Porque isso facilita muito no programa ao vivo, pra botar o programa no ar. Trazia o material já pré-

editado, sabe? Eles [os diretores] gostam muito, porque a estrutura é muito pequena, de todos eles [os programas]. Muito pequena. (André, editor-chefe, grifos nosso).

De acordo com o interlocutor Daniel, editor de texto de uma emissora cearense que trabalhava aproximadamente oito horas diárias, o curto espaço de tempo destinado à edição dos programas acabava fazendo com que os profissionais que atuavam nos bastidores dos “noticiários policiais” precisassem “fazer horas extras” com certa frequência:

Já aconteceu de eu sair 20h da noite. Eu entrar 7h30, 8h e sair 20h da noite, porque a gente tem que ficar editando um quadro que a gente coloca às sextas-feiras. Quem edita sou eu e eu só posso editar na quinta, porque é o horário que eu tenho pra isso. Então eu só saio quando o material tá praticamente já todo esqueletado¹⁴², como a gente chama. Já todo prontinho. Só faltando cobrir algumas entrevistas, colocar uma imagem, alguma vinheta, fazer um clipe. Eu já deixo com o editor de imagens e aí eu posso sair. (Daniel, editor de texto).

Para evitar ser enganada por fontes com “interesses escusos”, Júlia elaborava táticas no exercício de sua função como editora:

Às vezes, numa edição, você tira. Você pode tirar esse interesse daquela pessoa, né? Porque, às vezes, por exemplo, você vai fazer um crime. Aí lá, ela [fonte] faz uma denúncia de alguma coisa e você vai ver que não tem relação, ou então é muito vago, ou então, realmente, é uma denúncia muito grave, mas até que ponto ela tá falando a verdade, né? Pronto. Aí tem dois elementos nessa hora: ou você tira essa parte e deixa para um segundo momento; ou você deixa essa parte e vai buscar a resposta. Porque, se não, você corre um risco de um processo ou coisa parecida. (Júlia, editora, grifo nosso).

Em suma, táticas e “cuidados” apontados por meus interlocutores em seus relatos sobre suas trajetórias profissionais trazem consigo elementos acerca dos modos de pensamento operacionalizados por estes atores no desempenho de suas práticas profissionais, o que me ajudou a compreender melhor a dinâmica relacional existente de tais profissionais entre si e entre eles e outros atores sociais envolvidos na produção das reportagens, além de fornecer uma visão geral do funcionamento dos próprios programas.

Retomando a linha argumentativa, neste capítulo, busquei apresentar o modo como meus interlocutores de pesquisa (apresentadores, repórteres, produtores, editores e diretores de “programas policiais”) colocavam em prática os saberes,

¹⁴² Jargão jornalístico também conhecido como “blocagem” que designa o estilo de montagem realizada pelo editor, que compreende um roteiro resumido que deve ser transposto tal qual a ordenação prevista pelo editor-chefe.

segundo eles, adquiridos no próprio exercício da profissão, enfatizando a relevância das dinâmicas relacionais estabelecidas entre eles e os demais atores envolvidos na dinâmica produtiva dos “programas policiais” para o processo de socialização e a construção de pertencimentos profissionais relativos a tal categoria, evocados nos relatos dos interlocutores que, na condição de entrevistados, utilizaram artifícios memoriais para narrar aspectos de suas carreiras e trajetórias profissionais.

5 “NÓS SOMOS CONTADORES DE HISTÓRIAS”: REDES, RELAÇÕES DE PODER E PRODUÇÃO DA VERDADE NO FAZER JORNALÍSTICO POLICIAL CEARENSE

A maneira como os “jornalistas policiais” falam da sociedade¹⁴³ retrata o modo como eles compreendem e ordenam o mundo social no qual estão inseridos e como enquadram¹⁴⁴ as situações e as experiências vivenciadas por eles em seu cotidiano de trabalho, transmitindo conhecimentos e ideias sobre o social através de seus discursos performáticos em programas televisivos. Esse relato sobre o social também se reflete no principal produto do trabalho desses profissionais, que possui uma estética política¹⁴⁵ própria: a “notícia policial”.

Vários fatores influem na construção dessa forma de relato, tais como as dinâmicas situacionais das práticas profissionais dos “jornalistas policiais”, as rotinas¹⁴⁶ organizacionais de produção dos programas, as concepções e os valores morais compartilhados entre as redes de relações formadas pelas fontes com as quais interagem diariamente em seus ofícios e o “público” a quem se destinam as notícias produzidas por eles. Conforme sugeriu Becker (2009a, p. 27-28):

Encarar relatos sobre a sociedade do ponto de vista organizacional significa introduzir na análise todos os aspectos das organizações em que eles são feitos: estruturas burocráticas, orçamentos, códigos profissionais, características e aptidões do público – tudo isso tem um efeito importante no falar sobre a sociedade. Trabalhadores decidem como fazer representações vendo o que é possível, lógico, exequível e desejável, dadas as condições sob as quais as realizam e as pessoas para quem as expõem.

Para pensar o modo de relato fabricado por meus interlocutores de pesquisa, parti do pressuposto de que não há um monopólio do modo de descrever o social, existindo uma multiplicidade de “gêneros de relato” que produzem conhecimentos específicos sobre os mais variados aspectos da nossa sociedade. Na perspectiva apontada por Becker (2009, p. 26), “falar sobre a sociedade” pode funcionar como dispositivo enunciativo pautado em indícios e análises aceitáveis na interação com interlocutores específicos. O autor ainda alertou que tal dispositivo pode funcionar como mecanismo de “tomada de poder profissional clássico” quando um

¹⁴³ Cf. BECKER, 2009.

¹⁴⁴ Cf. GOFFMAN, 2012.

¹⁴⁵ Cf. RANCIÈRE, 2009.

¹⁴⁶ Cf. TUCHMAN, 1999a.

grupo específico se declara como único capaz de produzir um “conhecimento ‘real’” sobre determinada temática. Pesquisando o universo do “telejornalismo policial” há doze anos, percebi que os “jornalistas policiais” acionam dispositivos de poder semelhantes ao garantirem aos telespectadores que mostram “a vida como ela é e como não deve ser” ou “a realidade dos fatos” na produção de narrativas sobre conceitos como “violência urbana”, “criminalidade” ou “segurança pública”.

“Mostrar a realidade”, afirmou a interlocutora Marina acerca do que acreditava ser seu papel como “repórter policial”. Cabe assinalar que a noção de “realidade” foi apresentada pela interlocutora como algo dado, objetivo, tangível e não como fruto de um processo gradual de luta social e política de repertórios e esquemas primários que orientavam o enquadramento dos acontecimentos e a produção da verdade¹⁴⁷. Assim, ao narrarem determinados fenômenos e conceitos, os “jornalistas policiais” assumem para si o papel de “contadores de histórias” ou de “narradores natos”¹⁴⁸ que participam ativamente da construção do real, noticiando-o como um “relato verdadeiro” do meio social observado.

Contudo, é preciso ressaltar que alguns dos “jornalistas policiais” ouvidos apresentaram visões diferentes em relação ao seu papel profissional e aos seus produtos noticiosos, salientando terem consciência de que poderiam contribuir mais se pudessem fornecer um maior aprofundamento sobre os assuntos abordados nas reportagens, tal como é possível verificar na fala do interlocutor Samir, apresentador de “telejornais policiais” cearenses:

Nós poderíamos dar uma contribuição muito maior se fosse reformulado esse formato do programa policial, entendeu? Porque do jeito que está, os programas, eles não têm dado a contribuição que deveriam dar. Não tem dado. Qualquer segurança pública, ela não se restringe somente à questão de Polícia. Resolver o problema da população, da falta de segurança, da criminalidade alta que ela sofre não é somente com prisão que vai se resolver. E, o que mais se ouve, desde quando eu era menino, que tinha os programas, não de televisão, mas os programas de rádio na área policial, que os apresentadores pedem só a mesma coisa: prisão, prisão e prisão. Não tem um que faça uma discussão mais aprofundada sobre essa questão. (Samir, apresentador).

Observando os bastidores das rotinas de produção dos “programas policiais” televisivos cearenses e as relações assimétricas de poder às quais fazem parte, pude perceber que, para “contar histórias”, meus interlocutores utilizavam

¹⁴⁷ Cf. FOUCAULT, 2001.

¹⁴⁸ Cf. BENJAMIN, 1994.

principalmente linguagens e repertórios simbólicos de suas fontes, em especial as “fontes oficiais”, provenientes de instituições policiais e de organizações jurídicas brasileiras, conferindo, sobretudo, um enfoque policial às notícias e aos seus discursos performáticos. Para compreender como essa apropriação do discurso policial acontece no “telejornalismo policial” cearense, analisei alguns aspectos observados no campo das dinâmicas relacionais entre os “jornalistas policiais” examinados e suas fontes.

5.1 Os “jornalistas policiais” e suas fontes

A relação com as fontes foi apontada diversas vezes por meus interlocutores como fundamental para a atuação profissional no meio jornalístico em geral. No caso do “telejornalismo policial” cearense, sua importância era considerada ainda maior, visto que, segundo os jornalistas ouvidos, era “imprescindível” para os profissionais da área “construir as fontes necessárias” para “fazer a história acontecer”, como esclareceu o interlocutor Samuel:

Pra área policial, conta. Você tem que ter fonte. Se você não tiver, é bem complicado. É, é bem complicado. Às vezes, tem que construir fonte. Então, o necessário eu tinha. Eu tinha fonte com o Rabecão, né? Aí tinha o contato do Supervisor de Policiamento da Capital, que todo dia muda. Aí eu ligava na doida: “Ó, tudo bom, Coronel? Aqui é fulaninho de tal. Alguma ocorrência?”. Aí tinha alguns que eram mais abertos, tinha uns que eram fechadões. Que tinha ocorrência e dizia: “Não, não tem não!”. Aí você tem que ter um jogo de cintura. Bater de frente nunca. Nunca! E aí eu ia fazendo a história acontecer. (Samuel, repórter).

Desde os primeiros contatos com o universo do “telejornalismo policial” cearense, eu escutava meus interlocutores afirmarem que realizavam a “cobertura dos bastidores policiais” ou dos “casos de Polícia”. Tais expressões apareciam constantemente na fala deles como uma definição da dinâmica de trabalho que desempenhavam diariamente, dando a entender que sua principal função era acompanhar a atuação da “Polícia” no Estado do Ceará. O acompanhamento da atuação de autoridades estatais por parte dos “jornalistas policiais” investigados assume aqui uma conotação mais ampla ao englobar os mais diversos agentes de instituições de segurança pública cearenses (policiais militares, policiais civis, policiais federais, policiais rodoviários federais, guardas municipais, peritos criminais etc.),

além de agentes oriundos de outros órgãos públicos, tais como socorristas, bombeiros, enfermeiros, agentes penitenciários, entre outros.

De acordo com o repórter Rafael, no “jornalismo policial televisivo” em Fortaleza, “às vezes, os repórteres saem das emissoras sem ter ideia do que vão fazer durante o dia”. Para conseguirem realizar a “cobertura dos fatos no momento de suas ocorrências” e “antes da concorrência”, eles precisavam recorrer aos seus contatos, que podiam ser “fontes oficiais (autoridades, instituições, releases divulgados pelas assessorias de imprensa de órgãos públicos etc.) ou fontes oficiosas (pessoas ligadas às instituições oficiais, mas sem autorização para representá-las).” (Rafael, repórter).

Estratégias e negociações fazem parte do cotidiano desses jornalistas, que dependem de informações privilegiadas concedidas por “fontes oficiais e oficiosas”, para garantir-lhes os chamados “furos de reportagem”¹⁴⁹. Delegados, policiais militares e outros agentes de órgãos de segurança, em função do cargo que ocupam e da significativa quantidade de informações de interesse público que detêm, aparecem nos “telejornais policiais” cearenses como fontes que muito colaboram com os “jornalistas policiais” pesquisados. Com frequência, os “telejornais cearenses” abrem espaço para entrevistas com policiais, secretários de segurança pública etc. Assim, as redes de relações com as fontes são formadas não apenas nos bastidores dessas produções midiáticas, mas também diante das câmeras.

Outro ponto relevante é a ênfase no trabalho desempenhado pelas autoridades estatais, que constitui parte do foco desses programas. Em seus discursos sobre o “crime” e a “violência” no Ceará, os apresentadores e “repórteres policiais” enaltecem, sobretudo, características positivas dessas autoridades, exaltando de modo veemente suas competências, habilidades e conquistas alcançadas, conferindo-as notoriedade.

A interlocutora Marina, repórter de um “telejornal policial” local, salientou outra dimensão presente nas dinâmicas relacionais entre jornalistas e agentes da “Polícia” e demais órgãos estatais: a reciprocidade e a “parceria”. A interdependência das redes de relações de poder formadas por atores da “mídia policial” e do Governo demonstra que tal constelação de conexões é baseada na noção de “trocas mútuas”, em que os primeiros têm acesso aos “bastidores” das ações e práticas da “Polícia” e

¹⁴⁹ Jargão jornalístico utilizado para se referir à notícia que foi ou está sendo divulgada pela primeira vez, podendo ser usada também a expressão “em primeira mão” sem perda de sentido.

demais órgãos públicos, enquanto os agentes estatais têm a oportunidade de conferir visibilidade e qualificações positivas às suas respectivas categorias profissionais.

5.1.1 *Jornalistas e Policiais: relações de ambiguidade*

A maioria dos repórteres entrevistados acreditava que estabelecer relações de proximidade com “fontes policiais” e, até mesmo, construir relacionamentos de “amizade” com eles nos bastidores das reportagens, constituía um requisito indispensável para atuar no “telejornalismo policial” cearense, por entenderem que tais atores eram suas principais e quase sempre únicas fontes. No entanto, ao longo do trabalho de campo desenvolvido durante a pesquisa, percebi que essas relações eram marcadas por ambiguidades, apresentando tanto situações de “parceria” e “amizade” quanto circunstâncias de “conflito” e “desentendimento”.

Para ilustrar uma dessas situações, busquei descrever uma cena comum da interação entre jornalistas e policiais que acontecia no interior das próprias emissoras de telecomunicações locais. Conversando com a repórter Marina no corredor que dava acesso à “sala de redação” da empresa em que ela trabalhava, um homem se aproximou de nós, chamando a sua atenção. Os dois se cumprimentam afetuosamente, demonstrando que se conheciam há muito tempo. Após esse episódio, Marina comentou que era comum receberem visitas de membros da “Polícia” “na redação”, acrescentando que, em sua experiência, a relação de proximidade mantida com a “Polícia” acontecia com mais frequência com os policiais “antigos”¹⁵⁰, que eram seus principais “parceiros” na construção das notícias e para os quais ela fornecia inclusive seu número pessoal para contato, enquanto que o mesmo não ocorria com “a turma da Polícia que entrou mais recente”, visto que estes costumavam tratar de maneira “menos respeitosa” os “jornalistas policiais”.

Eu sempre faço a questão de ter esse contato com a fonte, que são os policiais, a comunidade, que são pessoas que ajudam muito a gente. Além da população que nos ajuda muito, tem a questão das fontes policiais. Nós temos muitos policiais, principalmente os mais antigos, que conhecem a gente desde sempre, que a gente deixa inclusive o nosso telefone de contato pessoal. A Polícia já foi mais carinhosa com a imprensa, entendeu? Os antigos, como eu já lhe falei, que são as fontes fiéis que a gente tem, eles nos ajudam muito, mas a turma da Polícia que entrou mais recente, porque, assim, desde que nosso excelentíssimo ex-governador, Cid Gomes, criou o

¹⁵⁰ Categoria nativa utilizada pelos entrevistados ao se referirem às suas fontes ou “parceiros” que trabalham como policiais no Estado do Ceará.

Ronda do Quarteirão, ele não criou policiais, ele criou artistas! Então, eu não sei se a metodologia que foi colocada na cabecinha deles foi: “Olha, vocês são a bala que matou o *Kennedy*. Vocês são superiores a qualquer coisa.”. Eu vejo pela forma como eles tratam a imprensa. Eu já cansei de estender a mão. (Marina, repórter).

Pesquisando etnografias sobre o universo das corporações policiais cearenses, encontrei categorias semelhantes às utilizadas por Marina na pesquisa desenvolvida pelo pesquisador Wendell de Freitas Barbosa (2014) que, em seu trabalho dissertativo, demonstrou em nota explicativa o sentido atribuído por seus interlocutores (policiais militares do extinto programa de policiamento Ronda do Quarteirão em Juazeiro do Norte – CE, no período entre 2011 e 2013) às categorias nativas policial “antigo” e “moderno”, com as quais se deparou em seu trabalho de campo, demonstrando a heterogeneidade presente na referida categoria profissional. Segundo o autor, esses termos funcionavam no campo estudado como:

[...] definições geracionais e hierárquicas dentro da corporação militar. Os “modernos” têm menos tempo de carreira na instituição que os “antigos”, quão mais “antigo” se torna o policial mais ele acende hierarquicamente nas relações sociais da PM. Trata-se de uma relação geracional nos termos estabelecidos e outsiders (Cf. ELIAS e SCOTSON, 2000), marcados pela temporalidade de pertencimento à instituição, [...]. Entretanto, em algumas ocasiões o “Moderno” contava vantagem dos seus conhecimentos sobre o ofício em relação ao “Antigo”, produzindo redimensionamento da relação de poder, redefinindo as tensões. (BARBOSA, 2014, p. 76).

A meu ver, a tensão percebida por Barbosa (2014) em sua análise sobre a relação entre policiais “antigos e modernos” ultrapassa as fronteiras da corporação policial e se faz presente na disposição interacional entre policiais e “jornalistas policiais”, apresentando características diferenciadas em sua composição. Ao invés de constituir uma questão de disputa de poder no âmbito profissional, como no caso analisado por Barbosa, a tensão na relação com a “nova geração da Polícia”, mencionada não somente por Marina, mas por uma parcela significativa dos meus interlocutores de pesquisa, com algumas exceções, pareceu ser de caráter ideológico, visto que meus interlocutores habitualmente mencionavam que não compartilhavam com este grupo específicas ideias, visões de mundo e regimes de verdade, no que diz respeito a valores morais sobre a sociedade, em especial, questões ligadas à significação de conceitos como “criminalidade” e “segurança pública”, identificando-se mais com os policiais “antigos”.

Observei também, durante o acompanhamento das rotinas dos “repórteres policiais” examinados nas “reportagens de rua”, a complexidade das interações

mantidas entre eles e as corporações policiais (especialmente, a militar e a civil), presenciando tanto momentos de “amizade” quanto de “desentendimento” entre tais atores sociais, como na situação vivenciada pela repórter Bárbara, cujo “plantão de domingo” eu acompanhei. Chegando ao “local do crime”, conforme denominavam meus interlocutores, caminhei ao encontro da equipe de reportagem (a repórter, a cinegrafista e o apoio técnico/motorista) que se reunia no acostamento de uma rua estreita. Foi quando notei que o corpo da pessoa falecida já não estava no local e que apenas estavam presentes, por trás do “cordão de isolamento”, policiais militares e civis e suas respectivas viaturas.

Nesta ocasião, pude presenciar como as interações entre repórteres e policiais (civis e militares) aconteciam na prática. Bárbara se encaminhou para o local onde a “Polícia” estava reunida no intuito de realizar ali algumas “passagens”¹⁵¹ da reportagem. Nesse momento, a repórter começou a entrevistar um perito criminal, que, segundo ela, já era sua fonte e “estava de plantão” naquele dia. Posteriormente, Bárbara comentou comigo que ela havia conhecido o referido perito através da esposa dele, uma jornalista que trabalhava na mesma emissora que ela.

Na observação de campo, tal relação de “amizade” se tornou explícita ao utilizarem o termo “amigo(a)” como modo de tratamento. Após o encerramento da entrevista com o perito, Bárbara me explicou que não conversaria com o delegado encarregado pela investigação do caso, pois, nas palavras dela, ele era “muito arrogante” e, a seu ver, “não valeria a pena”. Ela argumentou ainda que a interação com a “Polícia” (Militar e Civil) “nem sempre é tranquila”, o que prejudicava, muitas vezes, o desenvolvimento de suas atividades, evidenciando a regularidade de situações conflituosas em seu cotidiano de trabalho e a complexidade das relações de poder interprofissionais que emergiam nos bastidores de produção das “matérias”.

Outro exemplo é o caso relatado por Samuel que afirmou ter sido discriminado pelo fato de atuar na condição de repórter na área do “telejornalismo policial” por policiais que se recusaram a conceder-lhe entrevistas: “Eu não vou dar entrevista pra urubu não.”. Segundo Samuel, episódios como esse aconteceram várias vezes no decorrer de sua trajetória profissional na área: “Já fui chamado por

¹⁵¹ Termo nativo que significa realizar filmagens, gravações. Segundo Bahia (2015, grifos do autor): “em TV, movimento que faz o repórter para passar de um lugar a outro, a fim de introduzir uma informação que vai levar a um segundo *off* e ampliar a matéria. Também o encerramento que o repórter faz de uma matéria, assinando-a de onde a realizou.”

um policial de urubu. Eu fui chamado de urubu, de carniceiro da imprensa.” (Samuel, repórter). É interessante notar que a referência feita pelo referido policial revela uma visão negativa a respeito dos “jornalistas policiais”, quando constrói elementos comparativos entre tais profissionais e uma ave que se alimenta de restos de outros animais mortos, de carniça, do que é indesejável por estar à espreita da doença e da morte, provocando certo sentimento de repulsão a tais jornalistas por estarem, em certo sentido, associados a segmentos da nossa sociedade considerados como “lixo”, “escória”, dimensão esta já mencionada. Evidentemente, tal alegoria pode conter outros significados, tais como a caracterização de alguém que é desumano, que não sente compaixão, que tira proveito da tragédia alheia, dentre outros sentidos possíveis. Tais aspectos negativos apareceram de forma marcante nos relatos dos meus interlocutores.

Já Clarice, produtora de “programas policiais” há seis anos, utilizou a metáfora da “água e óleo” para descrever sua opinião acerca da relação entre jornalistas e policiais, destacando os momentos de conflitos e divergências existentes nas interações entre os referidos atores sociais:

Porque existiam momentos que a Polícia também se isola da gente, dá um chega pra lá. Existiam campanhas nas redes sociais de alguns policiais, “Entrevista Zero”, de não passar informações pra gente, porque alguns achavam que nós distorcemos as coisas, que nós ficamos contra a Polícia, colocamos a sociedade contra a Polícia Militar. Água e óleo, né? Não se cruzam. É Polícia e imprensa. Em alguns momentos tem choque térmico. (Clarice, produtora).

Como se propõem a cobrir jornalisticamente o cotidiano de trabalho dos policiais e demais agentes estatais nas ruas de Fortaleza e sua Região Metropolitana, as interações face a face que os “repórteres policiais” estabelecem com tais atores sociais e com os “populares” acontecem geralmente em situações de “crise”, “conflito” e “vulnerabilidade”. Eles se colocam nessas situações com o objetivo de “cumprirem sua função de mostrar a realidade das ocorrências policiais”, nas quais “não se sabe o que vai acontecer” ao coletar o material necessário para a confecção das “matérias” jornalísticas e registrar “a vida como ela é”. Em seus depoimentos, os jornalistas investigados classificaram certas “experiências de rua” como momentos de “tensão”, traduzidos frequentemente em sentimentos como “medo” ou “receio”, ressaltando o aspecto emocional vivenciado por eles em seu cotidiano laboral.

Nesse contexto, também há casos em que, por “medo” de comprometerem sua segurança e de sua família, alguns policiais preferiam preservar sua identidade e outros não tinham essa preocupação, como esclareceu a repórter Sofia sobre suas experiências com a “Polícia”:

A Polícia queria divulgar. Alguns policiais são contra se mostrarem em emissoras pra não se expor, por medo, por risco, pra não expor o rosto, pra não dizer que é policial, com medo pela família. Só que alguns policiais já gostavam de expor. Não eles se mostrarem na mídia, mas expor o trabalho, porque alguns pensavam dessa forma: “Quero mostrar para a sociedade, que muitas vezes aponta o dedo para a Polícia, pensa que a Polícia não trabalha e nós trabalhamos.”. (Sofia, repórter).

Vale salientar ainda que, em algumas circunstâncias, essas relações eram constituídas por meio de laços de parentesco, como nos casos do produtor Federico, cujo pai era policial, e da repórter Marina, cujo irmão era policial; ou eram transformadas em vínculos de parentesco, como nos casos das repórteres Glória, que se casou com um policial, e Clarice, que foi casada com um policial. Essas redes de parentesco também podem funcionar como meios pelos quais alguns dos “jornalistas policiais” ouvidos nesta pesquisa tomam conhecimento de determinadas informações, possivelmente valendo-se desses vínculos para garantir “furos de reportagem”.

Apesar das ambiguidades presentes nas dinâmicas relacionais entre os “jornalistas policiais” examinados e os agentes de instituições policiais, o enfoque policial dado às notícias e aos discursos que emitiam nos programas era bastante recorrente. Cabe salientar, portanto, a influência dos repertórios e ideologias¹⁵² das “fontes policiais” nas “narrativas policiais”, sendo estes constantemente incorporados pelos “jornalistas policiais” em sua própria linguagem. É perceptível como os repertórios linguísticos usados pelos policiais estavam presentes na gramática dos meus interlocutores, enquadrando a maneira como eles percebiam o mundo e como “falavam da sociedade”, sendo regularmente acionados por eles em suas performances nos “programas policiais” televisivos dos quais participavam.

Esse fenômeno não é peculiar apenas ao contexto jornalístico cearense, sendo também apontado por Darnton (2010) em sua etnografia sobre a experiência profissional que teve como “repórter policial” do jornal *The New York Times* nos anos 1960. Nas palavras do autor:

¹⁵² Cf. GRAMSCI, 1978.

A manipulação aberta pode ter menos eficácia do que o cultivo de uma certa familiaridade amistosa durante um longo período de tempo de contato diário. Depois de mais ou menos um ano na mesma área, os repórteres tendem imperceptivelmente a adotar o ponto de vista das pessoas sobre as quais escrevem. [...] os repórteres policiais veteranos que dominam as salas de imprensa na maioria das delegacias desenvolveram uma *relação de simbiose* com a polícia. Em Newark, havia quatro velhos e rijos repórteres que tinham mais tempo de delegacia do que a maioria dos policiais. Conheciam todos os figurões da polícia: bebiam com os tiras, jogavam pôquer com os tiras, adotavam a concepção de crime dos tiras. Nunca escreviam sobre a brutalidade policial. (DARNTON, 2010, p. 91-92, grifo nosso).

Outro ponto que merece ser mencionado é que, ao tomar emprestadas categorias pertencentes ao vocabulário policial – “cidadãos de bem”, “elementos”, “bandidos”, “lei do silêncio”, “bandidagem”, “mundo do crime” para exemplificar alguns –, os jornalistas entrevistados passavam a enxergar o fenômeno da “violência” a partir de esquemas sociais de compreensão¹⁵³ elaborados, sobretudo, pela “Polícia”, o que ofuscava os discursos dos demais atores envolvidos nos acontecimentos noticiados. Contudo, embora tais vocábulos não tenham sido necessariamente fabricados por policiais, tais profissionais se apropriavam desses termos para dar sentido as ações e práticas que eles desenvolviam nas instituições policiais em que atuavam. Saliento, pois, que tais sistemas classificatórios e esquemas interpretativos não eram definidos apenas pelos jornalistas entrevistados em suas narrativas noticiosas e nos bastidores dessas produções midiáticas, mas também eram decorrentes da contínua interação ou, como sugeriu Darnton (2010), da “relação de simbiose” entre os meus interlocutores de pesquisa e suas “fontes oficiais e oficiosas”, o que resultou em um processo de constante (re)produção desses *esquemas* e classificações.

5.1.2 Os “jornalistas policiais” e o “público”

A relação entre os “jornalistas policiais” examinados e o “público” também abrange uma grande complexidade de situações, sendo considerada como condição para a manutenção dos “programas policiais” cearenses, ao emergir de diferentes formas que vão desde atitudes como querer tirar uma foto com eles ou apenas tocá-los, até fazer xingamentos, ameaças e/ou agressões. Quando questionada sobre como funcionava a interação com o “público”, a repórter Marina apontou que tal relação “geralmente é boa”, salientando a ampla participação do “público” nos

¹⁵³ Cf. GOFFMAN, 2012.

“programas policiais” que inclusive atuavam como “fontes de informação”, ajudando-os a realizarem a “cobertura das notícias policiais” cearenses:

Pra você ter uma ideia, existe essa fidelidade do público que eu digo que não tem ibope no mundo. O nosso maior termômetro é a população. Tem situações em que a Polícia nem chegou ainda ao local e a gente já ficou sabendo. A gente chega primeiro do que a Polícia. Pra você ver como a fidelidade, assim a credibilidade, que os programas policiais, eu não falo só nos dos nossos que temos, mas os programas policiais em si. O público, ele é muito fiel e é também uma ajuda grande que nós temos no tocante às notícias, seja, como eu já lhe falei, social, ou seja no âmbito policial. Eles ligam pra gente e, assim, é uma fonte importante pra gente também. Se nós tivéssemos a condição de ter um produtor durante a madrugada também, só pra receber as ligações. Porque não para. Não para. Desde a ligação mais simples como uma briga de vizinho, à um esgoto à céu aberto, à necessidade de uma UTI em um hospital ou uma medicação que o Estado não está fornecendo ou um alimento. (Marina, repórter).

No entanto, de acordo com a mesma interlocutora, nem sempre a recepção das equipes de reportagem pelos “populares” nos bairros de Fortaleza e Região Metropolitana acontecia com tranquilidade. Sobre aspectos das condições de trabalho dos repórteres na área do “telejornalismo policial”, Marina foi categórica:

Então, se você não amar o que você faz, de você ir para um local de crime e você ser chamado de, com a licença da palavra, de puta a vagabunda, mas você está ali para mostrar que aquele cruzamento aconteceu mais uma morte, porque é perigoso, porque não tem sinalização, por causa da imprudência do motorista. (Marina, repórter).

Esse aspecto conflituoso da interação com a população apontado por Marina como uma das condições para trabalhar como repórter na área policial, é apenas uma das inúmeras dimensões que envolvem o exercício dessa profissão jornalística. Segundo a interlocutora, outro fator crucial para alguém ser capaz de exercer tal ofício era “gostar de pessoas”. Ela ainda ressaltou os “riscos” dessa área de atuação profissional, ao assumir que, muitas vezes, tinha “medo de apanhar da população” e que, por “ser mulher”, já foi acometida por discriminações de gênero por policiais:

Eu gosto de pessoas e esse é outro fator que você também tem que ter para poder estar nessa área do jornalismo em si, porque, se você não gostar de pessoas, você não fica. Não fica. Porque, quando eu passo do portão do estacionamento, eu esqueço todos os meus problemas. Todo mundo tem. Eu não posso trazer isso para o meu trabalho, entendeu? Então você tem que amar a sua profissão, você tem que amar pessoas, porque, se não, você não consegue. E aí tem aquele cidadão, agente de segurança pública, que você estica a mão e ele: “Não tenho nada para lhe falar. Vá atrás de uma lavagem de roupa.”. Escutei muito isso e dão às costas para a gente. É a minoria? É a minoria. Graças a deus, é a minoria, mas ainda existe. Têm locais que a

gente chega que a família não quer dar entrevista. E aí eu respeito muito. Por pior que o cara seja, é filho, é marido, é familiar, é parente. Você tem que respeitar. E eles vêm pra cima, geralmente a gente nunca apanha. Eu morro de medo de apanhar. Morro de medo. (Marina, repórter).

Aqui, Marina introduziu outra interessante questão que, segundo ela, explicaria a existência e o sucesso dos “programas policiais” no contexto cearense e, por consequência, da sua profissão:

É no retorno da população que a gente vê se tá fazendo a coisa certa, porque nem sempre o que a gente fala, você vai concordar, você vai aceitar. Até porque a gente não vai conseguir agradar a gregos e troianos. Não vai. Eu observo que a gente tem passado a melindrar um pouco as nossas palavras, porque a sociedade, ela tá muito maltratada, sabe? Ela tá sentindo que tá abandonada. Eu vejo a nossa sociedade como uma sociedade muito carente. Carente do amor, do carinho, da atenção. Se você vê como é a abordagem, não só comigo, mas com profissionais das outras emissoras. A gente chega nos locais, a gente tem um público infantil muito bom. Pasmem! A gente tem um público infantil! Então, eles chegam, eles querem pegar pra ver se você é de verdade. Eles querem um abraço. É muita carência. Por isso que eu digo: ou eles gostam ou eles não gostam, entendeu? (Marina, repórter).

No trecho acima, Marina retratou uma dupla dimensão (emocional e econômica) da noção de “carência” do “público” na relação com os “jornalistas policiais”, no intuito de focar na importância dos atos de “amor”, “ajuda” financeira e emocional, “carinho”, “atenção” etc. oferecidos pelos “jornalistas policiais” ao “povo” cearense nos programas. Tais dimensões trazem consigo, na perspectiva da interlocutora, uma visão muito específica da nossa sociedade, que se traduz na “falta de recursos, de direitos e de afetos”, de uma sociedade que é constantemente “maltratada” e “abandonada” pelo poder público. É possível inferir, a meu ver, que, na visão da maioria dos meus interlocutores de pesquisa, o gênero televisual do “jornalismo policial” encontrou condições propícias para sua existência devido ao elevado grau de “abandono emocional e econômico” vivenciado por uma grande parcela da população cearense, visto que, além de apostarem na “cobertura dos assuntos de Polícia”, tais programas também apostaram na produção de reportagens denominadas como “sociais”, intervindo em espaços sociais que, segundo eles, foram “esquecidos e relegados pelo Estado”. Ao elaborar e divulgar essas linhas de pensamento, os “jornalistas policiais” estão, a meu ver, disputando o poder com o Estado e com outras instituições sociais ao oferecerem alternativas de acesso à cidadania e à justiça aos mais pobres, tal como sugeriu Feltran (2010).

5.1.3 “Rádio-escuta” e “redes sociais”: o uso de tecnologias de comunicação na interação com as fontes

Conversando com produtores e ex-produtores de “telejornais policiais” sobre as maneiras como conheciam e interagiam com as “fontes de informação” em seus cotidianos de trabalho, eles elucidaram que, no surgimento dos programas no Ceará na década de 1990, o “único modo de ter acesso às fontes oficiais” era através do uso de um aparelho eletrônico conhecido como “rádio-escuta”¹⁵⁴ que os permitia sintonizar na frequência de rádio da “Polícia” e, dessa forma, os produtores tomavam conhecimento das “ocorrências policiais” com maior antecedência. Cabe assinalar que, através da frequência de rádio da “Polícia”¹⁵⁵, os policiais trocam entre si ou com a central de comunicação da “Polícia” local “informações confidenciais” acerca das “ocorrências”. Os interlocutores que pertenciam a geração “mais antiga” de produtores de “telejornais policiais” no Ceará recordaram que, como se tratava de uma comunicação restrita à “Polícia”, as informações transmitidas via rádio eram codificadas, sendo necessário aprender os códigos para “decifrar a escuta”, constituindo um requisito para quem quisesse atuar na produção da área por um longo período de tempo, conforme mencionei anteriormente.

Com o passar dos anos, tal prática foi sendo cada vez menos realizada pelo setor de produção dos “programas policiais”, sendo recentemente mais utilizada pelos repórteres durante as “externas”, conforme assegurou a interlocutora Jamile: “A gente tem a rádio-escuta hoje, mas hoje é usada mais pelo repórter na rua.” (Jamile, produtora). Tal mudança ocorreu devido ao advento de tecnologias comunicacionais como o *WhatsApp* e o *Facebook*, que possibilitaram a criação de “grupos de discussão” e de “páginas” e “perfis” que contam com a participação dos mais diversos ramos profissionais ligados à segurança pública, tais como delegados(as), policiais militares, agentes de saúde, técnicos(as), peritos(as) criminais, médicos(as) legistas do Instituto Médico Legal (IML), socorristas do SAMU, enfermeiros(as) de hospitais

¹⁵⁴ Prática adotada por profissionais do jornalismo policial cearense para monitorar a “rádio da Polícia” que era sintonizada através de um aparelho chamado “Rádio PX”. Tais profissionais conheciam os códigos utilizados pela “Polícia” e, portanto, conseguiam interpretar as mensagens codificadas dos “bastidores policiais” através deste equipamento.

¹⁵⁵ Na época da escrita desta pesquisa, o órgão responsável pelo serviço de atendimentos emergenciais à população cearense, pela comunicação via rádio digital e pelo rastreamento de todas as viaturas operacionais do Estado do Ceará era a CIOPS. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2018/01/30/coordenadoria-integrada-de-operacoes-de-seguranca-ciops/>. Acesso em: 23 jan. 2019.

como o IJF, agentes penitenciários etc., constituindo uma ampla rede de relações virtual extremamente ativa e interligada. Sobre tais grupos, Marina ressaltou:

Agora, com o recurso do *WhatsApp*, que facilita ainda mais a vida da gente, têm alguns grupos também que a gente faz parte que têm policiais, têm socorristas voluntários, têm a população em si que conhece um ou outro e que acaba entrando e ajudando também na divulgação das ocorrências. A gente tem a obrigação de ter essas fontes, principalmente pessoal do Rabecão, da perícia forense, que, quando tem alguma coisa na rua, já passa pra gente e a gente repassa para a produção, porque existem hierarquias e a gente tem que obedecer. (Marina, repórter).

O depoimento de Marina demonstra a relevância do uso das redes sociais como “ferramentas de trabalho” no gênero policial da televisão cearense, que, na última década, transformou a forma como tais jornalistas interagem com suas fontes. Ao descrever detalhes sobre sua rotina de trabalho (regimes de “plantões” etc.), a interlocutora Marina afirmou manter uma relação de “parceria” com suas fontes, baseada em “trocas mútuas” e em sentimentos como “respeito” e “apreço”:

O *WhatsApp* revolucionou e ajudou muito. É uma ferramenta extremamente importante, porque são vários profissionais da segurança, da saúde que postam. E, assim, existe um respeito muito bacana dos profissionais (Polícia, socorrista, jornalista, pessoas anônimas etc.), entendeu? Que ajudam, que repassam. Porque assim, é uma via de mão dupla. A Polícia quer mostrar o serviço. Nós precisamos mostrar [a notícia]. Existe uma troca. Então é uma parceria muito bacana. Graças a deus, nós temos, porque, assim, durante a semana a gente trabalha com produção até às 20h. No entanto, no final de semana, por exemplo, meu plantão agora, o último que eu peguei, foi de 12h. Eu entrei de 14h da tarde e saí às 2h da manhã. Direto. Então, se não for o recurso do *WhatsApp* e das fontes que a gente faz no decorrer da profissão. E ainda tem a questão de eles terem a boa vontade de ligar para gente, porque eles não têm obrigação nenhuma. É mesmo por parceria, por respeito, por gostar do trabalho da gente e por precisar divulgar também. Então a gente precisa desses grupos. Tem sido muito importante, porque é um reforço a mais pra gente que tá na rua num plantão de madrugada que deixa de ter produção. Aí, agora eu vou pegar um plantão de 20h às 2h da manhã, sábado agora. Já vou depender das fontes que eu tenho e dos grupos que eu faço parte para poder pegar alguma ocorrência. (Marina, repórter).

O elevado grau de intensidade dos compartilhamentos de mensagens, imagens e vídeos sobre “ocorrências criminais” enviados pelos próprios agentes estatais nos grupos do *WhatsApp* acarretou uma grande quantidade de conteúdo que, por uma questão de ordem prática, passou a ser gerenciada pela equipe de produção dos programas que tem o poder de selecionar “o que é noticiável ou não” e transformar em notícia determinados assuntos, sendo comum a utilização desse material na edição final das reportagens. Com isso, os jornalistas ouvidos que atuavam como produtores de programas do gênero policial no Ceará passaram a ocupar uma posição

de protagonismo na relação com as fontes, participando diretamente das redes de relações virtuais criadas desde o surgimento dos grupos, conforme explicitou Marina:

No período que a gente tá gravando, tem um turbilhão de ocorrências chegando e a própria produção já vai filtrando, já vai vendo o que é importante, o que é que rende, o que é que dá tempo pegar, porque com esse trânsito louco em Fortaleza, a ambulância tem a vantagem, a viatura tem a vantagem, mas nós não temos, porque a gente não pode ultrapassar nada. A gente não tem essa liberação, então, é preciso que a produção também esteja inserida em alguns grupos. Eles não estão em todos que nós estamos, mas os principais para poder ficar também interagindo com as outras fontes. (Marina, repórter).

Em sua tese, o pesquisador Ricardo Moura Braga Cavalcante analisou as atividades de inteligência da Polícia Militar (PM) cearense, ao investigar as dinâmicas relacionais dos profissionais de inteligência da PM entrevistados com suas fontes. Na condição de jornalista com experiência na área policial, o autor teve a oportunidade durante sua pesquisa de campo de acessar a “rede de relacionamento virtual que os policiais de inteligência da Região Metropolitana de Fortaleza mantêm entre si e seus públicos de interesse, no caso os jornalistas que cobrem o cotidiano da polícia”, revelando que o grande “volume de informações que circula em tais grupos é impressionante: fotos, notícias, comentários e relatos de ocorrências em tempo real” (CAVALCANTE, 2016, p. 60).

Como já havia comentado no capítulo metodológico desta tese, não tive a oportunidade de me tornar participante dos grupos virtuais dos quais meus interlocutores faziam parte, no entanto, consegui acessar esporadicamente seus conteúdos nos encontros de pesquisa que ocorreram tanto nas emissoras quanto fora delas. Esse acesso ocorria quando eles faziam questão de me mostrar alguma conversa, imagem ou vídeo enviados por uma fonte sobre um determinado acontecimento. Semelhante às situações com as quais me deparei na pesquisa empírica, Cavalcante também observou que vários desses conteúdos eram utilizados por jornalistas que faziam parte dos grupos de *WhatsApp* examinados por ele em suas produções noticiosas.

Sobre como foi “fazer contatos” com a “Polícia”, o interlocutor Rafael elucidou que, como repórter, tais relações foram estabelecidas através de um processo lento e gradual realizado nos bastidores das gravações do programa em que trabalhava, isto é, “nas ruas” de Fortaleza e sua Região Metropolitana, seu “principal ambiente de trabalho”:

Vai fazendo, vai fazendo... A gente vai vendo plantões de pessoas, de colegas que você vai adquirindo. E assim: “Olha, o que tem hoje? O que tá acontecendo na cidade que a gente pudesse cobrir?”. Em geral é isso. Faz contatos. Muitas [ligações], a gente recebe muito, né? Ainda se preserva isso. Diminuiu bastante com a questão das redes sociais, mas as pessoas ainda ligam pra te comunicar que tal coisa que tá acontecendo pra que você avalie se aquilo é interessante pra ser reportado. No dia a dia, indo pros locais, as pessoas vão criando aquelas afinidades. Você vai mesmo formalmente tentando fazer com que ela vire a tua fonte, né? E é isso. Nesse contato realmente do dia a dia. É uma área muito complicada, mas, ao longo do tempo, você vai conseguindo adquirir. (Rafael, repórter).

Observando o trabalho dos “repórteres policiais” nos bairros de Fortaleza e sua Região Metropolitana, percebi que o “rádio-escuta” ainda era um instrumento bastante utilizado por meus interlocutores durante a realização das “externas”, conectando-os aos “bastidores” do cotidiano de trabalho de outros profissionais que atuavam em órgãos de segurança pública, especialmente, socorristas do SAMU.

Trabalhando como “repórter policial” há dezesseis anos em Fortaleza, Rafael afirmou que a experiência de ter trabalhado muitos anos no período noturno fez com que ele tivesse um “trabalho redobrado”: “Tem horário que a gente não tem produtor à noite, que o repórter tem que ir atrás.” (Rafael, repórter). Ao trabalhar no “turno da noite”, Rafael contou que precisou “construir fonte” e “se produzir” para ser capaz de desempenhar sua função apropriadamente e produzir um conteúdo com “mais qualidade”:

No programa Lírio, eu sou repórter atualmente do período da noite, de 20h da noite às 2h da manhã. Era um desafio que eu nunca tinha trabalhado até a madrugada. Foi realmente desafiador. Já são 6 meses. Nas duas primeiras horas, eu tenho um produtor. Tenho toda a base de um produtor. Então, a gente já com a equipe, com o auxiliar e com o cinegrafista, a gente sai já com um destino. Até 22h, a gente consegue fazer duas, três matérias, dependendo do dia. Após isso, eu fico sozinho. Aí vamos produzir! Sem produção, eu me produzo! É fazer contato com fontes que você vai criando com a questão, né? Nesse horário, a gente foca mais no factual. E aí é fazer contato com as fontes da área de saúde, da área policial, pra ver o que é que tem pra você dar uma peneirada e ver o que é que é relevante pro programa. Até porque, hoje em dia, eles tão buscando muito mais qualidade, porque o programa hoje só tem uma hora e meia, uma hora e 35. Tá bem menor. Então, isso melhorou a qualidade dos temas. (Rafael, repórter).

É interessante perceber como a gestão do tempo interferia nas dinâmicas de trabalho dos meus interlocutores. Além disso, embora o interlocutor Rafael tenha reconhecido a importância da prática de “construir fonte” na editoria policial televisiva, ele pontuou que havia algumas dificuldades na interação face a face com uma parcela dos policiais, acentuando que “a Polícia mudou nos últimos anos”, o que se tornou uma “questão” para sua categoria:

Muito, muito. É outra realidade, assim, uma reclamação atualíssima da categoria é a questão da relação com esse pessoal da Polícia, né? Porque é uma turma muito nova. Eu acho que nessa formação rápida que eles tão fazendo atualmente não existe uma preparação, uma conversa, no mínimo uma conversa sobre a importância da relação, da boa relação, pelo menos, educada relação com a imprensa. A gente tem sofrido muito assim com a falta de respeito mesmo por parte dos policiais. Muito complicado. Assim, eles dão as costas pra gente, entendeu? Como é que você vai conseguir trazer um material de qualidade, se a fonte oficial que está trabalhando naquele caso, se nega a te dar um “boa noite”. Então é um tema que a gente tem discutido bastante. Eu acho que essa questão da formação. Eu acho também que o receio desses novos profissionais da Polícia, eu não digo nem aparecerem, mas o receio da imprensa mostrar algo que eles estão fazendo de maneira errada ali, eu acho que é o que mais inibe eles de fazer esse contato. Assim, toda categoria tem bons e maus profissionais e eu não vejo por que, sabe? É uma questão muito complicada. (Rafael, repórter).

O diferencial de trabalhar na madrugada sem o apoio do setor da produção era entendido por Rafael como um “desafio profissional”, que o instigava a aperfeiçoar cada vez mais suas habilidades e competências como “repórter policial”. Para superá-lo, ele afirmou utilizar certas “ferramentas” que facilitavam o seu ofício, tais como o “rádio-escuta” e as redes sociais:

Eu e algumas pessoas ainda temos um rádio na parte do SAMU, na parte da saúde. Esse rádio-escuta ainda funciona. Isso ajuda muito. Às vezes, você descobre coisas, por exemplo, na sexta, nós descobrimos aqui que um pedestre foi agredido na calçada do shopping. Isso a gente soube através da escuta do SAMU. (Rafael, repórter).

Nas conversas travadas entre jornalistas e suas fontes nas redes sociais circulavam nos grupos mais do que “informações” sobre determinadas “ocorrências”, como também ideias, opiniões e expressões empregadas no interior das corporações policiais que eram partilhadas e debatidas por ambos os profissionais. As concepções, visões de mundo e moralidades compartilhadas nos meios comunicacionais virtuais se estendiam às interações face a face com suas fontes e seu “público”, e ao modo como os jornalistas formulavam seus discursos performáticos sobre temáticas frequentemente abordadas nos “programas policiais” relativas, por exemplo, a significação dos fenômenos do “crime” e da “violência urbana”. Buscarei refletir mais sobre essas questões no próximo tópico.

5.2 Formas de saber, poder e verdade no fazer jornalístico policial cearense

Muitos estudiosos (FOUCAULT, 2001, 2013; KANT DE LIMA, 1989, 1999; MISSE, 1999; AQUINO, 2009; MELO, 2010; SÁ, 2010; PAIVA, 2012; CAVALCANTE,

2016; MEDEIROS, 2016 etc.) que investigaram direta ou indiretamente *sistemas de acusação social* e de *incriminação* colocaram em evidência a participação dos meios de comunicação nesses processos, destacando o papel desempenhado pela imprensa na composição do “regime político, econômico, institucional de produção da verdade” (FOUCAULT, 2001, p. 14).

Em suas investigações sobre a temática do poder, Foucault (2001, p. 184) advertiu que “o poder funciona e se exerce em rede”, portanto não deve ser analisado como “um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre o outro”, mas “como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia”. Ao conceber o indivíduo como “efeito do poder” e como “seu centro de transmissão”, o autor entendia que “o poder passa através do indivíduo que ele constituiu”, construindo uma multiplicidade de redes de relações de poder “que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso” (FOUCAULT, 2001, p. 180). Desse modo, Foucault associou o exercício do poder a uma dinâmica produtiva de discursos de verdade, a qual somos submetidos diariamente:

O poder não para de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade, profissionaliza-a e a recompensa. No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas. Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder. (FOUCAULT, 2001, p. 180).

Pensando a televisão como um espaço de disputa simbólica em torno do sistema de classificação da realidade social e o papel que desempenha nos dispositivos de controle social, observei durante o trabalho de campo que, seguindo a linha de pensamento adotada por Elizabeth Rondelli (2000, p. 144-145), a “cobertura jornalística policial” televisiva cearense não apenas descrevia as ações referentes à “violência urbana”, mas também era parte integrante da produção da verdade e dos dramas sociais que se desenvolviam em decorrência das notícias. A autora demonstrou que as imagens midiáticas, em especial as televisivas, atuavam como “macrotestemunhas privilegiadas dos acontecimentos” da vida cotidiana, visto que possuíam poder de conferir visibilidade e repercussão públicas às suas narrativas e

visões de mundo. Sendo assim, a televisão age como construtora de “representações do real”, cujos efeitos podem provocar a indignação, a mobilização, a “ira pacificadora” ou o “recolhimento catártico” da sociedade à qual se refere (FREITAS, 2007).

No que se refere ao poder de influência das mídias televisivas na vida pública, a análise sobre o campo jornalístico televisivo na sociedade francesa empreendida por Bourdieu (1997b) corrobora com o pensamento de Rondelli descrito anteriormente. Nas palavras de Bourdieu (1997b, p. 25), o jornalismo televisivo cria leis próprias que regem as práticas de seus profissionais – os jornalistas –, que “têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem”, operando uma seleção e uma interpretação daquilo que fora previamente escolhido.

Ao selecionar certos temas, assuntos e problemas, conferindo-lhes uma hierarquia de importância e de prioridade, os jornalistas imprimem suas “representações sobre o mundo social” e suas ideologias às narrativas noticiosas, e, segundo Bourdieu (1997b), acabam negligenciando as demais temáticas presentes na vida cotidiana das pessoas que não entram na “pauta de informações do dia”, mesmo sendo de relevância para a nossa sociedade.

Há, portanto, no fazer jornalístico, uma dimensão positiva¹⁵⁶ no poder de enunciar, dizer ou comunicar algo, visto que, assim como ocorre com outras práticas sociais, os discursos performáticos midiáticos também interferem no modo como concebemos a chamada “realidade social”, à medida que transformam, evidenciam, recortam e conferem visibilidade pública a certas questões e a outras não.

Pesquisando as atividades dos agentes da inteligência da PM cearense, Cavalcante (2016) destacou o papel dos meios de comunicação, especialmente os de massa, no processo denominado por ele como “dispositivo policial de identificação, busca, captura e subjugação” executado pelos policiais examinados, argumentando que:

Além do Sistema de Justiça criminal, o dispositivo policial de identificação, busca, captura e subjugação abrange a representação dos crimes e dos criminosos nos meios de comunicação, assim como a colaboração da população na identificação e captura de criminosos, envolvendo toda a sociedade nessa missão. (CAVALCANTE, 2016, p. 17).

¹⁵⁶ Cf. FOUCAULT, 2008.

No contexto do “telejornalismo policial” cearense, percebi que os discursos performáticos emitidos por meus interlocutores se baseavam em regimes de verdade que circulavam nas redes de relações de poder das quais faziam parte, formadas por atores sociais advindos, sobretudo, de aparelhos estatais jurídico e policial, visto que frequentemente as visões de mundo das “autoridades competentes” eram privilegiadas nesses discursos, por conta da relação de proximidade que os jornalistas pesquisados estabeleciam com uma parcela do corpo policial, em especial os policiais “da antiga”, dentre outros motivos, sendo a “Polícia” apresentada nas “notícias policiais” como a entidade responsável por “eliminar o mal da sociedade”, o qual compreende um determinado segmento social e racial da sociedade.

Na obra *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, essa argumentação se tornou ainda mais evidente na descrição sobre a função do “noticiário policial” formulada por Foucault (2013, p. 271):

[...] um longo trabalho para impor à percepção que se tinha dos delinquentes contornos bem determinados: apresentá-los como bem próximos, presentes em toda parte e em toda parte temíveis. É a função do noticiário policial que invade parte da imprensa e começa a ter seus próprios jornais. A notícia policial, por sua redundância cotidiana, torna aceitável o conjunto dos controles judiciários e policiais que vigiam a sociedade; conta dia a dia uma espécie de batalha interna contra o inimigo sem rosto; nessa guerra, constitui o boletim cotidiano de alarme ou de vitória.

Em suma, a partir da relação de simbiose (DARNTON, 2010) que os “jornalistas policiais” estabelecem com as “fontes oficiais”, conforme procurei descrever neste capítulo, tais jornalistas passam a conceber como fundamental a incorporação do ponto de vista discursivo jurídico-policial para serem capazes de confeccionar suas reportagens, desempenhando o papel na nossa sociedade de (re)produtores da verdade jurídico-policial sobre os fenômenos e conceitos da “criminalidade” e da “violência”, bem como sobre seus autores, o que evidencia o poder discursivo que os “programas policiais” televisivos movimentam ao fazerem circular narrativas que legitimam e fortalecem mecanismos de acusação e de incriminação social.

5.2.1 O poder dos discursos performáticos dos “jornalistas policiais”

Em seu cotidiano de trabalho, os “jornalistas policiais” investigados procuravam e negociavam o sentido da vida social, (re)produzindo repertórios

simbólicos e esquemas interpretativos que moldavam suas narrativas sobre os acontecimentos violentos que ocorriam na sociedade cearense. Na condição de atores sociais que “buscavam explicações” para as mais diversas manifestações da “violência”, eles (re)produziam saberes que funcionavam como mecanismos de produção da verdade sobre tal fenômeno e seus protagonistas, fomentando a construção de sistemas discriminatórios ao criarem fronteiras que separavam seus grupos de pertencimento aos grupos sociais considerados “desviantes”.

Esses esquemas interpretativos também podem ser entendidos como *frames* ou quadros que possibilitam a compreensão organizada de uma experiência individual em qualquer circunstância da vida social, inclusive em situações de conflito (GOFFMAN, 2012). Definido por Goffman (2012, p. 45), o conceito de *frame* constitui “esquemas sociais de comunicação”, aos quais todo ator social recorre para elaborar suas concepções, expectativas e significar suas interações com outros sujeitos. Traquina (2005, p. 16) complementou que o conceito de enquadramento utilizado por Goffman se refere à “ideia organizadora central para dar sentido a acontecimentos relevantes e sugerir o que é um tema.”.

Certamente, a noção de *frame* contribuiu para que o entendimento de um mesmo acontecimento ou ocasião social – um “homicídio”, por exemplo – pudesse ser compreendido de várias maneiras e por diferentes ângulos de percepção. Tudo depende do ponto de vista e dos modelos padronizados de cognição dos quais se parte, que condicionam o olhar e a experiência particular de cada pessoa. Nas palavras de Goffman (2012, p. 31), “quando os papéis dos que participam numa atividade são diferenciados – o que ocorre frequentemente – a visão que uma pessoa tem daquilo que está ocorrendo será provavelmente muito diferente da visão de outra”.

Nesse sentido, Tuchman (1999a, p. 258) assinalou que o conceito de *frame* pode ser bastante proveitoso para o “estudo dos princípios de organização que estão na base da seleção e definição dos acontecimentos noticiosos”, no sentido de que é através dos quadros de referência dos jornalistas que tais profissionais constroem a notícia, principal produto da atividade jornalística, oferecendo à opinião pública “definições da realidade social”, ao “contar histórias” sobre os acontecimentos da vida cotidiana.

Parto do pressuposto de que a visão das instituições policiais e, em consequência, dos “jornalistas policiais” investigados são apenas uma forma de leitura do social, dentre múltiplas outras formas de interpretação possíveis. Contudo, é

preciso ressaltar que a leitura dos jornalistas em particular possui um elevado grau de difusão e de visibilidade pública, visto que é propagada diariamente por meios de comunicação (jornal impresso, rádio, televisão, *internet* etc.).

Como já havia comentado, noções como “compromisso com a verdade”, Jornalismo como “espelho da realidade”, “mostrar a vida como ela é” constituem “princípios” do fazer jornalístico investigado, sendo frequentemente evocados por meus interlocutores em seus relatos sobre a profissão e suas práticas. De acordo com os atores pesquisados, a “realidade” retratada nos “programas policiais” não é diferente daquela apresentada pelos demais “telejornais tradicionais”, que, segundo eles, vem conferindo mais espaço às “notícias policiais” em seus conteúdos e adotando cada vez mais recursos técnicos do “jornalismo popular” em suas narrativas. Utilizada para justificar o formato estético-discursivo adotado por meus interlocutores nos programas em que trabalhavam, o trecho que melhor exemplificou essa perspectiva é o seguinte:

Hoje você vê que todos os canais, eles têm um programa policial. O mais incrível é você abrir o telejornal Violeta e ser quase três blocos de área policial, porque, infelizmente, é o que dá audiência. Você vê nos três primeiros blocos do Violeta é tudo área policial, porque é o que chama a atenção, é o que prende o telespectador. (Federico, produtor).

Corroborando com a opinião emitida acima pelo produtor Federico, Thiago, diretor de um “programa policial” local que atuava na área há dezesseis anos, argumentou que o enfoque policial se tornou uma tendência no meio jornalístico de modo geral, inclusive no “telejornalismo tradicional”, com a justificativa de que tais “narrativas policiais” aumentavam os índices de audiência das emissoras. Como estratégia para se diferenciar dos demais profissionais de jornalismo e legitimar a posição do “jornalista policial” como “defensor dos interesses do povo”, Thiago acionou a noção de “compromisso de ajudar, de orientar a população” que constitui, segundo ele, o diferencial da categoria:

Pensa comigo, porque é que o programa Alecrim, de um tempo pra cá, acompanhou a tendência dos telejornais de abrirem com Polícia, com matéria policial, no meio, colocar matéria e encerrar com Polícia? Porque dá audiência. Eu fui assistir o jornal da noite da concorrência, lá da emissora Gardênia, abriu com Polícia! Foram quatro matérias de Polícia. E não é matéria curta! Matéria longa! Eles tão deixando a matéria longa. E tem muita gente que tá dizendo: “Não, se é pra eu assistir matéria policial, eu vou pro programa Orquídea.”. Muda, entendeu? Cadê aquelas matérias que se tinha antigamente, tanta matéria boa! Enfim, eles estão começando com matéria policial e termina com matéria policial. Então, tá acontecendo isso, às vezes,

até de forma exagerada. E o público é inteligente, o público sabe diferenciar, o público sabe das coisas, entendeu? E a gente tem um compromisso muito grande nisso tudo de ajudar, de orientar a população. (Thiago, diretor).

Contudo, o que pensar sobre tais quadros midiáticos enunciativos da “violência” e da “criminalidade”, quando a própria noção de “crime” é um constructo histórico e social, passando por um longo processo de definição jurídico-policial até ser entendido como tal? Conforme foi apontado pelo sociólogo Michel Misse (1999, p. 68), “crimes” são:

eventos que a sensibilidade jurídica local defina como crime. O crime não é um acontecimento individual, mas social. Não está no evento, mas na relação social que o interpreta. [...] Ora, é na esfera pública, institucional, que o crime é, em última instância, definido. Sem a extensão do evento a essa esfera, o crime que sofreu ficará restrito à minha representação privada, à minha sensibilidade jurídica, será real para mim, mas não ganhará universalidade e, portanto, perderá sua componente especificamente moderna, que é sua definição estatal.

A avaliação da maioria dos “jornalistas policiais” ouvidos sobre as “condições da segurança pública” cearense era negativa, apontando-as como insuficientes para a “manutenção da ordem social”. Segundo eles, a incapacidade dos órgãos estatais em “oferecer resultados concretos” sobre a questão ocasionou a “precariedade da segurança pública” e o “aumento da impunidade” criminal, em especial nos “casos de homicídio”. Para o apresentador Phelipe, uma das principais falhas da “Polícia” eram as formas de abordagens desrespeitosas e, por vezes, violentas com que os “cidadãos de bem” eram tratados na vida social cotidiana:

Nós vivemos um momento de crise, exatamente por falta de estruturas que não é apenas máquinas, equipamentos, mas acima de tudo atitudes da própria corporação. De um sistema que evidencia acima de tudo o respeito humano, tanto do trato aos policiais, principalmente, do trato ao cidadão. Que harmonize com o intuito de ter uma Polícia cidadã, que nunca se vê. É difícil. É, eu sei que é. Principalmente, numa sociedade conturbada moral e eticamente, mas eu ainda creio que as coisas vão se ajustar um pouco, vão melhorar. Porque tudo melhora. Tem crise. Um ano é de seca, outro ano é de inverno. Um ano a primavera é boa, outro ano não é. Então, eu acho que uma estação nova ainda vai recrudescer pra minimizar os problemas, as agruras da violência. (Phelipe, apresentador).

Na perspectiva de Phelipe, havia um descompasso entre a “sociedade” e o “sistema de trabalho da Polícia”, a qual precisava atualizar sua estrutura para conseguir oferecer “mais segurança aos cidadãos”, problematizando inclusive questões de cunho vocacional dos profissionais de segurança:

Existe uma crise profunda na Segurança. A sociedade nos últimos dez anos mudou. O sistema de trabalho da Polícia continua o mesmo dos anos 1960, 1970, 1980, 1990. A criminalidade evoluiu. Os mecanismos de acesso às drogas estão muito mais facilitados e o trato que se dá no processo investigativo ainda são arcaicos. Falta uma estrutura, falta uma inteligência policial e falta, acima de tudo, vocação pra até ir atrás de quem roubou a roupa do varal de dona Francisca, de dona Maria das Dores. (Phelipe, apresentador).

Quando questionados sobre quais atitudes deveriam ser tomadas para solucionar os “problemas sociais” do “crime” e da “violência” citados por eles durante as entrevistas, a maioria dos interlocutores sugeriu o “aumento do policiamento ostensivo” no intuito de “intimidar a atuação dos bandidos” e, assim, ser capaz de “proteger os cidadãos de bem”, como ressaltou o interlocutor Rafael:

Penso muito positivo. Eu acho que, atualmente, há uma tentativa, há um investimento de tentar mudar essa realidade, diminuir esses índices de violência que realmente cresceram nos últimos meses de maneira assustadora. Número de mortes pela questão da organização de grupos. Eu acho que esses investimentos em aumento de segurança devem daqui a alguns meses realmente trazer um bom resultado. Eu acho que vai dar uma diminuída nisso, sabe? Eu vejo o governo investindo em contratação de agentes de segurança e tal. (Rafael, repórter).

Outros sugeriram o emprego das Forças Armadas nas atividades destinadas à “segurança pública”, como pode ser verificado no trecho da fala do interlocutor Federico, segundo o qual “é muito bandido para pouca Polícia”:

As Forças Armadas poderiam ir para as ruas para melhorar a segurança do nosso país. É muito bandido para pouca Polícia. Na presença de policiais, me sinto muito seguro, mas o quadro é muito reduzido. Assim, a bandidagem tá crescendo demais por causa da impunidade. E como a gente vê vários policiais dizerem: “A gente prende. A justiça solta.”. (Federico, produtor).

A questão da “impunidade” foi bastante mencionada por meus interlocutores como outra “falha grave” dos órgãos estatais encarregados pela “segurança pública”. O pesquisador Kant de Lima (1994 *apud* MEDEIROS, 2016) lançou luz sobre as formas como as diferentes instituições sociais davam sentido à questões como a da “impunidade”, observando em sua pesquisa sobre a polícia carioca que, com o aumento da violência criminal, “cada instituição terá sua própria autojustificativa para esse resultado: a imprensa demandará maior ação policial, a polícia dirá que ‘prende, mas a justiça solta’; a justiça dirá que a instrução policial dos inquiridos é frágil para produzir condenações.”.

Quando perguntei como, na condição de “repórter policial”, Rafael poderia contribuir para que as soluções mencionadas fossem alcançadas, ele advogou sobre o que acreditava ser o principal papel dos jornalistas – “mostrar a realidade”:

Eu acho que é reportando a realidade. É não ajudando a maquiagem o que não é. Se você vai ajudar a maquiagem, se você não mostra tal realidade, você tá favorecendo que aquele fingimento continue, aquela maquiagem continue. Porque é uma questão própria dele [do governo]. Ele tem que fazer o *marketing* dele, sabe? Mas assim, nós, jornalistas, mostrando uma realidade, a gente tá ajudando. Poxa, tem dias que só tem morte. Tudo bem, às vezes, a história é parecida, mas, se você mostra aqueles casos, você está mostrando que algo precisa ser feito naquele ponto ali, naquela área, para evitar que aquelas pessoas morram. De maneira imediata, o reforço policial. De maneira à médio e longo prazo, um investimento em investigação pra saber o que tá acontecendo, quem tá causando, como aquele material tá chegando. Drogas que geralmente causam essas mortes. Então, eu acho que a gente ajuda muito mostrando essa realidade. Não deixando que as pessoas achem que tá tudo bem. Denunciando mesmo. Mostrando a realidade. Eu acho que é isso. Fazendo o papel do jornalista mesmo, que é trazer, reportar esse mundo real da cidade. (Rafael, repórter).

No entanto, que realidade é essa mostrada pelos “jornalistas policiais”? O que ela tem a dizer sobre os conflitos sociais urbanos e rurais? Observei nas falas dos entrevistados que, mais do que preocupados em “retratar fielmente a realidade dos casos” noticiados, eles procuravam performatizar certas ideias que eram reforçadas pelo próprio editorial dos programas em que trabalhavam. Ideários como “a sociedade está repleta de vagabundos”, “precisamos de mais policiamento nas ruas” e de que “na vereda do crime, o resultado é sempre cadeia ou cemitério” eram constantemente acionados por tais profissionais nos bastidores de produção dos “programas policiais” e diariamente veiculadas nas narrativas noticiosas produzidas por eles, constituindo, de certa maneira, uma percepção específica do e sobre o social.

De acordo com Tuchman (1999a, p. 259, grifo nosso), ao utilizar “as convenções das *news story* [‘estórias’ de acontecimentos] como *frame*, os jornalistas conseguem mais do que fazer um acontecimento público, eles [...] oferecem definições da realidade social.”. Esse ato de definir a realidade social deve ser entendido não como a criação de uma ficção, mas como invenções do fazer jornalístico policial, consequência da posição de poder que tais profissionais ocupam na sociedade contemporânea.

Dizer que uma notícia é uma “estória” não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. Os relatos noticiosos, mais uma realidade selectiva do que uma realidade sintética, como acontece na

literatura, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente. (TUCHMAN, 1999a, p. 262).

Notei também o esforço dos meus interlocutores em construir narrativas, tanto em seus produtos jornalísticos quanto nos bastidores dos programas, que reforçavam a crença em uma “realidade anômica”¹⁵⁷, onde a sociedade era dividida entre “cidadãos de bem” e “vagabundos”, onde a figura do policial era apresentada, muitas vezes, como um “herói”, onde “a justiça e a paz apenas se conquistavam pela força”, disseminando uma série de valores morais relacionados à ideologias propagadas por uma parcela, a meu ver, mais conservadora das instâncias policiais, que também percebiam a “sociedade como uma oposição entre cidadãos e bandidos”, transformando-a em uma tensa relação de conflito e hostilidade.

Quando utilizam o termo “cidadão de bem”, meus interlocutores estão se referindo a grupos de pessoas que são socialmente classificadas como “sujeitos de direito” ligadas à valores morais considerados positivos, como “trabalhadores”, os “verdadeiros representantes da cidadania”, em oposição aos “bandidos” e “vagabundos”¹⁵⁸, considerados “pessoas do mal”, “preguiçosos”, “cidadãos de segunda classe” ou mesmo excluídos da “cidadania”, que ameaçam as “vidas” dos “cidadão de bem”. É preciso assinalar o processo histórico de negação da “cidadania” ao qual os sujeitos denominados como “vagabundos” e “bandidos”, geralmente, jovens negros e moradores de “favelas”, foram submetidos, sendo socialmente estigmatizados e discriminados. A lógica que rege o termo “cidadão de bem” é, portanto, política, funcionando como um dispositivo de poder¹⁵⁹ no conflito discursivo estabelecido na nossa sociedade, no qual a “mídia policial” participa ativamente disseminando e legitimando ações e práticas policiais e jurídicas de punição e de controle social destinados, sobretudo, à eliminação de grupos sociais específicos.

Outra dimensão importante da utilização desses dispositivos enunciativos mobilizados com frequência por meus interlocutores e demais “jornalistas policiais”, bem como por políticos, que merece ser evidenciada é que, segundo o linguista Egon de Oliveira Rangel¹⁶⁰, “em um contexto de campanha eleitoral”, por exemplo, “a

¹⁵⁷ Cf. DURKHEIM, 2004.

¹⁵⁸ Categoria proveniente do vocabulário policial associada inicialmente a ideia de “falta de trabalho”, um resquício do período varguista, em que moradores de rua eram detidos por “crimes” como “vadiagem”.

¹⁵⁹ Cf. FOUCAULT, 2001.

¹⁶⁰ Cf. O QUE..., 2018.

vantagem” da expressão “cidadão de bem” é que ela funciona como “estratégia discriminatória que não se apresenta como discriminação”, visto que:

“Separam-se os campos do ‘eu-nós’ e dos ‘outros’ como dois campos opostos, do bem e do mal; definem-se as características positivas do primeiro por oposição às negativas do segundo, sem, contudo, especificar no que consiste o bem a que a expressão se refere; não se diz quem está de um lado e quem está do outro.” [...] A expressão, continua Rangel, interpela o interlocutor a escolher o “lado do bem” com uma ideia de “junte-se aos bons e será um deles”. (O QUE..., 2018).

Em suas narrativas, os “jornalistas policiais” entrevistados atribuem à “Polícia”, na condição de órgão estatal, o papel de “defender a sociedade dos perigos” que podem eventualmente ameaçar sua “ordem”¹⁶¹, apresentando os policiais como “heróis” que cumprem sua função mesmo sendo mal remunerados e tendo “a sua vida em risco todo dia que sai de casa ou até dentro de casa.” (Jamilé, produtora). Uma vez que praticamente não entram na “pauta” casos de “violência policial”, não sendo, portanto, selecionados e transformados em “notícias” por esses programas, meus interlocutores tomam e (re)produzem como verdade a visão de que a “Polícia”, isto é, o Estado possui o “monopólio da violência física legítima” (WEBER, 1982).

Ao investigar “assaltos de grande porte contra instituições financeiras”, Aquino (2009) se deparou, no desenvolvimento de sua pesquisa, com uma grande quantidade de notícias midiáticas que apresentavam um enfoque policial nas narrativas sobre o fenômeno estudado e seus protagonistas, sendo “perceptíveis enquadramentos e recortes efetuados pela imprensa, a partir do discurso da Polícia”, o que, segundo a autora, influenciava a forma como “a população tem acesso” a esse fenômeno. Considerando que aparelhos estatais como a “Polícia” eram “formadores de ideologias e instauradores de poderes”, a pesquisadora analisou:

Na condição de integrante do aparato estatal, o corpo policial reproduz e difunde valores e “verdades” atrelados às bases de legitimação desta unidade política. [...] Considerando a sociedade brasileira contemporânea, contexto no qual este trabalho se inscreve, a instituição Polícia, a partir das tarefas de prevenção, desvendamento e repressão de crimes — e também a Justiça ao instituir leis e estabelecer punições —, produz as definições de “cidadãos” e “bandidos”, demarcando cisões entre “nós” e “eles”. São categorias que ganham importância para manutenção ou consolidação do que é socialmente definido como ordem. Tal determinação de espaços e limites envolve a noção de contágio ou poluição. Evitar a contaminação se torna um pré-requisito para a ordem. (AQUINO, 2009, p. 15-16).

¹⁶¹ Cf. AQUINO, 2009.

No contexto observado por mim nesta tese, essas ideologias, no sentido trabalhado por Gramsci (1978), são baseadas em moralidades específicas que ditam o que é ou não socialmente condenável, ou seja, quais “ocorrências” devem ser enquadradas como “crimes” e quais sujeitos devem ser encarados como uma “ameaça a ser eliminada” da sociedade. A realidade, tal como é apreendida pelo olhar dos “jornalistas policiais” investigados, encontra-se em estado de *anomia social*¹⁶², isto é, profundamente desintegrada das normas construídas em coletividade e com valores sociais enfraquecidos.

Noções como “guerra contra o crime” foram reafirmadas pela maioria dos meus interlocutores de pesquisa que, na condição de “cidadãos de bem”, diante dos índices crescentes de episódios de “violência” no Ceará e do contato cotidiano que mantém com esses acontecimentos, sentiam “medo” e “receio” de se tornarem “vítimas” de “crimes”, tal como revelou a repórter Bárbara:

Para mim, hoje, a gente tem segurança? Não, a gente não tem segurança. Isso é um fato. Você não tem segurança para sair, você não tem segurança para passear com o seu filho. De uma hora para a outra acabou tudo. Isso pra mim, é muito normal ver isso. Isso me assusta, sabe? O cara que sai pra faculdade e é assaltado, leva um tiro por nada. Aí você vê aquela mãe que deu a benção para o filho e tá esperando ele voltar para casa e ele não vai mais voltar. Eu sou mãe. Meu filho tem cinco anos. Aí você vê. Acabou a vida daquela pessoa. Então, hoje, a gente vê que a vida de muita gente é mexida por causa disso. É muito difícil você ver uma mãe chorando por causa de um filho que ela viu sair de casa e eu me ponho no lugar das pessoas em determinados momentos, sabe? Então assim, como é que você vai falar de futuro? Óbvio! Eu quero que as coisas melhorem, mas eu quero ver isso começar e eu não vejo. Porque a gente tá num estágio. Se você me perguntasse isso há um ano atrás, minha resposta seria diferente, porque hoje eu não vejo controle. Eu via controle, hoje eu não vejo controle. (Bárbara, repórter).

Assim, os “telejornais policiais” surgem na cena pública como um meio possível de relato da e sobre a vida social, elaborando estratégias discursivas para compreender, representar e “ajudar a solucionar” a “criminalidade” e a “violência urbana”. Esses programas e, por consequência, meus interlocutores estão, portanto, inseridos em uma economia geral do fenômeno da “violência”, das lógicas de ação policial e de mercado e das retóricas políticas e eleitorais. Seus discursos são performativos, sendo a própria ação de representar o real um ato de investimento moral de intervenção na realidade, contribuindo, como sugeriu Goffman (2012), para

¹⁶² Cf. DURKHEIM, 2004.

a (re)produção de quadros de referência que orientam as dinâmicas interacionais da vida em sociedade.

Esses quadros, além de estruturarem as visões de mundo dos “jornalistas policiais” investigados, funcionam como dispositivos morais ao fazer com que os limites entre a civilidade e a animalidade/monstruosidade¹⁶³ comentados por eles nos programas possam ser reconhecidos publicamente, passando a reproduzir e, até mesmo, produzir atitudes coletivas frente ao “crime”, à “violência” e a seus autores, tal como alertou Federico:

O peso do nome do programa Hortência é muito grande, entendeu? Ninguém quer passar no programa Hortência, porque ele sabe que é uma audiência muito grande. É uma audiência enorme. Então se eu disser você passou no Hortência enganando as pessoas. Nunca mais tu arranja um emprego dentro de Fortaleza, tá entendendo? Porque o peso é muito grande. (Federico, produtor).

Em sua fala, o interlocutor Federico se referia ao poder discursivo do “programa policial” televisivo onde trabalhava que era proporcional ao “peso do nome” do programa, isto é, ao seu valor de “credibilidade”, sendo este capaz de construir ou destruir a imagem de pessoas.

Na condição de políticos, os “jornalistas policiais” podem inclusive interferir diretamente nas decisões sobre políticas públicas de segurança e formas de punição e controle social adotadas nos municípios ou à nível nacional, dimensão esta que não foi possível contemplar de maneira aprofundada nesta pesquisa por questões de tempo e espaço já mencionadas. Ademais, os quadros (re)produzidos pelos jornalistas investigados possuem o efeito de ocultar ou esconder outros tipos de “crimes” considerados “menos espetaculares” pela “mídia policial”, como, por exemplo, os “crimes” de “colarinho branco”, isto é, de “corrupção”, “desvio de dinheiro público” etc.¹⁶⁴

Tais processos de enquadramento, portanto, criam marcas que são a condição para que se possa inferir algo sobre o real. No caso específico desta pesquisa, o real construído por meus interlocutores em seus textos noticiosos é a realidade do “crescimento da violência no Ceará”, de uma “sociedade em constante perigo”, de uma “ordem social ameaçada”, de uma “população apavorada”. Nesse sentido, meus interlocutores de pesquisa apresentavam suas categorias operatórias

¹⁶³ Cf. ELIAS, 2011, p. 192-193.

¹⁶⁴ Cf. MACÉ, 1999.

e seus produtos noticiosos com uma roupagem moralizante, uma visão pedagógica do “bom comportamento”. Além disso, eles ofereciam “receitas de coesão social” e propunham soluções para a contenção dos “problemas sociais” do “crime” e da “violência urbana” e para a punição de seus autores¹⁶⁵.

5.2.2 “A vida não vale mais nada”: perspectivas, classificações e necropolítica

Refletindo sobre as práticas que executava na condição de “jornalista policial” e o papel social que, a seu ver, a categoria desempenhava, a apresentadora Lisbela fez o seguinte comentário:

Porque a gente tá divulgando a impotência do Estado e a força que a bandidagem tem pra desafiar a Polícia e dizer eu vou, eu faço, eu fiz e pronto. A gente não soma com nada mostrando a violência, mas infelizmente é o nosso carro chefe e a gente tem que mostrar. E a gente tem que mostrar de uma forma que alerte a população de que infelizmente a vida hoje não vale mais nada e que o conceito de família tem que ser revisto, o conceito de vida tem que ser revisto. Aí entra o papel da sensibilidade da gente na hora de repassar a notícia. (Lisbela, apresentadora).

Em seu relato, Lisbela demonstrou preocupação acerca do conceito de “vida”, afirmando que uma de suas funções como apresentadora de “programas policiais” televisivos era “alertar a população” de que “a vida não vale mais nada”. Mas a que “vida” a interlocutora estava se referindo? Conforme mencionei no tópico anterior, a maioria dos meus interlocutores falavam da sociedade como se ela fosse um organismo homogêneo constituído por indivíduos que seguiam as “normas legais” às quais eram submetidos, denominados “cidadãos de bem” ou “trabalhadores”, sendo estes separados daqueles que não as cumpriam, chamados de “criminosos”, “bandidos” ou ainda “vagabundos”.

Nesse sentido, a vida em sociedade parecia ser pensada por minha interlocutora a partir da dicotomia entre “espaço estriado” e “espaço liso” proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari no volume 5 da obra *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, na qual fazem menção de um lado ao “espaço estriado”, “uma espacialidade geométrica, homogênea, unívoca”, à “*polis*”, uma “ordem política” que administra as cidades de modo centralizado, “um espaço limitado em suas parte, às quais correspondem direções constantes, separadas por fronteiras”, e, de outro lado,

¹⁶⁵ Cf. MORALES, 2014.

ao “espaço liso”, à “*urbs*”, “uma espacialidade antropológica, vivencial, fractal”, “que é o pulsar da cidade, esculpindo-se a si mesma, marcada por uma resistência ao controle da *polis*.” (PAIS, 2005, p. 59, grifos do autor). Sobre a noção de cidadania, Pais (2005, p. 59, grifos do autor) acrescentou que:

A partir daí, dá-se um *estriamento* da cidade logo que passa a estar submetida a princípios de racionalização que se haviam concebido para instituições de enclausuramento, como prisões, os internatos, os quartéis, as fábricas, os hospitais. Os planejadores da cidade procuravam então exorcizar as desordens, purificar as condutas, escrutinar as populações, periferizar a miséria. [...] A cidade transforma-se num espaço cerrado, cidade maqueta, com os cidadãos a verem os seus movimentos controlados e vigiados como agora também ocorre com as câmeras de vídeo que nos espiam em centros comerciais, edifícios públicos e residenciais. [...] A cidadania é, em certa medida, um movimento de rejeição da cidade planejada a favor da cidade praticada. [...] Desde que, evidentemente, não ponham em causa princípios básicos da convivência social.

Apesar dessas classificações disseminadas socialmente não terem sido necessariamente criadas por “jornalistas policiais” ou por suas fontes, elas eram constantemente acionadas por meus interlocutores na confecção de suas narrativas sobre os fenômenos da “criminalidade” e da “violência”. Desse modo, inferi que as “vidas” às quais a interlocutora Lisbela se referia ao dizer que “a vida não vale mais nada” eram “vidas” que, de acordo com seus valores morais, “mereciam ser vividas” e que estavam sendo ameaçadas por sujeitos que não seguiam as regras estabelecidas socialmente e que, por isso, encarnavam o “mal que deve ser eliminado da sociedade”. “Uma das características do Estado – mas também da especulação capitalista – é a de usar ‘espaços lisos como meio de comunicação ao serviço do espaço estriado’.”, afirmou Deleuze e Guattari (1994 *apud* PAIS, 2005, p. 62), dando entender que é possível utilizar ideias e lógicas do *espaço liso*, como a da “valorização da vida humana”, em prol de ideais do *espaço estriado*, os quais indicam que apenas algumas vidas “merecem” ser valorizadas.

Também identifiquei nos relatos dos jornalistas ouvidos uma ampla associação entre pobreza e criminalidade que pode ser observada na fala da interlocutora Clarice disposta no seguinte trecho:

É um efeito dominó. Não tem creche, não tem escola, não tem lazer, as crianças ociosas, a violência, os pais, muitas vezes, tomam remédios para abortar, tem menino em cima de menino. As mães, geralmente, não são todas, mas são drogadas. Quando não são drogadas, o vizinho é drogado. “Menino fica aqui dentro porque eu sou trabalhadora, mas o vizinho é traficante. Fica aqui dentro calado e fica dentro de casa.”. Então é o ambiente que a criança vive. Ela já tem que aprender desde o colo, onde deve ir, o que

deve fazer, o que não deve falar e o que não deve ver. Então assim, é um efeito dominó pra aquilo ali acontecer. Eu não vou poder fazer nada, mas eu sabia que se os repórteres passassem aquilo ou se eu conseguisse passar aquilo, mesmo que fosse de uma forma tão sutil e tão mínima em uma matéria de dois ou quatro minutos, poderia surtir algum efeito, para que uma pessoa no seu voto pensasse bem em quem fosse eleger, entendeu? Tentar fazer um projeto social ou ter uma quadra ali. Colocar as crianças pra jogar uma bola. Eu não tenho pena de bandido, de vagabundo. Eu nunca tive. Mas eu tenho pena de crianças que podem ser futuramente um bandido ou podem futuramente se envolver com drogas. (Clarice, produtora).

Do mesmo modo afirmou a interlocutora Jamile, para quem a solução para o “problema da criminalidade” seria a diminuição da “desigualdade social”:

Essa desigualdade que a gente vive é a fonte de tudo. É o problema! Se eu posso comprar um celular de última geração que todo dia na televisão tá mostrando direto: “Compre o celular de última geração! Compre o carro de última geração!”. Mas aí você tá falando com o pessoal lá da periferia, que não tem oportunidade de comprar isso. Aí ele vem e toma. Mas pra ele chegar ali e tomar, existe um espaço. Negada as oportunidades. Negado a estrutura familiar que precisa. São tantas coisas. Tudo isso chega ali naquele menino puxar aquela arma e atirar. (Jamile, produtora).

Ao correlacionar “pobreza” à “criminalidade”, as interlocutoras Clarice e Jamile ofereceram uma explicação causal ao fenômeno da “criminalidade”, contribuindo para um “abrangente e complexo processo social, que produziu tipos dominantes de sujeição criminal”, que, na visão de Misse (1999, p. 78), não deveria ser entendido como uma associação causal:

Parto da hipótese de que há uma associação entre pobreza urbana e sujeição criminal, mas que essa associação não é causal e sim constitutiva: como numa síndrome, ela reúne vários fatores que ligam, de um modo dinâmico e não-linear, a expectativa social de associação causal da pobreza urbana com a seleção social da incriminação que aí se desenvolve, acumulando uma adequação de sentido (não diretamente motivada pela pobreza, mas pela privação contingente ou relativa) entre certo tipo de práticas criminais e certos tipos de recursos, com agentes provenientes de segmentos das populações das áreas de pobreza urbana.

Logo, essa correlação causal entre “pobreza” e “criminalidade” não é de forma alguma exclusividade da “mídia policial”, aparecendo inclusive em algumas abordagens sociológicas da literatura criminalística produzidas, sobretudo, na década de 1980, conforme apontou Misse (2006a) em seu texto *Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas*. Segundo o autor, “as relações entre miséria e pauperização com certos tipos de criminalidade é antiga no imaginário social, mas adquire *status* moderno com as tentativas científicas dos socialistas do final do século em demonstrar sua efetividade causal.” (MISSE, 2006a). Apontada como a primeira

das “cinco teses equivocadas sobre criminalidade urbana no Brasil”, a visão de que “a pobreza é a causa da criminalidade ou do aumento da violência urbana” foi amplamente criticada por Misse (2006b) como uma “tese ingênua”, cujo autor “é desconhecido até hoje, embora se saiba que é uma opinião generalizada no imaginário social.”.

Em consonância com o pensamento apontado por Misse, o sociólogo José Luiz Ratton (2014, p. 485) alertou para os possíveis problemas relativos ao uso generalizado de tal correlação em análises sociológicas sobre fenômenos específicos:

As relações entre pobreza, desigualdade e crime não podem ser tratadas de forma homogênea. Desemprego, privação absoluta, privação relativa são algumas das diferenciações que devem ser feitas para que generalizações excessivas não sejam feitas. [...] pode-se concluir que a estrutura social afeta os níveis de criminalidade de forma paradoxal. Se por um lado pode motivar indivíduos em privação material a buscar recompensas materiais imediatas, por outro lado fornece menos alvos para a ação criminoso em períodos de estagnação econômica. A compreensão sociológica das complexas relações entre variáveis socioeconômicas e crime deve levar em conta que, no nível dos fatores de natureza socioeconômica, há mecanismos atuando em diferentes direções e que as variáveis estruturais podem ser tanto propulsoras quanto redutoras da criminalidade.

Bem como advertiu o pesquisador Adalton Marques (2017) em sua tese sobre o surgimento de uma racionalidade humanista e democrática na segurança pública do Estado de São Paulo a partir do período da ditadura militar brasileira, ao criticar o que ele denominou de “primeira invenção da Sociologia da Violência”, como ficou perceptível nesta passagem:

Não é meu propósito, entretanto, definir se a marginalidade se associa ou não à criminalidade. Não me interessa escolher por uma ou por outra etiologia. O posicionamento de Misse é importante exatamente porque ele critica a crítica da *associação entre criminalidade e pobreza* sem se lançar na defesa do objeto criticado. Afinal, ele nunca existiu. Mas nem por isso essa invenção deixou de produzir efeitos muito reais. Pois, se considerarmos essa crítica da crítica, feita por Misse, a “estratégia cognitiva dominante” dos estudos sobre a chamada criminalidade violenta “caracterizou-se, a partir dos anos 80, por denunciar a falsa associação entre pobreza urbana e criminalidade” (Misse, 1999: 7). Dito de outro modo, a refutação da associação crime-pobreza por meio de estatísticas, tal como preconizada por Coelho (1978), tornou-se a tendência compartilhada pela “esmagadora maioria dos trabalhos” que se debruçam sobre a “questão da violência urbana” desde então (Misse, 1995^a: 81). (MARQUES, 2017, p. 198-199).

Não esmiuçarei aqui os enfoques e argumentos utilizados pelos diversos pesquisadores citados por Misse (2006a; 2006b) que trabalharam essa correlação em suas pesquisas, mas aproveitei o ensejo para destacar a relevante contribuição realizada pelo pesquisador Feltran (2014) em torno desse debate, com a qual procurei

dialogar neste trabalho com o objetivo de entender as justificativas elaboradas por meus interlocutores sobre a questão.

Ao tomar “o conflito sobre o significado de ‘crime’ e ‘periferia’ como conflito *político*”, Feltran (2014, p. 237, grifo do autor) procurou entender “a associação direta entre criminalidade e pobreza, naturalizada no discurso midiático e daqueles que o reproduzem”. Para o autor, a exaustiva repetição desse discurso parecia se pautar “na premência de combater *outras* significações de ‘crime’ e ‘periferia’ oriundas, justamente, dos grupos incriminados das margens urbanas.” (FELTRAN, 2014, p. 237, grifo do autor). Assim, Feltran (2014, p. 237-238, grifos do autor) concluiu que “a tematização pública da ‘violência urbana’ representaria um modo ativo de produzir *realidade* e lhe ofertar conteúdos, que *ao mesmo tempo* oculta aquilo que existe, no mundo, de modo alheio aos seus próprios termos”, já que se propõe a “mostrar a vida como ela é”.

Briggs (2007) também salientou essa dimensão em seu estudo sobre as narrativas midiáticas sobre o “crime do infanticídio”, apontando que tais discursos circulavam em redes muito mais amplas do que as conversas cotidianas realizadas pessoalmente, que acontecia sem intermediários e em que se sobressaíam as narrativas acerca de experiências pessoais passadas acerca do “crime” e da “violência”. Abordando os processos variados de criminalização do rap em seu artigo, o pesquisador Thiago Cazarim (2019, p. 118) relacionou a dimensão apontada por Briggs (2007) com a trabalhada pela antropóloga brasileira Teresa Caldeira (2000) em sua pesquisa sobre as “falas do crime” em São Paulo. Segundo o autor, da mesma maneira que acontecia com as conversas cotidianas investigadas por Caldeira, as narrativas midiáticas também procuravam significar esses conceitos e fenômenos, combinando-se a outros discursos (policiais, judiciários etc.) que também elaboravam sentidos e (re)produziam efeitos sobre tais fenômenos em um processo de constante retroalimentação, sendo, portanto, de grande relevância investigar um campo mais abrangente de “falas do crime”, que contemplasse “outros efeitos (contestação, reversão, suspensão) para além da cristalização de um senso comum criminal”.

No contexto estudado, notei que a disputa pela significação das palavras que descreviam os fenômenos locais de “violência urbana” e da “criminalidade” se dava no plano discursivo, podendo ser apreendida a partir das formas de posicionamento adotadas por meus interlocutores em relação ao assunto, como, por exemplo, a seguinte percepção elaborada pelo interlocutor Dantas:

A notícia do crime tem que ser dada, a população tem que saber por onde anda. Eu acho importante buscar até seus meios de defesa. Mas, você alimentar o crime, promover bandido, você não pode dar voz à pretensão miserável do bandido. A imprensa está perdida. Eu acho que, muitas vezes, por desespero pela audiência, você vai pro sensacionalismo. Aí você está trabalhando contra a sociedade. Você muitas vezes está alimentando o crime, fazendo apologia ao crime e está desservindo a sociedade, entendeu? Você tem que dar voz à sociedade, às autoridades, voz a quem de direito, mas voz ao ilegal, ao camarada que está preso ou em liberdade, mas com sentenças tramitando, você não pode dar voz. Você pode dar voz se você entender que há ali uma imposição de erro que pode levar para cadeia um inocente, aí eu vou. Eu briguei muito com isso. Eu digo: “Não há prova de que esse daqui é o autor do crime.” E, muitas vezes, eu acertei. Você não pode colocar uma pessoa no pior momento da vida de um ser humano que é a prisão. Você não pode mandar uma pessoa pra prisão sem você ter o indício, pelo menos, o indício. “Rapaz, tudo leva a crer que foi ele.”. Prende-se. Mas, se nada faz crer isso, você cercear a liberdade da pessoa? (Dantas, apresentador).

De acordo com o interlocutor, o papel do “jornalista policial” era “dar voz ao povo”. Dantas criticou a postura de alguns colegas que “davam voz aos bandidos”, argumentando que isso constituía um “grave erro” da imprensa contemporânea. Dantas também elucidou que era preciso ter “faro jornalístico” para “identificar quando a lei está sendo usada contra inocentes”, afirmando que não era concebível “mandar uma pessoa pra prisão sem indícios”, ao acrescentar que, quando percebia que havia “uma imposição de erro”, ele não hesitava em se posicionar “a favor da pessoa injustiçada” e que, a seu ver, essa também deveria ser a atitude dos demais colegas de profissão.

Verifiquei que, assim como Dantas, a concepção dos demais “jornalistas policiais” ouvidos durante a pesquisa sobre a “realidade social cearense” era orientada, sobretudo, pela visão de que era preciso mudar a “situação de barbárie” em que a nossa sociedade se encontrava. Dantas ainda salientou que a maneira que encontrou para “combater essa situação” foi “se tornar mais atuante na sociedade, fiscalizando o trabalho das autoridades e não dando voz ao crime.” (Trecho retirado do diário de campo realizado em setembro de 2017).

As expressões “não dar voz ao crime” e “não promover bandido” utilizadas por Dantas possuem um sentido político de combater, através do poder discursivo performático que os “programas policiais” mobilizam, os repertórios simbólicos e os enquadramentos produzidos por atores sociais considerados “inimigos da sociedade”, não cumpridores das “normas legais”, ao não oferecer visibilidade pública aos seus quadros e repertórios, e ao não os tratar como interlocutores dos discursos produzidos

socialmente sobre a temática da “violência” e da “criminalidade”. Essa postura política também foi assumida pelo interlocutor Rafael que reforçou sua decisão de não utilizar nomenclaturas provenientes das linguagens usadas por “grupos criminosos”:

Eles se intitulam facções. Eu não sei até que ponto eles têm ligações com essas facções criminosas. Eu não sei se é um grupo realmente querendo se favorecer. A gente até evita de pelo menos falar nomes. Eu evito ao máximo falar o nome. Eu acho que acaba favorecendo a eles, entendeu? Propagando. Eu evito. (Rafael, repórter).

Entendendo o “telejornalismo policial” como um veículo que pode ajudar a “fortalecer os laços sociais enfraquecidos”¹⁶⁶, o interlocutor Dantas ressaltou a importância do trabalho dos “jornalistas policiais” para a “segurança pública” e a “cidadania”, afirmando que “não é papel da imprensa dar voz ao crime”:

Nós temos um papel muito importante, porque, muitas vezes, a Polícia não tem interesse que se divulgue a notícia. Muitas vezes, o silêncio seria melhor para o bem-estar das autoridades, não é? Assusta a população? Sim, mas tem que assustar. A notícia da guerra assusta, mas a notícia da guerra tem que ser divulgada, e nós estamos em uma guerra. Isso é guerra. O balanço de 2017, o Ceará com mais de 5 mil homicídios em um ano dentro de um Estado. A Síria não tem isso em guerra. Mas tem que divulgar o fato sem se associar ao crime, sem alimentar a violência, sem chamar bandido de rei. A imprensa tem o papel de denunciar, criticar, e não dar voz ao crime. Eu não sei se alcancei o meu objetivo, mas eu tinha um desejo muito grande de orientar o povo. (Dantas, apresentador).

Quando narravam casos de “homicídios” que supostamente foram causados pelo envolvimento de jovens homens, negros, “moradores de periferia” com o “crime” ou com o “tráfico de drogas”, reportagens estas tipicamente transmitidas pelos “telejornais policiais” cearenses, meus interlocutores realizavam de modo frequente a seguinte constatação: “Na vereda do crime, o resultado é sempre cadeia ou cemitério.”. Em comentários como esse, meus interlocutores expressavam seus pontos de vista em relação às “vidas” desses jovens, enunciando que a morte ou o encarceramento seriam os únicos futuros possíveis dessas “vidas”, o que comprova que, na verdade, tais jovens já estavam mortos simbolicamente¹⁶⁷ perante a “sociedade” que os condenava antecipadamente. A morte física apenas demonstrava isso.

Outro fator que demonstra a falta de interesse social em torno da questão da “vitimização” letal desses jovens, é que seus velórios nunca eram noticiados pelos

¹⁶⁶ Cf. DURKHEIM, 2004.

¹⁶⁷ Cf. FOUCAULT, 2013.

“programas policiais” locais¹⁶⁸. Dessa maneira, ao naturalizar e legitimizar tais mortes, os “jornalistas policiais” contribuem para a instauração de uma política da morte ou necropolítica, conforme denominou o filósofo Achille Mbembe (2016, p. 142), uma vez que “é na morte do outro, sua presença física como um cadáver, que faz o sobrevivente se sentir único. E cada inimigo morto faz aumentar o sentimento de segurança do sobrevivente.”

Dialogando com a categoria foucaultiana de biopolítica, Mbembe (2016) refletiu sobre a eficácia dessa categoria na análise de fenômenos atuais de subjugação e “violência”, apresentando suas possíveis limitações. Na concepção do autor, o conceito de necropolítica parece mais adequado para discutir as formas contemporâneas de soberania, “cujo projeto central é [...] a ‘instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição de corpos humanos e populações’”, ao “ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2016, p. 125).

Diferentemente da biopolítica que, para o exercício da soberania, atua no controle da separação da população entre “as pessoas que devem viver e as que devem morrer” através do uso de tecnologias disciplinares; a necropolítica exercita a soberania ao ocupar e controlar certas zonas territoriais, legitimando o extermínio de seus habitantes por meio de novas “tecnologias de destruição”.

As técnicas de policiamento e disciplina, além da escolha entre obediência e simulação que caracterizou o potestado colonial e pós-colonial, estão gradualmente sendo substituídas por uma alternativa mais trágica, dado o seu extremismo. Tecnologias de destruição tornaram-se mais táteis, mais anatômicas e sensoriais, dentro de um contexto no qual a escolha se dá entre a vida e a morte. (MBEMBE, 2016, p. 141).

Investigando “ocupações coloniais contemporâneas”, em especial o caso da Palestina, considerado pelo autor uma das formas “mais bem-sucedida[s] de necropoder”, a experiência de “genocídio” e sua legitimação vivenciadas por uma parcela da população demonstra o *modus operandi* do necropoder. Em sua obra *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*, o autor citou o filósofo sul-africano David Theo Goldberg para quem o necropoder pode se apresentar de variados formatos: “o terror da morte real ou uma forma mais ‘benevolente’, cujo resultado é a destruição de uma cultura para ‘salvar o povo’ de si

¹⁶⁸ Cf. MORALES, 2014.

mesmo” (GOLDBERG, 2002 *apud* MBEMBE, 2016, p. 149), sendo esta última forma muito semelhante ao que observei no contexto examinado nesta tese.

A pesquisadora Flávia Medeiros (2016) estudou em sua pesquisa doutoral as maneiras como os agentes da Polícia Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro davam sentido às mortes violentas, denominadas por eles como “homicídios”, produzindo técnicas e moralidades sobre o referido fenômeno. Ao descrever as atividades desenvolvidas por seus interlocutores, a autora trabalhou com o conceito de necropolítica de Mbembe para revelar que as redes de relações de poder, das quais os “jornalistas policiais” também são integrantes, circulam e consolidaram mecanismos institucionais administrativos usados pela Polícia Civil como os “autos de resistência”, para legitimar a repressão contra um segmento social e racial específico, destacando o papel exercido pelos veículos midiáticos neste contexto:

[...] as ações da juíza Patrícia na sua prática profissional a levavam a enfrentar aquilo que vem sendo descrito como o “punitivismo penal” da prática de “extermínio de inimigos” que exerce um “governo das mortes” legitimando a violência letal contra um segmento social e racial da sociedade por parte de agentes do Estado (ZACONNE, 2015). Tal forma de punição a certos sujeitos, que se justifica pela “guerra ao tráfico” configura uma “necropolítica” que se reproduz desde o momento do disparo pelo policial militar até o arquivamento do inquérito pela polícia civil e pelo Ministério Público, naturalizando e legitimando aquelas mortes (MBEMBE, 2003; MEDEIROS, 2016). No prosseguimento burocrático dos “autos de resistência”, delegados, promotores e juízes que deixavam de se imiscuir de suas responsabilidades como agentes da justiça, corroboravam uma forma de gerir o Estado que tinha na morte de certos sujeitos como uma gestão legítima do poder político. A naturalização da legitimidade da prática de forjar “autos de resistência” era tamanha, que devido a sua atuação, tanto a juíza, quanto o promotor e os policiais que trabalham na “força tarefa”, não eram vistos com bons olhos, nem mesmo por seus colegas. (MEDEIROS, 2016, p. 55).

Embora não utilizem o conceito de necropolítica, outros autores mencionam em suas pesquisas a participação da mídia na construção de dispositivos discriminatórios de subjugação social, tais como Misse (1999) que analisou em sua tese como a lógica da “guerra ao tráfico” reforçada pela alegação da necessidade de “combater o comércio de drogas” de modo repressivo constituiu um processo específico de “acumulação social da violência no Rio de Janeiro” que legitimou o processo chamado por ele de “sujeição criminal” e práticas policiais de repressão contra uma determinada parcela do corpo social:

O interesse da amostra jornalística não é pequeno, se considerarmos sua *representatividade qualitativa*, que a faz, inclusive, participar da construção social da criminalização-incriminação através da seleção do que seja odioso, cruento, ou do que seja trágico. Em todos os casos, a imprensa participa

diretamente da construção da sujeição criminal, ao eleger, muitas vezes nomear, e quase sempre selecionar os bandidos que devem ser destacados. (MISSE, 1999, p. 108, grifo do autor).

Em sua tese, Sá (2010) também chamou a atenção para a função desempenhada pela mídia na construção de representações sobre o bairro Serviluz, contribuindo para os processos de “estigmatização, marginalização e exclusão social” de seus moradores:

As representações midiáticas sobre o Serviluz apontavam, portanto, para um referente que se esvaecia e se degenerava como em um teatro de horrores. [...] Por parte dos jornais, não havia esforço interpretativo na contextualização dos dados de violência no bairro. Os textos eram taquigráficos, pontuais e irrefletidos. Produtores de estigmas. Aos poucos, notícia por notícia, formava-se sem dizer com todas as letras uma das mais consolidadas imagens da barbárie popular na cidade, funcionava como um marcador de lugar que lançava um estigma sobre seus habitantes infames. Mas os jornais escondiam a sete chaves as histórias dessas antologias de existências infames (cf. Foucault, 1994) e escondiam igualmente as histórias de lutas políticas da população por moradia e qualidade de vida na cidade e também as tradições populares indígenas e afro-brasileiras escondidas na favela. (SÁ, 2010, p. 193).

Em síntese, ao falar da sociedade como um ente homogêneo formado por “cidadãos de bem” que são diariamente acometidos por um “mal” que coloca em risco a segurança de suas vidas e corpos e gerando mensagens padronizadas desse discurso que serão posteriormente consumidas pelo “público”, os “jornalistas policiais” investigados mesmo que inconscientemente participam de maneira ativa do processo de “sujeição criminal” pela qual a camada mais pobre, sobretudo, a população negra do Ceará é subjugada, mobilizando ideias e enquadramentos sociais que pautam e são pautadas por necropolíticas (MBEMBE, 2016).

Neste capítulo, busquei trabalhar determinados componentes das relações de poder presentes no cotidiano das redes do “telejornalismo policial” cearense que acessei na pesquisa empírica. Nesse sentido, procurei analisar elementos das interações estabelecidas entre os jornalistas ouvidos e suas fontes, especialmente, as “fontes policiais”. Para isso, descrevi a utilização de tecnologias de comunicação observada nessas relações, buscando entender a influência de tais relações na produção das “matérias policiais” e sua contribuição para a construção do “ser jornalista policial”. Ademais, procurei analisar as formas de saber/poder e de produção da verdade (FOUCAULT, 2001) fabricadas pelos “jornalistas policiais” cearenses, procurando entender o poder que os discursos performáticos emitidos por meus interlocutores possuem na criação de quadros referenciais, perspectivas e

classificações sobre fenômenos da “violência” e da “criminalidade” e, conseqüentemente, sobre seus autores, além da contribuição que a “mídia policial” cearense e suas narrativas oferecem à disseminação e legitimação de necropolíticas dirigidas, sobretudo, à eliminação de um grupo populacional específico.

No próximo capítulo, procurarei desenvolver uma análise da relação entre “telejornalismo policial” e “Política” no contexto estudado, enfocando os pontos observados por mim durante o trabalho de campo, os quais considero emblemáticos para entender como os jornalistas pesquisados definem o termo “Política” e como creem que são capazes de “fazer política”.

6 “TELEJORNALISMO POLICIAL” E “POLÍTICA”¹⁶⁹

Neste capítulo, busquei analisar etnograficamente as noções de “Política” adotadas por meus interlocutores no contexto social estudado, seguindo a proposta formulada por pesquisadores do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP)¹⁷⁰, como, por exemplo, a pesquisadora Karina Kuschnir (2007, p. 163), que definiu a abordagem antropológica da política como uma forma de “explicar como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como significam os objetos e práticas relacionadas ao mundo da política”, partindo do pressuposto de que “a sociedade é heterogênea, formada por redes sociais que sustentam e possibilitam múltiplas percepções da realidade” e de que “o ‘mundo da política’ não é dado *a priori*, mas precisa ser investigado e definido a partir das formulações e dos comportamentos de atores sociais e de contextos particulares.”.

Desse modo, apesar do termo “Política” aparecer como um organismo homogêneo nos discursos emitidos por meus interlocutores tanto em suas narrativas midiáticas quanto em nossas conversas, observei que, no cotidiano de trabalho deles, tal termo se apresentava de diversas maneiras, envolvendo uma multiplicidade de atores, concepções e interesses que circulavam dentro das diversas redes de relações em que eles estavam inseridos. Tais redes eram constituídas por empresas de telecomunicações privadas e órgãos estatais, por profissionais de jornalismo, agentes públicos, políticos, partidos políticos e por uma parcela da população cearense.

Ao longo da pesquisa de campo, deparei-me com situações que revelaram algumas dessas dinâmicas, as quais descrevi e analisei neste capítulo, buscando contribuir para um entendimento mais amplo das definições de “Política” formuladas por meus interlocutores e algumas das mais variadas formas de “fazer política” na área do “telejornalismo policial” cearense mencionadas por eles em seus depoimentos.

¹⁶⁹ Ressalto o uso nativo do termo “Política” que se referia ao “sistema político formal” ou à noção de Estado moderno como uma entidade homogênea.

¹⁷⁰ O NuAP foi fundado em 1997 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, tendo como objetivo “examinar a política vivida, dando ênfase à etnografia e, portanto, aos aspectos do tecido social em sua totalidade.”. Informações disponíveis em: <http://nuap.etc.br/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

6.1 Relações de interdependências

Casos como o do “repórter policial” Rafael ilustram situações em que fatores econômicos e políticos agiram como forças importantes no setor midiático televisivo cearense e, sobretudo, nas atividades cotidianas do fazer jornalístico policial no contexto estudado. Mencionada anteriormente por Rafael e por outros interlocutores como uma “condição de trabalho”, a relação de interdependência entre empresas privadas e órgãos públicos foi apresentada como uma prática muito frequente no meio jornalístico local, considerada por eles como uma “tradição”, já que as contratações de anúncios publicitários governamentais (tanto municipal quanto estadual) constituíam, muitas vezes, a principal receita dessas emissoras. Logo, para garantir sua participação na reciprocidade dessa relação e dar continuidade a ela, tais emissoras elaboravam informalmente determinadas regras internas, com orientações explícitas ou não aos seus funcionários, no intuito de nortear as condutas dos profissionais envolvidos na produção das notícias, o que, na visão de Rafael, constituía um fator que limitava a “liberdade de atuação” dos jornalistas de modo geral, não apenas daqueles que atuavam na editoria policial do telejornalismo cearense.

Como não participavam diretamente dessas decisões, meus interlocutores a percebiam a partir de uma série de constrangimentos organizacionais vivenciados por eles no exercício cotidiano de suas atividades profissionais. Em sua primeira experiência profissional como “repórter policial” em uma emissora local, o interlocutor Rafael revelou que recebeu instruções específicas para não abordar determinadas temáticas relacionadas direta ou indiretamente ao governo estadual do Ceará e que orientações semelhantes aconteciam com maior frequência durante o período eleitoral, como é possível verificar neste trecho de sua fala:

Eu acho que uma tradição dessa relação, porque nós estamos inseridos em empresas, né? Estamos em emissoras de TV. São empresas privadas que dependem do mercado, dependem dos anunciantes. E, infelizmente, é uma realidade em todo lugar que a gente vai. Em todo lugar. Então, em determinadas épocas, você consegue ver isso mais forte. Principalmente, quando você tá num período em que as gestões têm algum tipo de interesse de preservar uma coisa. Então, às vezes, você nota que há uma diminuição em algumas coisas, sabe? Justamente nessa relação de política com a empresa. “Olha, nós temos uma anunciante agora, temos um projeto que o poder público, a prefeitura, sei lá, o governo do Estado participa.”. (Rafael, repórter).

De acordo com Rafael, instruções como essas eram transmitidas aos repórteres e demais profissionais da produção dos programas por atores que ocupavam posições mais elevadas na hierarquia da referida emissora, tais como “donos” e diretores do setor de jornalismo. Assim, conforme foi adquirindo mais experiência na área, Rafael afirmou que as sutilezas das exigências e restrições impostas pela empresa onde trabalhava ficaram cada vez mais perceptíveis, lamentando o “prejuízo” e os “impactos éticos” que tal “tradição” causara à profissão de jornalista de modo geral, visto que, na sua perspectiva, “afeta, afeta mesmo” a questão da ética profissional, na medida em que eles faziam uso do poder discursivo performático que os “programas policiais” possuem para agirem a favor do poder estatal.

De cima pra baixo, entendeu? Nem sempre de maneira clara. Ao longo do tempo, você vai percebendo. Isso, pra nós, jornalistas, é muito ruim. É muito ruim. Porque, às vezes, você sabe que precisa... Era necessário falar sobre aquilo. (Rafael, repórter).

O sentimento de “descontentamento” expressado por Rafael no trecho acima remete às ideias nativas de princípios como “compromisso social” e de “missão profissional” já mencionadas no terceiro capítulo desta tese e concebidas por meus interlocutores como algumas das características necessárias para atuar no “telejornalismo policial” cearense, afirmando que se submetem a tais constrangimentos por dependerem da profissão como única fonte de renda. Desse modo, a dimensão econômica foi apontada por meus interlocutores como apenas uma das motivações para exercerem a profissão, sendo também destacados outros aspectos subjetivos como “amor”, “missão”, “compromisso social”, dentre outros.

O repórter Rafael destacou que não vivenciou situações semelhantes na emissora em que trabalhava no momento em que realizamos a entrevista, dando a entender que as forças do “Mercado” e da “Política” agiam com mais frequência e intensidade na empresa que trabalhou anteriormente, o que interferiu no desempenho de suas tarefas diárias e, conseqüentemente, na construção de sua subjetividade e de seu pertencimento profissional como “jornalista policial”.

Quando aconteceu comigo, eu me senti: “Poxa, mas isso aqui é atualíssimo. Nós temos que mostrar”, né? Felizmente, no programa Lírio, não passei por nenhuma situação. Graças a deus! Mas acontece. Infelizmente, acontece. Justamente por essa questão de mercado. (Rafael, repórter).

Nesse sentido, o depoimento de Rafael demonstra que “forças políticas e econômicas” não atuam de modo homogêneo sobre as atividades jornalísticas, mas compõem arranjos transitórios em períodos específicos (eleições, por exemplo) e variam de intensidade conforme as particularidades de cada emissora. Tomando o contexto telejornalístico cearense como base, observei a existência de emissoras mais dependentes de recursos oriundos de cotas comerciais para dar continuidade ao seu funcionamento, em especial, de propagandas governamentais, e, outras que, por pertencerem a grupos políticos e/ou religiosos e serem por eles financiadas, reconfiguraram as dinâmicas de interdependência com setores da política local e, por consequência, a maneira como estes interferiam nas atividades exercidas pelos “jornalistas policiais” examinados, criando regras e restrições que expressassem os interesses políticos e os estilos de vida defendidos por tais grupos.

Logo, conscientes do poder comunicativo que possuíam e da peculiar posição social que ocupavam, Rafael e os demais “jornalistas policiais” com os quais dialoguei ao longo do trabalho de campo tinham consciência de que eram submetidos às exigências econômicas e políticas dos proprietários e diretores de jornalismo das emissoras onde trabalhavam, o que acarretava maior ou menor controle sobre suas ações e práticas profissionais diárias.

Questionando “o que significa o desenvolvimento capitalista no interior da própria imprensa para a posição sociológica da imprensa em geral, para o papel que desempenha na formação da opinião pública?”, o sociólogo alemão Max Weber (2002, p. 17) indagou até que ponto os profissionais de comunicação tinham “a possibilidade de independência em relação ao controle político e financeiro de uma determinada sociedade.”. Nas palavras do autor:

Os contatos dos jornais com os partidos, aqui e em outros países, seus contatos com o mundo dos negócios, com todos os inumeráveis grupos e pessoas que influem na vida pública e são influenciadas por ela, supõem um campo impressionante para a investigação sociológica, explorado até agora somente em alguns de seus elementos. (WEBER, 2002, p. 15).

Levando em consideração as diferenças empíricas entre os contextos investigados, as reflexões de Weber sobre “a relação da imprensa com partidos políticos” e com o “mundo dos negócios” no contexto europeu ajudam a entender alguns aspectos das relações de interdependência entre “Mídia” e “Política” apontados por meus interlocutores no contexto empírico estudado, uma vez que o autor privilegiava o estudo das relações de poder criadas pelo e no universo

jornalístico. Weber (2002, p. 15) também chamou a atenção para o “poder que a imprensa possui” de tornar “públicos determinados temas e questões”.

Como foi comentado anteriormente, os “programas policiais” televisivos constituem um “negócio” bastante lucrativo para as empresas de comunicação em nível regional, contribuindo de modo significativo com a arrecadação mensal das emissoras cearenses pelas quais são transmitidos, faturamento este proveniente das cotas publicitárias obtidas pela exposição de produtos durante os telejornais e por seus intervalos comerciais. Além disso, tais estâncias privadas de telecomunicação são, muitas vezes, administradas por grupos políticos locais, o que demonstra amplo envolvimento dessas empresas com interesses financeiros e políticos.

Diferente do que acontece com a imprensa europeia investigada por Weber (2002), uma característica comum aos veículos midiáticos brasileiros é que eles geralmente são monopolizados por famílias bastante abastadas, reconhecidas regionalmente, sobretudo, por seu vasto patrimônio. No contexto cearense, a situação é semelhante. Famílias como os Jereissati¹⁷¹ e os Queiroz¹⁷², por exemplo, eram detentoras de pelo menos três das doze principais emissoras de televisão locais que possuíam sede na cidade de Fortaleza na época em que desenvolvi esta pesquisa, o que demonstra a dimensão do poder midiático que essas famílias possuem na região.

Na perspectiva weberiana, esses fatores constituem elementos fundamentais para pensar a imprensa moderna e como sua lógica de racionalização e produção capitalista “condiciona e ‘educa’”¹⁷³ os profissionais de jornalismo, devendo, segundo o autor, ser o “ponto de partida” para investigações sobre tal fenômeno. As experiências compartilhadas pelo interlocutor Rafael revelam como alguns dos “jornalistas policiais” examinados se sentem em relação às dinâmicas relacionais com o “Mercado” e com a “Política” e como elas despertam sentimentos e mobilizam ações e práticas no cotidiano de trabalho desses profissionais.

Quando mencionado por meus interlocutores, o universo da “Política” era frequentemente associado com práticas relativas à “corrupção” ou orientadas por “interesses pessoais”, distanciando-o das atividades jornalísticas, classificadas por eles como moralmente mais honrosas, tais como os “serviços de utilidade pública” e

¹⁷¹ Informações disponíveis no seguinte sítio: <https://senadortasso.com.br/um-levy-so-nao-faz-verao/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

¹⁷² Para ter acesso às informações, consultar em: <http://verdesmares.com.br/servicos/svm-e-vc>. Acesso em: 12 jan. 2020.

¹⁷³ Cf. SANTOS, 2017.

os “trabalhos sociais” que os “jornalistas policiais” realizavam junto ao “povo”, utilizando termos como “honra” e “dignidade” para qualificá-las. O trecho seguinte é explicativo a esse respeito:

Política, pra mim, não dá. Exatamente por aqueles dois fatores: ou você se corrompe, ou você não vai conseguir fazer nada pelo povo. Porque você tem que estar dentro do jogo. Infelizmente. A gente sabe que a realidade é essa. Eu não tenho nada contra quem é apresentador e se candidata. Eu acho que isso daí vai de cada pessoa, de gostar, de tentar fazer alguma coisa, mas, pra mim, hoje, pode até ser que amanhã, mude, mas hoje, eu lhe digo que eu não gosto de política. Eu não quero política. Eu, se eu tiver que ajudar as pessoas que eu ajude através da emissora Lavanda, através dos programas com o que eu já lhe falei. Com consulta, com transferência de leito para UTI, com alimentação, com cirurgia, com calçamento, com água, com enfim... Que eu possa através do Jornalismo ajudar o povo de alguma forma, mas com política, não. Como jornalista, como política, não! Porque, graças a deus, a imprensa ainda tem esse poder entre aspas de conseguir as coisas. (Lisbela, apresentadora).

Em seu depoimento, a apresentadora Lisbela se baseou em conceitos como “ética” para apresentar sua definição de “Política”. Ao expressar com veemência sua falta de interesse em ingressar “na Política” e em “estar dentro do jogo” político, a apresentadora reforçou a ideia de que o poder exercido por políticos era distinto daquele mobilizado por jornalistas, separando assim seus campos de atuação. O discurso proferido por Lisbela carrega consigo uma percepção nativa generalizada entre os “jornalistas policiais” investigados de que há uma divisão ou fronteira entre o “poder da Política” e o “poder do Jornalismo”, na tentativa, a meu ver, de desassociar o “jornalismo policial” da imagem negativa frequentemente associada ao universo da “Política”, e, assim, posicionar melhor sua categoria profissional nos jogos de saber-poder que constituem as relações sociais nas quais está inserida. Desse modo, compreendi que tal “fronteira de comunicação” funciona no contexto observado como um dispositivo de poder na disputa política pela legitimidade das ações, práticas e discursos, e da significação de conceitos e fenômenos empreendida pelos “jornalistas policiais” que, segundo Lisbela, centra-se na “defesa de interesses coletivos”.

Em oposição ao sentimento de “impotência” associado à atuação “na Política”, Lisbela apresentou a ideia de que a imprensa tem “o poder de conseguir as coisas”, preenchendo inclusive os espaços que os aparelhos do Estado não conseguem dar conta, sendo tal ideia entendida como uma possibilidade de “fazer

política” sem “ter rabo preso”¹⁷⁴ e sem “desapontar as pessoas”. Logo, acredito que tal ideia serve como estratégia para dar sentido às atividades desempenhadas pelos “jornalistas policiais”, reforçando a importância de seu papel social e conferindo legitimidade e credibilidade aos seus discursos e performances na relação com o “público”. Evidentemente, essa estratégia também é utilizada no plano simbólico por aqueles profissionais que optam por se candidatar a cargos públicos eleitorais, opção esta, vale salientar, nunca completamente descartada pela própria interlocutora Lisbela, que, embora tenha afirmado não gostar de “Política”, advertiu que sua opinião sobre o assunto poderia mudar no futuro.

Cabe salientar que, além do “poder de conseguir as coisas” e de “denunciar as ineficiências governamentais”, a mídia possui o poder de selecionar os acontecimentos que se tornarão (ou não) “pautas jornalísticas”, a respeito do qual o jornalista Paulo Henrique Amorim (2015) tratou em seu livro de memórias *O quarto poder: uma outra história*, e do qual Bourdieu (1997b) analisou em sua obra *Sobre a televisão*, já citada anteriormente.

Entendendo a “carreira política” com uma “opção arriscada” do ponto de vista profissional, o “repórter policial” Rafael, assim como a apresentadora Lisbela, descreveu a “Política” como um “espaço impotente”, onde “você não consegue fazer muita coisa”, “não pode mudar a realidade das pessoas”, o que colocaria “em risco” o investimento despendido por ele na construção de um “nome”, de uma “credibilidade”, isto é, do seu capital pessoal construído ao longo de sua carreira jornalística “no policial”. O sentimento de “receio de desapontar as pessoas” foi indicado por ele como justificativa para não “seguir carreira política”, argumentando que sua decisão era baseada nas experiências que teve como repórter na área policial, as quais o possibilitaram ter acesso a um conhecimento privilegiado daquilo que acontecia nos “bastidores da política local” e dos tipos de agenciamentos operacionalizados nestes espaços, cujos detalhes preferiu não comunicar durante a nossa conversa.

Pra mim, é o receio de desapontar as pessoas, porque a gente sabe do sistema político, não só local, mas nacional, que você não consegue fazer muita coisa. E aí você sair do mercado, dar teu nome, tua credibilidade naquilo e chega lá e não poder fazer, não poder mudar a realidade das pessoas? E depois? Quem nasce em berço de ouro, deve ter suas empresas de forma paralela a sua profissão, não sei. Eu não tenho. Eu só tenho o meu

¹⁷⁴ Na linguagem nativa, esse termo foi utilizado pela interlocutora para denotar casos em que atores sociais envolvidos “na Política” possuíam “liberdade de ação” e que não estavam implicados ou obrigados a nenhum sistema de reciprocidade “escuso”.

nome. Só o meu nome, entendeu? Eu acho que é mais receio mesmo de desapontar. Porque a gente vê. A gente trabalha nessa área, acompanha os bastidores e não tem muito o que se fazer. O sistema é muito complicado. Não tem como você mudar muita coisa. Não tem. Infelizmente. (Rafael, repórter).

Para descrever as relações de reciprocidade mantidas com o “público” desenvolvidas em seu cotidiano de trabalho no “telejornalismo policial”, o repórter Rafael utilizou em sua fala disposta no trecho acima palavras como “nome” e “credibilidade” que, na minha interpretação, envolvem noções como “honra” e “responsabilidade”, assegurando que tais valores subjetivos, construídos paulatinamente ao longo de sua carreira profissional, estariam ameaçados caso ele decidisse “entrar na Política”. É interessante perceber que Rafael recorreu a valores morais para falar sobre sua profissão e sobre como acreditava que deveria ser a atuação de jornalistas “na Política”, ressaltando inclusive a dificuldade que os jornalistas que também são políticos têm para conseguir manter seu “nome” e sua “credibilidade” ao ingressar no “universo político”.

Em sua conferência *A política como vocação*, publicada como ensaio em 1919, Weber elaborou indagações sobre as relações entre “ética” e “política” ao investigar o funcionamento das associações políticas e a dinâmica dos “políticos profissionais” na Europa Ocidental, expressando sua preocupação em relação à necessidade do surgimento de novas lideranças políticas na Alemanha. Nela, Weber (1982, p.103-105) discutiu a possibilidade de “vários tipos de políticos profissionais”, tais como os jornalistas, tornarem-se políticos, indagando se tais profissionais eram capazes de “fazer da política sua vocação”. Para isso, Weber elegeu alguns critérios para diferenciar aqueles que viviam “para’ a política” dos que viviam “da’ política”. Um destes critérios era a questão da dependência econômica, que, de acordo com ele, constituía um fator fundamental para definir os “tipos de políticos profissionais” modernos na Europa.

Ao analisar o “destino ocupacional” dos “jornalistas políticos”, Weber acreditava que tal questão poderia constituir uma dificuldade para tais profissionais europeus, visto que, de modo geral, eles dependiam da remuneração proveniente de seu trabalho para sobreviverem e, segundo o autor, essa dependência os tornaria vulneráveis do ponto de vista ético a eventuais dificuldades econômicas que pudessem vivenciar, correndo o risco de comprometerem sua “honra” no processo (WEBER, 1982, p.105).

Essa peculiaridade da condição de jornalista na Europa apontada por Weber dialoga, de certa maneira, com o pensamento nativo expressado por Rafael, para quem o fato de um “jornalista policial” ter nascido “em berço de ouro” e ter “empresas de forma paralela a sua profissão” constituem fatores que o possibilita “seguir carreira política”, desestimulando aqueles que não possuem tais atributos. A associação que Rafael fez com a necessidade de manter seu “nome” e de sua “credibilidade” para garantir sua vida ocupacional como “jornalista policial” e, conseqüentemente, sua subsistência, é bastante reveladora nesse sentido.

Embora partisse do princípio de que a imprensa moderna europeia estava condicionada à lógica econômica, Weber acreditava que a profissão de jornalista não podia ser definida apenas por esse aspecto, sendo também caracterizada por outros fatores subjetivos, tais como “vocação”, “honra”, “responsabilidade” e “carisma”, os quais ajudaram a compreender melhor o universo empírico estudado por ele. De acordo com o autor, “somente o jornalista é um político profissional remunerado; somente a administração do jornal é uma organização política contínua. Além do jornal, há apenas a sessão parlamentar. [...] O partido só está vivo durante os períodos de eleição.” (WEBER, 1982, p. 123). Weber também afirmou que desde a implantação da democracia no mundo ocidental, “o ‘demagogo’ tem sido o líder político típico no Ocidente”. Em suas palavras:

A demagogia moderna também faz uso da oratória, em proporções extremas, mesmo se considerarmos os discursos eleitorais que um moderno candidato tem que pronunciar. Mas o uso da palavra impressa é mais duradouro. O publicista político, e acima de tudo o jornalista, é hoje o representante mais importante da espécie demagógica. (WEBER, 1982, p. 117).

Ao designar o jornalista como “o representante mais importante da espécie demagógica”, Weber conferiu tanto um sentido negativo ao termo “demagogo”, criticando os jornalistas que, através do uso da oratória, visavam favorecer a si mesmos, sem se responsabilizarem pelas possíveis conseqüências sociais de seus atos e produções quanto um sentido qualificativo ao referido termo, ao comparar a atividade jornalística com as tarefas desempenhadas por advogados e artistas, cujos trabalhos estavam relacionados à construção de argumentos e ao poder de convencimento, atribuindo “personalidade” às suas ações e não se limitando apenas ao cumprimento de tarefas, como também era o caso dos servidores públicos (SANTOS, 2017, p. 443).

Nesse sentido, Weber demonstrou sua visão política a respeito da carreira jornalística ao apresentar os casos do “jornalista honrado”, ou seja, aquele que possuía “senso de reponsabilidade” e estava ciente dos efeitos causados por “realizações jornalísticas irresponsáveis”; e dos “diretores e jornalistas do sensacionalismo” que, segundo ele, “ganharam fortunas, mas certamente não ganharam honra”, concluindo que “até agora, o sensacionalismo não tem sido o caminho para a verdadeira liderança ou para a administração responsável da política.” (WEBER, 1982, p. 118-119). Sendo assim, ele avaliou a atuação política dos jornalistas criticamente, argumentando que, apesar da carreira jornalística constituir “um dos mais importantes caminhos para a atividade política profissional”, ela “não é um caminho para todos, muito menos para o caráter fraco, especialmente para as pessoas que podem manter seu equilíbrio interior apenas como uma posição social segura.” (WEBER, 1982, p. 120).

6.2 “Programas policiais”: um fenômeno eleitoral

A discussão retratada pelo grupo *Intervozes* no artigo “A TV e o rádio como trampolim político”¹⁷⁵, publicado pela *Revista Carta Capital*, apontou que, além da existência de casos em que políticos eram proprietários de empresas de televisão e de radiodifusão, um aspecto pouco discutido da relação entre “mídia” e “política” era o fato de os “programas policiais” funcionarem como “espaços privilegiados” e “palanques eleitorais” voltados para fomentar a candidatura de apresentadores e repórteres a cargos eletivos.

Preocupado com o papel político desempenhado pelos meios de comunicação, o grupo *Intervozes* publicou uma série de artigos e de levantamentos estatísticos sobre a temática entre o período de 2014 até as eleições de 2018, afirmando que os “programas policiaescos” faziam “propaganda eleitoral” diariamente, fora do período de campanha estipulado pela legislação eleitoral. Por conta disso, o grupo inclusive declarou que realizava denúncias formais aos órgãos competentes, com o objetivo de coibir possíveis irregularidades e infrações penais cometidas por jornais impressos, emissoras de rádio e de televisão. No artigo citado anteriormente, o coletivo afirmou que:

¹⁷⁵ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-tv-e-o-radio-como-trampolim-politico-7932>. Acesso em: 26 nov. 2019.

A ausência de uma regulação efetiva de tais programas tem possibilitado, portanto, a reprodução de um sistema pernicioso, que resulta na exploração de concessões públicas de radiodifusão e no uso da programação do rádio e da TV para fins estritamente privados. Embora os tribunais eleitorais sejam rígidos em sua fiscalização durante os períodos de campanha, a “propaganda eleitoral” nos programas policiais acontece cotidianamente, ao longo de anos e longe dos olhos dos TREs¹⁷⁶.

Essas e outras questões foram frequentemente levantadas pelo Coletivo nesse período no intuito de visibilizar o debate em torno do fenômeno de candidaturas, especialmente, de apresentadores e repórteres de “programas policiais” televisivos à cargos públicos em todo o Brasil. Como, por exemplo, a associação entre “mídia”, “política” e “religião” debatida em outro artigo também publicado pela *Revista Carta Capital* no dia 02 de outubro de 2018, no qual o grupo *Intervozes* apresentou resultados de um levantamento realizado por eles em dez estados e no Distrito Federal durante as eleições de 2018, constatando que “dos 23 candidatos apresentadores e repórteres de programas policiais mapeadas, 14 são filiados a partidos que defendem expressamente pautas religiosas.”¹⁷⁷. Desse modo, os resultados encontrados a respeito das candidaturas políticas de “jornalistas policiais” brasileiros e das possíveis associações relativas a elas revelaram, segundo o Coletivo, que os “programas policiais”¹⁷⁸ se tornaram um fenômeno eleitoral a nível nacional no país.

Tal fenômeno também fazia parte do meu campo de estudo, uma vez que, conforme mencionei no quarto capítulo desta tese, os depoimentos dos “jornalistas policiais” entrevistados revelaram uma grande variedade de motivações pessoais e de aspirações profissionais¹⁷⁹, sendo a “carreira política” um dos vários motivos mencionados por meus interlocutores para “seguir carreira” na área do “telejornalismo policial” cearense.

¹⁷⁶ Abreviação de Tribunais Regionais Eleitorais.

¹⁷⁷ Cf. Revista Carta Capital, 02/10/2018. “A violação de direitos humanos em nome de deus e da família”. Para o acesso da “matéria” na íntegra: https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-violacao-de-direitos-humanos-em-nome-de-deus-e-da-familia?fbclid=IwAR0xUUoPJKc_ocUizP7cPr4ObsEiig7DUrJ42bXo9xJ7-tWdKm3dIVGx0yc. Acesso em: 16 jan. 2019.

¹⁷⁸ Termo utilizado por membros do grupo *Intervozes* para se referirem aos programas televisivos dedicados quase exclusivamente à editoria policial, no intuito de diferenciá-los das demais abordagens jornalísticas sobre o tema.

¹⁷⁹ Considero importante apontar a diversidade das intencionalidades mencionadas pelos entrevistados para compreender a complexidade do fenômeno estudado e não reduzi-lo a um mero efeito da esfera política, mas também entendê-lo como um modo específico de “fazer política”.

A significativa quantidade de “jornalistas policiais” locais que se tornaram políticos no Ceará nas últimas décadas e outros dados etnográficos observados no campo ajudaram a confirmar empiricamente a teoria etnográfica de que os “programas policiais” constituem uma “nova”¹⁸⁰ forma de “fazer política” no Ceará, funcionando como “publicidade” para muitos jornalistas que desejam se candidatar e eventualmente serem eleitos ou nomeados à cargos públicos em nível regional ou nacional, tais como os relatos de alguns interlocutores que afirmaram que, no momento de suas contratações ou ao longo de suas carreiras no “jornalismo policial”, foram abordados por encarregados das emissoras que os questionaram sobre o interesse que tinham em “seguir carreira política”. Outro dado empírico bastante revelador foi o caso do jornalista político Dantas, cuja trajetória profissional como “jornalista policial” e político permitiu que ele se tornasse uma referência de “sucesso político” na área, atuando como “mentor” de outros jornalistas que possuíam a mesma aspiração profissional. Mas de que maneira tais programas desempenham essa função publicitária?

Uma vasta literatura nacional e internacional sociológica e antropológica da política (BARREIRA; PALMEIRA, 1998; KUSCHNIR, 1999; NUNES, 2000; SCOTTO, 2004; NOGUEIRA, 2005; BOURBIEU, 1997b) corrobora com a ideia de que certas profissões oferecem aos seus membros características que os possibilitam ingressar “na Política”. Ao introduzir os artigos realizados pelos pesquisadores César Barreira, Júlia Miranda e Moacir Palmeira publicados no livro *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*, Irly Barreira e Moacir Palmeira (1998, p.18) apontaram que:

As diferentes candidaturas utilizam-se de experiências construídas fora da política como expressão de reconhecimento social e prestígio, buscando realizar o que Bourdieu denomina de conversão de capital social em capital político. Demonstrem, assim, que a construção de sua legitimidade como representante não se dá apenas a partir do interior do campo político, gestando-se em outras áreas da vida social.

Como já foi mencionado anteriormente, ao assumir cargos de apresentador ou repórter em “programas policiais” televisivos, tais profissionais ganhavam, além de remuneração na forma de salários, a possibilidade de alcançar “popularidade”,

¹⁸⁰ Não creio que os “programas policiais” criaram uma maneira de “fazer política” totalmente inovadora, pois compreendo que a publicidade, a construção de “intimidade” entre o candidato e o eleitor são comumente utilizados em campanhas políticas consideradas “tradicionais”.

“reconhecimento” e “prestígio” social como “benefícios” da contínua exposição na televisão, que poderiam ser usados ou não posteriormente como capital político¹⁸¹ em outros projetos pessoais. No entanto, vale destacar que tanto a “popularidade” como o “reconhecimento” não são “benefícios” adquiridos automaticamente, mas trabalhados cotidianamente na relação com o “público”, sendo obtidos e utilizados por alguns “jornalistas policiais” e por outros não, visto que, segundo meus interlocutores, nem todos os profissionais da área conseguem estabelecer esse “tipo de conexão com o público”. Podemos pensar tais “benefícios” como frutos tanto da “dedicação” do profissional em si quanto do “investimento” da emissora onde ele trabalha, visto que algumas dessas empresas oferecem mais espaço e, inclusive, criam oportunidades¹⁸² para que “apresentadores e repórteres policiais” possam exercer seu carisma¹⁸³ sobre o “público”.

Em sua pesquisa sobre radialistas que atuaram como políticos em Fortaleza no período entre 1982 e 1996, Márcia Vidal Nunes (2000, p. 358) constatou que a transformação de um radialista em um “delegado do ouvinte” passava por “um processo lento, que exigiria determinação e disciplina por parte do radialista”, o que eventualmente poderia torná-lo um potencial “delegado do eleitor”:

Diferentemente do político tradicional que tem uma plataforma ou um projeto para o qual pede adesão, o radialista vai-se constituindo como virtual candidato ao ingresso na política através da construção de um projeto político coletivo comum. O radialista torna-se primeiro porta-voz do povo num nível inteiramente simbólico, onde seu único capital político é sua voz que coloca a serviço dos ouvintes-leitores, dos mais fracos e oprimidos, cujas vozes não se fazem ouvir. Se ele passa nesse teste inicial, então ele é alçado à condição de “delegado do ouvinte”, abrindo um terreno fértil a um ingresso pleno de êxito numa carreira política, onde se deverá constituir como “delegado do eleitor”. Nos gêneros esportivo, policial e de prestação de serviços, o contato íntimo e privilegiado entre o radialista e o povo é total. (NUNES, 2000, p. 358).

Traçando paralelos entre nossas pesquisas, é interessante observar que, tanto no rádio quanto na televisão, o gênero policial se destaca como um ambiente propício para o desenvolvimento de *lideranças carismáticas*, conferindo voz e

¹⁸¹ Bourdieu (1997b, p. 137) sinalizou para a crescente contribuição do meio jornalístico “para fazer políticos e sua reputação”, funcionando assim como “fonte de capital político”, de acordo com Miguel, 2003.

¹⁸² Cf. EVETTS, 2018.

¹⁸³ O conceito de carisma foi “usado por Weber para caracterizar o líder auto-indicado, seguido pelos que estão em desgraça e seguem-no por acreditarem ser ele extraordinariamente dotado. Os fundadores das religiões mundiais e os profetas, bem como os heróis militares e políticos, são arquétipos do líder carismático. Milagres e revelações, feitos heroicos de valor e êxitos surpreendentes são marcas características de sua estatura. O fracasso é a sua ruína.” (WEBER, 1982, p. 70).

visibilidade aos atores que a ele se dedicam. Ademais, os processos pelo qual os radialistas examinados no estudo de Nunes e os “jornalistas policiais” televisivos com os quais dialoguei nesta investigação passaram para obter êxito na “carreira política” são semelhantes, no que tange o esforço que tais profissionais despenderam para construir uma relação de “intimidade” e de “confiança”¹⁸⁴ com o “público”, seus potenciais eleitores. Cabe salientar que, em ambos os contextos, a construção lenta e gradual de uma relação social de proximidade com o “público” constitui elemento fundamental para entender o projeto de candidatura política desses profissionais como uma “aposta”, pois, ao decidirem ingressar “na Política”, tais atores podem fracassar em seus projetos, arriscando assim perderem seu “nome”, sua “credibilidade”, em outras palavras, sua honra e, com ela, seu capital político¹⁸⁵ e seu carisma¹⁸⁶.

O mesmo aconteceu com os radialistas investigados na pesquisa empreendida por Nogueira (2005, p. 85, grifo da autora), segundo a qual o trabalho desenvolvido nas Rádios de Ilhéus proporcionou a seus funcionários “um determinado patamar de prestígio social, um *nome*, que permita ter um capital simbólico maior na interação com os agentes sociais, viabilizando a ocupação de posições de destaque nas diversas redes de relações pessoais” das quais participavam direta ou indiretamente. De acordo com a autora, esse “prestígio social” foi construído “na prática cotidiana recorrente de encaminhamentos, atendimentos” e “trabalho social” junto à população realizados pelos radialistas examinados por ela, demonstrando seu “poder junto aos que decidem no município, no caso, os *políticos* (órgãos públicos).” (NOGUEIRA, 2005, p. 165, grifo da autora).

Ao observar a rotina de trabalho dos meus interlocutores, pude perceber a importância conferida por eles às chamadas “matérias de comunidade”, também conhecidas como “matérias sociais”, “matérias de ajuda” ou ainda “matérias de solidariedade”, que constituem reportagens geralmente realizadas por “repórteres policiais”, nas quais os “populares” participavam dos programas, interagindo diretamente com os jornalistas e fazendo “pedidos” e “apelos” no intuito de resolver os mais variados tipos de problemas, tais como: falta de alimentos ou de medicamentos, tratamento médico, falta de infraestrutura (iluminação, água, esgoto

¹⁸⁴ Cf. GIDDENS, 1991.

¹⁸⁵ Cf. BOURDIEU, 1997b.

¹⁸⁶ Cf. WEBER, 1982.

etc.), entre outros. Vale destacar que, em algumas situações, tais reportagens eram protagonizadas pelos próprios apresentadores dos programas, conforme descreverei com mais detalhes no tópico sobre a trajetória profissional do interlocutor Dantas. A seguinte passagem retirada da entrevista realizada com a interlocutora Jamile esclarece o ponto de vista expressado pela maioria dos “jornalistas policiais” examinados a esse respeito:

A pauta pra gente é mais importante do que a ajuda. Porque a “ajuda” ajuda uma pessoa específica. A pauta pode ajudar várias pessoas, entendeu? Até, por exemplo, a gente faz a matéria de ajuda de uma doença. Quem sabe alguém que tá assistindo e tem o mesmo problema, não sabe nem que o tratamento é feito naquele hospital, onde a pessoa tá tratando, apesar da deficiência. De repente, ela vai procurar, né? É, porque a televisão, às vezes, a gente não tem noção da dimensão. E essa dimensão ajuda nesse aspecto de buscar ajuda. Se a gente tá falando de AIDS, se a gente tá falando de leucemia, hanseníase. Tem um monte de gente aí que não tá buscando tratamento. A gente tem que ver que tem gente que mesmo morando numa capital, não tem acesso a certas coisas, entendeu? Aí é um *serviço*. Quando a gente tá fazendo uma *matéria de comunidade* e de *ajuda*, sempre a gente tá *prestando um serviço* não só àquela pessoa específica, mas abrange e, às vezes, a gente nem tem noção do que vai abranger falar daquela situação, falar daquele assunto. É muito maior. (Jamile, produtora).

Para explicar a relevância do trabalho jornalístico desempenhado por ela e pelos demais profissionais que atuavam “no policial”, Jamile alegou que, ao confeccionarem “pautas” a respeito das necessidades expostas pelas “comunidades”, os “jornalistas policiais” estavam “prestando um serviço de utilidade pública”, visto que os efeitos positivos de tal ação poderiam atingir grandes proporções quando transmitidos pela televisão. Jamile suscitou outros aspectos sobre as “matérias de comunidade” ao fazer uso do termo nativo “fazer comunidade”:

Antes, há uns anos atrás, a gente fazia muita comunidade. Matérias de comunidade. Então ele [o apresentador] tava falando diretamente do problema do calçamento e tudo. E é nesse sentido que o político trabalha muito. Então a fala deles era muito parecida com o político. Essa cobrança. Construíram essa intenção [de “seguir carreira política”], porque assim, como a gente faz esse papel de denunciante, eles [o “povo”] olham em você assim: “Olha, esse daqui pode fazer alguma coisa por mim.”. Aquele jornalista denunciando aquela situação tá fazendo alguma coisa por eles que não seria o papel, como eu já te falei, mas acaba sendo, né? Seria o papel do político de deixar que isso não acontecesse. Essa falta de alguma coisa. Aí, como o jornalista tava fazendo esse papel de denunciante, de cobrador, ele se viu nessa situação, nesse papel. Essa *vibe*¹⁸⁷ política, né? (Jamile, produtora).

¹⁸⁷ Gíria utilizada pela interlocutora para designar a condição de “estar político”.

Como é possível notar, Jamile associou a prática de “fazer comunidade”, isto é, o “papel de denunciante” desempenhado especialmente por apresentadores de “programas policiais” na resolução de determinados problemas reportados pelo “povo”, ao papel que, segundo a interlocutora, deveria ser exercido por políticos comprometidos com o bem-estar coletivo. Ao assumir o papel de “defensor dos interesses do povo”, alguns “jornalistas policiais” utilizam a plataforma fornecida pelos programas televisivos para se aproximar cada vez mais do “público” e ganhar sua “confiança”, possibilitando sua transição da condição de “jornalista policial” para a de político. Nesse sentido, a prática de “fazer comunidade” surge como um elemento utilizado pelo jornalista candidato para viabilizar sua entrada “na Política”.

6.2.1 “Fazer comunidade”: a filantropia no “telejornalismo policial”

Ao divulgar problemas na infraestrutura e no sistema de saúde denunciados pelos moradores dos bairros visitados, meus interlocutores de pesquisa acreditam realizar um “trabalho social” ou prestar “um serviço de utilidade pública” ao “povo” cearense. Atribuições como conseguir tratamento e medicamentos para pessoas com doenças graves, resolver conflitos entre vizinhos, fiscalizar os aparelhos estatais e denunciar suas falhas, dentre outras, são incorporadas por tais profissionais e estão presentes em sua própria autopercepção como categoria profissional. Com isso, tais atribuições são consideradas pelos “jornalistas policiais” entrevistados como atitudes filantrópicas, conferindo-os o sentimento de “satisfação pessoal”, conforme expressou o repórter Samuel:

Eu acho que cada jornalista tem uma missão. Todos nós temos uma missão, mas quem trabalha com a comunicação, com o público, cada um tem uma missão. Você pode transformar a vida de uma pessoa. Pode ser pro bem ou pro mal. De receber várias ajudas e tudo, sabe? E você vê que a pessoa melhorou. Às vezes, acontece de a pessoa falecer, mas você sabe que você ajudou naquele período, entendeu? Então assim, o programa Lótus tem um compromisso social muito grande. (Samuel, repórter).

A capacidade de “transformar a vida de uma pessoa” está relacionada com a ideia defendida pela apresentadora Lisbela de que a imprensa possui o “poder de conseguir as coisas”, fazendo com que os solicitantes da “ajuda” se sintam gratos pelo atendimento prestado e os profissionais de jornalismo se sintam pessoalmente valorizados e reconhecidos pelo desempenho de seu ofício. Relatos sobre as

experiências filantrópicas que tiveram na confecção de “matérias de solidariedade” apareceram com frequência nas entrevistas com os meus interlocutores, que sempre as associavam ao papel ou “missão profissional” que exerciam e a sentimentos positivos em relação à profissão, como “orgulho” e “satisfação pessoal”.

Esses sentimentos foram exemplificados no caso relatado por Samuel, que, mesmo acostumado a fazer esse tipo de reportagem na condição de “repórter policial”, sensibilizou-se diante da situação de “um rapaz que vivia acorrentado dentro de um barraco numa comunidade”. Após a realização da “matéria”, Samuel me disse que ficou “com aquele negócio na cabeça” e organizou juntamente com a equipe de produção uma “suíte”¹⁸⁸ para oferecer ao jovem um tratamento em uma “casa de recuperação” que aceitou recebê-lo em troca da divulgação do trabalho realizado pela instituição no “programa policial”. Ao descrever esse momento, o repórter se emocionou lembrando a reação de felicidade do rapaz e de sua mãe ao receberem a notícia, afirmando que ambos choraram bastante. O sentimento de “satisfação pessoal” experienciado por Samuel com a demonstração de gratidão expressada pelas pessoas envolvidas na reportagem ficou evidente no seguinte trecho de sua entrevista: “Quando foi um belo dia, uma pessoa me ligou. Era a mãe dele agradecendo. Só que não ficou só na ligação. Ela veio aqui agradecer com ele. Me procurou, tu tá entendendo?” (Samuel, repórter).

A repórter Bárbara também ressaltou a dimensão filantrópica de sua atuação profissional ao compartilhar sua experiência em uma reportagem realizada no período do Natal. Segundo ela, “todo final de ano, a gente procura histórias boas para contar na época do Natal. A gente sempre faz isso.”. Mesmo acostumada a essa rotina, Bárbara contou que se comoveu ao reportar a história de “uma mãe e seus seis filhos” que passavam fome. Em busca de “ajuda”, a mulher ligou para a “redação” do programa e foi selecionada para participar da referida “edição de Natal”. Designada pelo produtor responsável pelo “plantão de Natal” para realizar a cobertura da “matéria de solidariedade”, Bárbara se encaminhou com a “equipe de reportagem” para a residência informada pela fonte na véspera do Natal, descrita pela jornalista como “um barraco com seis crianças, uma mãe, que, o que tinha para dar para essas crianças era uma panela. Pra mim, aquela panela era suja. Para eles, era o alimento do dia. O único! Com feijão cheio de bicho dentro.”. Emocionada, Bárbara revelou que chorou

¹⁸⁸ Categoria nativa utilizada para definir uma reportagem que mostra os desdobramentos de uma determinada história que foi reportada em um passado recente ou antigo.

muito nesse dia: “Eu não tenho o hábito de chorar aleatoriamente, mas tem coisas que me emocionam bastante.”. Quando perguntou à filha primogênita da família o que ela gostaria de ganhar no Natal, a resposta da criança foi que apenas queria ver a mãe feliz. “Aí me desmontou, sabe? Porque você não via aquela mulher sorrir. Ela não via a mãe dela sorrir. Só via a mãe dela desesperada, chorando.”, proferiu a interlocutora. Após a transmissão da reportagem, Bárbara contou que vários donativos foram enviados para a sede da emissora e, no dia seguinte, isto é, no dia do Natal, ela foi entregar as doações recebidas à família:

Quando a gente chegou, que eu aponte para o beco. Aquela menina saiu correndo e me deu o melhor abraço que eu já recebi na minha vida, sabe? Abraço de gratidão. Ela não tinha visto nada que a gente tinha trazido. Só de estar ali. Mas, quando eu entrei naquela casa, que eu vi que não tinha espaço pra mim. Que eles haviam ganhado tudo e mais até do que pediram. O barraco não tinha espaço. E as coisas que a gente tinha levado, elas não tinham nem saído de dentro do carro. Meu trabalho, ele vale a pena por isso, sabe? Todos eles ganharam os presentes que eles quiseram, mas assim presente é o de menos, sabe? Comida, barriga cheia, isso é dignidade! Todo mundo tem direito a isso! (Bárbara, repórter).

Outro exemplo que demonstra como a filantropia está presente no cotidiano da profissão e é inclusive praticada pelos “jornalistas policiais” nos bastidores das rotinas de produção dos programas é a história relatada pela repórter Sofia que, quando foi “cobrir um homicídio”, viu uma mãe segurando uma criança nos braços e, após a finalização da filmagem, tentou descobrir se elas “tinham alguma necessidade”. Segundo ela: “Quando desligavam as câmeras, o que acontecia depois, só a minha equipe sabia.”. A repórter afirmou que comentou sobre o caso com seus colegas de trabalho longe das câmeras e pediu autorização para a emissora para arrecadar dinheiro no intuito de ajudar financeiramente a família: “Conheço Ana. Anotei o telefone. Tá precisando disso. Vamos fazer uma cota.”. (Sofia, repórter).

Após a arrecadação interna ser completada, Sofia solicitou a sua chefia que convertesse o dinheiro em cestas básicas e revelou que não foi deixar pessoalmente as doações, pois teve receio que seus colegas de profissão pensassem que ela poderia estar se beneficiando de alguma maneira. Para se resguardar, Bárbara fez questão de que a entrega das doações fosse filmada e mostrada posteriormente aos doadores. De acordo com Sofia, ela sabia que “aquilo ali não ia solucionar [os problemas da família] por muito tempo, mas ia ajudar.” (Sofia, repórter, grifo nosso).

Além do “orgulho” e da “satisfação pessoal” mencionados pelos profissionais ouvidos durante a pesquisa empírica, o “poder de conseguir as coisas” do Jornalismo também pode funcionar como “investimento” para futuros projetos pessoais, visto que, quanto mais “trabalhos sociais” os “jornalistas policiais” realizam e mais problemas eles solucionam, maior sua “popularidade” junto ao “público” e maior seu “prestígio social” junto às redes de relações nas quais estão inseridos, possibilitando, por exemplo, o acúmulo de capitais simbólicos que posteriormente poderão favorecer suas candidaturas políticas¹⁸⁹. Infiro, pois, que a filantropia presente nas práticas cotidianas dos “jornalistas policiais” não necessariamente está relacionada ao “investimento” em uma “carreira política”, mas que também pode desempenhar essa função.

Produtores e repórteres entrevistados, que trabalhavam em emissoras conhecidas entre os “jornalistas policiais” ouvidos por terem vários casos de apresentadores e repórteres que tiveram “sucesso na Política”, revelaram que, quando se tratava de um ano eleitoral, era a “Política” que orientava o rumo que as reportagens tomavam, assegurando que alterações no formato dos programas não somente eram possíveis, como aconteciam com bastante frequência. O depoimento da repórter Marina demonstrou que a influência do período eleitoral nas atividades desenvolvidas pelos meus interlocutores de pesquisa resultou na criação de produtos jornalísticos que funcionavam como “campanhas políticas”:

Nós tínhamos a visita nos bairros, que era um momento político dentro do programa de promoção dos apresentadores, principalmente do Leandro que, na época, não tinha envolvimento nenhum com política. E surgiu o interesse dele se candidatar a vereador. (Marina, repórter).

A “visita nos bairros” surgiu assim como uma versão da prática de “fazer comunidade”, em que a apresentação do programa era realizada uma vez por semana em diversas localidades da Grande Fortaleza, reconfigurando semanalmente o formato comum de apresentação do programa, isto é, gravado no “estúdio de gravação” localizado no interior da sede da empresa de comunicação em Fortaleza. Nessas “visitas”, dois apresentadores, Antônio e Leandro, abriam espaço para que o

¹⁸⁹ Mencionei anteriormente que fenômeno semelhante acontece com outras categorias profissionais que atuam em outros meios de comunicação, como os radialistas, por exemplo, de acordo com Nunes (2000) e Nogueira (2005).

“povo” pudesse expressar seus “anseios e reclamações”, promovendo interações face a face com tais moradores.

Embora não tenha informado os pormenores do processo de negociação, Marina sugeriu que a decisão de unir Leandro, jovem apresentador aspirante ao cargo público de vereador, com Antônio, um apresentador “mais experiente” de exitosa carreira tanto “no policial” quanto “na Política”¹⁹⁰, partiu de atores que ocupavam posições mais elevadas na hierarquia da emissora onde trabalhava (presidente e diretores de jornalismo), demonstrando que tais atores estavam empenhados na transformação do jovem apresentador em político. Para isso, foi preciso “trabalhar a imagem” do candidato e produzi-lo como uma “personalidade” que possuísse os atributos necessários para estabelecer uma “sintonia”¹⁹¹ com seus potenciais eleitores, transformando-o em uma espécie de “celebridade local” (SCOTTO, 2004, p. 30). Tais estratégias também foram utilizadas, segundo Marina, para reduzir os possíveis impactos negativos da falta de experiência de Leandro “na Política” e de seu pouco conhecimento das “regras do jogo político”.

Em sua investigação etnográfica sobre os “profissionais do *marketing político*”, a antropóloga Gabriela Scotto chamou a atenção para a prática de “trabalhar a imagem” empregada por muitos “marqueteiros” na construção de candidaturas políticas, ressaltando que:

[...] “trabalhar a imagem” não significa apenas melhorar os aspectos visíveis de um candidato, ou seja, sua imagem física, mas “adaptar” a presença do candidato ao “imaginário e aos anseios” do eleitorado. No discurso dos que atuam, no campo do marketing político, sobre a imagem, características como “histórico de vida”, “honestidade”, “seriedade”, “experiência”, “responsabilidade”, “sensibilidade”, “iniciativa”, “criatividade”, “dedicação”, “competência”, “coragem”, “autoridade”, “carisma”, “simpatia” etc., na atualidade são os atributos que devem ser agregados à “personalidade” do candidato para atrair a simpatia e gerar a adesão dos cidadãos. (SCOTTO, 2004, p. 30).

A pesquisa realizada pela autora lançou luz sobre o papel da imprensa na criação da crença “de que *fazer política* depende de uma ‘boa comunicação’”, ressaltando o processo de deslocamento que as disputas políticas sofreram na atualidade para “o terreno do marketing político, da imprensa e dos meios de comunicação de massa”, uma vez que os agentes dessas disputas passaram a

¹⁹⁰ Em sua trajetória profissional, assumiu mais de uma vez mandatos parlamentares na condição de deputado estadual e de deputado federal pelo Ceará. Apresentarei mais detalhes sobre sua trajetória profissional ainda neste capítulo.

¹⁹¹ Cf. NUNES, 2000.

acreditar que “suas chances de vencer podem ser modificadas investindo no ‘melhoramento da imagem’.” (SCOTTO, 2004, p. 32, grifo da autora).

Assim, para o “melhoramento da imagem” de Leandro, Marina acrescentou que a seleção de Antônio foi pensada com a finalidade de que ele, um jornalista político profissional com “mais experiência”, pudesse “dar um suporte” ao futuro candidato. Nesse contexto, “dar um suporte” significava que Antônio estava disposto a conceder “apoio político” como “favor” a Leandro, um candidato em potencial, ajudando-o a “trilhar seu caminho na Política”, ensinando estratégias e vinculando sua “imagem de sucesso” a dele.

A formação de laços entre políticos parece ser uma prática comum no sistema político brasileiro, conforme esclareceu o pesquisador Marcos Otavio Bezerra que, em seus estudos sobre as dinâmicas relacionais desenvolvidas no cotidiano de trabalho de deputados federais e senadores brasileiros, argumentou que as “relações pessoais” e a “distribuição de favores” faziam parte do “exercício do mandato” dos políticos investigados da mesma forma que “a realização de obrigações institucionais” fazia. O autor ressaltou que “as trocas de serviços e apoios entre parlamentares e lideranças políticas locais, interpretadas em termos de favores, convertem-se em investimentos na consolidação de laços, ao mesmo tempo experimentados como políticos e pessoais.” (BEZERRA, 2013, p. 283).

Bezerra (2013, p. 290) também destacou a relevância dada por seus interlocutores à participação de políticos nacionais em eventos de campanhas locais ao realizarem “visitas aos municípios”, pois se traduziam como “manifestações de atenção às localidades que integram o que os parlamentares designam como ‘bases eleitorais’”, contribuindo “para renovar os laços entre os políticos e desses com a localidade.”. Nas palavras do autor (2013, p. 298): “a presença no município ao lado do candidato por ele apoiado – em reuniões, comícios e comunidades – é tida como gesto de apoio, já que o parlamentar empenha seu próprio prestígio no candidato.”. Portanto, para consolidar os laços pessoais e políticos com seus eleitores, é comum que parlamentares concedam “apoio político” a candidaturas locais.

No contexto analisado nesta tese, as “visitas nos bairros” aconteciam de modo semelhante à prática retratada por Bezerra (2013) em sua pesquisa, isto é, de que as relações pessoais e profissionais mantidas entre os “jornalistas policiais” políticos funcionavam como estratégia para promover a criação de “novas personalidades políticas” e a “renovação do vínculo com as comunidades” daqueles

políticos que pretendem conquistar sucessivas reeleições (SCOTTO, 2004). No entanto, um diferencial do fenômeno observado é que as “visitas nos bairros” e outras versões do “fazer comunidade” eram transmitidas durante todo o ano, fora do período eleitoral previsto pela legislação do país, configurando um outro tipo de “publicidade política” que poderia favorecê-los nas eleições.

Ao relembrar a cobertura jornalística que realizou na condição de “repórter policial” no decorrer das “visitas”, a interlocutora Marina descreveu:

Quando esses rapazes chegavam, você precisava ver o alvoroço que era. A população, claro, querendo ver de perto os apresentadores, querendo pegar, mas querendo se tornar gente também, porque a população tem essa necessidade de se sentir importante, de se sentir necessário pra mudança no bairro. Olha, nas comunidades de periferia existem pessoas muito articuladas, pessoas muito inteligentes, que sabem por onde ir, sabem por onde começar. Por isso que eu digo do poder que esse povo tem nas mãos. E assim, a população denunciar, a população falar e depois se ver na televisão, e vibrar e ver que pode, sabe? (Marina, repórter).

Embora que as “visitas nos bairros” não sejam muito diferentes da forma como as campanhas políticas “tradicionais” são realizadas, isto é, com a intensa presença dos candidatos nas “comunidades”, interagindo diretamente com os eleitores, outro diferencial da prática política observada é que ela possibilita a participação ativa dos “populares” durante as transmissões, permitindo-os “aparecer na TV”, como expressão do “poder que a imprensa tem” de conferir visibilidade a determinados assuntos e pessoas.

O êxito eleitoral alcançado por Leandro após as eleições de 2018 foi associado por Marina ao “esquema” publicitário anterior a sua candidatura oficial arranjado pela emissora na qual ambos trabalhavam, dando a entender que “deu certo, porque acaba conquistando a confiança da população”. Na avaliação da repórter, apesar de ter encontrado certo nível de rejeição, a candidatura de Leandro “foi um negócio que deu muito certo” do ponto de vista do próprio político que, após a vitória, continuou atuando na mesma empresa como apresentador de “programas policiais”, e da emissora, que, apesar do “sucesso” do formato, não deu continuidade às “visitas nos bairros”. “Para não perder esse *feeling* da história da comunidade, a gente trouxe outras formas de mostrar a população denunciando sem ser com a visita”, assegurou Marina, demonstrando a variedade de versões da prática de “fazer comunidade” e, por consequência, do uso da filantropia como formas de “fazer política” nos “programas policiais” cearenses.

Em suma, a partir da análise das observações de campo e dos depoimentos dos meus interlocutores, conclui que os “programas policiais” aparecem como uma espécie de “vitrine” ou “plataforma” midiática para introduzir/formar atores com potencial eleitoral que desejam “seguir carreira na Política” e que, existem acordos entre emissoras locais e partidos políticos, no intuito de produzirem “personalidades públicas” com o potencial necessário para ingressar no sistema político tradicional, buscando “trabalhar a imagem”¹⁹² deles como políticos, uma vez que existem casos como o anteriormente citado em que “jornalistas policiais” cearenses se tornaram políticos através do “investimento” e da mediação das próprias emissoras em que atuavam e nas quais continuaram trabalhando mesmo depois de se tornarem políticos, na intenção de renovar constantemente seu relacionamento próximo com o “público-eleitor”.

6.3 “Jornalistas policiais” políticos: a trajetória profissional de Dantas

A trajetória profissional do interlocutor Dantas revela alguns elementos ilustrativos da relação entre “telejornalismo policial” e “Política”, visto que, segundo ele, sua entrada “na Política” somente foi possível graças à “visibilidade” proporcionada por seu trabalho como apresentador de “programas policiais” radiofônicos e televisivos em Fortaleza, afirmando:

Ao todo, eu me elegi cinco vezes deputado. Duas vezes deputado estadual e três vezes deputado federal. Isso sem poder econômico. Eu não tinha poder econômico. Era o meu conhecimento com a população. Uma popularidade que me abraçou, que veio do rádio e que aumentou na televisão. (Dantas, apresentador).

Convidado a “se narrar”, Dantas elegeu memórias¹⁹³ e expressões específicas para “falar sobre si mesmo”¹⁹⁴, construindo uma trajetória profissional pautada por uma carreira jornalística ascendente, mas também marcada por privações e dificuldades, que começou no rádio e encontrou estabilidade na televisão cearense, através da qual conseguiu erigir capital pessoal suficiente para obter sucessivas vezes sucesso eleitoral.

¹⁹² Cf. SCOTTO, 2004.

¹⁹³ Cf. LE GOFF, 1990; HALBWACHS, 1990.

¹⁹⁴ Cf. DUBAR, 1998.

Dantas iniciou sua narrativa mencionando a importância que os livros tiveram em sua vida, surgindo como “sinal” de suas habilidades comunicativas. Ele destacou seu primeiro contato com o livro *Minha vida*, “a autobiografia de Charles Chaplin”, descrevendo-o da seguinte maneira:

Alguém, algum ser humano pode ter sofrido muito na vida, mas igual ao Chaplin, não! Ele teve a infância mais miserável do mundo! Ele e um irmãozinho tuberculosos. O pai alcólatra de sarjeta. A mãe bailarina de quinta categoria dos palcos, entendeu? E ele se projetou mundialmente, né? Em várias as áreas, com composições belíssimas. E esse livro me ajudou. (Dantas, apresentador).

Por se considerar “pobre talvez tanto quanto o Chaplin”, Dantas contou que imediatamente se identificou com a história do referido artista, inspirando-se em sua “trajetória de promoção” para planejar seu próprio projeto pessoal de mobilidade social que, em sua visão, seria alcançada através do “aprendizado de uma profissão”. Para introduzir tal ideia de “superação”, Dantas descreveu os “obstáculos” e “sacrifícios” que vivenciou durante a infância: “E eu criei vontade de sair de onde eu nasci. Eu nasci numa favela. Pobre de Jó. Lá quem almoçava, não jantava.” (Dantas, apresentador).

Assim, aos dez anos de idade, Dantas teve sua primeira experiência profissional como bancário, o que o levou mais tarde a cursar administração de empresas em uma faculdade particular de Fortaleza na intenção de ampliar seus conhecimentos sobre a área, curso este que não chegou a concluir para se dedicar à carreira jornalística no rádio e na televisão em período integral, seguindo também, posteriormente, “carreira política”.

Incentivado por uma assistente social que atuava no bairro onde morava, Dantas participou da criação de um “jornalzinho local” aos doze anos de idade, alegando que seu interesse pelo Jornalismo sempre esteve presente. Ele contou que seu ingresso no rádio aconteceu “por acaso”. Assim que completou quinze anos de idade, foi convidado pelo “dono” do estabelecimento financeiro onde trabalhava a atuar como radialista em sua emissora de rádio. Uma possível razão atribuída por Dantas ao convite de seu chefe seria seu “tom de voz” marcante, admitindo sentir uma “grande gratidão” pelo antigo “patrão”.

Em seus achados etnográficos sobre radialistas baianos, Nogueira (2005) identificou nos depoimentos de seus interlocutores trajetórias profissionais semelhantes aos dados empíricos que encontrei em meu campo de estudo, no sentido

de que a chegada desses profissionais ao Rádio também aconteceu muito cedo, normalmente “entre a faixa etária dos 16 aos 20 anos”, conforme afirmou a autora (NOGUEIRA, 2005, p. 96). Nogueira ainda salientou que, de modo geral, os profissionais ouvidos narraram que suas trajetórias no Rádio iniciaram de maneira “casual”, sendo uma das circunstâncias de chegada mais comuns a de serem “levados a uma emissora pela primeira vez por parentes ou amigos que achavam suas vozes boas para o exercício profissional.” (NOGUEIRA, 2005, p. 96, grifo da autora).

Como radialista, Dantas participou da criação e da apresentação dos mais variados gêneros de programas, como o “musical”, o “policial” e o de “variedades”. O primeiro programa que apresentou foi um “programa musical” no horário noturno, de dez horas à meia-noite, que apenas transmitia “orquestras famosas”. Quando assumiu a apresentação do programa, Dantas alterou seu formato, introduzindo “notícias quentes” que somente seriam divulgadas pelo jornal impresso da empresa no dia seguinte. Segundo ele, tal inovação “repercutiu um pouco, porque era uma música e uma notícia e assim eu fui avançando e começando a mexer com a notícia. Não era só a notícia que vinha escrita. Eu lia a notícia e dizia: ‘Olha, isso daqui é bom!’.”. Com o tempo, Dantas atestou que aprimorou sua “técnica de improviso”, realizando “comentários” cada vez mais aprofundados sobre os temas abordados no programa, o que contribuiu para o aumento de sua “popularidade” junto ao “ouvinte”. “As pessoas iam me conhecer na Rádio”, sendo tratado como uma “personalidade”, afirmou ele.

Essa prática também acontece com frequência em emissoras de rádio, conforme revelou Nogueira (2005, p. 325, grifos da autora) em sua pesquisa:

As visitas às emissoras são motivadas por diversos fatores: porque o ouvinte, ou outra pessoa qualquer na rua, resolveu conhecer a rádio ou um radialista, seguindo uma curiosidade pessoal; devido ao atendimento que a emissora presta um *serviço de utilidade pública*, como posto de recepção e anúncio de documentos perdidos, ou faz um *trabalho social*, encaminhando pedidos e divulgando denúncias; como local de sociabilidade onde se conhece gente.

Após o êxito do primeiro programa, Dantas criou outro programa, cujo título levava seu nome, com um repertório musical “mais jovem do que o dos concorrentes”, atingindo, segundo ele, o seu “primeiro impacto de audiência”, momento considerado por ele como marcante para sua carreira no Rádio. Em 1966, ao completar 17 anos de idade, participou da criação do primeiro “programa policial” da Rádio onde trabalhava que, de acordo com ele, “não vingou”. Depois dessa experiência, Dantas foi contratado por outra emissora de rádio de Fortaleza para apresentar um “programa

policial” à noite, “conseguindo transferir a audiência” para a referida emissora. Segundo ele, “esse programa, dizem os pesquisadores do IBOPE, foi o maior índice de audiência que a rádio já alcançou e eu nunca disse isso no ar”.

Em busca de uma melhor remuneração, Dantas aceitou a proposta de outra emissora de rádio cearense para “implantar um programa policial” nela, começando uma disputa entre as duas emissoras por sua contratação. Ele recordou que, nessa época, passou a receber um “bom salário”, sendo capaz de comprar seu primeiro carro. Memórias como essas são componentes relevantes na construção de “trajetórias de ascensão social” ou de “trajetórias de promoção”, conforme salientou Dubar (2005, p. 300), visto que elas revelam “um horizonte da mobilidade, sustentado pela esperança de ascensão e pela ambição”, sendo frequentemente mobilizadas por meus interlocutores, em especial, os “jornalistas policiais” políticos, para justificar sua posição social ascendente como fruto do “esforço pessoal” que dedicam a suas carreiras.

Nesse período, Dantas entrou em contato com uma literatura jurídica, dedicando-se à leitura de livros que apresentavam, de acordo com ele, a perspectiva de “juristas renomados” acerca da temática da “violência”. Ele citou um livro em especial intitulado *Comentários ao Código Penal*, de Nélson Hungria, que, segundo ele, influenciou seu pensamento. Inspirado “na linguagem” de Hungria, Dantas passou a usar “muitas expressões do livro dele” em suas apresentações radiofônicas, tais como a seguinte expressão: “A lei acima de tudo” etc. A partir do contato com essa literatura, Dantas afirmou ter passado a “questionar e admirar a lei”, encontrando uma fórmula própria de “fazer jornalístico policial”: “o meu jornalismo policial era um jornalismo de questionamento da violência, entendeu? Por que é que se mata? Por que é que se rouba? Por que crimes sexuais? Quais foram as causas?”. Com esse “estilo de programa” e “questionando e entrevistando autoridades”, Dantas confessou:

Eu angariei muito respeito das autoridades, que chamava autoridades. Na época, o governador do Estado me deu várias entrevistas. Essa soma de audiência das duas emissoras me deu uma projeção assim que me assustava. De eu passar na rua e, quando eu falava num canto: “É o Dantas!”. Ainda não tinha experimentado televisão. Então ainda não tinha a minha imagem jogada aos olhos da opinião pública. (Dantas, apresentador).

A ideia de se candidatar a um cargo político surgiu em uma conversa com uma colega de profissão, a qual lançou o seguinte questionamento: “Por que é que você não vai candidato à deputado estadual? Você tá dominando a cidade. O povo ali

ao seu lado, aos seus pés ali lhe ouvindo. Vai!”, disse ela o incentivando. Mesmo sem acreditar ter “chances de vencer”, Dantas elegeu-se deputado estadual pela primeira vez em meados da década de 1980, por conta, segundo ele, de seus trabalhos jornalísticos em Rádios cearenses, aproximando-o cada vez mais do “público”. Sobre essa relação de proximidade com o “público”, Dantas compartilhou detalhes de sua experiência como jornalista e político, enfatizando os sentimentos de “amor” e “carinho” que recebia das pessoas tanto no exercício da profissão de “jornalista policial” quanto nas campanhas eleitorais oficiais:

Pessoal sempre pede para tirar *selfie*¹⁹⁵ comigo. Eu gosto do contato com o público e me foi muito útil no voto. Quando eu fazia campanha, eu rodava de bairro em bairro, de rua em rua, de casa em casa. E as pessoas me chamavam para mostrar as fotos minhas que haviam guardado. Quando você guarda uma foto é um sinal de respeito, de amor, de carinho, não é verdade? (Dantas, apresentador).

Após perder a eleição para o cargo de prefeito da cidade de Fortaleza, Dantas recebeu o convite para trabalhar como apresentador de um “telejornal policial” em uma instância de telecomunicação cearense. “Tremi que só¹⁹⁶ no primeiro dia, né? Primeira câmera de televisão. Diferente do microfone que você tá só dentro do estúdio. E deu certo na televisão. Conseguimos também alcançar uma preferência de audiência muito grande.”. Sobre o trabalho na televisão, Dantas asseverou que “ela é muito mais poderosa, né? A imagem!”, sendo mencionada por ele como fator fundamental para que fosse reeleito mais uma vez como deputado estadual e outras três vezes como deputado federal pelo Ceará. Dantas enfatizou o “poder de visibilidade” da televisão, afirmando que, quando passou a trabalhar nesse veículo de comunicação, notou o aumento de sua “popularidade” junto ao “público”, o que, a seu ver, contribuiu para seu êxito “na Política”:

Olha, eu tenho uma dívida e uma gratidão com o povo do Ceará que eu não posso pagar nunca. Uma dívida que eu vou ficar no vermelho eternamente. Cinco mandatos de deputado e quase prefeito da cidade, não é? E isso é a resposta do trabalho que eu fiz. (Dantas, apresentador).

¹⁹⁵ Gíria em inglês que significa autorretrato, com o objetivo de fazer com que o fotógrafo apareça na foto.

¹⁹⁶ Linguagem regional usada para indicar intensidade, no mesmo sentido conferido pelas palavras muito, excessivamente ou exageradamente.

Para Dantas, o “papel dos jornalistas policiais” é o de “denunciar, criticar. [...] Eu não sei se alcancei o meu objetivo, mas eu tinha um interesse muito grande de orientar o povo”, acrescentando que:

Eu tenho uma filosofia de trabalho de combater a violência, as causas que geram a violência. Esclarecer direito. Falar: “Cidadão, você tem direito aí. O seu direito foi tomado”. Os direitos do povo, a lei, eu tava me ambientando muito nos códigos civil, penal, para dizer à população: “Rapaz, olha, você tem direito. Você não pode ser despejado assim não. O dono da casa não pode chegar e jogar fora. Você tem que ter uma defesa.”. Tenho o papel de informar as pessoas. (Dantas, apresentador).

Ao ingressar no meio político, Dantas declarou ter sentido “muita frustração” com as novas dinâmicas que faziam parte deste universo. A lentidão dos procedimentos, a necessidade do uso de uma linguagem mais formal, a interação com outros políticos, com a mídia e a própria relação com o partido; esses e outros elementos dificultaram o processo de adaptação a sua nova função como político. Nunes (2000, p. 209) identificou sentimentos semelhantes relatados por seus interlocutores durante a sua pesquisa de campo, descrevendo o que, segundo ela, constitui “o maior desafio que os radialistas necessitam enfrentar, já que, mesmo aqueles que se mantêm no rádio após a eleição, sentem problemas em conciliar o discurso radiofônico com a prática política”:

O comunicador, habituado a lidar com os ouvintes de maneira informal, muitas vezes resolvendo e encaminhando a resolução de problemas instantaneamente através do rádio, percebe que, na esfera política, tudo é muito mais complexo. Os procedimentos políticos, pela burocracia, por instâncias de decisão coletiva, pelos interesses partidários que o político representa, por interesses pessoais, são completamente da prática diária de porta-voz popular, de intermediário, que o radialista executava. (NUNES, 2000, p. 208).

Para introduzir uma proposta de lei, por exemplo, Dantas revelou que era preciso, em primeiro lugar, “amadurecer o tema e formar um grupo de dez deputados”. Após debater e “botar a ideia no papel”, também seria necessário apresentar uma justificativa para a ideia e buscar “apoiadores”, descrevendo tal situação da seguinte maneira:

“Rapaz, me dê apoio nisso aqui.”. “Deputado Dantas, eu gastei foi quinze milhões pra chegar aqui, entendeu?”. Ouvi outro dizendo assim: “Deputado Dantas, não devo nada ao povo, meu amigo, eu comprei e paguei.”. Rapaz, aquilo me deixava..., sabe? Ia embora. Saia do congresso e ia pro apartamento. Ouvi muito isso. Os outros mais gentis diziam assim: “Deputado, gosto de você, viu? Vou lhe dar um apoio aqui porque é você, mas isso aqui não me interessa não”, porque 90% dos que sentam lá

gastam de dez a quinze milhões pra chegar lá. Aí você vai ver que é uma realidade, porque os que se elegeram e são os mais votados, nem eles conhecem o povo, nem o povo os conhece. Como é que foram eleitos? Você sabe como é, né? “Prefeito, quantos votos você me dá lá na sua cidade.”. Isso o que eles negociam. “Rapaz, eu lhe dou oito mil votos, um milhão e quinhentos mil reais. Você me dá 750 mil agora e 750 mil no mês da votação.”. Rapaz, quando abre as urnas, o infeliz tem oito mil votos. Quer dizer é um curral, é um cabresto mesmo ali. Isso não deixou de existir não. (Dantas, apresentador).

Por conta de sua ampla experiência como “jornalista policial” político, Dantas se tornou uma referência no meio jornalístico cearense para outros jornalistas interessados em entrar “na Política”, atuando, por vezes, como “mentor” deles. Cabe destacar que, durante seus mandatos políticos, Dantas continuou apresentando “telejornais policiais” cearenses em Fortaleza, dividindo tal função com outros profissionais que pretendiam seguir o mesmo caminho que ele. Relatou que, nos programas televisivos, ele e os demais colegas de profissão “faziam muita comunidade”, isto é, atuavam diretamente nos bairros, “ouvindo denúncias, reclamações e sugestões do povo”. As notícias adquiriam outro formato nessas visitas, sendo construídas a partir de uma intensa interação com o “público”. Por fim, ele ainda salientou que tal presença praticamente diária da equipe de “apresentadores e repórteres policiais” nas mesmas comunidades não era uma prática comum em outros períodos, o que evidencia uma associação entre atividades jornalísticas e campanhas eleitorais.

Resumidamente, procurei analisar neste capítulo a relação entre “Mídia” e “Política” e suas interdependências no contexto estudado, apresentando análises etnográficas a respeito das mais diversas definições nativas do termo “Política” e das mais variadas maneiras de “fazer política” no universo empírico do “telejornalismo policial” cearense, que abrangem desde “jornalistas policiais” que acreditam realizar “serviços de utilidade pública” e “trabalhos sociais”, até aqueles que creem ser “defensores dos interesses do povo” transformando-se em políticos. Além disso, busquei agrupar componentes empíricos que comprovam minha teoria de que os “programas policiais” funcionam, em certa medida, como propaganda para profissionais da área do “telejornalismo policial” cearense interessados em “seguir carreira política”, o que constitui, a meu ver, um fenômeno de natureza eleitoral.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade, os meios de comunicação afetam profundamente nossas vidas, trazendo novos hábitos e novas formas de sociabilidade. Praticamente não há mais dinâmicas relacionais em nosso cotidiano social que não sejam, de alguma maneira, atravessadas ou mediadas por tais meios comunicacionais. Inseridos na lógica mercadológica, os meios de comunicação de massa e, mais especificamente, a televisão, estabelecem íntima conexão com as mais variadas esferas da vida social, tais como a política, a religiosa, a educacional etc., assumindo, muitas vezes, um papel fundamental na “formação da opinião pública” (WEBER, 2002), além de fomentar a (re)produção de formas de saber, poder e verdade (FOUCAULT, 2001) e de influenciar os quadros de referência (GOFFMAN, 2012) acerca dos mais diversos acontecimentos sociais, inclusive a dor alheia (SONTAG, 2003), que ganham estatuto de fato (BERGAMO, 2011) quando são selecionados, dentre outros possíveis, por profissionais que disputam a legitimidade para definir o que é ou não relevante (BOURDIEU, 1997b).

Vemos isso acontecer, sobretudo, no Jornalismo, área ocupacional que toma pra si a função de “manter a população informada” sobre os principais acontecimentos de “interesse público” da nossa sociedade. O Jornalismo como profissão é composto por grupos múltiplos e diversos, abrangendo uma grande quantidade de editorias (política, econômica, cultural, esportiva, policial etc.) e sendo transmitidos por distintos veículos comunicacionais (jornal impresso, rádio, televisão, *internet* etc.). Essa área tão heterogênea e complexa é palco de intensos conflitos internos, onde os profissionais disputam entre si próprios e com outras entidades oriundas da sociedade civil a legitimidade da significação dos conceitos e fenômenos sociais, bem como do desenvolvimento de suas próprias carreiras profissionais, tal como procurei demonstrar na descrição e análise dos artigos jornalísticos e da entrevista com Carol, membro do coletivo *Intervozes* no Ceará.

No início da década de 1990, surgiram os primeiros “programas policiais” televisivos, ocupando lugar de destaque na “grade de programação” televisiva brasileira ao se dedicarem quase exclusivamente à divulgação de notícias relacionadas às ações e práticas da “Polícia”. Diversas emissoras locais de todo o país foram influenciadas por esse movimento a investirem na criação de programas de cunho popular que adotassem o estilo de cobertura jornalística chamado de

“mundo cão”. Neste contexto, vários profissionais foram formados e muitos deles incentivados a “seguir carreira” na área. Fenômeno similar ocorreu no Estado do Ceará, onde gerações de “jornalistas policiais” foram treinadas para atuar em programas do referido gênero em emissoras de telecomunicação cearenses, cujas sedes estão localizadas na cidade de Fortaleza, capital do Estado.

Apesar de os produtos culturais criados por esses profissionais se apresentarem como universos empíricos comuns de pesquisas científicas, sendo analisado por pesquisadores dos mais diversos Estados brasileiros, especialmente, por aqueles oriundos do curso de Comunicação Social, os estudos sobre os profissionais do “telejornalismo policial” ainda são muito incipientes, visto que poucos pesquisadores (RIFIOTIS *et al.*, 1997; RAMOS; PAIVA, 2007; LIMA *et al.*, 2017) dedicaram sua atenção ao estudo desses profissionalismo e pertencimentos profissionais específicos. Nesse sentido, procurei analisar nesta tese não apenas o cotidiano de trabalho dos jornalistas mais comumente investigados, tais como apresentadores e “repórteres policiais”, conferindo espaço na análise também para outros profissionais que atuam nos bastidores de produção dos “telejornais policiais” locais, tais como produtores, editores e diretores.

Acredito que pesquisas sociológicas e antropológicas a respeito dessa temática, como a que busquei desenvolver nesta tese, sejam de grande relevância para as referidas áreas, bem como para as Ciências Sociais em geral, uma vez que contribuem com as demais experiências de estudo sobre tal assunto, colaborando para o aperfeiçoamento de métodos e a criação de novas teorias que auxiliem os pesquisadores na investigação do tema.

Com isso em mente, busquei construir no presente trabalho uma análise etnográfica das autopercepções, práticas profissionais, dos quadros de referência e discursos performáticos dos “jornalistas policiais” ouvidos no decorrer desta pesquisa, procurando descrever e explicitar os recursos, habilidades, técnicas e valores morais acionados por eles em suas rotinas de trabalho e as transformações ou não que estes sofreram ao longo de suas carreiras e trajetórias profissionais. Para isso, recorri à entrevista compreensiva e à observação de campo como ferramentas metodológicas que me permitiram acessar autopercepções e memórias (LE GOFF, 1990; HALBWACHS, 1990) dos meus interlocutores acerca de suas trajetórias profissionais e seus diversos pertencimentos sociais, funcionando como guias que me ajudaram a compreender suas lógicas de ação e seus quadros de referência (GOFFMAN, 2012)

constituídos a partir de experiências (TURNER, 2005), incluindo as profissionais. Destarte, as autopercepções, memórias, os pertencimentos e valores morais dos meus interlocutores constituíram os dados empíricos que embasaram este trabalho.

Os relatos dos meus interlocutores sobre suas rotinas de trabalho revelaram a existência de um profissionalismo e de pertencimentos profissionais dinâmicos e ricos em valores morais e categorias operatórias, além de apresentarem certas particularidades que, às vezes, os aproximam e, outras vezes, os distanciam das práticas jornalísticas desenvolvidas por profissionais que trabalham em outras editorias e/ou em outros veículos de comunicação. Tais características conferem elementos ao fazer jornalístico policial veiculado pela televisão que o distingue dos demais gêneros jornalísticos, demonstrando que tal análise é de suma importância para o melhor entendimento do universo estudado e das questões apontadas na problemática desta pesquisa.

No contexto do “telejornalismo policial” cearense, os discursos proferidos pelos meus interlocutores em suas reportagens e nos bastidores dessas produções midiáticas são carregados de crenças sobre o papel da profissão de “jornalista policial” e de ideologias (GRAMSCI, 1978) e moralidades acerca dos fenômenos da “violência urbana”, da “criminalidade” e de seus autores, aparecendo como “formas de saber, de poder ou de controle” (FOUCAULT, 2001) daquilo que se fala e enquadrando aquilo que pode ser dito e aquilo que pode ser visto (GOFFMAN, 2012), ao construir um campo moral complexo (BECKER, 2009) e uma estética política (RANCIÈRE, 2009) própria que inclusive interferem significativamente na dinâmica sociopolítica no plano regional e, até mesmo, nacional.

Tuchman (1999a, p. 258, grifo nosso) evidenciou que “os jornalistas aprendem formas de ‘estórias’ que eles usam como *equipamento profissional*, como *mecanismos* que eles podem aplicar para transformar os acontecimentos que encontram no seu *produto profissional* – relatos de acontecimentos ou *news stories*.”. Tal poder se deve à posição peculiar que esses profissionais ocupam na sociedade contemporânea.

Observando o cotidiano de trabalho dos “jornalistas policiais” examinados e ouvindo seus depoimentos, pude refletir com mais profundidade sobre o lugar ocupado por eles tanto no meio jornalístico quanto na nossa sociedade. Nesse sentido, percebi que eles ocupam diferentes posições nas redes de relações das quais participam, sendo considerados, ao mesmo tempo, importantes e lucrativos pelos

“donos” das emissoras de telecomunicação; “celebridades” por uma parcela considerável da população cearense; e profissionais “de segunda categoria” pelos demais jornalistas de outras editorias, sendo, de certa forma, “marginalizados” dentro do universo profissional em que atuam (BECKER, 2008). Dessa maneira, para investigar a profissão de “jornalista policial”, precisei levar em consideração a dimensão relacional, os aspectos conflitivos e as disputas internas e externas resultantes das relações de poder, às quais tais jornalistas são submetidos tanto nas emissoras quanto fora delas, e que contribuem significativamente para a constituição de suas trajetórias profissionais e pertencimentos sociais.

Assim, por aparecerem diariamente na televisão, os “jornalistas policiais” são capazes de construir uma relação de proximidade com o “público”, o que os permite que sejam reconhecidos e quase sempre considerados “celebridades” locais por uma parte da população cearense, em especial pelos segmentos menos abastados, que comumente os recebem em seus bairros e participam ativamente dos programas ao telefonarem e/ou enviarem mensagens para o *WhatsApp* das produções dos programas locais.

Pude presenciar a “popularidade” dos meus interlocutores de pesquisa quando os acompanhei pelas ruas da cidade de Fortaleza e outras cidades próximas. Nessas incursões a campo, presenciei diversas ocasiões em que as pessoas pediram para abraçá-los, tocá-los ou fotografá-los. Essa dimensão corporal se apresentou, principalmente, no cargo de “repórter policial”, por conta do caráter sensorial, sensível da atividade em si, por eles estarem presentes fisicamente nos locais dos acontecimentos que reportavam nos programas. O mesmo aconteceu com os apresentadores dos “telejornais policiais” com quem dialoguei, que comumente recebiam visitas de telespectadores nas sedes das emissoras em que trabalhavam.

Segundo Robson, profissional observado que desempenhava o trabalho de cinegrafista em uma emissora de telecomunicação cearense, a relação entre ele e seus colegas de profissão com a população dos bairros que visitavam gravitava entre receptividade e hostilidade: “Geralmente as pessoas nos recebem bem e nos ajudam a encontrar os locais onde as ocorrências aconteceram. Ficam pedindo pra tirar fotos com os repórteres, mas nem sempre acontece assim. Tem que ter cuidado, porque, muitas vezes, não somos bem recebidos pela população.” (Trecho retirado do diário de campo realizado em janeiro de 2018).

Percebi que essa “popularidade” também funcionava como mecanismo para certos “jornalistas policiais” que desejavam ingressar em outros setores da sociedade, como o político. Tal como acontece em outras profissões que oferecem aos seus membros características que os possibilitam “entrar na Política”, os “telejornais policiais” proporcionam aos jornalistas que atuam em cargos como o de apresentador ou o de “repórter policial” “benefícios” como a possibilidade de alcançar “popularidade”, “reconhecimento” e “prestígio social” devido à constante exposição desses profissionais na televisão, podendo ser utilizados posteriormente como publicidade pessoal em suas candidaturas políticas. Vale destacar que a “popularidade”, o “reconhecimento” e o “prestígio social” variam proporcionalmente conforme os “trabalhos sociais” realizados por cada “jornalista policial”, propiciando o acúmulo de capitais simbólicos que podem favorecê-los em uma eventual campanha política. Destarte, a intenção de “construir carreira na Política” apareceu no campo estudado como uma das mais variadas motivações mencionadas por meus interlocutores para “seguir carreira” na área do “telejornalismo policial” cearense, a qual procurei descrever com mais detalhes no sexto capítulo desta tese.

Para entender as dinâmicas estruturais que permeiam o “telejornalismo policial” cearense, também precisei levar em consideração a dependência econômica a qual o Jornalismo como um todo é submetido em nossa sociedade, que, para continuar existindo, necessita de cotas oriundas dos anúncios publicitários, muitas vezes, de procedência governamentais, e de certo “sucesso de mercado” (RIBEIRO, 2016, p. 197-198). Tal relação de interdependência interfere, segundo alguns dos meus interlocutores, diretamente no exercício de suas atividades profissionais, ao criar regras, exigências e valores morais, pautados pelas condições particulares de cada instância telecomunicacional, que, muitas vezes, são administradas por grupos empresariais políticos, religiosos etc.

Nesse contexto, o sucesso televisual alcançado pelos “telejornais policiais” se deve, sobretudo, aos elevados índices de audiência desses programas nas emissoras cearenses, já que, conforme constatei nas falas dos meus interlocutores, embora tais programas não tenham encontrado consagração no meio jornalístico em si, eles a encontraram na lógica comercial, estimulando a contínua criação de novos “programas policiais” televisivos no Estado do Ceará e no restante do país, além de legitimar os discursos performáticos muitas vezes conservadores adotados por tais profissionais no desenvolvimento de suas atividades profissionais cotidianas.

Em meu trabalho de campo, notei ainda que o “telejornalismo policial” cearense legítima, através de um modelo político discursivo performático, perspectivas, classificações e quadros de referência conservadores sobre os fenômenos e conceitos da “violência urbana” e da “criminalidade” e sobre seus autores, socialmente construídos e difundidos em nossa sociedade, encontrando aprovação nos anseios sociais por punição e controle de pessoas que são enquadradas por determinados segmentos da sociedade (membros da “Polícia”, do “jornalismo policial”, uma parcela da população etc.) como potenciais “criminosos”, ou, fazendo uso de outros termos utilizados por meus interlocutores, como “bandidos” e “vagabundos”, ao contribuir através de suas “narrativas policiais” com a disseminação e legitimação de necropolíticas (MBEMBE, 2016) dirigidas, sobretudo, à eliminação de grupos sociais específicos. De modo geral, tais pessoas submetidas ao processo de sujeição criminal (MISSE, 1999), com o qual os “programas policiais” cearenses e, conseqüentemente, os “jornalistas policiais” contribuem continuamente, são geralmente jovens homens, negros e “moradores de favelas” (VALLADARES, 2000).

A associação entre pobreza e criminalidade é uma tese antiga e recorrente no Brasil (MISSE, 2006b). Tal situação não é diferente no contexto examinado. Certamente, tal discurso não é somente propalado pela mídia policial, mas é também possibilitado por ela, que suscita diariamente mobilizações e reivindicações coletivas acerca dos fenômenos da “violência”, da “criminalidade” e de seus autores. Neste conflito político (FELTRAN, 2014, p. 237) pela significação de palavras como “crime” e da “violência urbana”, os “programas policiais” tomam os discursos propagados pelo ideal de “Estado”, “lei” e “Justiça” como legítimos baluartes do “bem” e da “ordem”, concebendo-os, portanto, como instituições adversas ao “crime”. Para atuar nessa disputa política, os “jornalistas policiais” ouvidos afirmaram combater discursivamente outras formas de significar tais conceitos e fenômenos, ao evitarem, por exemplo, mencionar termos utilizados por “grupos criminosos”, com o objetivo de “não dar voz ao crime” e assim “não promover bandidos”.

Logo, ao falar da sociedade como um ente homogêneo constituído por “cidadãos de bem” que são diariamente acometidos por um “mal” que coloca em risco a segurança de suas “vidas” e gerando mensagens padronizadas desse discurso que serão posteriormente consumidas pelo “público”, os “jornalistas policiais” investigados mesmo que inconscientemente participam de maneira ativa do processo de sujeição criminal (MISSE, 1999) pela qual a camada mais pobre, sobretudo, a população negra

do Ceará é subjugada diariamente, mobilizando ideias e quadros sociais que pautam e são pautadas por necropolíticas.

Por fim, acredito que as reflexões demonstradas nesta tese apontaram uma série de questões relevantes para o entendimento mais aprofundado acerca da contribuição desempenhada pelos “telejornais policiais” na construção social dos fenômenos da “violência urbana”, da “criminalidade” e de seus sentidos. É preciso destacar que tal esforço teórico-metodológico não esgotou por completo as mais variadas dimensões pertinentes à análise das autopercepções, memórias e pertencimentos apresentados por meus interlocutores ao longo da pesquisa de campo, visto que, além das que já foram contempladas neste trabalho, abriram espaço para outros inúmeros questionamentos e inferências que poderão se mostrar fundamentais para a compreensão do profissionalismo e dos pertencimentos profissionais estudados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Miguel Vale de. O corpo na teoria antropológica. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 33, p. 49-66, 2004.
- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; BRASIL, Glaucíria Mota. Polícia e comunidade. *In*: BARREIRA, César. (org.). **Questão de segurança**: políticas governamentais e práticas policiais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 117-183.
- AMORIM, Paulo Henrique. **O quarto poder**: uma outra história. São Paulo: Editora Hedra, 2015.
- ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus Editorial, 1995.
- AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. **Príncipes e Castelos de Areia**: performance e liminaridade no universo dos grandes roubos. 2009. 230 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. Redes e conexões parciais nos assaltos contra instituições financeiras. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 10, p. 75-100, out./dez. 2010.
- ARAÚJO, Leticia de Sousa. **Entre vigilâncias e ilegalismos**: cotidiano e práticas policiais do Ronda do Quarteirão no Ceará. 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- ARCOVERDE, Marcela Rochetti. Bandidos na TV: morte pela audiência. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém. **Anais** [...]. Belém: Intercom, 2019. p. 1-13. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0567-1.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.
- BAHIA, Benedito Juarez. **Dicionário de jornalismo Juarez Bahia**: século XX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista de face a face. *In*: PAUGAM, Serge. (coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 102-123.
- BARBOSA, Wendell de Freitas. **A polícia de boa vizinhança**: as ações da polícia em contexto de conflito e a produção intersubjetiva de práticas policiais locais. 2014. 208 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- BARBOSA, Gabriel Collares. **Jornalismo, espetáculo e desvio**: violência e criminalidade na imprensa através de estudos de caso. 2004. 240 f. Tese

(Doutorado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. Renascimento do profissionalismo: alguns comentários. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 186-190, fev. 1999.

BARREIRA, Irllys; PALMEIRA, Moacir. (org.). **Candidatos e candidaturas**: enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume, 1998.

BARREIRA, César. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 77-86, 2004.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BEAUD, Stéphane. L'usage de l'entretien en sciences sociales: plaidoyer pour l'entretien ethnographique. **Politix**, Louvain-la-Neuve, v. 9, n. 35, p. 226-257, Troisième trimestre 1996. Entrées en politique: apprentissages et savoir faire.

BECKER, Howard S. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 197-221. (Obras escolhidas I).

BENTES, Ivana. Aqui Agora: o cinema do submundo ou o tele-show da realidade. **Revista Imagens**, São Paulo, n. 2, p. 44-49, ago. 1994.

BERGAMO, Alexandre. Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. **Mana**: estudos de antropologia social, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 233-269, jan./ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v17n2/a01v17n2.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019

BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, London, v. 10, n. 2, p. 141-163, nov. 1981.

BIONDI, Karina. **Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC**. 2014. 334 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual São Carlos, São Carlos, 2014.

BONELLI, Maria Gloria. Carreiras jurídicas e vida privada: intersecções entre trabalho e família. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p. 245-277, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n46/1809-4449-cpa-46-0245.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. *In*: BOURDIEU, Pierre *et al.* **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997a. p. 693-713.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas: Papius Editora, 2008. p. 74-82.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997b.

BRASIL, Maria Glaucíria Mota. Formação e inteligência policial: desafios à política de segurança. **O Público e o Privado**, Fortaleza, ano 2, n. 4, p. 141-163, 2004.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial, 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRIGGS, Charles L. **Learning how to ask: a sociolinguistic appraisal of the role of the interview in social science research**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BRIGGS, Charles L. Mediating infanticide: theorizing relations between narrative and violence. **Cultural Anthropology**, Arlington, v. 22, n. 3, p. 315-356, ago. 2007.

BUCCI, Eugenio. **O peixe morre pela boca**. São Paulo: Editora Scritta, 1993.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**, São Paulo: Editora 34: Edusp, 2000.

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CAMPELLO, Alexandre de Assis. **Novo olhar sobre os telejornais policiais: interação pelo formato**. 2008. 217 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. **Confiança, conhecimento e poder: análise das atividades de inteligência da PM no Ceará**. 2016. 438 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

CAZARIM, Thiago. Performativos perigosos: canções comprometidas e (des)criminalização do rap. *In*: CATTONI, Marcelo *et al.* (org.). **Políticas da performatividade**: levantes e a biopolítica. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2019. p. 111-134.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes do fazer. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

COSTA, Belarmino Cesar G. da. **Estética da violência**: jornalismo e produção de sentidos. 1999. 191 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CRAPANZANO, Vincent. A cena: lançando sombra sobre o real. **Mana**: estudos de antropologia social, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 357-383, 2005.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI. **Mil platôs**. São Paulo: Editora 34, 1997. 5 v.

DUARTE, Elizabeth Bastos. Telejornais: ruptura tonal com as expectativas do subgênero. **E-Compós**: revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, v. 8, s/n., p. 2-18, abr. 2007. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/download/128/128/>. Acesso em: 12 out. 2019.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 62, abr. 1998.

DUBAR, Claude; NICOURD, Sandrine. **Les biographies en sociologie**. 1. ed. Paris: La Découverte, 2017.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

ELIAS, Norbert. Mudanças na agressividade. *In*: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011. 1 v, p. 182-193.

ENNE, Ana Lucia S. O sensacionalismo como processo cultural. **Eco-Pós**: revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 10, n. 02, p. 70-84, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php?journal=revista&page=article&op=view&path%5B%5D=2>. Acesso em: 15 de dez. de 2017.

EVETTS, Julia. Professionalism in turbulent times: changes, challenges and opportunities. **Sociologia, Problemas e Práticas**: revista do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa, n. 88, p. 43-59, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/4955>. Acesso em: 09 jul. 2019.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e Castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n58/v23n58a05.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e periferia. *In*: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVENDO, Rodrigo Ghringhelli de. (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 237-243.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Sociedade, território e população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 11, ano 11, p. 141-154, jun. 1996.

FREITAS, Geovani Jacó de; MELLO, Paulo Décio de Arruda; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. (org.). **Organizações policiais em revista**. Campinas: Pontes Editores, 2009.

FREITAS, Geovani Jacó de *et al.* O Estado e Trauma. *In*: ARAÚJO, Felipe *et al.* (org.). **Pensar o mundo do amanhã**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 157-187.

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. *In*: GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. Cap. 3, p. 85-107.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 18. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011a.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Rituais de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Editora Vozes, 2011b.

GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, Lisboa, v. 10, n. 1, p. 161-173, mai. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/etn/v10n1/v10n1a08.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

GOMES, Itania Maria Mota. **Televisão e realidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUEDES, Nicole Glória de Tassis. **Nos rastros de Rota 66 e Abusado**: o livro-reportagem e a tradição das narrativas realistas/naturalistas brasileiras. 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2 ed. São Paulo: Edições Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HAMBURGER, Esther. Violência e pobreza no cinema brasileiro recente: reflexões sobre a ideia de espetáculo. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, v. 2, n. 78, p. 113-128, jul. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n78/11.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2017.

HUGHES, Everett C. **Men and their work**. 2. ed. Glencoe, Ill.: The Free Press, 1958.

HUGHES, Everett C. **The sociological eye**: selected papers. 1. ed. New Jersey: Transaction, 1984.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões metropolitanas, Aglomerações Urbanas, e Regiões Integradas de Desenvolvimento**: estrutura territorial. Brasília, DF: IBGE, 31 dez. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html?=&t=downloads>. Acesso em: 30 dez. 2019.

JENKINS, Richard. The 21st Century interaction order. In: JACOBSEN, Michael Hviid. (org.). **The contemporary Goffman**. 1. ed. Nova York: Routledge, 2010. p. 257-274.

KANT DE LIMA, Roberto. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 04, n. 10, p. 65-84, jun. 1989.

KANT DE LIMA, Roberto. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 13, p. 23-38, nov. 1999.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Editora Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política – Dossiê: métodos e explicações da política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 163-167, jun. 2007.

KUSCHNIR, Karina. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

KUSCHNIR, Karina. Trajetória, projeto e mediação na política. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 137-164.

LATOUR, Bruno. Entrevista Por uma antropologia do centro. **Mana**: estudos de antropologia social, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 397-414, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n2/25166.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

LIMA, Patrícia *et al.* Jornalismo como profissão: identidade e imaginário dos jornalistas policiais de Brasília e de Goiânia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 15., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SBPJor, 2017. p. 1-16. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/view/748/331>. Acesso em: 24 jun. 2019.

RATTON, José Luiz. Pobreza, desigualdade estrutura social e crime. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVENDO, Rodrigo Ghringhelli de. (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 477-486.

LOCK, Margaret. Cultivating the body: anthropology and epistemologies of bodily practice and knowledge, **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 22, p. 133-155, 1993.

LOPES, Daniel Barsi. **Violência e cidadania na sociedade midiaticizada**: o programa Linha Direta sob a ótica da recepção. 2008. 449 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

MACÉ, Eric. As formas da violência urbana: uma comparação entre França e Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 177- 188, maio 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v11n1/v11n1a09.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2018.

MACÉ, Eric. Paradigme du pouvoir vs paradigme de la domination. *In*: OULC'HEN, Hervé. (Dir.). **Les usages de Michel Foucault**. Paris: PUF, 2014. p. 193-206.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MARQUES, Adalton. **Humanizar e expandir**: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. 2017. 328 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 185-314.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MEDEIROS, Flavia. “**Linhas de investigação**”: uma etnografia das técnicas e moralidades dos “homicídios” na Polícia Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2016. 293 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

MELO, Patricia Bandeira de. **Histórias que a mídia conta**: o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo. 2010. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, jun. 2003.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

MISSE, Michel. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. *In*: MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2006a. p. 3-26.

MISSE, Michel. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade violenta no Brasil. *In*: MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de

sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2006b. p. 27-45.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. 413 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MORALES, Luciana Pinho. **Cenários da violência**: análise estético-narrativa do telejornal policial Barra Pesada. 2014. 184 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MORALES, Luciana Pinho. **Entre a luz e a sombra**: a constituição social da juventude no programa Barra Pesada. 2010. 108 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: neurose. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1997. (O espírito do tempo, 1).

MORIN, Edgar. L'interview dans les sciences sociales et à la radio-télévision. **Communications**, n. 7, p. 59-73, 1966. Radio-télévision: réflexions et recherches.

NOGUEIRA, Silvia Garcia. **Facetas do rádio**: uma etnografia das emissoras de Ilhéus (Sul da Bahia). 2005. 373 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

NUNES, Márcia Vidal. **Rádio e política**: do microfone ao palanque - os radialistas políticos em Fortaleza (1982-1996). São Paulo: Annablume, 2000.

OLIVEIRA, Dannilo Duarte. **Jornalismo policial na televisão**: gênero e modo de endereçamento dos programas Cidade Alerta, Brasil Urgente e Linha Direta. 2007. 204 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. Religião e participação política: considerações sobre um pequeno município brasileiro. **E-cadernos CES**, Coimbra, n. 13, p. 36-63, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/568#tocto1n4>. Acesso em 16 jun. 2019.

OMENA, Sarah Patricia Aguiar e Silva; ALVES, Ana Elizabeth Santos. Assimetrias de gênero no ambiente de trabalho. **Internacional Journal of Development Research**, India, v. 8, n. 7, p. 21769-21771, jul. 2018. Disponível em: https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/13828_0.pdf. Acesso em: 14 fev. 2020.

O QUE está por trás do termo “cidadão de bem”, usado pelos presidentiáveis? **UOL**, São Paulo, 8 set. 2018. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/08/o-que-esta-por-tras-do-termo-cidadao-de-bem-usado-pelos-presidenciaveis.htm>. Acesso em: 29 jan. 2019.

PAIM, Altair dos Santos. **Pele negra sem máscaras brancas**: o julgamento da boa aparência em seleção de pessoal. 2016. 156 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates**: jovens, trabalho e futuro. 4. ed. Berlim: Edições Machado, 2016.

PAIS, José Machado. Jovens e cidadania. **Sociologia, Problemas e Práticas**: revista do Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES) do Instituto Universitário de Lisboa (IUL), Lisboa, n. 49, p. 53-70, 2005.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Os significados da morte**: os discursos dos meios de comunicação sobre crimes que “abalaram” o Brasil. 2012. 375 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

PENHA, Francislanda Rodrigues. **Representações midiáticas da pobreza**: o programa *Esquenta!* e o reposicionamento do discurso sobre os pobres na TV brasileira. 2012. 229 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

PERALVA, Angelina *et al.* O legado de 2013: coletivos de ativistas e agenda política brasileira. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. **Anais** [...]. São Paulo: ANPOCS, 2017a. p. 1-31. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt08-26/10660-o-legado-de-2013-coletivos-de-ativistas-e-a-agenda-politica-brasileira/file>. Acesso em: 24 jan. 2018.

PERALVA, Angelina *et al.* Resta algo de 2013? **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 381-400, nov. 2017b. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/download/4092/3394>. Acesso em: 24 jan. 2018.

PETRARCA, Fernanda Rios. **O Jornalismo como profissão**: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul. 2007. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. 2. ed. São Paulo: EXO experimental org.: Editora 34, 2009.

REALITIES policiais ganham mais espaço na TV e constroem imagens de heróis. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 maio 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1766694-realities-policiais-ocupam-mais-espaco-na-tv-e-constroem-imagem-de-herois.shtml>. Acesso em: 27 dez. 2019.

RIBEIRO, Fábio Ricardo dos Anjos. **Telejornalismo policial e a legitimação do senso comum conservador em dois universos de recepção**. 2016. 216 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Campinas: Papyrus Editora, 1991.

RIFIOTIS, Theophilos *et al.* O repórter policial e a sua imagem da violência e da ação policial. *In*: Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 21., 1997, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ALAS, 1997. 6 p.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques. **Jornalismo policial**: indústria cultural e violência. 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência e práticas discursivas. *In*: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder *et al.* (org.). **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 144-159.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. Toward an anthropology of self and feeling. *In*: Richard A. Shweder; Robert A. LeVine. (org.). **Culture theory**: essays on mind, self and emotion. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 137-157.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Guerra, mundão e consideração**: uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz. 2010. 283 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Os filhos do Estado**: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SANTOS, Márcia V. Malcher dos. Jornalista por vocação: algumas considerações sobre a percepção de Max Weber a respeito da profissão. **Mediações**: revista de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, v. 21, n. 2, p. 425-447, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/32263/pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SCOTTO, Gabriela. **As (difusas) fronteiras entre a política e o mercado**: um estudo antropológico sobre *marketing* político, seus agentes, práticas e representações. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

SEQUINEL, Marina Aparecida. **O retrato da violência realizado por repórteres mulheres no jornalismo policial paranaense**. 2014. 111f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SILVA, Rodrigo Barbosa e. **Criminalidade na televisão baiana: o telejornal policial Se Liga Bocão e os relatos dos sujeitos privados de liberdade**. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SILVA NETO, Francisco Secundo da. **O Ceará moleque dá um show: da história de uma interpretação sobre o que faz ser cearense ao espetáculo de humor de *Madame Mastroigida***. 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SIQUEIRA, Cláudia Regina. **Sensacionalismo na televisão: programa Barra Pesada**. 2004. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

SOARES, Leonardo Barros. **Roubando a cena: visibilidade e produção de subjetividade de jovens autores de delitos em programas de jornalismo policial de Fortaleza**. 2008. 145 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O Império do grotesco**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SPADA, Milton. **Cadeia: o fascismo na televisão**. 1988. 34 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Centro de Comunicação e Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988.

TEIXEIRA, Alex Niche. **A espetacularização do crime violento pela televisão: o caso do programa Linha Direta**. 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

TEIXEIRA, Alex Niche. **A produção televisiva do crime violento na modernidade tardia**. 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005. 2 v.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2011.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira *et al.* Os invisíveis do jornalismo: introdução, **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, Bruxelles, v. 3, n. 1, p. 14-17, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://surlejournalisme.com/rev/index.php/slj/article/view/148/233>. Acesso em: 30 jan. 2018.

TUCHMAN, Gaye. Contanto “estórias”. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega Editora, 1999a. p. 258-262.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega Editora, 1999b. p. 91-100.

TURNER, Victor. Dewey, Dilthey e o Drama: um ensaio de Antropologia da Experiência. **Cadernos de Campo**: revista dos alunos da Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, n. 13, p. 177-185, 2005.

TURNER, Victor. **The Anthropology of Performance**. New York: PAJ Publications, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Laboratório de Estudos da Violência. **Relatório Grupo Focal – Jornalistas Policiais**. Fortaleza: Laboratório de Estudos da Violência, 2010.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. *In*: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 14-28.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WAGNER, Roy. A pessoa fractal. **Ponto Urbe**: revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, São Paulo, n. 8, p. 1-14, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/173>. Acesso em: 12 out. 2019.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a07.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2018.

WEBER, Max. **Ensaaios de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.

WEBER, Max. Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, p. 185-194, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a08n5556.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2017.

WILSON, José. O crime pelo rádio. **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 80-84, out./dez. 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/v1n3/a20v1n3.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA EXTENSO COM “JORNALISTAS POLICIAIS”

Dados de identificação:

Nome completo: _____
Gênero: _____ Idade: _____
Estado Civil: _____ Grau de instrução: _____
Caso seja Ensino Superior, qual o curso?: _____
Cargo: _____ Demais funções: _____
Tempo de atividade: _____

Tema 1 – Trajetória profissional e Autoidentificação

- 1) Como é a sua rotina de trabalho? Poderia descrever um dia normal de trabalho?
- 2) Você poderia falar sobre sua trajetória profissional? (Como começou a trabalhar no “jornalismo policial”?).
- 3) Você se identifica com o termo “jornalista policial”?
- 4) Quem inspira (ou inspirou) você a seguir essa profissão?
- 5) Para você, o que é necessário para se tornar um “jornalista policial”?
- 6) Quais são suas aspirações profissionais como “jornalista policial”?

Tema 2 – Percepções sobre a profissão

- 1) Como você descreveria o seu ambiente de trabalho?
- 2) Quem são os “jornalistas policiais” para a sociedade? E, especificamente, para o meio jornalístico?
- 3) Na sua visão, qual a importância do trabalho dos “jornalistas policiais” para a segurança pública e a cidadania?

Tema 3 – Opiniões e Aspirações

- 1) Como você se sente em relação às questões da violência e da segurança pública na cidade de Fortaleza?
- 2) Como você gostaria que Fortaleza estivesse em 2017/2018/2019, no que diz respeito à segurança pública e a cidadania?
- 3) O que você considera que precisa ser feito para alcançar este objetivo?
- 4) Na condição de “jornalista policial”, como você poderia contribuir para que este objetivo seja alcançado?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA REDUZIDO COM “JORNALISTAS POLICIAIS”

Dados de identificação:

Nome completo: _____
Gênero: _____ Idade: _____
Estado Civil: _____ Grau de instrução: _____
Caso seja Ensino Superior, qual o curso?: _____
Cargo: _____ Demais funções: _____
Tempo de atividade: _____

Tema 1 – Trajetória profissional e Autoidentificação

- 1) Como é a sua rotina de trabalho? Poderia descrever um dia normal de trabalho?
- 2) Você poderia falar sobre sua trajetória profissional? (Como começou a trabalhar no “jornalismo policial”?).
- 3) Quem inspira (ou inspirou) você a seguir essa profissão?
- 4) Para você, o que é necessário para se tornar um “jornalista policial”?

Tema 2 – Percepções sobre a profissão

- 1) Quem são os “jornalistas policiais” para a sociedade? E, especificamente, para o meio jornalístico?
- 2) Na sua visão, qual a importância do trabalho dos “jornalistas policiais” para a segurança pública e a cidadania?

Tema 3 – Opiniões e Aspirações

- 1) Na condição de “jornalista policial”, como você poderia contribuir em relação às questões de segurança pública e de cidadania na cidade de Fortaleza?